



RELATÓRIO  
**GESTÃO E CONTAS** | **2025**  
DO EXERCÍCIO

Docapesca - Portos e Lotas, S.A.

## Índice

<b>1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E OBRIGAÇÕES LEGAIS .....</b>	<b>9</b>
1. EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO .....	10
a) <i>Execução do Plano de Atividades e Orçamento PAO 2025</i> .....	10
b) <i>Objetivos e Metas de Gestão</i> .....	10
c) <i>Empresas públicas do perímetro de consolidação das Administrações Públicas</i> .....	12
d) <i>Autorizações concedidas na aprovação do PAO 2025</i> .....	12
2. EFICIÊNCIA OPERACIONAL E GASTOS OPERACIONAIS .....	13
3. RECURSOS HUMANOS E MASSA SALARIAL.....	15
4. PLANO DE INVESTIMENTO.....	16
5. CONTRATUALIZAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO .....	17
6. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO .....	17
7. LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO.....	18
9. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO (PMP) E “ARREARS” .....	20
a) <i>Prazo Médio de Pagamento</i> .....	20
b) <i>Atrasos nos Pagamentos (“Arrears”)</i> .....	21
10. ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO.....	21
a) <i>Objetivos de Gestão</i> .....	21
b) <i>Artigos 32.º e 33.º do EGP</i> .....	24
c) <i>Despesas não documentadas ou confidenciais</i> .....	25
11. CONTRATAÇÃO PÚBLICA .....	26
a) <i>Aplicação das normas vigentes em 2025</i> .....	26
b) <i>Procedimentos internos</i> .....	26
c) <i>Atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 milhões de euros</i> .....	26
12. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR.....	26
a) <i>Sistema Nacional de Compras Públicas</i> .....	26
b) <i>Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista</i> .....	27
c) <i>Diligências tomadas para solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal das Contas</i> .....	28
d) <i>Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas ou da IGF – Autoridade de Auditoria nos últimos 3 anos</i> .....	29
e) <i>Diretiva comunitária Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD)</i> .....	29
13. QUADRO SÍNTESE DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES.....	31

14. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO .....	32
15. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	32
<b>3. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS .....</b>	<b>34</b>
<b>4. INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA DA DOCAPESCA .....</b>	<b>98</b>
1. INTRODUÇÃO .....	99
2. DOCAPESCA, UM NEGÓCIO RESPONSÁVEL .....	101
a) <i>Compromisso com a sustentabilidade</i> .....	101
b) <i>Ética, transparência e credibilidade</i> .....	102
3. OS NOSSOS MARES .....	104
a) <i>Preservação dos recursos e ecossistemas marinhos</i> .....	104
b) <i>Lixo marinho</i> .....	106
c) <i>Maximização do valor do pescado</i> .....	106
d) <i>Atratividade da primeira venda em lota</i> .....	109
e) <i>Comunicação e sensibilização do consumidor</i> .....	110
f) <i>Inovação, investigação e desenvolvimento</i> .....	111
4. AS NOSSAS PESSOAS E COMUNIDADES .....	113
a) <i>Gestão do talento</i> .....	113
b) <i>Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores</i> .....	115
c) <i>Interação com a comunidade</i> .....	117
5. AS NOSSAS OPERAÇÕES .....	119
a) <i>Manutenção e modernização dos estabelecimentos</i> .....	119
b) <i>Segurança alimentar e certificações</i> .....	120
c) <i>Energia e mobilidade</i> .....	123
d) <i>Gestão de água e efluentes</i> .....	125
e) <i>Promoção da economia circular</i> .....	126
f) <i>Compras sustentáveis e gestão de fornecedores</i> .....	129
g) <i>Alterações climáticas</i> .....	130
<b>5. PERFORMANCE DA DOCAPESCA .....</b>	<b>134</b>
1. DIREÇÃO JURÍDICA (DJ).....	135
2. DIREÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (DRH).....	137
3. DIREÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E MODERNIZAÇÃO DE ATIVOS (DIMA).....	144
4. DIREÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (DSI) .....	146
5. DIREÇÃO DE QUALIDADE, CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR (DQA) .....	148
6. DIREÇÃO FINANCEIRA (DF).....	151
7. DIREÇÃO DE SEGURANÇA E MANUTENÇÃO (DSM) .....	153

8. DIREÇÃO COMERCIAL, DE COMUNICAÇÃO E MARKETING (DCM) .....	156
9. GABINETE DE ESTATÍSTICA (GE) .....	162
10. GABINETE DE AUDITORIA INTERNA (GAI) .....	171
11. GABINETE DE PLANEAMENTO E CONTROLO ORÇAMENTAL (GPCO) .....	173
12. GABINETE DE NOVOS MERCADOS E INOVAÇÃO (GNMI).....	175
<b>6. REL. E PARECER CONSELHO FISCAL E CERTIF. LEGAL DE CONTAS .....</b>	<b>177</b>



# 1

## **MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

## MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Docapesca – Portos e Lotas, S.A., apresenta o presente Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2025, um ano em que se destacou muito positivamente para o setor das pescas, em particular pelo bom desempenho verificado ao nível do pescado transacionado nas nossas lotas.

Durante o ano de 2025 foram transacionados 98.535.519 quilogramas de pescado, correspondendo a um valor global de 251.295.235 euros, números que evidenciam a vitalidade da atividade da primeira venda em lota e reforçam o papel estruturante da Docapesca na organização e valorização da cadeia de comercialização do pescado em Portugal.

Importa igualmente assinalar que 2025 foi um ano de transição ao nível da governação da empresa, tendo ocorrido uma alteração na composição do Conselho de Administração. Este processo foi conduzido com elevado sentido de responsabilidade institucional, garantindo uma transição serena e assegurando a continuidade da estratégia e do normal funcionamento da organização. A renovação da equipa de gestão foi acompanhada por um reforço do compromisso com os objetivos estratégicos da empresa, designadamente ao nível da eficiência operacional, da valorização do pescado nacional e do apoio às comunidades piscatórias.

O exercício de 2025 representou também um avanço muito relevante no percurso de certificação da Docapesca nos domínios da qualidade, segurança alimentar e sustentabilidade ambiental. A norma ISO 14001, que enquadra o sistema de gestão ambiental, continua a promover a identificação, controlo e redução dos impactos ambientais das atividades da organização, assegurando simultaneamente o cumprimento rigoroso das obrigações legais aplicáveis e reforçando o compromisso da empresa com a sustentabilidade.

No decurso do exercício foi certificada a Lota de Sines pelo referencial ISO 22000 – Sistema de Gestão da Segurança Alimentar, reforçando as garantias de qualidade e segurança ao longo da cadeia de comercialização do pescado. No que respeita à ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade, foram certificadas a Sede da empresa e a Lota de Peniche, consolidando a implementação de práticas de gestão orientadas para a melhoria contínua dos processos, a eficiência organizacional e a satisfação dos utilizadores.

Em termos económico-financeiros, a empresa registou um resultado líquido positivo de 989.911,74 euros, mantendo a trajetória consistente de resultados positivos que se verifica desde 2009. Este desempenho assume particular relevância num contexto em que a empresa enfrentou alterações decorrentes da transferência de competências ocorrida em anos anteriores, tendo ainda assim conseguido recuperar e consolidar o volume de negócios, demonstrando capacidade de adaptação e robustez do seu modelo de gestão.

No plano externo, destaca-se o reforço da estratégia de internacionalização, com a participação da Docapesca na Expo Osaka 2025, no âmbito da Semana do Mar do Pavilhão de Portugal. Esta presença constituiu uma oportunidade relevante para promover internacionalmente o setor das pescas português, valorizar o pescado nacional e reforçar a projeção da economia do mar portuguesa junto de mercados e parceiros internacionais.

Ao nível organizacional e institucional, prosseguiu o processo de descentralização associado à extinção do ex-IPTM, não tendo, contudo, ocorrido desenvolvimentos relevantes durante o exercício de 2025.

O desempenho alcançado em 2025 confirma a importância estratégica da Docapesca no apoio à fileira das pescas e na valorização do pescado nacional, contribuindo para o rendimento das comunidades piscatórias e para a dinamização da economia do mar.

Os resultados agora apresentados são fruto do empenho e dedicação dos colaboradores da empresa, da confiança dos nossos parceiros e da cooperação estreita com as comunidades piscatórias e demais entidades do setor.

A Docapesca mantém uma visão orientada para a criação de valor económico e social, assegurando que a empresa continue a desempenhar um papel estruturante na organização da primeira venda do pescado, na valorização dos recursos marinhos e no desenvolvimento sustentável da economia do mar em Portugal.

Com confiança no futuro, o Conselho de Administração submete as presentes Contas e Relatório de Gestão relativos ao exercício de 2025.

## **O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

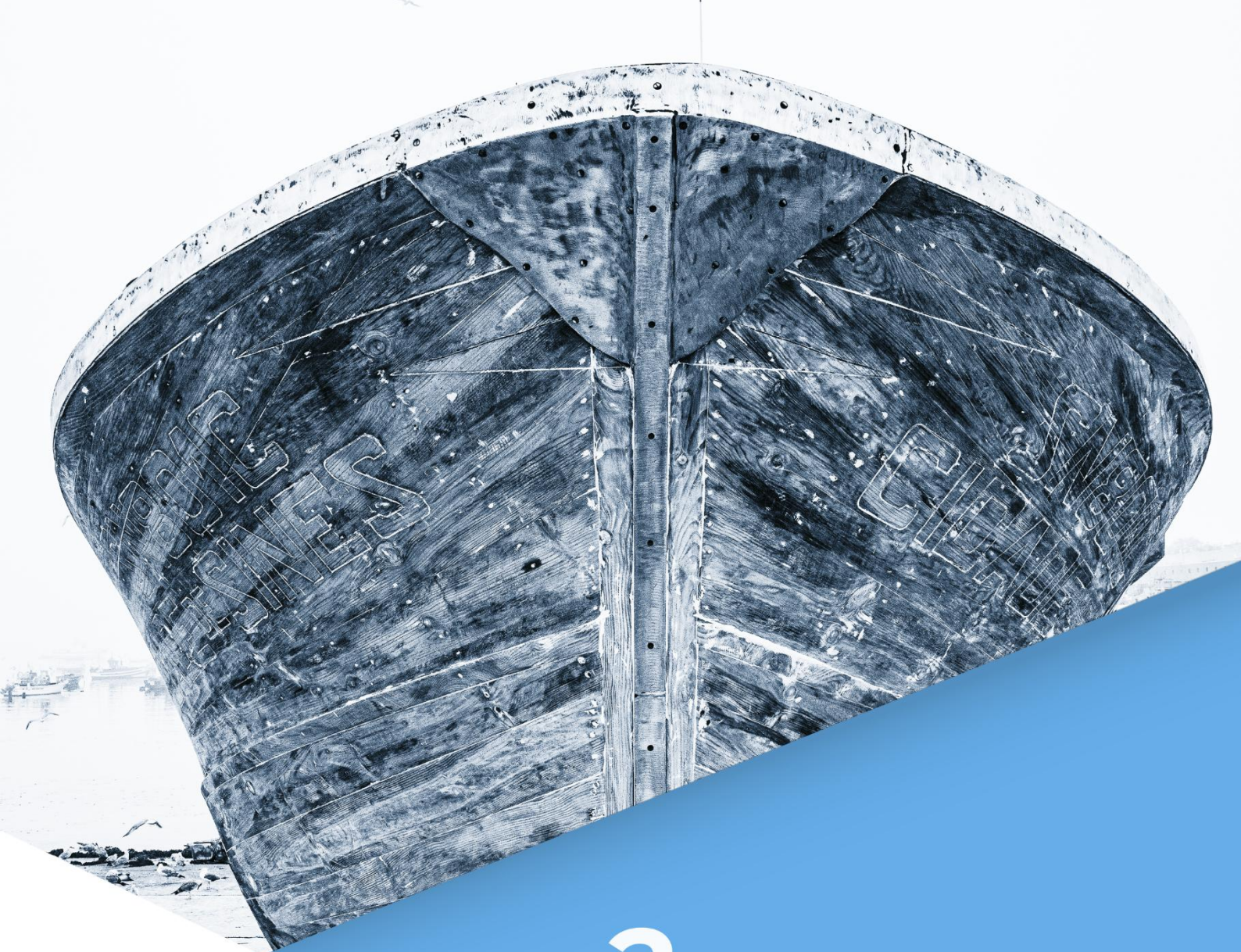
AFONSO GONÇALVES DA SILVA OLIVEIRA  
(Presidente)

ISABEL MARIA TAVARES RIBEIRO ESTEVES  
(Vogal)



MÁRCIA ISABEL DUARTE PASSOS RESENDE

(Vogal)



# 2

## **CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E OBRIGAÇÕES LEGAIS**

## 1. Execução do Plano de Atividades e Orçamento

### a) Execução do Plano de Atividades e Orçamento PAO 2025

Os indicadores que se apresentam no mapa seguinte são, em parte, os que constam do conjunto dos objetivos de gestão do Conselho de Administração.

Unid: euro

Indicadores	PAO 2025	Executado 2025	Desvio (+/-)	Observações / Medidas
Resultado Líquido	18.927,00 €	989.911,74 €	970.984,74 €	
EBITDA	4.455.406,38 €	6.410.831,52 €	1.955.425,14 €	
Resultado Operacional <sup>(1)</sup> (EBIT)	137.080,18 €	1.291.315,24 €	1.154.235,06 €	
Volume de Negócios <sup>(2)</sup>	29.275.548,06 €	30.094.704,20 €	819.156,14 €	
Gastos Operacionais <sup>(3)</sup>	26.106.033,10 €	25.047.248,35 €	-1.058.784,75 €	
Gastos Operacionais/Volume de N.	89,17%	83,23%	-5,95%	
Endividamento <sup>(4)</sup>	- €	- €	- €	
Dívida Financeira Líquida <sup>(5)</sup> /(EBITDA)	-48,27%	-75,11%	-26,84%	
Disponibilidades <sup>(6)</sup>	2.150.778,00 €	4.815.106,76 €	2.664.328,76 €	

1) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

2) Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são consideradas no cálculo do Volume de Negócios.

3) CMVMC, FSE e Gastos com Pessoal

4) Passivo remunerado

5) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento deduzido das disponibilidades.

6) Caixa conforme Balanço

Como se pode observar, os quatro primeiros indicadores situam-se todos acima dos valores orçamentados para 2025. Esta situação verificou-se pelo facto de o volume de negócios ter ficado cerca de 800 mil euros acima dos valores previstos, o que conduziu a uma melhoria significativa dos restantes três indicadores: Resultado Líquido, EBITDA e Resultado Operacional.

Por outro lado, e apesar dos gastos operacionais (fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal) se situarem cerca de 1,08 milhões de euros abaixo do orçamento, o Resultado Líquido e o Resultado Operacional registam o impacto das depreciações num acréscimo de 800 mil euros face ao orçamentado, o que decorreu do elevado volume de incorporações não previsto em sede de orçamento.

### b) Objetivos e Metas de Gestão

A avaliação dos objetivos de gestão é habitualmente feita de acordo com os objetivos constantes no Plano Estratégico da Docapesca. Assim, apresenta-se abaixo o quadro com a avaliação dos objetivos estratégicos definidos, bem como com a execução dos Indicador-Chave de Desempenho (KPI - Key Performance Indicator).

## Objetivos de Gestão

	Peso de cada obj.	Objetivos de gestão 2025			
		Proposto	Executado	Execução percentual	Execução percentual ponderada
<b>Vetor 1 - Relação com a comunidade</b>	<b>15,00%</b>			<b>62,42%</b>	<b>9,36%</b>
OE 1 - Afimar a Docapesca enquanto entidade de referência e promover a confiança do consumidor	7,50%			47,33%	3,55%
KPI 1.1 - Valor médio obtido no inquérito de satisfação realizado aos clientes da empresa	3,75%	3,75	3,55	94,7%	3,55%
KPI 1.2 - Redução do n.º de reclamações válidas, face ao ano anterior	3,75%	10%	0%	0,0%	0,00%
OE 2 - Desenvolver e aprofundar o relacionamento de proximidade com as comunidades	7,50%			77,50%	5,81%
KPI 2.1 - N.º de partes interessadas envolvidas	3,75%	100%	100%	100,0%	3,75%
KPI 2.2 - N.º de projetos (*) de proximidade e apoio à comunidade	3,75%	20	11	55,0%	2,06%
<b>Vetor 2 - Sustentabilidade do Setor Alimentar do Mar</b>	<b>15,00%</b>			<b>65,42%</b>	<b>9,81%</b>
OE 3 - Transformar os portos de pesca em portos sustentáveis	10,00%			73,1%	7,31%
KPI 3.1 - N.º de portos de pesca com classificação de porto sustentável	5,00%	4	Conc. parcialmente definido	50,0%	2,50%
KPI 3.2 - % de consumo energético nos portos de pesca resultante de autoprodução com origem em fontes de energia renovável	5,00%	4,00%	3,85%	96,3%	4,81%
OE 4 - Promover um setor mais sustentável	5,00%			50,0%	2,50%
KPI 4.1 - Promover concursos (*) de projetos inovadores	5,00%	2	1	50,0%	2,50%
<b>Vetor 3 - Valorização e Diversificação da Atividade</b>	<b>15,00%</b>			<b>78,47%</b>	<b>11,77%</b>
OE 5 - Reforçar os sistemas de rastreabilidade	3,75%			50,0%	1,88%
KPI 5.1 - Definição do conceito CCL para aquicultura e ações de divulgação (*)	3,75%	2	Conc. parcialmente definido	50,0%	1,88%
OE 6 - Valorizar os produtos do setor alimentar do mar	7,50%			94,4%	7,08%
KPI 6.1 - N.º de estudos (*) realizados no âmbito da cadeia de valor	3,75%	2	2	100,0%	3,75%
KPI 6.2 - N.º de lotas (*) com certificação NP EN ISO 22000	3,75%	18	16	88,9%	3,33%
OE 7 - Desenvolver novos serviços e áreas de negócio	3,75%			75,0%	2,81%
KPI 7.1 - N.º de novos serviços/áreas de negócio implementadas	3,75%	4	3	75,0%	2,81%
<b>Vetor 4 - Eficiência Organizacional</b>	<b>55,00%</b>			<b>1036,94%</b>	<b>570,32%</b>
OE8 - Desenvolver, melhorar e padronizar a organização	3,00%			100,0%	3,00%
KPI 8.1 - n.º de processos críticos reestruturados	3,00%	5	5	100,0%	3,00%
OE9 - Aprofundar e acelerar a transição digital	6,00%			57,5%	3,45%
KPI 9.1 - % de processos críticos digitais	3,00%	5	2	40,0%	1,20%
KPI 9.2 - N.º de serviços digitalmente disponibilizados	3,00%	4	3	75,0%	2,25%
OE10 - Promover uma cultura organizacional que valorize a mudança	6,00%			147,6%	8,86%
KPI 10.1 - Taxa de execução do plano de formação interno (%)	3,00%	95,0%	100,0%	105,3%	3,16%
KPI 10.2 - RH com formação em gestão da mudança (%) **	3,00%	30,0%	57,0%	190,0%	5,70%
OE11 - Garantir o cumprimento das metas económico-financeiras	40,00%			1387,5%	555,01%
KPI 11.1 - Volume de Negócios (€)	10,00%	29.275.548	30.094.704	102,8%	10,28%
KPI 11.2 - Eficiência operacional (%) (sem ajustamentos)	10,00%	89,2%	83,2%	107,1%	10,71%
KPI 11.3 - Prazo Médio de Pagamento (Dias)	10,00%	40	36	110,0%	11,00%
KPI 11.4 - Resultados Líquidos (€)	10,00%	18.927	989.912	5230,2%	523,02%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>				<b>601,26%</b>

1) Volume de Negócios = 71 Vendas + 72 Prestação de Serviços - Valor constante na Demonstração de Resultados por natureza anual, apurado de acordo com o SNC.

2) (CMVMC+FSE+GcP)/VN - Valor constante na Demonstração de Resultados por natureza anual, apurado de acordo com o SNC.

3) PMP calculado de acordo com a RCM n.º 34/2008, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril.

4) Resultado líquido - Valor constante na Demonstração de Resultados por natureza anual, apurado de acordo com o SNC.

O quadro com os objetivos de gestão evidencia que a Docapesca atingiu um grau de execução de 601% relativamente aos objetivos definidos. Importa aqui ressaltar que este grau de execução

decorre essencialmente do facto de a empresa ter apresentado um resultado líquido de 989 mil euros, muito acima do resultado líquido que se previu no PAO 2025, originando uma execução de 523% para o respetivo indicador. Importa referir, no entanto, caso se verificasse uma execução dos resultados líquidos da empresa estivesse em linha com o orçamentado, a execução total dos objetivos de gestão seria na ordem dos 88,25%.

Esta variação favorável resulta maioritariamente do efeito conjugado dos seguintes aspetos:

- O volume de negócios da empresa, do qual cerca de dois terços têm origem na primeira venda de pescado, registou um acréscimo de cerca de 800 mil euros face ao orçamentado. Esta situação ficou a dever-se, essencialmente, ao facto de 2025 ter sido um ano particularmente favorável em termos de valor do pescado transacionado.
- Os fornecimentos e serviços externos registaram um valor em linha com a execução de 2024, refletindo um esforço contínuo de contenção de gastos. Assim, não se verificou o aumento que havia sido previsto em sede de orçamento.
- Os gastos com pessoal ficaram cerca de 724 mil euros abaixo do previsto. Salienta-se neste ponto que a Docapesca submeteu ao acionista, em maio de 2025, uma Adenda ao PAO 2025, na qual, entre outras situações, se fazia uma revisão em baixa para os gastos com pessoal para 14,89 milhões de euros, em resultado de uma diminuição do número de trabalhadores que se verificou no final do ano 2024 e que se manteve em 2025.
- As amortizações e depreciações sofreram um acréscimo de cerca de 800 mil euros, em resultado de um elevado valor de incorporações de investimentos, o que não tinha sido previsto no PAO 2025.

Por fim, importa salientar que, apesar de o ano de 2025 ser o último da execução do Plano Estratégico 2023-2025, com a alteração de mandato do Conselho de Administração, registaram-se alguns atrasos e alterações, pelo que foi decidido dar continuidade ao plano no PAO 2026.

#### c) Empresas públicas do perímetro de consolidação das Administrações Públicas

A Docapesca – Portos e Lotas, S.A. não integra o conjunto de empresas públicas que se encontram no perímetro de consolidação das Administrações Públicas.

#### d) Autorizações concedidas na aprovação do PAO 2025

Em sede de aprovação do PAO 2025 foram expressamente concedidas as autorizações indicadas no quadro seguinte:

Autorização Concedida	Despacho Autorizador	Limite/montante autorizado para 2025
Gastos Operacionais	Despacho n.º 696/2024-SETF	Aumento dos Gastos Operacionais em 921,4 mil euros em 2025, limitando o seu valor total em 2025 a 26,106 milhões de euros.
Frota automóvel	Despacho n.º 696/2024-SETF	Substituição de três viaturas operacionais

A Docapesca cumpriu com os limites aprovados para os gastos operacionais, uma vez que em 2025 estes gastos ficaram 1 milhão de euros abaixo dos gastos orçamentados.

Já na parte relativa à frota automóvel, a Docapesca adquiriu três viaturas ligeiras para substituir três viaturas operacionais.

## 2. Eficiência operacional e gastos operacionais

EFICIÊNCIA OPERACIONAL - n.ºs 1 e 2 do artigo 134º do DLEO 2024	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025 (Exec.)/2024 (Exec.)		2025 (Exec.)/2025 (orç.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) CMVMC	425.540 €	403.132 €	399.338 €	26.202 €	6,6%	22.408 €	5,6%
(2) FSE	9.890.598 €	10.246.919 €	9.936.162 €	-45.564 €	0,5%	-356.321 €	-3,5%
(3) Gastos com o pessoal	14.731.110 €	15.455.982 €	14.243.379 €	487.731 €	3,4%	-724.872 €	-4,7%
(4) Impactos nos gastos decorrentes de imposições legais (discriminar e fundamentar, se aplicável):	542.786 €	625.048 €	0 €	542.786 €	n.a.	-82.262 €	-13,2%
Cumprimento de disposições legais	258.831 €	295.277 €		258.831 €	n.a.	-36.446 €	-12,3%
Valorizações remuneratórias decorrentes do acordo para a melhoria do rendimento	239.938 €	285.755 €		239.938 €	n.a.	-45.817 €	-16,0%
Valorizações remuneratórias obrigatórias IRCT	44.016 €	44.016 €		44.016 €	n.a.	0 €	0,0%
(5) Gastos operacionais ajustados (1)+(2)+(3)-(4)	24.504.463 €	25.480.985 €	24.578.878 €	-74.416 €	0,3%	-976.522 €	-3,8%
(6) Volume de negócios	30.094.704 €	29.275.548 €	29.043.305 €	1.051.399 €	3,6%	819.156 €	2,8%
Vendas	1.982.900 €	1.715.350 €	1.663.096 €	319.804 €	19,2%	267.550 €	15,6%
Prestações de Serviços	28.111.804 €	27.560.198 €	27.380.209 €	731.595 €	2,7%	551.606 €	2,0%
Outros Rendimentos que concorrem para o VN (discriminar e fundamentar, se aplicável)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Indemnizações Compensatórias (se aplicável)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
(7) Impactos no VN decorrentes de imposições legais (discriminar e fundamentar, se aplicável):	1.122.621 €	1.896.797 €	1.319.099 €	-196.478 €	14,9%	-774.176 €	-40,8%
Transferência Competências (Lei n.º 50/2018, 16/08)	1.122.621 €	1.896.797 €	1.319.099 €	-196.478 €	14,9%	-774.176 €	-40,8%
(8) Volume de negócios ajustado (6)+(7)	31.217.326 €	31.172.346 €	30.362.404 €	854.921 €	2,8%	44.980 €	0,1%
(9) Peso dos Gastos/VN = (5)/(8)	78,50%	81,74%	80,95%	-2,46%	3,0%	-3,25%	-4,0%

Conforme se pode observar no quadro acima, o rácio da eficiência operacional de 2025 (gastos operacionais sobre o volume de negócios, excluídos os impactos decorrentes do cumprimento de imposições legais devidamente fundamentados) é inferior ao verificado em 2025, sendo também inferior ao apresentado no PAO 2025.

Importa salientar que os impactos que se deduzem aos gastos com pessoal, são os que decorrem do aumento da retribuição mínima mensal garantida (RMMG), no campo relativo ao cumprimento de disposições legais, da valorização remuneratória aplicada aos trabalhadores, bem como do Despacho n.º 1103-B/2025, de 23 de janeiro, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, com as orientações sobre a política salarial a adotar no setor empresarial do Estado em 2025 e, ainda, as

valorizações que resultam da aplicação do Acordo de Empresa, e que se encontram no campo valorizações remuneratórias obrigatórias IRCT.

Por outro lado, salienta-se ainda que, conforme já atrás referido, os gastos com pessoal ficaram cerca de 720 mil euros abaixo do previsto no orçamento, o que decorreu essencialmente da diminuição verificada no número de trabalhadores no final do ano de 2024 e que se manteve, com repercussão nos gastos de 2025. Esta redução resultou de uma política de não substituição de trabalhadores, aliada a uma melhoria da eficiência operacional nas lotas, com a otimização do número de trabalhadores e, conseqüentemente, menor recurso a contratação a termo certo.

Em relação à comparação dos gastos com pessoal de 2025 com os de 2024, e de modo a assegurar a comparabilidade, não foram considerados os impactos de valorizações para o ano de 2024.

Quanto aos restantes gastos operacionais, na comparação com o ano de 2024, os fornecimentos e serviços externos e as mercadorias vendidas e matérias consumidas registaram diferenças pouco significativas, embora em sentidos diferentes que, no seu conjunto quase se anulam. Já na comparação com o orçamento 2025, os fornecimentos e serviços externos apresentam uma diminuição de cerca de 360 mil euros, enquanto as mercadorias evidenciam uma diferença com reduzida expressão.

No que concerne ao volume de negócios, os impactos apresentados são os que respeitam ao processo de transferência de competências (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e, em concreto, a sua regulamentação por via do Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio, em relação às áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à Atividade Portuária, e do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, em relação ao serviço público de transporte de passageiros regular e transporte turístico em vias navegáveis interiores), e que representam uma diminuição dos rendimentos da Docapesca.

Informação adicional	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025 (Exec.)/2024 (Exec.)		2025 (Exec.)/2025 (orç.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) Gastos com o pessoal	14.731.110 €	15.455.982 €	14.243.379 €	487.731 €	3,4%	-724.872 €	-4,7%
i. (-) Gastos relativos aos órgãos sociais	451.606 €	372.675 €	368.370 €	83.236 €	-22,6%	78.931 €	21,2%
ii. (-) Efeito do cumprimento de disposições legais <sup>a)</sup> (discriminar, se aplicável)	258.831 €	295.277 €		258.831 €	n.a.	-36.446 €	12,3%
iii. (-) Valorizações remuneratórias decorrentes do acordo para a melhoria do rendimento (Despacho de 29/12/2023-MF) <sup>a)</sup>	239.938 €	285.755 €		239.938 €	n.a.	-45.817 €	16,0%
iv. (-) Valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação de Regulamentos/IRCT	44.016 €	44.016 €		44.016 €	n.a.	0 €	0,0%
v. (+) Efeito do Absentismo	81.409 €	124.213 €	99.882 €	-18.473 €	-18,5%	-42.804 €	34,5%
vi. (-) Efeito das indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo)a)	0 €	0 €	0 €	0 €	n.a.	0 €	n.a.
(2) Gastos com pessoal sem os impactos i. a vi	13.818.127 €	14.582.472 €	13.974.891 €	-156.764 €	-1,1%	-764.345 €	-5,2%
(3) Gastos com deslocações e alojamento	21.046 €	27.765 €	20.559 €	487 €	2,4%	-6.719 €	-24,2%
(4) Gastos com ajudas de custo	41.502 €	33.162 €	33.897 €	7.605 €	22,4%	8.339 €	25,1%
Gastos associados à frota automóvel <sup>b)</sup>	248.644 €	255.014 €	232.892 €	15.751 €	6,8%	-6.371 €	-2,5%
(6) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	25.700 €	85.500 €	30.110 €	-4.410 €	14,6%	-59.800 €	-69,9%
(7) Total dos gastos (3) a (6)	336.892 €	401.442 €	317.459 €	19.433 €	6,1%	-64.550 €	-16,1%
(8) N.º de Viaturas (operacional)	42	44	44	-2	4,5%	-2	-4,5%
(9) N.º de viaturas (não operacional)	0	0	0	0	n.a.	0	n.a.

a) Despacho do Senhor Ministro das Finanças, de 29-12-2023, no âmbito do acordo de médio prazo de melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, celebrado a 7 de outubro de 2023.

No que concerne ao quadro acima, podemos verificar que os gastos com pessoal de 2025, sem os gastos com os Órgãos Sociais e sem os impactos das valorizações remuneratórias e, ainda, o conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custos, frota automóvel e encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria se encontram abaixo dos mesmos gastos da execução de 2024 e do orçamento de 2025.

Tendo presente o atrás exposto, consideram-se cumpridas as orientações do Decreto Lei de Execução Orçamental para 2025.

### 3. Recursos humanos e massa salarial

Recursos Humanos e massa salarial	2025 Execução	2025 Orçamento	2024 Execução	2025/2024	
				Δ Absol.	Var. %
N.º Órgãos Sociais (OS)	6	6	6	0	0,00%
N.º Cargos de Direção (CD)	17	17	17	0	0,00%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	451	472	455	-4	-0,88%
TOTAL	474	495	478	-4	-0,84%
N.º Trabalhadores/N.º CD	78,00	81,50	78,67	-1	-0,85%
Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T)	31.078,29 €	31.224,21 €	29.797,86 €	1.280,43 €	4,30%
Massa Salarial Global	11.073.253,23 €	11.622.816,76 €	10.729.078,92 €	344.174,31 €	3,21%
Massa Salarial sem os efeitos de volume (caso se tenha verificado um aumento ou diminuição líquida do n.º de trabalhadores) <sup>a)</sup>	11.073.253,23 €	11.218.751,56 €	10.638.154,52 €	435.098,71 €	4,09%

a) Aferição do Despacho n.º 1103-B/2025, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças

O quadro anterior evidencia que a evolução do número de trabalhadores da Docapesca apresenta uma redução face ao orçamento e face à execução de 2024. A redução face ao orçamentado resulta

da política de não substituição de trabalhadores, aliada a uma melhoria da eficiência operacional nas lotas, com a otimização do número de trabalhadores, conforme atrás referido.

Em relação à massa salarial global, podemos observar que a execução de 2025 comparada com 2024, a massa salarial cresceu 3,21%. Já na massa salarial sem os efeitos de volume, que foi obtida considerando a massa salarial por trabalhador de 2025 multiplicada pelo número de trabalhadores de 2024 (considerando o n.º de trabalhadores a 31 de dezembro de cada ano), verificamos que o acréscimo se situa nos 4,09%, cumprindo deste modo a orientação do Despacho n.º 1103-B/2025, de 23 de janeiro, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, que no ponto 1 refere “As empresas do SEE podem proceder a um aumento da massa salarial global até 4,7 %, de forma anualizada, face a 2024”.

Foi ainda realizado o mesmo exercício considerando o número médio de trabalhadores em cada ano, 498 em 2025 e 504 em 2024, sendo que neste caso o aumento da massa salarial sem efeitos de volume aumentava 4,45%, cumprindo também a orientação do referido Despacho.

No que respeita à variação de trabalhadores durante o ano de 2025, podemos verificar no quadro seguinte os respetivos movimentos.

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2024	Movimentos de Pessoal em 2025					Situação a 31/12/2025
		Saídas (reformas /outros)	Trab.ausentes por mobilidade/cedência/licença	Contratações para substituição de saídas	Novas contratações*	Entradas ao abrigo (normativo legal, etc.)**	
	(1)	(2)		(3)	(4)	(5)	(6) = (1) - (2) + (3) + (4) + (5)
Órgãos Sociais (OS)	6						6
Cargos de direção (s/ OS)	17						17
Trabalhadores							0
Técnicos Superiores	68	6	2	3			65
Técnicos	49	3		2			48
Administrativos	37	4		4			37
Operadores de Exploração	177	54		20		40	183
Operadores de Venda	65	5					60
Operadores Técnicos de Manutenção	16	1		2			17
Operadores Serviços Apoio	4	1					3
Trabalhadores com Acordo de Cedência Interesse Público	39	1					38
<b>Total (OS+CD+Trabalhadores)</b>	<b>478</b>	<b>75</b>	<b>2</b>	<b>31</b>	<b>0</b>	<b>40</b>	<b>474</b>
<b>Impacto nos gastos com pessoal</b>		<b>970.803,00 €</b>	<b>-</b>	<b>670.022,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-300.781,00 €</b>

\* Não aplicável

\*\* Despacho N.º 4741-B/2025 - Safra da sardinha

#### 4. Plano de Investimento

No que respeita aos investimentos, apresenta-se de seguida um quadro síntese dos investimentos realizados no ano de 2025. Os investimentos foram agrupados por Direções de Portos e Lotas (Norte e Matosinhos, Centro Norte, Centro, Centro Sul e Algarve), bem como projetos de âmbito transversal

à empresa. Esta agregação tem como objetivo facilitar a leitura e análise da informação, atendendo ao elevado número de projetos executados e à sua dispersão pelos diversos portos ao longo da costa de Portugal Continental.

Plano de Investimentos	PAO 2025	Total	Fontes de Financiamento		Desvio (PAO vs. Executado)	Observações/medidas
		Executado 2025	Auto-financiamento (Receitas próprias)	Fundos Comunitários (*)		
<b>Valor total do investimento</b>	<b>6.185.436 €</b>	<b>3.758.319 €</b>	<b>2.110.377 €</b>	<b>1.647.941 €</b>	<b>-2.427.117 €</b>	<p>A execução encontra-se, abaixo do valor previsto, o que se justifica pelos seguintes motivos:</p> <p>1. Os investimentos em questão fazem parte de um plano plurianual pelo que, uma vez iniciado o investimento, geralmente não é exequível realizar física e financeiramente apenas o valor que se encontra previsto para um dado ano.</p> <p>2. A realização ficou aquém do estimado, por um lado, pelo facto da empresa só poder avançar com os projetos após aprovação das candidaturas ao PO MAR 2030 e, por outro lado, devido a alguns constrangimentos de tesouraria, ao longo do ano.</p> <p>3. Os valores previstos no plano de investimentos são a melhor estimativas no momento da sua elaboração, sendo que apenas na conclusão dos procedimentos concursais podemos saber o exato valor das empreitadas;</p>
Direção de Portos e Lotas Norte e Matosinhos (DPLNM)	1.523.334 €	329.946 €	309.233 €	20.714 €	-1.193.388 €	
Direção de Portos e Lotas Centro Norte (DPLCN)	384.001 €	129.083 €	121.384 €	7.699 €	-254.918 €	
Direção de Portos e Lotas Centro (DPLC)	811.205 €	871.376 €	372.530 €	498.845 €	60.171 €	
Direção de Portos e Lotas Centro Sul (DPLCS)	773.760 €	545.149 €	329.701 €	215.447 €	-228.611 €	
Direção de Portos e Lotas Algarve (DPLA)	2.139.100 €	1.578.772 €	691.473 €	887.299 €	-560.328 €	
Projetos Comuns	554.036 €	303.993 €	286.055 €	17.938 €	-250.043 €	

A execução do plano de investimentos durante o ano de 2025 ficou aquém do valor orçamentado no PAO 2025. Esta situação resulta de diversos fatores, destacando-se, entre os mais relevantes, o facto de o ano em causa corresponder ao início do Programa Operacional Mar 2030 (PO Mar 2030). Neste contexto, a empresa encontra-se dependente da abertura dos avisos para poder submeter as candidaturas relativas aos projetos previstos no plano de investimentos, o que condicionou o ritmo da execução financeira.

De salientar que a maioria dos projetos inscritos no plano de investimentos e realizados pela Docapesca são objeto de cofinanciamento, designadamente o Programa Operacional do Mar.

## 5. Contratualização de Serviço Público

A Docapesca – Portos e Lotas, S.A. não celebrou quaisquer contratos-programa, contratos de prestação de serviço público ou de interesse económico geral com o Estado.

## 6. Gestão do risco financeiro

A Docapesca não detém ativos financeiros, com exceção dos relativos ao Fundo de Compensação de Trabalho e às participações na Associação para a promoção e desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia do Mar Peniche (SmartOcean) e à Associação para uma Aquacultura Sustentável e Inteligente (S2Aqua – Laboratório Colaborativo).

Os instrumentos de financiamento da Docapesca são remunerados pela aplicação de taxas de juro indexadas à Euribor.

Na sequência de uma consulta ao mercado, e após autorização do acionista, em 2022 foi celebrado um contrato de descoberto bancário com o Banco BPI, S.A.. Este contrato tem vindo a ser renovado anualmente, com as mesmas condições.

Realça-se que o recurso ao descoberto bancário foi limitado ao estritamente necessário, procedendo-se ao seu reembolso sempre que a tesouraria o permitia.

Apresenta-se de seguida a evolução da taxa média de financiamento, considerando todos os custos financeiros associados ao financiamento.

Anos	2025	2024	2023	2022	2021
Encargos Financeiros (€)	5.970	40.499	7.624	3.879	3.125
Taxa Média de Financiamento (%)	n.a.	4,91%	5,94%	n.a.	n.a.

No quadro seguinte encontra-se refletida a taxa média de financiamento, bem como o valor de financiamento médio, decorrente do recurso ao descoberto bancário. Ressalva-se que, em 2025, não foi necessário o recurso à conta de descoberto bancário.

Período	Taxa média anual de financiamento	Encargos financeiros suportados	Comissões s/ as linhas de crédito	Financiamento médio
2021	2,50%	0 €	3.125 €	0 €
2022	0,325%	0 €	3.879 €	0 €
2023	4,07%	5.233 €	2.392 €	128.424 €
2024	4,91%	34.556 €	5.944 €	824.782 €
2025	2,54%	0 €	5.970 €	0 €

## 7. Limite de crescimento do endividamento

A Docapesca não tem endividamento o que se encontra evidenciado no quadro abaixo.

Variação do Endividamento (execução)	2025	2024
	Valores (€)	
Capital estatutário ou social realizado e outros instrumentos de d	9.028.400 €	9.028.400 €
Financiamento remunerado	- €	- €
Novos investimentos com expressão material em 2023	- €	
<b>VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO</b>	<b>- €</b>	

## 8. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Em 2024, a Docapesca solicitou ao IGCP um pedido de exceção de cumprimento do princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (UTE), no sentido da dispensa para os valores:

- Dos descobertos bancários;
- Das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos de caução à ordem de terceiros;
- Inerentes aos empréstimos bancários contraídos (valores estritamente necessários para o serviço do empréstimo, nas datas previstas para o efeito);
- Objeto dos contratos de recolha de valores celebrados com a banca comercial, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para contas de Docapesca no IGCP,

O IGCP, através do despacho do respetivo Conselho de Administração, datado de 20 de junho de 2024, excecionou o cumprimento da UTE, para os valores atrás enunciados, para os anos de 2024 e 2025.

Ao longo de 2025, a Docapesca apresentava saldos mínimos nas restantes contas na banca comercial, como se pode observar no quadro seguinte.

Banca Comercial	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
Banco Comercial Portugues, SA	1.282,60 €	1.463,29 €	1.643,98 €	824,67 €
Banco BPI, SA	3.917,56 €	2.542,52 €	1.783,72 €	3.757,62 €
Caixa Geral de Depositos, SA	697,87 €	697,87 €	697,87 €	651,07 €
<b>Total</b>	<b>5.898,03 €</b>	<b>4.703,68 €</b>	<b>4.125,57 €</b>	<b>5.233,36 €</b>
Juros auferidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

As disponibilidades da Docapesca que se encontravam na conta do IGCP no final de cada trimestre, encontram-se evidenciadas no quadro abaixo.

No final de 2024, foi feita uma aplicação (CEDIC) de 1,5 milhões de euros, que foi resgatada no início de 2025. No início de fevereiro de 2025 foi efetuada uma aplicação CEDIC, pelo período de 3 meses, no montante de 500 mil euros.

No final de dezembro de 2025, foi feita uma aplicação (CEDIC) de 500 mil euros que foi resgatada no início de janeiro de 2026.

IGCP	2025			
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
Disponibilidades	6.778.468,64 €	6.633.403,41 €	8.400.741,01 €	4.259.322,34 €
Aplicações Financeiras	500.000,00 €	0,00 €	0,00 €	500.000,00 €
Total	7.278.468,64 €	6.633.403,41 €	8.400.741,01 €	4.759.322,34 €

De realçar que a Docapesca não tem qualquer aplicação financeira na banca comercial.

## 9. Evolução do prazo médio de pagamento (PMP) e “Arrears”

### a) Prazo Médio de Pagamento

O prazo médio de pagamento (PMP) a fornecedores, calculado de acordo com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, e pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, evoluiu, de 31 de dezembro de 2024 para 31 de dezembro de 2025, conforme evidenciado no quadro seguinte:

PMP	2025	2024	Variação 2025/2024	
			Valor	%
Prazo (dias)	36	47	-11	-23%

No final de 2025, o PMP situou-se nos 36 dias, registando-se uma melhoria face ao valor obtido em 31 de dezembro de 2024.

Esta situação resulta da recuperação da tesouraria devido ao menor nível de investimento realizado e ao recebimento de subsídios ao investimento do PO Mar 2030, aliado a um ano favorável em termos de primeira venda de pescado, conseguiu-se reverter a situação de aumento do PMP.

Assim, os esforços desenvolvidos pela Docapesca permitiram corrigir o seu PMP e continuar a cumprir o Programa Pagar a Tempo e Horas.

## b) Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")

Dívida Vencida (>90 dias)	PAGAMENTOS EM ATRASO				
	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º do DL 65-A/2011 conjugado com o n.º 2 do artigo 4.º do DL 127/2012				
	2025				2024
	90-180 dias	180-365 dias	> 360 dias	Total	Total
1 - Aq. de Bens e Serviços	2.634 €	7.958 €	12.519 €	23.111 €	194.679 €
2 - Aq. de Capital	5.425 €	0 €	16.679 €	22.104 €	135.580 €
3 - Total dívida vencida >90 dias (1+2)	8.060 €	7.958 €	29.197 €	45.215 €	330.259 €
4 - Situações excluídas (n.2 art.4 DL 127/2012)	8.060 €	7.958 €	29.197 €	45.215 €	330.259 €
4.1 - obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória	0 €	0 €	0 €	0 €	105.069 €
4.2 - Situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor	8.060 €	7.958 €	29.197 €	45.215 €	225.190 €
4.3 - montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
5 - PAGAMENTOS EM ATRASO (3)-(4)	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €

Pagamentos em atraso nos termos do n.º 1 do artigo 40.º da LOE 2024	Saldo
1 - Pagamentos em atraso 2024 (>90 dias) 1	0 €
2 - Pagamentos em atraso 2025 (>90 dias) 1	0 €
3 - Δ Pagamentos em atraso (2-1)	0 €
4 - Dotações orçamentais adicionais em 2025 <sup>2</sup>	0 €
5 - Saldo (3)-(4)	0 €

Salvo os casos em que as obrigações de pagamento foram objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória e as situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, a Docapesca não tem dívidas a fornecedores vencidas há mais de 90 dias.

## 10. Estatuto do Gestor Público

### a) Objetivos de Gestão

Em 1 de setembro de 2025 foi eleito um novo Conselho de Administração para o mandato 2025-2027, tendo o Conselho de Administração eleito para o mandato 2022-2024 permanecido em funções até 31 de agosto de 2025. No que aos contratos de gestão respeita, temos a referir que, em relação a ambos os mandatos, foram elaboradas e remetidas as respetivas propostas, de acordo com o previsto na Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, dentro dos prazos legalmente estabelecidos.

No entanto, quanto ao mandato 2022-2024, que terminou no dia 31 de agosto de 2025, não foram celebrados os correspondentes contratos de gestão.

No que concerne ao mandato 2025-2027, foram enviadas as propostas de contratos de gestão para a Entidade do Tesouro e Finanças dentro do prazo fixado na Deliberação Social Unânime por Escrito (15 de outubro de 2025). Contudo, até à presente data ainda não foi rececionada qualquer resposta, mantendo-se, assim, por celebrar os respetivos contratos de gestão.

As orientações sobre o processo de prestação de contas referente ao exercício de 2025, constantes no Ofício Circular n.º SAI/2026/904, de 26 de janeiro, referem que a avaliação dos objetivos de gestão para 2025 deve ser efetuada apresentando o respetivo grau de cumprimento, conforme proposta submetida à Entidade do Tesouro e Finanças (ETF), identificando os desvios verificados e as medidas corretivas adotadas, apresenta-se de seguida a avaliação dos objetivos

Considerando que os objetivos de gestão constantes das propostas de contratos de gestão se encontram alinhados com o Plano Estratégico, a respetiva avaliação coincide com a apresentada no ponto “1.Execução do Plano de Atividades e Orçamenta, a) Objetivos e metas de gestão” do presente relatório.

De referir ainda que os objetivos incluídos nas propostas de contratos de gestão fazem parte do conjunto dos objetivos do PAO 2025, ainda que não abranjam a sua totalidade . Assim, para efeitos de avaliação global de todos os objetivos, foi adotada a seguinte metodologia de ponderação:

- Aos objetivos considerados estratégicos na Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, que integram o “Objetivo Estratégico 11 - Garantir o cumprimento das metas económico-financeiras”, inserido no “Vetor 4 – Eficiência Organizacional”, foi atribuída um peso de 10% a cada um dos 4 indicadores, totalizando 40%;
- Os restantes 60% foram atribuídos pelos demais vetores estratégicos, atribuindo-se um peso de 15% a cada vetor. O “Vetor 4 – Eficiência Organizacional”, acumula esta ponderação de 15% com os 40% correspondentes ao Objetivo Estratégico 11.

Os valores apresentados no Quadro – Objetivos de Gestão, relativos ao grau de cumprimento dos objetivos refletem a totalidade da atividade desenvolvida pela empresa, incluindo a atividade que transitou para a Docapesca ao abrigo do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, bem como o impacto decorrente da redução da atividade resultante do processo de transferência de competências. Para cada indicador foi estabelecido como referência um objetivo anual correspondente a 100%.

Como anteriormente referido, o grau de cumprimento dos objetivos ficou aquém do estabelecido, com exceção para o indicador relativo aos resultados líquidos. Tal ficou a dever-se a alguns atrasos e alterações, no decorrer da alteração do Conselho de Administração. Consequentemente, decidiu-se dar continuidade ao Plano Estratégico da Docapesca no PAO 2026, embora tenham sido introduzidas as adaptações tidas por convenientes.

## Objetivos de Gestão

	Peso de cada obj.	Objetivos de gestão 2025			
		Proposto	Executado	Execução percentual	Execução percentual ponderada
<b>Vetor 1 - Relação com a comunidade</b>	<b>15,00%</b>			<b>62,42%</b>	<b>9,36%</b>
OE 1 - Afimar a Docapesca enquanto entidade de referência e promover a confiança do consumidor	7,50%			47,33%	3,55%
KPI 1.1 - Valor médio obtido no inquérito de satisfação realizado aos clientes da empresa	3,75%	3,75	3,55	94,7%	3,55%
KPI 1.2 - Redução do n.º de reclamações válidas, face ao ano anterior	3,75%	10%	0%	0,0%	0,00%
OE 2 - Desenvolver e aprofundar o relacionamento de proximidade com as comunidades	7,50%			77,50%	5,81%
KPI 2.1 - N.º de partes interessadas envolvidas	3,75%	100%	100%	100,0%	3,75%
KPI 2.2 - N.º de projetos (*) de proximidade e apoio à comunidade	3,75%	20	11	55,0%	2,06%
<b>Vetor 2 - Sustentabilidade do Setor Alimentar do Mar</b>	<b>15,00%</b>			<b>65,42%</b>	<b>9,81%</b>
OE 3 - Transformar os portos de pesca em portos sustentáveis	10,00%			73,1%	7,31%
KPI 3.1 - N.º de portos de pesca com classificação de porto sustentável	5,00%	4	Conc.parcialmente definido	50,0%	2,50%
KPI 3.2 - % de consumo energético nos portos de pesca resultante de autoprodução com origem em fontes de energia renovável	5,00%	4,00%	3,85%	96,3%	4,81%
OE 4 - Promover um setor mais sustentável	5,00%			50,0%	2,50%
KPI 4.1 - Promover concursos (*) de projetos inovadores	5,00%	2	1	50,0%	2,50%
<b>Vetor 3 - Valorização e Diversificação da Atividade</b>	<b>15,00%</b>			<b>78,47%</b>	<b>11,77%</b>
OE 5 - Rebrçar os sistemas de rastreabilidade	3,75%			50,0%	1,88%
KPI 5.1 - Definição do conceito CCL para aquicultura e ações de divulgação (*)	3,75%	2	Conc.parcialmente definido	50,0%	1,88%
OE 6 - Valorizar os produtos do setor alimentar do mar	7,50%			94,4%	7,08%
KPI 6.1 - N.º de estudos (*) realizados no âmbito da cadeia de valor	3,75%	2	2	100,0%	3,75%
KPI 6.2 - N.º de lotas (*) com certificação NP EN ISO 22000	3,75%	18	16	88,9%	3,33%
OE 7 - Desenvolver novos serviços e áreas de negócio	3,75%			75,0%	2,81%
KPI 7.1 - N.º de novos serviços/áreas de negócio implementadas	3,75%	4	3	75,0%	2,81%
<b>Vetor 4 - Eficiência Organizacional</b>	<b>55,00%</b>			<b>1036,94%</b>	<b>570,32%</b>
OE8 - Desenvolver, melhorar e padronizar a organização	3,00%			100,0%	3,00%
KPI 8.1 - n.º de processos críticos reestruturados	3,00%	5	5	100,0%	3,00%
OE9 - Aprofundar e acelerar a transição digital	6,00%			57,5%	3,45%
KPI 9.1 - % de processos críticos digitais	3,00%	5	2	40,0%	1,20%
KPI 9.2 - N.º de serviços digitalmente disponibilizados	3,00%	4	3	75,0%	2,25%
OE10 - Promover uma cultura organizacional que valorize a mudança	6,00%			147,6%	8,86%
KPI 10.1 - Taxa de execução do plano de formação interno (%)	3,00%	95,0%	100,0%	105,3%	3,16%
KPI 10.2 - RH com formação em gestão da mudança (%)**	3,00%	30,0%	57,0%	190,0%	5,70%
OE11 - Garantir o cumprimento das metas económico-financeiras	40,00%			1387,5%	555,01%
KPI 11.1 - Volume de Negócios (€)	10,00%	29.275.548	30.094.704	102,8%	10,28%
KPI 11.2 - Eficiência operacional (%) (sem ajustamentos)	10,00%	89,2%	83,2%	107,1%	10,71%
KPI 11.3 - Prazo Médio de Pagamento (Dias)	10,00%	40	36	110,0%	11,00%
KPI 11.4 - Resultados Líquidos (€)	10,00%	18.927	989.912	5230,2%	523,02%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>				<b>601,26%</b>

1) Volume de Negócios = 71 Vendas + 72 Prestação de Serviços - Valor constante na Demonstração de Resultados por natureza anual, apurado de acordo com o SNC.

2) (CMVMC+FSE+GcP)/VN - Valor constante na Demonstração de Resultados por natureza anual, apurado de acordo com o SNC.

3) PMP calculado de acordo com a RCM n.º 34/2008, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril.

4) Resultado líquido - Valor constante na Demonstração de Resultados por natureza anual, apurado de acordo com o SNC.

b) Artigos 32.º e 33.º do EGP

i. Cartões de crédito

A Docapesca deu cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, designadamente através da proibição da utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento pelos membros do Conselho de Administração, para a realização de despesas ao serviço da empresa.

ii. Despesas de representação pessoal

A Docapesca deu cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, abstendo-se de proceder ao reembolso de quaisquer despesas enquadráveis no conceito de despesas de representação pessoal.

iii. Despesas associadas a comunicações

Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, e conforme fixado na Deliberação Social Unânime por Escrito de 29 de julho de 2022, o abono máximo para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet não pode exceder 80 euros.

Os gastos com comunicações no ano de 2025 foram os seguintes:

Mandato I (Mandato 2022-2024)

(1 de janeiro a 31 de agosto de 2025)

Membro do Conselho de Administração	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Sérgio Miguel Redondo Faias	75,00 €	147,11 €	
João Pedro da Silva Correia	75,00 €	137,44 €	
Rita de Passos Coutinho Moreira Jorge Lourenço	75,00 €	107,02 €	
		391,57 €	

Mandato II (Mandato 2025-2027)

(1 de setembro a 31 de dezembro de 2025)

Membro do Conselho de Administração	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Afonso Gonçalves da Silva Oliveira	75,00 €	71,04 €	
Isabel Maria Tavares Ribeiro Esteves	75,00 €	39,00 €	
Márcia Isabel Duarte Passos Resende	75,00 €	51,18 €	
		161,22 €	

#### iv. Valor do combustível e portagens

Como se pode observar, em 2025, os gastos com combustível e portagens dos membros do Conselho de Administração, quer dos membros do Mandato I, quer dos membros do Mandato II, situaram-se nos limites do plafond estabelecido. Apenas no caso do Dr. Afonso Oliveira se regista um ligeiro aumento do plafond, de 7%, o que decorre da necessidade de acompanhar as atividades da empresa nas lotas e portos de pesca ao longo de toda a costa de Portugal continental.

##### Mandato I (Mandato 2022-2024)

(1 de janeiro a 31 de agosto de 2025)

Membro do Conselho de Administração	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível (gasóleo/eletricidade)	Portagens	Total	Observações
Sérgio Miguel Redondo Faias	502,21 €	1.315,01 €	455,41 €	1.770,42 €	
João Pedro da Silva Correia (*)	401,77 €	119,75 €	181,29 €	301,04 €	
Rita de Passos Coutinho Moreira Jorge Lourenço (**)	401,77 €	335,96 €	388,30 €	724,26 €	
				2.795,72 €	

(\*) Viatura híbrida plug-in a gasolina.

(\*\*) Viatura atribuída é totalmente elétricas.

##### Mandato II (Mandato 2025-2027)

(1 de setembro a 31 de dezembro de 2025)

Membro do Conselho de Administração	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível (gasóleo/eletricidade)	Portagens	Total	Observações
Afonso Gonçalves da Silva Oliveira	502,21 €	1.222,70 €	940,48 €	2.163,18 €	
Isabel Maria Tavares Ribeiro Esteves (*)	401,77 €	492,19 €	187,98 €	680,17 €	
Márcia Isabel Duarte Passos Resende	401,77 €	739,35 €	596,70 €	1.336,05 €	
				4.179,40 €	

(\*) Viatura híbrida plug-in a gasolina.

#### c) Despesas não documentadas ou confidenciais

A Docapesca rege-se pelo Sistema de Normalização Contabilística e cumpriu com o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e com o disposto no artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, não tendo qualquer tipo de despesa não documentada nos seus registos contabilísticos.

## 11. Contratação pública

### a) Aplicação das normas vigentes em 2025

Em matéria de contratação pública, a Docapesca rege-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, incluindo todas as alterações legislativas subsequentes aplicáveis em 2025.

### b) Procedimentos internos

O Manual de Procedimentos da Docapesca integra um conjunto sistematizado de normas internas relativamente à contratação pública, refletindo as mais recentes atualizações do Código dos Contratos Públicos. O referido Manual contempla igualmente as minutas necessárias às diversas fases dos procedimentos de contratação pública, as quais são objeto de atualização permanente pela Direção Jurídica, sempre que se revele necessário assegurar a conformidade legal e a adequação às alterações legislativas ou às melhores práticas.

Todos os procedimentos de contratação pública desenvolvidos na empresa são objeto de revisão prévia pela Direção Jurídica, com vista a verificar o cumprimento integral das formalidades legais e a prevenir a ocorrência de quaisquer vícios suscetíveis de comprometer a validade dos processos.

### c) Atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 milhões de euros

A Docapesca não celebrou quaisquer atos ou contratos com valor superior a 5 milhões de euros.

## 12. Informação Complementar

### a) Sistema Nacional de Compras Públicas

A Docapesca aderiu à ESPAP – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ex ANCP), em 2012, integrando assim o modelo de contratação centralizada da Administração Pública.

Não obstante essa adesão, a Docapesca tem vindo a participar em procedimentos agregados promovidos pela ESPAP apenas quando, após análise técnica e económico-financeira, se conclui que tais procedimentos asseguram condições mais vantajosas para a empresa.

Com efeito, sempre que os contratos centralizados demonstram potencial para gerar poupanças, ganhos de escala e melhores condições comerciais — como sucedeu, por exemplo, em anteriores aquisições agregadas de combustíveis e fornecimentos energéticos — a Docapesca integra esses procedimentos. Contudo, quando a avaliação de mercado evidencia que a contratação autónoma permite obter condições mais favoráveis, a empresa opta por lançar procedimentos próprios, garantindo o cumprimento dos princípios da boa gestão financeira, da eficiência e da racionalidade económica.

Esta abordagem evidencia uma atuação prudente e orientada para a salvaguarda do interesse público, assegurando que a adesão ao modelo centralizado não é automática, mas sim fundamentada numa análise casuística de custo-benefício.

b) Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista

Na Assembleia Geral de 31 de março de 2025, que foi realizada presencialmente e com recurso a meios telemáticos, o acionista Estado votou favoravelmente a aprovação do Relatório de Gestão e das Contas de 2024, tendo em consideração a opinião com reservas expressa na Certificação Legal das Contas e o parecer favorável emitido pelo Conselho Fiscal, determinando ao Conselho de Administração que diligenciasse no sentido de (i) cumprir com o disposto na RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, relativamente à redução do prazo médio de pagamento, (ii) assegurasse a divulgação do Plano anual para a igualdade, referente a 2024, no sítio da internet da Docapesca, e, (iii) prosseguisse com as medidas que permitem solucionar as situações subjacentes à emissão da reservas às contas.

A Docapesca tomou as seguintes medidas no sentido de ir ao encontro das recomendações do acionista:

- (i) Relativamente às ações tomadas para cumprir com o disposto na RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, relativamente à redução do prazo médio de pagamento

A Docapesca, em 2025, por força do reequilíbrio da tesouraria, no decurso do recebimento dos montantes cofinanciados e de um nível de investimento reduzido, recuperou o prazo médio de pagamento para os níveis anteriores, tendo registado uma recuperação de 9 dias.

- (ii) Assegurar a divulgação do Plano anual para a igualdade, referente a 2024, no sítio da internet da Docapesca

A Docapesca já disponibilizou no sítio da internet o Plano para a Igualdade e não discriminação da Docapesca, referente aos anos 2024-2025 .

- (iii) Prosseguir as medidas que permitam solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas às contas

Na Certificação Legal de Contas constam 2 reservas (apresentadas no ponto seguinte): uma relativa ao processo de integração dos ativos do ex-IPTM e outra relativa à assunção dos encargos associados ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) sobre infraestruturas.

No que respeita ao processo de integração dos bens patrimoniais e dominiais anteriormente detidos pelo extinto Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM), a empresa procedeu em 2016 à integração dos bens patrimoniais relativos às viaturas, embarcações e equipamentos de movimentação portuária. Ao longo dos anos, e decorrente da necessidade de realizar investimento para garantir a segurança de pessoas e bens, foram sendo integrados no ativo da empresa, com um valor simbólico, os bens nos quais foi realizado investimento, acrescido do valor desse mesmo investimento.

Em relação aos restantes bens patrimoniais, a integração não é possível sem que seja realizada uma avaliação. Contudo, a Docapesca aguardava o processo de transferência de competências para os municípios, conforme previsto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e, em concreto, da sua regulamentação por via do Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio e do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril. No âmbito deste processo foi determinado que os ativos a transferir não seriam objeto de avaliação patrimonial.

Em 2023, com o início do processo de transferência de competências foram celebrados 10 protocolos e transferidos os respetivos ativos (como atrás referido na nota prévia. Em 2024, apenas foi celebrado mais um protocolo, com o município de Mafra e em 2025 não foi assinado qualquer protocolo.

Assim, apenas após a celebração dos protocolos em falta, a empresa deverá proceder à avaliação dos ativos que transitaram do ex-IPTM e que permanecem na sua esfera de atuação.

Em relação à segunda reserva, foi efetuada uma atualização da lista de bens à data de 31 de dezembro de 2025, incluindo as novas aquisições e abates. Posteriormente, foram aplicadas as taxas de IMI em vigor em 2025, bem como dos três anos anteriores, de modo a apurar o valor da provisão. Desta avaliação resultou uma provisão total de 362 mil euros, em resultado da provisão que já existia e do reforço realizado em 2025 pelo montante de 13.625 euros.

c) Diligências tomadas para solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal das Contas

As reservas contidas na Certificação Legal de Contas do ano de 2024, são as seguintes:

- “Com a publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, a Docapesca assumiu as funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio anteriormente sujeitos à jurisdição do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP (IPTM), bem como todos os bens, direitos e obrigações afetos ao referido Instituto. Tal como referido nas Notas 1.3 e 28 do Anexo, o processo de integração encontra-se ainda em curso, tendo em 2024 sido reconhecidos 43.802 euros referentes a clientes. Assim, as demonstrações financeiras da Empresa referentes ao exercício de 2024, conforme detalhado na Nota 28 do Anexo, refletem alguns saldos decorrentes desse processo, nomeadamente, Outras variações no capital próprio no total de 854.172 euros (810.370 euros em 2023), fundamentalmente com integração de saldos de clientes e responsabilidades com processos judiciais e outras responsabilidades. Os bens patrimoniais e dominiais, com exceção, das viaturas, das embarcações e dos equipamentos de movimentação portuária, não foram ainda integrados por não se encontrarem ainda avaliados, em virtude de a empresa se encontrar a aguardar a conclusão do processo de descentralização ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. Conforme divulgado no ponto 22 do Relatório de

Gestão, relativamente aos municípios cujos protocolos foram já homologados, está em curso o processo de quantificação dos impactos contabilísticos e fiscais associados à transferência de competências para os municípios, com os quais se encontram a decorrer os processos negociais. Face ao exposto, não é possível concluir sobre os eventuais efeitos nas demonstrações financeiras, bem como dos ajustamentos que possam vir ser necessários efetuar relativamente aos saldos já reconhecidos no procedimento no processo de integração e os impactos contabilísticos e fiscais associados aos ativos a transferir para os municípios.”

- “Na sequência das novas competências atribuídas e da negociação de alguns contratos de concessão celebrados com Administrações Portuárias, a Empresa assume a responsabilidade pela manutenção das infraestruturas móveis e imóveis, assumindo por isso encargos associados ao Imposto Municipal sobre Imóveis sobre as referidas infraestruturas. Uma vez que não é possível determinar nem o valor patrimonial tributário dos bens nem as possíveis isenções em sede de IML, a empresa não está em condições de determinar o potencial montante a pagar. Em exercícios anteriores e para bens registados antes da integração foi utilizado como base o valor de aquisição e constituída uma provisão, no montante de cerca de 348.375 euros, a qual não foi objeto de qualquer reforço ou reversão no corrente ano, conforme referido na nota 14.1 do Anexo. Conforme referido no ponto 5 do Relatório de Gestão, e na nota 1.3 do Anexo, a empresa aguarda a conclusão do processo de descentralização ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. Dado que não dispomos de elementos que nos permitam aferir a razoabilidade de tal montante, e considerando que a estimativa efetuada pelos Serviços, para além de não ter sido atualizada em 2024, não tomou em consideração a totalidade das infraestruturas envolvidas, não nos foi possível desenvolver procedimentos alternativos suscetíveis de apurar o montante de responsabilidades que poderão estar envolvidas, bem como a suficiência, ou insuficiência, da provisão constituída.”

A apresentação das diligências desenvolvidas no âmbito destas reservas encontra-se respondida na alínea anterior, já que faz parte das recomendações do acionista no Assembleia Geral que aprovou as contas de 2024.

- d) Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas ou da IGF – Autoridade de Auditoria nos últimos 3 anos

No decurso dos anos 2023, 2024 e 2025 a Docapesca não foi auditada pelo Tribunal de Contas nem pela Autoridade de Auditoria da Inspeção Geral de Finanças..

- e) Diretiva comunitária Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD).

Num contexto europeu caracterizado pelo progressivo reforço das exigências de transparência e harmonização do relato de sustentabilidade, associado à entrada em vigor da Corporate

Sustainability Reporting Directive (CSRD), a Docapesca acompanha esta evolução do enquadramento regulamentar, enquadrando-a como um estímulo à reflexão e ao aperfeiçoamento contínuo das suas práticas de reporte. Embora, face à sua dimensão, quase 500 trabalhadores, e às recentes alterações legislativas que adiaram e poderão restringir o âmbito de aplicação da Diretiva, a empresa possa vir a não estar obrigada ao cumprimento integral deste regime, optou por iniciar uma transição progressiva e voluntária para o alinhamento com as normas europeias de relato (ESRS).

Neste âmbito, mantendo o referencial GRI como base, foi promovida a correspondência entre a informação reportada e os requisitos da CSRD, tendo igualmente sido acrescentado e desenvolvido o tema das Alterações Climáticas como novo tema material, em linha com as exigências do ESRS E1, reforçando a abordagem da empresa nesta matéria. Desta forma, a Docapesca consolida o seu compromisso com a transparência, a comparabilidade e a melhoria contínua do seu desempenho em sustentabilidade.

O enquadramento regulamentar, o ponto de situação da aplicabilidade à empresa e as opções adotadas no âmbito desta transição serão desenvolvidos de forma mais detalhada no capítulo específico dedicado a este tema.”

### 13. Quadro Síntese do Cumprimento das Orientações

Ponto	Cumprimento das Orientações	Cumprimento	Indicar Pág. Relatório Gestão
		S/N/N.A.	
1	<b>Execução do PAO</b>		10
	Metas a atingir constantes no PAO		
	Volume de Negócios	S	10
	Gastos Operacionais	S	10
	Rácio de Eficiência	S	10
	Variação de endividamento	S	10
	Outras metas de gestão relacionadas com a atividade da empresa	N.A.	
	Execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	N.A.	
	Autorizações Concedidas	S	12
	2	<b>Eficiência operacional e gastos operacionais</b>	S
3	<b>Recursos humanos e Massa Salarial</b>		15
	Indicação da evolução dos RH	S	15
	Identificação e disponibilização do Despacho autorizador aumento dos RH (se aplicável)	S	16
4	Evolução da massa salarial (sem efeito de volume)	S	15
	<b>Plano de Investimentos</b>	N	16
5	<b>Contratualização de Serviço Público</b>		17
	Indicadores, metas e execução	N.A.	
	Compensações recebidas	N.A.	
6	<b>Gestão do Risco Financeiro</b>	S	17
7	<b>Limites de Crescimento do Endividamento</b>	S	18
8	<b>Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado</b>		18
	Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	19
	Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	19
	Juros auferidos e entregues em Receita do Estado	N.A.	19
	Identificação do Despacho autorizador do excecionamento (se aplicável)	S	18
9	<b>PMP a fornecedores e arrears</b>		19
	Evolução do PMP	S	20
	Pagamentos em atraso	S	20
10	<b>Estatuto do Gestor Público</b>		21
	Objetivos de gestão <sup>(a)</sup>		21
	KPI 1.1 - Valor médio obtido no inquérito de satisfação realizado aos clientes	N	23
	KPI 1.2 - Redução do n.º de reclamações válidas, face ao ano anterior	N	23
	KPI 2.1 - N.º de partes interessadas envolvidas	S	23
	KPI 2.2 - N.º de projetos de proximidade e apoio à comunidade	N	23
	KPI 3.1 - N.º de portos de pesca com classificação de porto sustentável	N	23
	KPI 3.2 - % consumo energético resultante de autoprodução com fontes de energia renovável	N	23
	KPI 4.1 - Promover concursos de projetos inovadores	N	23
	KPI 5.1 - Definição do conceito CCL para aquicultura e ações de divulgação	N	23
	KPI 6.1 - N.º de estudos realizados no âmbito da cadeia de valor	S	23
	KPI 6.2 - N.º de lotas com certificação NP EN ISO 22000	N	23
	KPI 7.1 - N.º de novos serviços/áreas de negócio implementadas	N	23
	KPI 8.1 - N.º de processos críticos reestruturados	S	23
	KPI 9.1 - % de processos críticos digitais	N	23
	KPI 9.2 - N.º de serviços digitalmente disponibilizados	N	23
	KPI 10.1 - Taxa de execução do plano de formação interno (%)	S	23
	KPI 10.2 - RH com formação em gestão da mudança (%)	S	23
	KPI 11.1 - Volume de Negócios (€)	S	23
	KPI 11.2 - Eficiência operacional (%) (sem ajustamentos)	S	23
	KPI 11.3 - Prazo Médio de Pagamento (dias)	S	23
	KPI 11.4 - Resultados Líquidos (€)	S	23
	Artigos 32.º e 33.º do EGP		24
	Não utilização de cartão de crédito	S	24
	Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	24
	Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	24
	Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	25
Despesas não documentadas ou confidenciais	S	25	
11	<b>Contratação Pública</b>		26
	Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	26
	Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S	26
12	Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	26
	<b>Informação Complementar</b>		26
	Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas		26
	Diligências tomadas sobre ras recomendações do acionista na última aprovação de contas		27
	Cumprir com o disposto na RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro	S	27
	Assegurar a divulgação do Plano anual para a igualdade, referente a 2024	S	27
	Prosseguir as medidas que permitam solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas às contas	S	27
	Diligências tomadas sobre as reservas emitidas na última CLC		28
	Ver ponto anterior		28
	Auditorias do Tribunal de Contas <sup>(b)</sup>	N.A.	29
	Medidas implementadas para o cumprimento do relato sobre sustentabilidade (CSR).	S	29
	13	<b>Sistematização Informação</b>	S



#### 14. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

No âmbito da legislação publicada sobre o processo de descentralização, estabelecido pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, o processo em curso ficou concluído com onze municípios no ano de 2024, através da celebração dos respetivos protocolos. Em 2025 não se registou qualquer desenvolvimento neste processo, perspetivando-se a conclusão do mesmo para 2026, culminando com a transferência de competências para os restantes municípios, com os quais se encontram a decorrer os processos negociais. A empresa encontra-se a apurar os impactos contabilísticos e fiscais associados aos restantes municípios, não antevendo que os mesmos sejam suscetíveis de afetar a sua continuidade, bem como o cumprimento de quaisquer responsabilidades.

#### 15. Proposta de aplicação de resultados

A Docapesca encerrou o exercício de 2025 com um resultado líquido positivo de 989.911,74 euros, o qual é apresentado de acordo com os normativos contabilísticos nacionais definidos no Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Assim, nos termos da alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e considerando que de acordo com o n.º 1 do artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais, as Reservas Legais já perfazem 20% do Capital Social, o Conselho de Administração propõe que a totalidade do valor do Resultado Líquido seja transferido para Resultados Transitados.

Importa salientar que a proposta de aplicação de resultados tem como objetivo único a concretização do exigente plano de investimentos que se encontra em curso e que, apesar da maioria dos projetos serem cofinanciados, a Docapesca necessita assegurar as disponibilidades necessárias da contrapartida nacional para o cumprimento de referido plano. Refira-se que este plano, já aprovado no Plano de Atividades e Orçamento para 2026, visa a requalificação das lotas e das fábricas de gelo, bem como garantir as condições de segurança de pessoas e bens nos portos de pesca sob sua jurisdição.

Agradecimentos:

Manifestamos o nosso profundo agradecimento a S.Exa. o Senhor Ministro da Agricultura e Mar, Dr. José Manuel Fernandes, e a S.Exa. o Senhor Secretário de Estado das Pescas e do Mar, Doutor Salvador Malheiro Ferreira da Silva, pelo apoio constante e pela confiança demonstrada nas iniciativas desenvolvidas pela Docapesca – Portos e Lotas, S.A.

Sublinhamos igualmente o apoio prestado pelo Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, bem como por todos os organismos e serviços do Ministério da Agricultura e Mar, pela Entidade do Tesouro e Finanças e pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, cujo contributo tem sido determinante para a prossecução da nossa missão.

Expressamos também o nosso reconhecimento aos municípios com os quais temos vindo a promover uma gestão de proximidade, assim como aos parceiros institucionais com intervenção e responsabilidade no domínio do Mar, aos nossos clientes e parceiros de negócio e às organizações sindicais, pela colaboração construtiva e pelo espírito de cooperação que têm pautado o relacionamento institucional.

Por último, dirigimos uma menção muito especial aos nossos trabalhadores que, com dedicação, zelo e elevado profissionalismo, contribuem diariamente para o desempenho e para a valorização da empresa. Estendemos igualmente o nosso agradecimento ao Revisor Oficial de Contas e à sua equipa, bem como aos membros do Conselho Fiscal pelo rigor e empenho demonstrados no exercício das respetivas funções.

Lisboa, de 9 de março de 2026

## **O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

AFONSO GONÇALVES DA SILVA OLIVEIRA

(Presidente)

ISABEL MARIA TAVARES RIBEIRO ESTEVES

(Vogal)

MÁRCIA ISABEL DUARTE PASSOS RESENDE

(Vogal)



# 3

## **ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

## Balanços

Balanços em 31 de Dezembro de 2025 e 2024		Unidade: Euros	
	Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Investimentos financeiros	1	147.500,00	147.500,00
Participações de capital		147.500,00	147.500,00
Ativos fixos tangíveis	8	31.285.527,91	32.736.387,00
Edifícios e outras construções		20.191.494,57	22.210.354,55
Equipamento básico		2.290.634,02	2.494.547,07
Equipamento de transporte		216.779,80	219.473,55
Ferramentas e utensílios		52.765,08	54.889,93
Equipamento administrativo		495.062,00	606.431,25
Taras e vasilhames		213.273,29	211.762,63
Outros activos tangíveis		186.558,80	159.418,95
Ativos tangíveis em curso		7.638.960,35	6.779.509,07
Ativos intangíveis	9	578.219,39	509.830,89
Programas de computador		45.001,95	53.707,90
Propriedade industrial e outros direitos		87.382,31	116.302,31
Ativos intangíveis em curso		445.835,13	339.820,68
Outros investimentos financeiros		107.436,74	107.436,74
Ativos por impostos diferidos	17	328.222,72	333.332,25
		<b>32.446.906,76</b>	<b>33.834.486,88</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	12	90.228,20	115.583,50
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		39.010,71	48.723,56
Produtos acabados		3.166,96	3.134,21
Mercadorias		48.050,53	63.725,73
Clientes	18	3.481.777,72	3.474.857,06
Estado e outros entes públicos	21	661,13	111,13
Outros créditos a receber	18	9.012.841,16	9.636.790,38
Diferimentos	20	202.964,01	189.901,81
Caixa e depósitos bancários	5	4.815.106,76	5.900.090,75
		<b>17.603.578,98</b>	<b>19.317.334,63</b>
Total do ativo		<b>50.050.485,74</b>	<b>53.151.821,51</b>
<b>Capital próprio e passivo</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado	27	9.028.400,00	9.028.400,00
Reserva legal	27	1.805.680,00	1.805.680,00
Resultados transitados	15,17	9.265.246,52	8.000.516,90
Outras Variações no Capital Próprio	14,15,19,27,28	8.892.337,68	9.550.378,15
Outras var. no capital próprio - subsídios atribuídos	15	11.759.552,77	12.624.225,36
Outras var. no capital próprio - ajustamentos em subsídios	15	(2.410.708,32)	(2.840.450,69)
Outras var. no capital próprio - integração IPTM	14,27,,28	905.671,82	854.171,75
Outras var. no capital próprio - transf. de competências	27	(1.058.503,27)	(1.058.503,27)
Outras var. no capital próprio - ganhos atuariais	19	(303.675,32)	(29.065,00)
		<b>28.991.664,20</b>	<b>28.384.975,05</b>
Resultado líquido do período		989.911,74	1.264.729,62
Total do capital próprio		<b>29.981.575,94</b>	<b>29.649.704,67</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	14	1.571.907,85	1.496.596,35
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	1.601.086,43	1.481.476,68
Outras dívidas a pagar	15,17	2.410.708,32	2.840.450,69
		<b>5.583.702,60</b>	<b>5.818.523,72</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	18	1.041.174,77	1.001.822,84
Estado e outros entes públicos	21	1.840.917,43	2.857.102,52
Outras dívidas a pagar	18	11.591.865,00	13.811.836,39
Diferimentos	20	11.250,00	12.831,37
		<b>14.485.207,20</b>	<b>17.683.593,12</b>
Total do passivo		<b>20.068.909,80</b>	<b>23.502.116,84</b>
Total do capital próprio e do passivo		<b>50.050.485,74</b>	<b>53.151.821,51</b>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2025

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## Demonstrações dos Resultados por Naturezas

Demonstração dos Resultados por Naturezas dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

Unidade: Euros			
Rendimentos e Gastos	Notas	2025	2024
Vendas e serviços prestados	13	30 094 704,20	29 043 305,19
Subsídios à exploração	15	390 725,14	15 668,39
Variação nos inventários da produção	12	32,75	(1 132,45)
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(425 539,87)	(399 337,67)
Fornecimentos e serviços externos	22	(9 890 598,08)	(9 936 161,84)
Gastos com o pessoal	23	(14 731 110,40)	(14 243 378,96)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	12	(7 791,83)	(3 041,24)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	(58 487,51)	633 269,03
Provisões (aumentos/reduções)	14	(75 311,50)	(58 202,21)
Outros rendimentos	15, 25	2 874 810,17	3 335 587,08
Outros gastos	26	(1 760 601,55)	(1 758 312,17)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<b>6 410 831,52</b>	<b>6 628 263,15</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24	(5 119 516,28)	(4 955 711,38)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<b>1 291 315,24</b>	<b>1 672 551,77</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	11, 13	19 177,14	26 872,33
Juros e gastos similares suportados	11	(11 746,12)	(46 019,14)
Resultado antes de impostos		<b>1 298 746,26</b>	<b>1 653 404,96</b>
Impostos sobre o rendimento do período	17	(308 834,52)	(388 675,34)
Resultado líquido do período	29	<b>989 911,74</b>	<b>1 264 729,62</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## Demonstrações das Alterações ao Capital Próprio

Demonstração das Alterações no Capital Próprio no Período findo em 31 de Dezembro de 2025							Unidade: Euros
Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações de capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
<b>Posição no início do período 2025</b>		<b>9.028.400,00</b>	<b>1.805.680,00</b>	<b>8.000.516,90</b>	<b>9.550.378,15</b>	<b>1.264.729,62</b>	<b>29.649.704,67</b>
<b>Alterações no Período</b>							
Realizações de capital		-			-		-
Distribuição de dividendos				-			-
Transferência de competências							-
Integração de saldos de clientes - IPTM	28				51.500,07		51.500,07
Integração de património - IPTM	28				-		-
Integração de responsabilidades - IPTM	28				-		-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							-
Resultado do exercício anterior	27		-	1.264.729,62		(1.264.729,62)	-
Subsídios ao Investimento	15				(864.672,59)		(864.672,59)
Subsídios - Ajustamentos	15				429.742,37		429.742,37
Ganhos Atuariais					-	(274.610,32)	(274.610,32)
				<b>1.264.729,62</b>	<b>(658.040,47)</b>	<b>(1.264.729,62)</b>	<b>(658.040,47)</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>						989.911,74	989.911,74
<b>Resultado Integral</b>				<b>1.264.729,62</b>	<b>(658.040,47)</b>	<b>(274.817,88)</b>	<b>331.871,27</b>
<b>Posição no fim do período 2025</b>		<b>9.028.400,00</b>	<b>1.805.680,00</b>	<b>9.265.246,52</b>	<b>8.892.337,68</b>	<b>989.911,74</b>	<b>29.981.575,94</b>

Demonstração das Alterações no Capital Próprio no Período findo em 31 de Dezembro de 2024							Unidade: Euros
Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações de capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
<b>Posição no início do período 2024</b>		<b>9.028.400,00</b>	<b>1.805.680,00</b>	<b>7.373.556,59</b>	<b>9.011.679,88</b>	<b>835.947,08</b>	<b>28.055.263,55</b>
<b>Alterações no Período</b>							
Distribuição de Dividendos				(208.986,77)			(208.986,77)
Transferência de competências							-
Integração de saldos de clientes - IPTM	28				43.801,65		43.801,65
Integração de património - IPTM	28						-
Integração de responsabilidades - IPTM	28						-
Outras alt. reconhecidas no capital próprio							-
Resultado do exercício anterior	27		-	835.947,08		(835.947,08)	-
Subsídios ao Investimento	15				692.782,73		692.782,73
Subsídios - Ajustamentos	15				(155.876,11)		(155.876,11)
Ganhos Atuariais					(42.010,00)		(42.010,00)
				<b>626.960,31</b>	<b>538.698,27</b>	<b>(835.947,08)</b>	<b>329.711,50</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>						1.264.729,62	1.264.729,62
<b>Resultado Integral</b>				<b>626.960,31</b>	<b>538.698,27</b>	<b>428.782,54</b>	<b>1.594.441,12</b>
<b>Posição no fim do período 2024</b>		<b>9.028.400,00</b>	<b>1.805.680,00</b>	<b>8.000.516,90</b>	<b>9.550.378,15</b>	<b>1.264.729,62</b>	<b>29.649.704,67</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024</b>			
		<b>Unidade: Euros</b>	
	<b>NOTAS</b>	<b>31-12-2025</b>	<b>31-12-2024</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</b>			
Recebimentos de clientes	8		
Pagamentos a fornecedores	5	33.167.921,82	37.425.161,41
Pagamentos ao pessoal		(16.577.808,87)	(16.288.158,41)
		(14.568.093,78)	(14.272.063,60)
Caixa gerada pelas operações		2.022.019,17	6.864.939,40
Pagamentos / recebimentos do imposto sobre o rendimento	14	(488.583,36)	476.415,13
Outros recebimentos / pagamentos		985.749,69	(860.812,38)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		<u>2.519.185,50</u>	<u>6.480.542,15</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	17	(4.085.465,77)	(5.365.502,72)
Ativos intangíveis		(101.703,64)	(100.539,66)
Investimentos financeiros		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Subsídios ao investimento	15	594.148,63	2.614.357,23
Juros e rendimentos similares		2.306,67	106,67
		<u>(3.590.714,11)</u>	<u>(2.851.578,48)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações capital e outros instr. cap. próprio		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		(13.455,38)	(45.478,34)
Dividendos		-	(208.986,77)
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		<u>(13.455,38)</u>	<u>(254.465,11)</u>
Variações de caixa e seus equivalentes			
Caixa e seus equivalentes no início do período		(1.084.983,99)	3.374.498,56
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	<u>5.900.090,75</u>	<u>2.525.592,19</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	<u>4.815.106,76</u>	<u>5.900.090,75</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



## Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

### 1 Designação da entidade e período do relato

#### 1.1. Designação da entidade

Docapesca – Portos e Lotas, SA (em seguida referida como “Docapesca” ou “Empresa”)

Capital Social: 9.028.400,00 euros

Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa – Matrícula n.º 500 086 826 (antigo n.º 27.401)

Pessoa Coletiva n.º 500.086.826

CAE Principal: 03111 – Pesca Marítima (Serviços de Apoio à Pesca)

CAE Secundário 1: 35302 – Produção de Gelo

CAE Secundário 2: 93292 – Atividades dos Portos de Recreio (Marinas)

#### 1.2. Sede da entidade

Avenida Brasília, Pedrouços – 1400-038 Lisboa

#### 1.3. Natureza da atividade

Através do Decreto-Lei n.º 107/90, de 27 de março, o Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação promoveu a integração do Serviço de Lotas e Vendagem na Docapesca – Sociedade Concessionária da Doca de Pesca, SA e alterou a denominação desta para Docapesca – Portos e Lotas, SA.

A Docapesca é participada a 100% pela Entidade do Tesouro e Finanças.

De acordo com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, diploma que regula o Regime do Setor Público Empresarial (RSPE), são empresas públicas as organizações empresariais constituídas sob a forma de sociedade de responsabilidade limitada nos termos da lei comercial, nas quais o Estado ou outras entidades públicas possam exercer, isolada ou conjuntamente, de forma direta ou indireta, influência dominante, pelo que a Docapesca se enquadra no conceito legal de empresa pública supra descrito, estando, por isso, sujeita ao regime jurídico do setor empresarial do Estado.

A Docapesca é uma empresa do Setor Empresarial do Estado, cujos Estatutos iniciais foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 107/90, de 27 de março. Os Estatutos foram alterados em 2 de junho de 2015, em Assembleia Geral, e, de novo, em 2018, encontrando-se publicados no Diário da República, 2ª série, número 143, de 26 de julho de 2018, através do anúncio n.º 9989/2018.

A alteração de 2018 ficou a dever-se à necessidade de cumprimento da legislação em vigor, que obriga a um reforço da fiscalização nas empresas que atingem os limites previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais, o que exige a alteração do modelo de fiscalização, de um Fiscal Único para um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas que não integre este órgão.

Em 2021, na sequência do aumento de capital da sociedade, os Estatutos da empresa foram alterados, com publicação em agosto de 2021 (Diário da República, 2<sup>a</sup> série, número 162, de 20 de agosto de 2021, através do aviso n.º 15678/2021).

Com estas alterações, o objeto da empresa foi alargado, incluindo, para além da prestação do serviço público de primeira venda de pescado e exploração de portos e lotas, a exploração de docas e marinas de recreio, bem como a garantia de segurança portuária (atuando como autoridade portuária nas zonas cuja gestão lhe está cometida).

Nesta qualidade, e nos termos do Decreto-Lei n.º 81/2005, de 20 de abril, a Docapesca tem a seu cargo assegurar a efetivação da primeira venda, em lota, de todo o pescado fresco descarregado em portos de Portugal continental, atividade esta que visa salvaguardar o interesse público, através da garantia das melhores práticas de segurança alimentar.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, a Docapesca sucedeu ao IPTM, I.P. nas funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio sob sua jurisdição.

A Docapesca passou, assim, a exercer a função de autoridade portuária nas infraestruturas portuárias de apoio às atividades de pesca e náutica de recreio de Vila Praia de Âncora, Castelo do Neiva, Esposende, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Angeiras, Nazaré, São Martinho do Porto, Peniche, Ericeira, Baleeira, Lagos, Alvor, porto de pesca, estaleiros e área de Ferragudo em Lagoa, marina de Portimão e bacia do rio Arade desde a segunda ponte sobre o rio Arade até Silves, Albufeira, Vilamoura, Quarteira, Faro, exceto área do porto comercial e canal de acesso, Olhão, Fuseta e Tavira, bem como na via navegável e nas infraestruturas portuárias existentes ao longo do rio Guadiana entre Vila Real de Santo António e Mértola. Os portos de pesca e as marinas de recreio referidos incluem as áreas dentro do domínio público marítimo, os canais de navegação e as zonas flúvio-marítimas e terrestres, bem como as zonas terrestres e marítimas necessárias à exploração portuária e à execução e conservação de obras.

A Docapesca sucedeu ao IPTM, I.P., na titularidade de todos os direitos, obrigações e posições jurídicas, independentemente da sua fonte e natureza, que se encontrem afetos ao exercício das funções transferidas.

Transmitiu-se ainda para a Docapesca a universalidade dos bens e a titularidade dos direitos patrimoniais e contratuais, mobiliários e imobiliários, que integravam a esfera jurídica do IPTM, I.P., e que respeitavam à exploração das infraestruturas portuárias de apoio às atividades de pesca e da náutica de recreio, designadamente os imóveis, as infraestruturas, as viaturas, as embarcações e os equipamentos identificados na Portaria n.º 182/2015, de 22 de junho.

O processo de integração do IPTM encontra-se em curso em 31 de dezembro de 2025.

Em relação aos saldos de fornecedores, a integração foi efetuada através do reconhecimento dos fornecimentos ainda em dívida e do seu pagamento pela Docapesca.

Em relação aos saldos de clientes, procedeu-se à integração, durante os exercícios de 2015 a 2025, dos saldos correspondentes aos recebimentos registados na tesouraria da Docapesca referentes à faturação em dívida no sistema informático de gestão de faturação e contas correntes do IPTM, IP (denominado SIGPOR), continuando os saldos por cobrar a aguardar a integração.

Foi efetuada entre 2016 e 2025 a integração dos bens patrimoniais relativos às viaturas, embarcações e equipamentos de movimentação portuária.

Não foi efetuada durante o exercício de 2025 a integração dos restantes bens patrimoniais e dominiais do IPTM, IP na Docapesca. Nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 16/2014 de 3 de fevereiro, seria promovida pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) a avaliação dos mesmos no prazo de 18 meses a contar da data de publicação do citado diploma.

Em 13 de setembro de 2017, a Docapesca enviou à Direção-Geral do Tesouro e Finanças um Ofício em que solicitava a adoção urgente das diligências tendentes à avaliação do património que transitou do IPTM, I.P. A Secretaria de Estado das Pescas reforçou, em outubro de 2017, esse pedido junto da DGTF.

No seguimento deste pedido de avaliação e da sua sequência processual, a Docapesca disponibilizou um conjunto de documentação contendo as plantas e localização, os registos no SIIE e as cadernetas prediais existentes, referentes ao património transferido para a Docapesca de acordo com os artigos 3º e 4º do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro.

Em 12 de dezembro de 2018, a DGTF propôs que fosse apresentada uma proposta, no sentido de ser transmitida uma orientação formal do acionista, para que seja a própria Docapesca a providenciar os procedimentos necessários para realizar a avaliação dos ativos do ex-IPTM já identificados, para a qual a Docapesca declara que se encontram reunidas as condições para que possa desencadear o processo de contratação pública com o objetivo de obter a avaliação dos referidos ativos.

Nestes termos, e por indicação da DGTF, a Docapesca pretendia dar início ao processo de avaliação dos bens em apreço, estando previsto o lançamento de um conjunto de procedimentos por concurso para a avaliação patrimonial.

Contudo, no âmbito do processo de descentralização (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, Lei-Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais), foram desencadeados processos negociais com os municípios, com vista à transferência de ativos e competências atualmente na área de jurisdição da Docapesca, tendo a representante do Senhor Ministro de Estado e das Finanças neste processo referido “que não se mostra necessário proceder à avaliação patrimonial das áreas a transferir...”.

Assim, e tendo em conta as negociações já decorridas, verifica-se:

1. Processos já decididos e homologados: Faro, Peniche, Olhão, Lagos, Tavira, Portimão e Cascais (este último sem áreas a transferir); em 21 de março de 2024 foi também celebrado o protocolo com a Câmara Municipal de Mafra.
2. Processos já decididos e homologados em 31 de dezembro de 2023, mas a produzir efeitos em 1 de janeiro de 2024: Nazaré, Esposende, Póvoa de Varzim e Albufeira.
3. Processos em que a Docapesca não é autoridade portuária (e que correrão termos no Ministério das Infraestruturas e Habitação): Aveiro, Faro, Gondomar e Viana do Castelo.
4. Processos com Comissões de Acompanhamento constituídas, mas ainda em fase de negociação: Loulé, Vila do Conde, Alcobaça e Caminha (despachos publicados ou em fase de publicação), Lagos e Vila Real de Santo António (aguarda-se nomeação de representante das tutelas).
5. Processos em que se aguarda ainda manifestação de interesse por parte dos municípios: Alcoutim, Castro Marim, Mértola, Vila do Bispo e Silves.

Nota importante: Com a assinatura, no final de maio de 2023, dos Protocolos referentes aos municípios de Lagos, Portimão, Faro, Olhão e Tavira, a Docapesca procedeu ao abate efetivo dos ativos fixos tangíveis respetivos, com referência a 1 de junho de 2023.

O impacto líquido resultante do abate contabilístico dos bens ainda não totalmente depreciados foi de 1.058.503,27 euros, classificado em “Outras variações no capital próprio” (nota 28).

Pela Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE) de 2 de setembro de 2025, foram eleitos os novos membros do Conselho de Administração.

Os Órgãos Sociais ficaram então compostos da seguinte forma:

**Mesa da Assembleia Geral:**

Presidente: Maria Fernanda Joanaz Silva Martins  
Vice-Presidente: Maria Cristina Marques Rosa Magina  
Secretário: Paulo Jorge Rodrigues Mateus

**Conselho de Administração:**

Presidente: Afonso Gonçalves da Silva Oliveira  
Vogal: Isabel Maria Tavares Ribeiro Esteves  
Vogal: Márcia Isabel Duarte Passos Resende

**Conselho Fiscal:**

Presidente: Pedro Miguel Pinto Monteiro  
Vogal Efetivo: Luís Miguel Catarino Narciso Lourinho Correia  
Vogal Efetivo: Maria Gabriela Nunes Mendes Campos

O Revisor Oficial de Contas é a BDO & associados, SROC, Lda.

Todos os valores são apresentados em euros, salvo referência em contrário.

## Notas sobre a atividade da Docapesca

### Atividades tradicionais

O regime legal da primeira venda de pescado, fresco e refrigerado, foi atualizado e reunido num só diploma, o Decreto-Lei n.º 81/2005, de 20 de abril.

O conjunto de normas que regulam a primeira venda de pescado fresco fora de lota foi estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 197/2006, de 23 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 247/2010, de 3 de maio e pela Portaria n.º 36/2019, de 28 de janeiro.

Os rendimentos operacionais dividem-se em dois grandes grupos:

- Serviços de venda de pescado em lota, prestados de acordo com o regulamento geral de funcionamento das lotas (Portaria n.º 9/89, de 4 de janeiro), e sujeitos a tarifas fixadas pelo Governo (Portarias n.º 251/2008, de 4 de abril, e n.º 495/2008, de 23 de junho: Área de Negócios – Lotas);
- Atividades Comerciais – restantes áreas de negócios, incluindo a gestão de áreas do Domínio Público marítimo sob o título de Gestão Dominial.

Os rendimentos obtidos na prestação de serviços de venda de pescado em lota resultam da aplicação de taxas sobre o valor do pescado transacionado, a liquidar, em percentagens definidas por diploma, pelos armadores/pescadores e pelos compradores.

A atividade corrente da Docapesca depende diretamente da quantidade e qualidade do pescado capturado pelas embarcações de pesca, pelo que está condicionada quer pela atividade dos armadores, quer, por via indireta, pelas condições do meio ambiente.

A Docapesca, para além de promover a venda (por leilão ou contrato), efetua todo o seu tratamento administrativo, fornecendo aos armadores e compradores os correspondentes documentos comprovativos.

A Docapesca garante o pagamento das vendas de pescado aos armadores/pescadores (valor do pescado deduzido de tarifas e descontos obrigatórios e facultativos).

A Docapesca efetua a cobrança das aquisições de pescado aos compradores (valor do pescado + tarifas + IVA), podendo conceder crédito até três dias úteis, com base na Portaria n.º 9/89, mediante a obtenção de garantias.

O IVA pago pelos compradores e os descontos para a Segurança Social relativos às contribuições dos armadores da pesca local são entregues pela Docapesca ao Estado, em substituição dos armadores.

Os movimentos financeiros relativos ao valor do pescado transacionado em lota são relevados no Balanço em “outros créditos a receber” (compradores) e “outras dívidas a pagar” (armadores / pescadores e entidades beneficiárias de descontos). Nas contas de rendimentos do exercício

apenas são relevados os montantes correspondentes às tarifas aplicadas sobre o valor do pescado transacionado em lota.

No ano de 2024 foram transacionadas, nas várias lotas da Docapesca, 98.535,5 toneladas de pescado fresco, no valor de 251.295.235 euros, propriedade dos armadores, assumindo a Docapesca a cobrança e o pagamento a estes (em 2024: 103.597,9 toneladas, no valor de 247.787.995 euros).

Nas contas de clientes estão relevados os débitos relativos às vendas e prestações de serviços das atividades comerciais.

A Docapesca tem recorrido a programas de apoio ao investimento, acumulando o recebimento de subsídios não reembolsáveis em conta própria de capitais próprios, deduzidos do respetivo ajustamento, que regista em Passivo Não Corrente.

#### Novas atividades transferidas do IPTM

Com a publicação e conseqüente entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, a Docapesca assumiu funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio sob a anterior jurisdição do IPTM, IP.

A Docapesca passou, assim, a assegurar a gestão portuária e dominial das áreas anteriormente afetas ao IPTM, competindo-lhe nomeadamente:

- Garantir a segurança dos acessos marítimos às infraestruturas portuárias (assinalamento marítimo)
- Garantir o acesso em segurança de pessoas e bens às zonas portuárias (portarias, vigilância, vedações, reordenamento e limpeza de espaços)
- Garantir a segurança de pessoas e bens nas pontes-cais de apoio à pesca e transporte fluvial (intervenções de manutenção)
- Potenciar a utilização das áreas e espaços existentes na área de jurisdição portuária para os diferentes usos compatíveis com a missão da Docapesca (pesca, armazéns para armadores e comerciantes, apoio às marinas e docas de recreio, estaleiros navais e atividades conexas).

#### SmartOcean – Associação para a promoção e desenvolvimento do Parque da Ciência e Tecnologia do Mar – Peniche

Atendendo a que a Docapesca, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, passou a estar incumbida de prosseguir atribuições de administração e fiscalização dos bens e áreas do domínio público que lhe foram afetos, integrados na sua área de jurisdição, foi a empresa convidada a participar, como associada fundadora, na Associação (sem fins lucrativos) “SmartOcean – Associação para a promoção e desenvolvimento do Parque da Ciência e Tecnologia do Mar”, em Peniche.

Esta associação tem por objeto a gestão e a exploração do Parque da Ciência e Tecnologia do Mar, nomeadamente assegurando a respetiva instalação e a construção de infraestruturas, promovendo a divulgação e o funcionamento do mesmo, desenvolvendo estudos, atividade, projetos e inovação, empreendedorismo, incubação empresarial e desenvolvimento tecnológico.

A Docapesca subscreveu 58 das 215 unidades de participação, de 2.500,00 euros cada, num valor total de 145.000,00 euros, correspondentes a 27% do capital da associação.

Esta participação foi precedida de Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE) por parte do acionista, de 28 de dezembro de 2018.

#### S2 Aqua – Laboratório Colaborativo - Associação para uma Aquacultura Sustentável e Inteligente

A Docapesca foi convidada a participar, como associada fundadora, na Associação (sem fins lucrativos) “S2 Aqua – Laboratório Colaborativo, Associação para uma Aquacultura Sustentável e Inteligente”, em Peniche.

Esta associação tem como objetivo a investigação e desenvolvimento, com vista à inovação para uma aquacultura sustentável e inteligente e a coprodução de conhecimento e tecnologias capazes de suportar o aumento da capacidade tecnológica da indústria portuguesa e dar resposta às suas necessidades, ao facilitar o desenvolvimento de projetos inovadores com potencial de transferência tecnológica para o tecido empresarial.

A Docapesca subscreveu 25 das 375 unidades de participação, de 100,00 euros cada, num valor total de 2.500,00 euros.

Esta participação foi precedida de Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE) por parte do acionista, de 4 de janeiro de 2022.

#### Outras considerações

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem, de forma verdadeira e apropriada, as operações da sociedade, bem como a sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

## **2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com a Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

### 3. Adoção pela primeira vez das NCRF

Nada a referir.

### 4. Principais políticas contabilísticas

#### 4.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

#### 4.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

##### Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

A Empresa reconhece na demonstração dos resultados os rendimentos relativos à primeira venda de pescado pelo valor das taxas cobradas aos armadores e compradores de pescado intervenientes nas lotas. Contudo, o valor do pescado transacionado nas lotas, que constitui a remuneração da produção dos armadores e que, em simultâneo e pelo mesmo valor, representa as compras de pescado por parte dos compradores em lota, não é registado na demonstração dos resultados da Docapesca, embora seja a Empresa a cobrar o seu valor aos compradores de pescado e a entregá-lo aos armadores.

#### Locações financeiras

Os contratos de locação são classificados como:

- Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse;
- Locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

#### Locações em que a Empresa age como locatário

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são reconhecidos pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo (o menor valor entre o justo valor e o valor descontado das rendas) é registado na rubrica de ativos tangíveis, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo, calculada conforme descrito na Nota 4.2, são registados na rubrica de gastos financeiros e gastos com amortizações e depreciações, da demonstração de resultados do exercício em apreço, respetivamente.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas são reconhecidas como gastos do exercício na rubrica “Fornecimentos e serviços externos”, da demonstração de resultados, de forma linear durante o período do contrato de locação. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

A Empresa celebrou com várias administrações portuárias acordos de concessão que possuem as seguintes características genéricas:

- Utilização de determinadas instalações mediante o pagamento de rendas (que poderão ser variáveis ou fixas, relacionadas ou não com o valor de pescado transacionado em lota); e

- Obrigam a Empresa a um conjunto de responsabilidades relacionadas com a manutenção e construção de infraestruturas, as quais reverterão, no final do período do contrato, para as administrações portuárias (podendo a Empresa ser ressarcida, em determinadas circunstâncias).

Estas responsabilidades podem incluir limpeza de fundos, dragagens e manutenção dos níveis de profundidade entre outras.

A Empresa regista os ativos construídos (ou as reparações/manutenções que se qualificam para serem consideradas como ativo) nos seus ativos fixos tangíveis. Contudo, estes contratos, pelas suas características, nomeadamente os serviços prestados pela Docapesca, a forma de remuneração e o tipo de entidades envolvidas, não se configuram abrangidas pela IFRIC *Interpretation 12 — Service Concession Arrangements* (“IFRIC 12”), através do modelo do ativo intangível ou modelo financeiro.

#### Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

#### Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições para a sua atribuição e de que estes serão recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, após o que são imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Os subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é pretendido compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

#### Benefícios pós-emprego

##### Planos de benefício definido

No que diz respeito aos planos de benefício definido, o correspondente custo é determinado através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em reservas. O custo dos serviços passados é reconhecido em resultados numa base de linha reta durante o período, até que os correspondentes

benefícios se tornem adquiridos. São reconhecidos imediatamente na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

#### Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Imposto corrente: o imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Imposto diferido: os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. Porém, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada a sua revisão, ajustando-os em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera vigorarem à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação e legislação fiscal que estejam aprovadas à data do balanço.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando, cumulativamente:

- A Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação;
- Tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal;
- A Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

#### Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para as NCRF), encontram-se registados pelo seu valor considerado (*deemed cost*), o qual corresponde ao custo

de aquisição ou custo de aquisição reavaliado, de acordo com as várias reavaliações legais e económicas, ao abrigo do disposto na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos para desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de implantação nos quais a Empresa espera incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de revalorização”, exceto se reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente na rubrica “Excedentes de revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor é reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é *desreconhecido*, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados.

As depreciações são calculadas desde o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, desde que o seja de facto, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Bem	Nº anos
Edifícios e outras construções	3 a 25
Equipamento básico	1 a 15
Equipamento de transporte	1 a 8
Equipamento administrativo	1 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 12

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente. As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

## Ativos Intangíveis

### Intangíveis adquiridos separadamente

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados pelo custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente. A todos os ativos intangíveis foi atribuída vida útil finita, e as respetivas amortizações foram calculadas de acordo com vidas úteis estimadas entre 3 e 6 anos.

### Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. A existir, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos, a fim de determinar a extensão da perda por imparidade, se for o caso. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre:

- O justo valor deduzido de custos para vender
- O valor de uso.

Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio, caso em que, será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

### Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor realizável líquido. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a venda.

A Empresa utiliza o custo médio como método de custeio dos inventários.

Os produtos acabados (que compreendem essencialmente o gelo) encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas e gastos gerais de fabrico.

### Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, sendo provável que para liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos, cujo montante possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação, que é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar e que excedem os benefícios económicos dele derivados.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- Ao custo ou custo amortizado
- Ao justo valor, com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados (a empresa não tem investimentos financeiros reconhecidos ao justo valor).

### Ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

São ainda classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

### Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são revistos para identificar indícios de imparidade. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado), caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registadas em investimento em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

#### Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando os transfere para outra entidade, bem como todos os riscos e benefícios significativos associados à sua posse. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

#### 4.3. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As receitas e as despesas foram registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento que em que são faturadas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes faturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- As responsabilidades da Empresa com os complementos de pensão de reforma ou de invalidez, prémio de reforma ou invalidez, subsídio por morte ou pensão de sobrevivência (Plano de Benefícios Definidos), são determinadas pela obtenção, no final de cada exercício económico, de estudo atuarial elaborado por uma entidade especializada independente e de acordo com métodos e pressupostos atuariais globalmente aceites
- O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar devido a estimativas baseadas em diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais do montante de perdas. Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderá ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registado

- A Docapesca analisa a vida útil estimada dos ativos e o valor residual dos mesmos para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício
- A Docapesca analisa de forma periódica os saldos vencidos de clientes, de forma a detetar eventuais situações de imparidade no recebimento destes valores relativos a risco de crédito ou período de regularização estimado
- A Empresa mantém provisões em 31 de dezembro de 2025 no montante de 1.571.907,85 euros, donde se destacam 528.042,83 euros relativos a processos judiciais que transitaram do IPTM (este valor corresponde à melhor estimativa do Conselho de Administração e seus consultores legais do exfluxo de recursos em que se espera que a Empresa venha a incorrer na sequência do desfecho dos mesmos), e 883.857,21 euros para riscos e encargos (provisão para pagamento de imposto Municipal sobre Imóveis: 362.000,00 euros; provisão para sinistro ocorrido com o Travel Lift de Portimão: 54.004,80 euros, provisão para impugnação de taxas cobradas: 436.031,85 euros; provisão para acidente com embarcação: 7.820,56 euros; provisão para derrames de combustível: 24.000,00 euros). Para além destes valores, mantêm-se duas provisões para compromissos assumidos (ex-IPTM) no valor de 63.282,25 euros e para taxa de movimentação de pescado em viana do Castelo, no valor de 96.725,56 euros.

#### 4.4. Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas

Ver nota 4.3.

#### 4.5. Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas

Ver nota 4.3.

### 5. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, “caixa e seus equivalentes” inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

“Caixa e seus equivalentes” em 31 de dezembro de 2025 e 2024 detalha-se conforme se segue:

	2025	2024
Numerário	50 551,06	47 196,05
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
- Banca comercial	5 233,36	6 480,86
- IGCP	4 259 322,34	1 971 915,28
Aplicação a prazo	500 000,00	500 000,00
	<u>4 815 106,76</u>	<u>2 525 592,19</u>

Em 31 de dezembro de 2025 nenhuma conta bancária da Empresa tinha saldo a descoberto.

São preparadas diariamente folhas de caixa em todas as tesourarias - delegações e serviços centrais. As folhas de caixa relativas ao último dia útil de cada mês são enviadas para a Direção Financeira, nos serviços centrais, e devidamente conferidas com os movimentos registados em SAP. Este procedimento foi realizado para o período em análise.

Ao somatório dos saldos de caixa a 31 de dezembro de 2025 foi deduzido o montante de 104.587,41 euros (acrescido à rubrica de “Outros créditos a receber” pelo montante de 102.644,85 euros e à rubrica de “Clientes” pelo montante de 1.942,56 euros), relativo a cheques em carteira, tendo os mesmos sido depositados no dia útil seguinte (2 de janeiro). Em 31 de dezembro de 2024 foi deduzido o montante de 189.398,46 euros (acrescido às rubricas de “Outros créditos a receber” – 176.386,38 euros e “Clientes” – 13.012,08 euros), relativo a cheques em carteira.

No dia 31 de dezembro de 2025, a Docapesca tinha contratada uma aplicação a prazo – CEDIC – no montante de 500.000,00 euros, que se venceu em 2 de janeiro de 2026.

Na Demonstração de Fluxos de Caixa, nas atividades operacionais – recebimentos de clientes, estão relevados os fluxos relativos à transmissão do pescado vendido em lota pelo seu valor líquido, acrescido dos respeitantes às taxas cobradas aos compradores e armadores.

O valor do pescado transacionado em lota, cobrado aos compradores e entregue aos armadores (ou a terceiros, por sua ordem ou imposição legal), foi de 251.295.235 euros no exercício de 2025 e de 247.787.995 euros no exercício de 2024.

#### Unidade de Tesouraria do Estado

Ao longo do ano de 2021 a Docapesca procedeu às necessárias alterações dos seus procedimentos administrativos para corresponder integralmente às restrições impostas pela limitação do âmbito da dispensa do cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria de Estado (UTE) que foi deliberado pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, EPE em dezembro de 2020 e sucessivamente prolongada para 2021 e 2022.

Neste processo, a Docapesca aderiu à proposta de utilização dos TPA disponibilizados pela Banca comercial, através do IGCP, e que estão instalados em 18 lotas e um posto de vendagem.

A disponibilidade efetiva dos meios monetários arrecadados por este meio de pagamento foi acrescida em 1 ou 2 dias úteis com a passagem pela conta intermédia tutelada pelo IGCP e representa, em média, cerca de 2 milhões de euros por mês.

Os pagamentos diários da Docapesca, nomeadamente aos armadores, são agora assegurados por apenas três transferências bancárias diárias (TEI's), a emitir até às 13 horas de cada dia, por imposição do IGCP, e obrigaram a Docapesca a uma revisão profunda do seu relacionamento com os credores, em particular com os armadores a quem está obrigada ao pagamento do produto líquido da vendas de pescado em lota até ao terceiro dia, em todas as 50 lotas e postos de vendagem, de Caminha a Vila Real de Santo António.

Os depósitos de cheques e em numerário passaram a ser regularmente efetuados na Banca Comercial, em contas tituladas pelo IGCP, diretamente ao balcão por não ser mais possível o depósito direto nas máquinas destas instituições, com o acréscimo de um dia útil.

Os cheques de terceiros emitidos “não à ordem” a favor da Docapesca são, pela lei do cheque, obrigatoriamente depositados nas antigas contas da Docapesca na banca comercial – Millennium BCP ou Caixa Geral de Depósitos.

Pelo menos semanalmente, os saldos disponíveis nestas contas são transferidos para a nossa conta junto do IGCP.

Foram encerradas todas as contas bancárias com exceção de uma conta no Millennium BCP (garantias bancárias prestadas e depósito de cheques “não à ordem”) outra no BPI (descoberto bancário e garantias bancárias prestadas) e outra na CGD (garantias bancárias prestadas e depósito de cheques “não à ordem”).

Pelo Ofício n.º SGC-68, de 27 de abril de 2022, o IGCP autorizou a renovação da dispensa de obrigatoriedade de aplicação do princípio de Unidade de Tesouraria do Estado à Docapesca para os anos de 2022 e 2023, nas mesmas condições que foram consideradas na anterior dispensa.

Mantendo-se válidos e atuais os pressupostos acima expressos, e tendo em conta o esforço de convergência desenvolvido no cumprimento do princípio de Unidade de Tesouraria desde 2018, a Docapesca solicitou nova dispensa para o ano 2024, tendo obtido o excecionamento para os anos de 2024 e 2025, através do despacho do respetivo Conselho de Administração, datado de 20 de junho de 2024.

## 6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Nada a referir.

## 7. Partes relacionadas

### Identificação de partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela Entidade do Tesouro e Finanças.

### Remunerações do pessoal-chave da gestão

As remunerações do pessoal-chave de gestão da Empresa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, foram conforme se segue:

Remunerações	2025	2024
<b>Remunerações dos Órgãos Sociais</b>		
Remuneração mensal	143 631,73	133 578,06
Despesas de Representação	62 675,76	58 288,56
Subsídio de Refeição	6 890,00	7 240,00
Férias e Subsídio de férias	72 917,87	25 565,16
Subsídio de Natal	15 719,32	12 143,70
Ajudas de custo - Deslocações	3 674,06	2 660,30
Assembleia Geral	1 275,00	850,00
Revisão legal das Contas	13 500,00	13 500,00
Conselho Fiscal	46 314,18	46 314,18
<b>Total das Remunerações dos Órgãos Sociais (Nota 23)</b>	<b>366 597,92</b>	<b>300 139,96</b>
<b>Encargos dos Órgãos Sociais</b>		
Encargos com remunerações	70 532,69	55 076,12
Encargos com remunerações - Conselho Fiscal	9 630,09	9 401,83
Seguro de acidentes de trabalho	2 835,02	2 251,55
Seguro de saúde	2 010,50	1 500,30
<b>Total dos Encargos dos Órgãos Sociais</b>	<b>85 008,30</b>	<b>68 229,80</b>
	<b>451 606,22</b>	<b>368 369,76</b>

Com a alteração estatutária e a eleição do Conselho Fiscal, a Docapesca contratou os serviços de uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) para proceder à revisão legal de contas pelo montante de 13.500,00 euros anuais.

## 8. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2025						
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>							
Saldo inicial	75 997 482,07	17 856 420,08	666 292,51	4 719 566,99	2 032 382,99	6 779 509,07	108 051 653,71
Aquisições	317 022,56	318 642,36	83 466,66	122 572,71	248 645,23	2 529 310,72	3 619 660,24
Alienações	-	(51 315,50)	-	(4 417,60)	-	-	(55 733,10)
Transferências	1 580 407,93	71 282,13	-	8 414,04	5 405,34	(1 665 509,44)	-
Abates	(100 403,09)	(107 242,40)	-	(42 531,09)	(122 150,65)	(4 350,00)	(376 677,23)
<b>Saldo final</b>	<b>77 794 509,47</b>	<b>18 087 786,67</b>	<b>749 759,17</b>	<b>4 803 605,05</b>	<b>2 164 282,91</b>	<b>7 638 960,35</b>	<b>111 238 903,62</b>
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>							
Saldo inicial	53 787 127,52	15 361 873,01	446 818,96	4 113 135,74	1 606 311,48	-	75 315 266,71
Depreciações do exercício (nota 23)	3 909 256,57	589 612,82	86 160,41	241 111,47	220 314,50	-	5 046 455,77
Alienações	-	(51 315,50)	-	(4 954,63)	-	-	(56 270,13)
Transferências	(878,00)	-	-	878,00	-	-	-
Abates	(92 491,19)	(103 017,68)	-	(41 627,53)	(114 940,24)	-	(352 076,64)
<b>Saldo final</b>	<b>57 603 014,90</b>	<b>15 797 152,65</b>	<b>532 979,37</b>	<b>4 308 543,05</b>	<b>1 711 685,74</b>	<b>-</b>	<b>79 953 375,71</b>
<b>Ativos líquidos</b>	<b>20 191 494,57</b>	<b>2 290 634,02</b>	<b>216 779,80</b>	<b>495 062,00</b>	<b>452 597,17</b>	<b>7 638 960,35</b>	<b>31 285 527,91</b>

2024

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>							
Saldo inicial	69 032 299,50	17 225 462,73	671 646,36	4 577 755,67	1 986 964,14	10 801 949,79	104 296 078,19
Aquisições	1 035 409,52	582 821,40	62 599,81	186 871,17	161 887,86	2 159 770,24	4 189 360,00
Alienações	-	-	-	(796,48)	-	-	(796,48)
Transferências	5 942 864,71	185 856,95	-	6 828,54	45 281,24	(6 180 831,44)	-
Abates	(13 091,66)	(137 721,00)	(67 953,66)	(51 091,91)	(161 750,25)	(1 379,52)	(432 988,00)
Saldo final	75 997 482,07	17 856 420,08	666 292,51	4 719 566,99	2 032 382,99	6 779 509,07	108 051 653,71
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>							
Saldo inicial	50 197 416,27	14 871 631,57	445 818,73	3 897 732,93	1 526 958,09	-	70 939 557,59
Depreciações do exercício (nota 23)	3 602 427,61	627 962,44	68 953,89	266 355,67	228 603,32	-	4 794 302,93
Alienações	-	-	-	(796,48)	-	-	(796,48)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Abates	(12 716,36)	(137 721,00)	(67 953,66)	(50 156,38)	(149 249,93)	-	(417 797,33)
Saldo final	53 787 127,52	15 361 873,01	446 818,96	4 113 135,74	1 606 311,48	-	75 315 266,71
<b>Ativos líquidos</b>	<b>22 210 354,55</b>	<b>2 494 547,07</b>	<b>219 473,55</b>	<b>606 431,25</b>	<b>426 071,51</b>	<b>6 779 509,07</b>	<b>32 736 387,00</b>

No decurso do ano de 2025, as principais aquisições de ativos fixos tangíveis foram registadas na rubrica de “Edifícios e outras construções” e “Ativos fixos tangíveis em curso”, e dizem respeito, essencialmente, a requalificação de lotas e portos de pesca:

- Reabilitação da Lota de Sines (260.000 euros)
- Parque fotovoltaico de Peniche (565.000 euros)
- Rede de Esgotos de Portimão (210.000 euros)
- Beneficiação do exterior da Lota de Sagres (215.000 euros)
- Reabilitação da cobertura da lota de Vila Real de Santo António (340.000,00 euros)
- Redes de Infraestruturas do loteamento nascente em Olhão (160.000 euros)

#### Ativos fixos tangíveis implantados em terrenos de domínio público

A maioria das instalações utilizadas pela Docapesca está implantada em terrenos que pertencem ao Domínio Público, tendo a Docapesca celebrado contratos de concessão com as Administrações dos portos do Douro e Leixões (Matosinhos), do porto de Sines e dos portos de Setúbal e Sesimbra e com as Administrações Portuárias de Viana do Castelo, Aveiro e Figueira da Foz.

Com as novas atribuições, ficam afetos à Docapesca os bens do domínio público e do domínio privado do Estado, bem como todos os bens imóveis edificados pelo IPTM, na área de jurisdição identificada no Decreto-Lei n.º 16/2014 (artigo 6.º).

O montante de ativos fixos tangíveis implantados em domínio público, em 31 de dezembro de 2025, ascende a 20.183.933,12 euros, líquido de depreciações acumuladas de 57.599.590,59 euros.

2025

	Entidade	Valor de Aquisição	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Porto de Pesca de Viana do Castelo	APVC	731 567,12	462 402,96	269 164,16
Porto de Pesca de Matosinhos	APDL	18 482 605,39	17 269 303,58	1 213 301,81
Porto de Pesca de Aveiro	APA	2 363 927,25	2 001 284,95	362 642,30
Porto de Pesca de Figueira da Foz	APFF	5 295 808,52	4 265 646,94	1 030 161,58
Edifício Av. Brasília (Serviços Centrais)	APL	81 531,00	56 226,91	25 304,09
Porto de Pesca de Sesimbra	APSS	6 722 305,44	5 039 206,44	1 683 099,00
Porto de Pesca de Setúbal	APSS	2 065 662,30	1 352 850,75	712 811,55
Porto de Pesca de Sines	APS	3 215 295,93	2 130 861,09	1 084 434,84
Lota de Cascais	Município	552 750,11	77 371,43	475 378,68
Posto de Vendagem de Mira	Município	29 929,85	25 942,58	3 987,27
Entrepasto Frigorífico de Peniche	Município	3 564 188,65	3 564 188,65	-
Edifício Rua das Naus - Sagres	IGFSS	424 034,51	424 034,51	-
Posto de Vendagem de Carrasqueira	Município	296 327,47	89 839,01	206 488,46
Posto de Vendagem de Fuzeta	IGFSS	406 427,68	177 602,77	228 824,91
Posto de Vendagem de Armação de Pêra	---	23 256,03	21 766,03	1 490,00
Posto de Vendagem de Arrifana	---	68 891,73	61 872,68	7 019,05
Posto de Vendagem de Azenha do Mar	---	61 960,61	61 960,61	-
Posto de Vendagem de Burgau	---	5 872,96	5 872,96	-
Posto de Vendagem de Costa da Caparica	---	836 883,40	595 148,70	241 734,70
Posto de Vendagem de Trafaria	Depuradora Coris	126 679,44	59 519,47	67 159,97
Posto de Vendagem de Fonte da Telha	---	68 404,27	67 782,45	621,82
Posto de Vendagem de Foz do Arelho	---	13 247,86	10 189,86	3 058,00
Posto de Vendagem do Montijo	---	5 716,50	2 846,29	2 870,21
Posto de Vendagem de Caminha	---	-	-	-
Posto de Vendagem de Gâmbia	---	19 036,39	19 036,39	-
Posto de Vendagem de Monte Gordo	---	12 464,25	12 464,25	-
Posto de Vendagem de Porto Covo	---	27 140,57	27 140,57	-
Posto de Vendagem de Salema	---	11 981,87	11 981,87	-
Posto de Vendagem de Torreira	---	33 437,73	22 788,58	10 649,15
Posto de Vendagem de Vila Chã	---	19 968,95	19 968,95	-
Posto de Vendagem de Zambujeira	---	89 124,48	89 124,48	-
Posto de Vendagem de Vila Nova de Milfontes	---	648 129,35	461 381,52	186 747,83
<b>Sub-Total 1</b>		<b>46 304 557,61</b>	<b>38 487 608,23</b>	<b>7 816 949,38</b>

	Entidade	Valor de Aquisição	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Posto de Vendagem de Vila Praia de Âncora	Docapesca (a)	410 566,86	162 947,03	247 619,83
Posto de Vendagem de Esposende	Docapesca (a)	1 398 160,41	244 080,93	1 154 079,48
Porto de Pesca de Póvoa de Varzim	Docapesca (a)	2 207 731,46	1 464 946,04	742 785,42
Posto de Vendagem de Vila do Conde	Docapesca (a)	1 086 639,82	277 466,94	809 172,88
Estaleiros Navais de Azurara - Vila do Conde	Docapesca (a)	73 164,15	29 505,66	43 658,49
Posto de Vendagem de Afurada	Docapesca (a)	13 344,03	13 344,03	-
Posto de Vendagem de Aguda	Docapesca (a)	35 859,65	31 589,52	4 270,13
Posto de Vendagem de Angeiras	Docapesca (a)	126 566,26	99 092,37	27 473,89
Porto de Pesca de Angeiras	Docapesca (a)	301 749,74	301 749,74	-
Porto de Pesca de Nazaré	Docapesca (a)	2 485 428,29	1 436 390,45	1 049 037,84
Porto de Pesca de Peniche	Docapesca (a)	5 264 518,37	3 143 923,86	2 120 594,51
Porto de Pesca de Cascais	Docapesca (a)	21 235,71	20 173,92	1 061,79
Posto de Vendagem de Ericeira	Docapesca (a)	638 826,35	513 882,91	124 943,44
Porto de Pesca de Sagres (Baleeira)	Docapesca (a)	1 634 776,57	1 428 338,74	206 437,83
Porto de Pesca de Lagos	Docapesca (a)	2 200 887,98	1 481 158,15	719 729,83
Posto de Vendagem de Albufeira	Docapesca (a)	244 042,12	124 957,76	119 084,36
Porto de Pesca de Portimão	Docapesca (a)	2 419 970,68	1 791 433,71	628 536,97
Porto de Pesca de Olhão	Docapesca (a)	3 525 635,98	2 396 401,85	1 129 234,13
Porto de Pesca de Quarteira	Docapesca (a)	2 026 321,59	647 209,67	1 379 111,92
Porto de Pesca de Fuzeta	Docapesca (a)	10 730,00	7 600,41	3 129,59
Porto de Pesca de Tavira	Docapesca (a)	985 676,02	688 489,56	297 186,46
Posto de Vendagem de Santa Luzia	Docapesca (a)	304 839,08	245 132,67	59 706,41
Posto de Vendagem de Alvor	Docapesca (a)	17 384,29	15 294,29	2 090,00
Posto de Vendagem de Faro	Docapesca (a)	154 425,58	20 441,77	133 983,81
Posto de Vendagem de Cabanas	Docapesca (a)	42 901,91	39 719,06	3 182,85
Posto de Vendagem de Armona	Docapesca (a)	21 951,79	9 051,79	12 900,00
Posto de Vendagem de Culatra	Docapesca (a)	422 198,97	230 626,66	191 572,31
Porto de Pesca de Vila Real de Santo António	Docapesca (a)	3 069 996,40	2 053 042,29	1 016 954,11
Área Dominial - Portimão	Docapesca (b)	39 007,32	15 602,96	23 404,36
Área Dominial - Guadiana	Docapesca (a)	83 900,32	53 792,45	30 107,87
Assinalamento Marítimo - Norte	Docapesca (a)	60 085,16	32 676,27	27 408,89
Assinalamento Marítimo - Centro	Docapesca (a)	53 433,84	27 737,58	25 696,26
Assinalamento Marítimo - Sul	Docapesca (a)	97 009,40	64 181,32	32 828,08
<b>Sub-Total 2</b>		<b>31 478 966,10</b>	<b>19 111 982,36</b>	<b>12 366 983,74</b>
<b>Total</b>		<b>77 783 523,71</b>	<b>57 599 590,59</b>	<b>20 183 933,12</b>

(a) - ocorreu transferência de jurisdição do IPTM para a Docapesca

(b) - ocorreu dação entre a Docapesca e o Clube Náutico do Arade

As instalações do entreposto frigorífico de Peniche estão implantadas em terrenos pertencentes à Câmara Municipal de Peniche, detendo a Docapesca um direito de superfície. Estes ativos, com o valor bruto de 3.564.188,65 euros, estão completamente reintegrados à data de 31 de dezembro de 2025. A exploração do entreposto frigorífico de Peniche foi cedida à empresa ESIP, S.A.

(industrial conserveira), com base num protocolo celebrado entre a Docapesca, a ESIP e a Câmara Municipal de Peniche em agosto de 2012.

#### Ativos fixos em poder de terceiros

Os ativos fixos em poder de terceiros, a 31 de dezembro de 2025, eram os seguintes:

1. Molde de gravação de caixas de plástico (em poder da firma Baquelite Liz, Lda.), no valor de 60.105,15 euros; o molde é cedido, em cada momento, à entidade contratada para o fabrico de caixas de plástico para movimentação de pescado;
2. Equipamentos do entreposto frigorífico de Peniche, explorado pela ESIP, com o valor de aquisição de 1.171.202,17 euros, relativos a apetrechamento frigorífico, equipamento de estiva e estanteria;
3. Conjunto de cadeiras de auditório, em armazém do porto de pesca de Póvoa de Varzim (em poder da Apropesca), cedido por Protocolo, no valor de 15.842,50 euros;
4. Quebra-Mar flutuante no valor total de 319.176,36 euros, que inclui poste de sinalização autónomo e dois armários de emergência (cedido por Protocolo à Associação de Moradores da Ilha da Culatra);
5. Bateria de condensadores automática de 200, em armário IP22, instalado junto do quadro geral de baixa tensão, nas instalações da fábrica de gelo da Fingelo, no porto de pesca de Olhão, no valor de 4.939,00 euros;
6. Investimento efetuado no edifício da Rua das Naus (Baleeira – Sagres), composto por diversos equipamentos no valor de 43.294,81 euros, com vista à adaptação para Centro Interpretativo da Lota de Sagres, e cedido por protocolo à Câmara Municipal de Vila do Bispo.
7. Equipamentos de Pórtico Travel Lift, concedidos à Itinerant Summer, Lda., através de Contrato de Concessão assinado em 14 de junho de 2024, por 15 anos, no valor de 100.986,31 euros.
8. Ancoradouro do Clube Náutico do Arade, sito na Mexilhoeira da Carregação, que foi transferido para a Docapesca através de Contrato de Dação em 13 de novembro de 2018, e está a ser utilizado pelo Município de Lagos, por protocolo de 28 de dezembro de 2023, no valor de 39.150,00 euros.
9. Motobomba portátil, em poder do ISN (por protocolo), no valor de 493,56 euros.

### Vidas úteis e depreciação

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método da linha reta durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Bem	Nº anos
Edifícios e outras construções	3 a 25
Equipamento básico	1 a 15
Equipamento de transporte	1 a 8
Equipamento administrativo	1 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 12

As depreciações do exercício, no montante de 5.046.455,77 euros (4.794.302,93 euros em 2024), foram registadas na rubrica de Gastos de depreciação e amortização (Nota 24).

Até 2012, a Docapesca depreciou os bens implantados em terrenos de domínio público de acordo com os períodos máximos permitidos pela Legislação Fiscal, sendo que resultavam da utilização deste critério valores líquidos contabilísticos positivos na data final dos prazos de vigência dos contratos de concessão e das licenças de utilização celebrados com as administrações portuárias.

A partir de 2013 foram adaptadas as taxas de amortização dos bens referidos, para que a depreciação termine no último ano de vigência dos contratos de concessão celebrados com as entidades concedentes, se ainda contida na vida útil máxima para efeitos fiscais.

## 9. Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2025			
	Programas computador	Propriedade industrial	Intangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>				
Saldo inicial	677 113,99	1 257 796,32	339 820,68	2 274 730,99
Aquisições	27 779,00	-	113 670,01	141 449,01
Transferências	7 655,56	-	(7 655,56)	-
Abates	(29 996,00)	-	-	(29 996,00)
Saldo final	682 552,55	1 257 796,32	445 835,13	2 386 184,00
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>				
Saldo inicial	623 406,09	1 141 494,01	-	1 764 900,10
Depreciações do exercício (nota 23)	44 140,51	28 920,00	-	73 060,51
Transferências	-	-	-	-
Abates	(29 996,00)	-	-	(29 996,00)
Saldo final	637 550,60	1 170 414,01	-	1 807 964,61
Ativos líquidos	45 001,95	87 382,31	445 835,13	578 219,39

2024

	Programas computador	Propriedade industrial	Intangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>				
Saldo inicial	643 354,65	1 113 196,32	429 758,77	2 186 309,74
Aquisições	33 640,00	-	54 781,25	88 421,25
Transferências	119,34	144 600,00	(144 719,34)	-
Abates	-	-	-	-
Saldo final	677 113,99	1 257 796,32	339 820,68	2 274 730,99
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>				
Saldo inicial	490 917,64	1 112 574,01	-	1 603 491,65
Depreciações do exercício (nota 23)	132 488,45	28 920,00	-	161 408,45
Transferências	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-
Saldo final	623 406,09	1 141 494,01	-	1 764 900,10
Ativos líquidos	53 707,90	116 302,31	339 820,68	509 830,89

As amortizações de ativos intangíveis reconhecidas no período findo em 31 de dezembro de 2025, no montante de 73.060,51 euros (161.408,45 euros em 2024), foram registadas na rubrica de “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 24).

#### Vidas úteis

A todos os ativos intangíveis foi atribuída vida útil finita, cujas respetivas amortizações foram calculadas de acordo com vidas úteis estimadas entre os 3 e os 6 anos.

## 10. Locações

### Locação operacional

Os gastos reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 são detalhados conforme se segue:

	2025	2024
<b>Locação operacional</b>		
Viaturas de mercadorias	813,01	510,57
Viaturas ligeiras de passageiros	28 188,58	32 741,68
	29 001,59	33 252,25
<b>Outras</b>		
Viaturas para transporte de pescado	15 420,00	15 420,00
Viaturas para transporte de materiais	-	-
	15 420,00	15 420,00

Os encargos em 2024 (com exceção de despesas esporádicas não correspondentes a contratos de locação) correspondem a uma viatura ligeira cujo contrato terminou em 2024, mas foi prorrogado por mais um ano e mais cinco viaturas ligeiras de passageiros (cujos contratos terminavam em maio de 2025, mas que foi prorrogado por mais um ano. Contemplam ainda uma viatura de transporte de pescado.

Os encargos em 2025 (com exceção de despesas esporádicas não correspondentes a contratos de locação) correspondem a uma viatura ligeira, cujo contrato terminou em 2024 mas foi prorrogado por mais um ano e entregue em dezembro de 2025, e a mais cinco viaturas ligeiras de passageiros, das quais duas foram entregues em 2025. Os contratos das restantes terminarão 2026: duas em março e uma em maio de 2026, Contemplam ainda uma viatura de transporte de pescado.

Os gastos a reconhecer no futuro (relativos às três viaturas ligeiras de passageiros) referentes aos contratos AOV em curso são:

	Pagamentos mínimos a efetuar		
	2026	2027	após 2027
Locação operacional			
Viaturas ligeiras de passageiros	3 861,63	-	0,00
	<u>3 861,63</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Viaturas para transporte de pescado	0,00	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

## 11. Juros e outros rendimentos e gastos similares

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 são detalhados conforme se segue:

	2025		2024	
Juros suportados				
Financiamentos bancários	-		34 555,50	
Outros financiamentos	<u>238,65</u>	<u>238,65</u>	<u>117,93</u>	<u>34 673,43</u>
Outros gastos de financiamento				
Comissões e encargos similares	5 970,39		5 983,63	
Garantias bancárias	<u>5 537,08</u>	<u>11 507,47</u>	<u>5 362,08</u>	<u>11 345,71</u>
		<u>11 746,12</u>		<u>46 019,14</u>

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 são detalhados conforme se segue:

	2025		2024	
Juros obtidos				
Juros de Mora	16 870,47		26 765,66	
Juros de Depósitos	2 306,67		106,67	
Outros Juros	-	<u>19 177,14</u>	-	<u>26 872,33</u>
Outros rendimentos similares				
Outros	-	-	-	-
		<u>19 177,14</u>		<u>26 872,33</u>

## 12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2025			2024		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	95 401,95	(47 351,42)	48 050,53	100 139,81	(36 414,08)	63 725,73
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	48 934,71	(9 924,00)	39 010,71	61 793,07	(13 069,51)	48 723,56
Produtos acabados e intermediários	3 166,96	-	3 166,96	3 134,21	-	3 134,21
	<u>147 503,62</u>	<u>(57 275,42)</u>	<u>90 228,20</u>	<u>165 067,09</u>	<u>(49 483,59)</u>	<u>115 583,50</u>

É esperado que os seguintes inventários sejam realizados após o período de 12 meses seguinte à data das demonstrações financeiras:

- Mercadorias;
- Matérias de consumo e conservação.

#### Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, é detalhado conforme se segue:

	2025		
	MP, Subs.		
	Mercadorias	Consumo	Total
Saldo inicial	100 139,81	61 793,07	161 932,88
Compras	263 387,35	163 779,78	427 167,13
Regularizações	19 223,48	-	19 223,48
Saldo final	<u>95 401,95</u>	<u>48 934,71</u>	<u>144 336,66</u>
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	<u>248 901,73</u>	<u>176 638,14</u>	<u>425 539,87</u>

	2024		
	MP, Subs.		
	Mercadorias	Consumo	Total
Saldo inicial	97 732,61	59 587,08	157 319,69
Compras	305 920,32	150 461,84	456 382,16
Regularizações	52 431,30	-	52 431,30
Saldo final	<u>100 139,81</u>	<u>61 793,07</u>	<u>161 932,88</u>
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	<u>251 081,82</u>	<u>148 255,85</u>	<u>399 337,67</u>

A variação dos inventários da produção dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é detalhada conforme se segue:

	2025		2024	
	Produtos acabados		Produtos acabados	
Saldo inicial	3 134,21		4 266,66	
Saldo final	(3 166,96)		(3 134,21)	
Variação dos inventários de produção	(32,75)		1 132,45	

A quantidade de gelo em silo, em toneladas, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é detalhada a seguir:

	Toneladas em Silo	
	2025	2024
Póvoa de Varzim	2,00	2,00
Matosinhos	70,00	85,00
Aveiro	60,00	-
Figueira da Foz	30,00	28,00
Total	162,00	115,00

#### Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é a seguinte:

	2025				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Mercadorias	36 414,08	15 794,01	(4 856,67)	-	47 351,42
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	13 069,51	9 924,00	(13 069,51)	-	9 924,00
	49 483,59	25 718,01	(17 926,18)	-	57 275,42

	2024				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Mercadorias	33 992,49	6 119,81	(3 698,22)	-	36 414,08
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	12 449,86	13 069,51	(12 449,86)	-	13 069,51
	46 442,35	19 189,32	(16 148,08)	-	49 483,59

A imparidade anual incide sobre o conjunto de materiais de consumo que se encontram armazenados nos serviços centrais e que se destinam a ser consumidos nos diferentes estabelecimentos da empresa.

As perdas por imparidade de inventários de mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no montante de 25.718,01 euros, bem como as reversões no montante de 17.926,18 euros, foram registadas na rubrica de “Imparidade de inventários”.

### 13. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é detalhado conforme se segue:

	2025	2024
Venda de bens	1 982 900,11	1 663 095,78
Prestação de serviços	28 111 804,09	27 380 209,41
Juros obtidos (Nota 11)	19 177,14	26 872,33
	<u>30 113 881,34</u>	<u>29 070 177,52</u>

O montante dos juros obtidos refere-se apenas aos juros recebidos e que se estima receber.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a rubrica “Vendas e serviços prestados” apresentava a seguinte composição:

	2025	2024
- Venda de gelo	1 823 691,41	1 491 188,42
- Venda de combustíveis	135 924,46	131 029,87
- Venda de aprestos de pesca	3 719,60	12 517,78
- Venda de lubrificantes	23,60	7 045,48
- Venda de baterias	-	1 263,61
- Venda de comandos	19 035,32	18 977,09
- Venda de embalagens	505,72	1 073,53
Outros serviços prestados:		
- Serviço de 1ª. Venda de pescado	19 468 271,51	19 385 985,15
- Serviços dos portos de pesca	5 605 686,51	5 166 506,36
- Gestão dominial	1 937 304,12	1 889 326,86
- Serviços de Náutica de Recreio e Marítimo-Turísticas	778 576,30	648 927,14
- Outros	321 965,65	289 463,90
	<u>30 094 704,20</u>	<u>29 043 305,19</u>

A Docapesca não efetua vendas nem presta serviços para o mercado externo.

Na rubrica de Prestações de Serviços da primeira venda de pescado estão registados os valores das taxas de primeira venda de pescado cobradas pela Docapesca sobre o valor transacionado em lota.

### 14. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

#### 14.1 Provisões

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 é apresentada nos quadros seguintes:

	2025					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências / Regularizações	Saldo final
Para compromissos assumidos - IPTM	63 282,25	-	-	-	-	63 282,25
Para processo judicial - APVC	96 725,56	-	-	-	-	96 725,56
Para processo judicial - San Jose	290 000,00	-	-	-	-	290 000,00
Para processo judicial - Grupo Lena	238 042,83	-	-	-	-	238 042,83
Para riscos e encargos - Travel Lift - Portimão	54 004,80	-	-	-	-	54 004,80
Para imposto municipal sobre imóveis	348 375,00	13 625,00	-	-	-	362 000,00
Para impugnação de taxas cobradas	374 345,35	61 686,50	-	-	-	436 031,85
Para acidentes de embarcações	7 820,56	-	-	-	-	7 820,56
Para derrames de combustível	24 000,00	-	-	-	-	24 000,00
	<b>1 496 596,35</b>	<b>75 311,50</b>	-	-	-	<b>1 571 907,85</b>

	2024					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências / Regularizações	Saldo final
Para compromissos assumidos - IPTM	63 282,25	-	-	-	-	63 282,25
Para processo judicial - APVC	96 725,56	-	-	-	-	96 725,56
Para processo judicial - San Jose	290 000,00	-	-	-	-	290 000,00
Para processo judicial - Grupo Lena	238 042,83	-	-	-	-	238 042,83
Para riscos e encargos - Travel Lift - Portimão	54 004,80	-	-	-	-	54 004,80
Para imposto municipal sobre imóveis	348 375,00	-	-	-	-	348 375,00
Para impugnação de taxas cobradas	316 143,14	58 202,21	-	-	-	374 345,35
Para acidentes de embarcações	7 820,56	-	-	-	-	7 820,56
Para derrames de combustível	24 000,00	-	-	-	-	24 000,00
	<b>1 438 394,14</b>	<b>58 202,21</b>	-	-	-	<b>1 496 596,35</b>

### Provisões para responsabilidades assumidas

1. Foi constituída em 2016 uma provisão no montante de 63.282,25 euros para fazer face à possibilidade de a Docapesca ser obrigada ao pagamento de uma verba reclamada pelo IMT (Instituto da Mobilidade e Transportes), e que se relaciona com o pagamento dos salários e encargos aos trabalhadores do IPTM no período de dois meses imediatamente anteriores à sua transição, por acordo de cedência de interesse público, para a Docapesca.
2. Foi constituída em 2016 uma provisão no montante de 96.725,56 euros para fazer face à possibilidade de a Docapesca ser obrigada ao pagamento de uma verba reclamada pela AT em Processo de execução fiscal por uma dívida de 2000 a 2004, reclamada inicialmente pelo IPTM em 2008, e que se anulou por confusão entre o devedor e o credor (fusão por incorporação do IPTM na Docapesca) mas que o tribunal entendeu ser devida à Administração do Porto de Viana do Castelo. A Docapesca já apresentou impugnação judicial junto do Tribunal Tributário de Lisboa.

### Provisão para riscos e encargos

Foram constituídas em 2015 provisões para o eventual pagamento de indemnizações na sequência de um sinistro ocorrido com o *Travel Lift* de Portimão (risco avaliado em 54.004,80 euros), que se mantém em 2025.

Foram constituídas desde 2020 provisões para o eventual pagamento na sequência de impugnação de taxas cobradas:

- Cliente Marcelina Maria da Conceição de Sousa: Processo n.º 182/17.2BELLE Unidade Orgânica 2, Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé. A impugnante deduziu impugnação judicial do ato de liquidação e cobrança de taxa devida pela ocupação do domínio público marítimo do apoio de praia simples denominado "Borda d'Água", relativo ao ano 2016, emitido pela Docapesca, no valor de 6.974,10 euros (seis mil novecentos e setenta e quatro euros e dez cêntimos). No dia 1 de abril de 2020 foi proferida sentença que julgou a ação procedente, declarando a anulação do ato de liquidação por vício de violação da lei, consubstanciado em erro nos pressupostos de direito. A Docapesca apresentou em tempo e modo próprio o competente recurso, mas constituiu provisão para este processo, e também para as verbas faturadas em anos posteriores ao mesmo cliente, num total de 35.304,45 euros.  
Em 2021 foi revertida parte desta provisão (6.601,65 euros), correspondente ao IVA incluído na faturação (por ser recuperável) e acrescida mais uma anuidade (5.858,10 euros).  
Em 2022 e 2023 foram acrescidas mais duas anuidades (5.883,30 euros e 6.177,60 euros).
- Cliente O Farol – Cervejaria Bar, Lda.: Processo n.º 183/17.2BELLE Unidade Orgânica 2, Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé. A impugnante deduziu impugnação judicial do ato de liquidação e cobrança de taxa devida pela ocupação do domínio público marítimo do apoio de praia denominado "O Farol", relativo ao ano 2016, emitido pela Docapesca, no valor de 8.175,20 euros (oito mil cento e setenta e cinco euros e vinte cêntimos). No dia 1 de abril de 2020 foi proferida sentença que julgou a ação procedente, declarando a anulação do ato de liquidação por vício de violação da lei, consubstanciado em erro nos pressupostos de direito. A Docapesca apresentou em tempo e modo próprio o competente recurso, mas constituiu provisão para este processo, e também para as verbas faturadas em anos posteriores ao mesmo cliente, num total de 41.384,68 euros.  
Em 2021 foi revertida parte desta provisão (7.738,61 euros), correspondente ao IVA incluído na faturação (por ser recuperável) e acrescida mais uma anuidade (6.867,00 euros).  
Em 2022 e 2023 foram acrescidas mais duas anuidades (6.896,54 euros).
- Cliente Sagritur – Sociedade Agro-Turística, Lda.: Processo n.º 165/20.5BELLE – Unidade Orgânica 2, Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra. A impugnante discute se o prédio em causa se encontra dentro do limite do Domínio Público Marítimo. Já foi intentada a competente ação de reconhecimento de propriedade privada. Valor: 135.156,05 euros.  
Em 2022 foi acrescida mais uma anuidade (68.965,35 euros).  
Em 2023, em função de correções produzidas na conta corrente, foi reduzida a provisão em 11.255,00 euros.  
Em 2024 foi acrescida mais uma anuidade (55.784,41 euros) em 2025 foi acrescida outra anuidade (59.125,40 euros)

- Cliente Condomínio do Edifício Marquês e outros - Processo n.º 373/20.9BELRA Unidade Orgânica 2, Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria. A Docapesca foi notificada da impugnação judicial e apresentou contestação. A ação foi apresentada na sequência de indeferimento expreso da reclamação graciosa deduzida contra os atos de liquidação da taxa de ocupação liquidada entre 1991 e 2019. Valor: 11.004,71 euros.
- Cliente Condomínio Infante II - Processo n.º 1259/19.5BELRA Unidade Orgânica 2, Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria. O reclamante deduziu oposição ao processo executivo para cobrança da taxa de utilização do Domínio Público Marítimo correspondente ao ano de 2019. Valor: 6.533,10 euros).

Entre 2022 e 2024 foram acrescentadas mais três anuidades (2.179,10 euros, 2.286,90 euros e 2.417,80 euros).

Em 2025 foi acrescentada mais uma anuidade (2.561,10 euros).

- Carlos Alberto Torres Sampaio - Processo n.º 45/20.4TNLSB, Tribunal Marítimo de Lisboa. Na sequência de um acidente que a sua embarcação sofreu (alegadamente por causa do mau estado em que se encontravam os cunhos de amarração das embarcações no porto de pesca de Vila Praia de Âncora), o autor vem pedir uma indemnização que inclui a reparação da embarcação e a privação do uso da mesma. Realizou-se audiência prévia e, em 13-12-2021, a audiência de julgamento. Aguarda-se sentença. Valor: 7.820,56 euros.
- Foram constituídas em 2022 duas provisões para eventuais pagamentos relativos a derrames de combustível:
  - Um derrame no porto de pesca de Vila Praia de Âncora (Processo n.º 658/19.7T.CGI - impugnação por parte da Docapesca) por contraordenação ambiental, devido a inexistência de aparadeiras num local de depósito de óleos usados; custo potencial: 25.000,00 euros; esta provisão foi revertida em 2023, na sequência de absolvição em julgamento
  - Um derrame no porto de pesca de Póvoa de Varzim, em tudo idêntico ao anterior, por contraordenação ambiental, devido a escorrência de óleo para o chão no porto de pesca; custo potencial: 24.000,00 euros.

#### Provisão para Imposto Municipal sobre imóveis

Foi constituída em 2015 uma provisão para fazer face ao pagamento do IMI sobre os edifícios construídos pela Docapesca nos terrenos do Porto de pesca de Matosinhos, na sequência de um pedido da AT para a entrega dos elementos que discriminam esses mesmos edifícios, com data-limite de novembro de 2015.

A provisão foi calculada tomando por base o valor de aquisição dos referidos edifícios e a possibilidade de serem exigidos o ano corrente e os 4 anos anteriores.

Em 2016, a provisão foi reforçada com idêntico cálculo sobre os bens construídos pela Docapesca nos restantes portos de pesca, de acordo com o registo no ativo fixo tangível da Docapesca no valor de 165.000,00, passando a provisão a totalizar 348.375,00 euros.

Em 2025, foram atualizados os valores, considerando novas construções, adaptadas as taxas em vigor e considerados apenas o ano corrente e os 3 anos anteriores, pelo forma de funcionamento do imposto e respetiva liquidação.

#### Provisões transitadas do ex-IPTM

Foi contabilizada em 2015 uma dívida a pagar, provisionada pelo ex-IPTM, relativa à Construtora San José, no montante de 290.000,00 euros, com contrapartida em capital próprio (integração de saldos).

Em 2017, foi esse montante transferido para a conta de provisões, por transferência da conta original, sem impacto em custos do exercício.

Da mesma forma, foi contabilizada, em 2017, uma provisão para o eventual pagamento às empresas Lena – Engenharia e construções, S.A. e Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A. do montante de 238.042,83 euros, também com contrapartida em capital próprio (integração de saldos).

## 15. Subsídios do Governo

### Subsídios ao investimento não reembolsáveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:

Subsídio	2025				
	Montante total	Montante líquido recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado
Subsídios relacionados com ativos:					
Ativos tangíveis e intangíveis	33 854 530,35	594 148,63	-	1 460 088,29	27 121 000,22
Ativos tangíveis abatidos	46 653,73		-	-	-
	<u>33 901 184,08</u>	<u>594 148,63</u>	<u>-</u>	<u>1 460 088,29</u>	<u>27 121 000,22</u>

Subsídio	2024				
	Montante total	Montante líquido recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado
Subsídios relacionados com ativos:					
Ativos tangíveis e intangíveis	33 669 260,43	2 614 356,64	-	1 818 859,23	26 081 245,45
Ativos tangíveis abatidos	33 909,79		-	-	-
	<u>33 703 170,22</u>	<u>2 614 356,64</u>	<u>-</u>	<u>1 818 859,23</u>	<u>26 081 245,45</u>

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a empresa reconheceu o montante de 2.511.641,96 euros como subsídios ao investimento.

O ganho do período relativamente ao reconhecimento de subsídios, no montante de 1.480.088,29 euros (1.818.859,23 euros em 31 de dezembro de 2024), foi registado na demonstração dos resultados na rubrica de Outros rendimentos (Nota 25).

Em 31 de dezembro de 2025, a Docapesca reconheceu ajustamentos aos subsídios recebidos e a receber, no montante de 2.410.708,32 euros, considerando uma taxa de imposto sobre o rendimento de 19% (taxa para 2026) e derrama de 1,5% (Nota 17).

2025		
Subsídio	Outras variações Capital Próprio	Outras Dívidas a Pagar (Ajustamentos)
Subsídios relacionados com ativos:		
Ativos tangíveis e intangíveis	9 348 844,45	(2 410 708,32)
2024		
Subsídio	Outras variações Capital Próprio	Outras Dívidas a Pagar (Ajustamentos)
Subsídios relacionados com ativos:		
Ativos tangíveis e intangíveis	9 783 774,67	(2 840 450,69)

### Subsídios à exploração

A Docapesca registou, durante o exercício de 2025, recebimentos de subsídios relacionados com projetos afetos à sua atividade comercial. Foi registado nas contas de “Subsídios à Exploração” o montante total de 390.725,14 euros, relativos a projetos de divulgação.

### 16. Acontecimentos após a data do balanço

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 9 de março de 2026. Contudo, estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor.

### 17. Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das

circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2022 a 2025 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

O gasto com impostos sobre o rendimento, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, é detalhado conforme se segue:

	2025	2024
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período - IRC	285 682,64	328 324,86
Ajustamentos ao IRC de períodos anteriores	(27 107,51)	(30 282,45)
Ajustamentos ao IRC de períodos anteriores - Derrama Estadual	(1 903,55)	-
Ajustamentos ao IRC de períodos anteriores - Derrama Municipal	(1 936,26)	(2 163,03)
Ajustamentos ao IRC de períodos anteriores - Trib. Autónoma	-	1 322,01
Imposto s/ o rendimento Exercício - Derrama Municipal	21 426,20	23 451,78
Imposto s/ o rendimento Exercício - Derrama Estadual	-	1 903,55
Imposto s/ o rendimento Exercício - Tributação Autónoma	27 563,47	29 229,49
	<u>303 724,99</u>	<u>351 786,21</u>
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	5 109,53	36 889,13
	<u>5 109,53</u>	<u>36 889,13</u>
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>308 834,52</u>	<u>388 675,34</u>

	2025	2024
Resultado antes de imposto	1 298 746,26	1 653 404,96
Diferenças permanentes	31 526,43	(163 199,96)
Diferenças temporárias	98 140,50	73 246,72
Lucro tributável	<u>1 428 413,19</u>	<u>1 563 451,72</u>
IRC - Coleta	285 682,64	328 324,86
Derrama Municipal	21 426,20	23 451,78
Derrama Estadual	-	1 903,55
Tributação Autónoma	27 563,47	29 229,49
IRC a pagar	<u>334 672,31</u>	<u>382 909,68</u>

#### Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 foi como se segue:

	2025		2024	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	333 332,25	-	370 221,38	-
Subsídios reconhecidos no ano				
Provisão para Processos Judiciais				
Anulação	-		-	
Plano de Benefícios de Reforma				
Reforço	69 006,04		19 508,92	
Utilização	(74 115,57)		(56 398,05)	
	(5 109,53)	-	(36 889,13)	-
Saldo final	328 222,72	-	333 332,25	-

O detalhe final dos saldos de impostos diferidos é o seguinte:

	2025	2024
Ativos por impostos diferidos	328 222,72	333 332,25
Plano de Pensões	328 222,72	333 332,25
Processos Judiciais	-	-

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Docapesca mantém registo de Ativos por Impostos Diferidos no montante de 328.222,72 euros.

Nos termos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, o período de reporte dos prejuízos fiscais foi alargado para doze anos, tendo a Empresa decidido registar os Ativos por impostos diferidos relativos ao pagamento futuro dos complementos de pensões decididos ao abrigo do plano de benefícios em vigor na empresa (ver nota 19).

#### Processos em execução fiscal

- **Liquidação adicional de IVA**

Foi requerida a suspensão da execução fiscal relacionada com a liquidação adicional de IVA efetuada pela Direção-Geral de Impostos em 2002. Esta liquidação foi reclamada, tendo sido apresentada uma garantia bancária à Entidade acima referida, no montante de 591.279,43 euros, destinada à suspensão da execução fiscal. Este processo encontra-se pendente no Tribunal Central Administrativo. A provisão constituída para o eventual pagamento deste montante foi reduzida para 354.273,41 euros, na sequência do perdão de juros comunicado pela Direção-Geral de Contribuições e Impostos, estando pendente a resolução final, quer quanto à matéria, quer relativamente ao valor da própria dívida, caso se conclua devida.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 151-A/2013, de 31 de outubro, e com o objetivo de beneficiar do regime de perdão fiscal proporcionado, a Docapesca decidiu pelo pagamento do montante em dívida, tendo para o efeito utilizado a provisão constituída. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 registou-se um ganho de 4.784,87 euros na conta própria de reversões, devido ao perdão das custas do processo, que se encontravam igualmente provisionadas. A Garantia Bancária foi cancelada.

A Empresa não abdicou, no entanto, da reclamação apresentada.

- **Autoridade Tributária e Aduaneira**

Foi apresentada uma reclamação graciosa do ato de liquidação de dívida aduaneira, no montante de 138.854,75 euros, acrescido de custas processuais. Esta reclamação respeitava ao processo interposto por aquela autoridade à Docapesca, processo esse que aponta três irregularidades nos procedimentos de venda de combustível e que resultou de uma ação inspetiva levada a cabo pela Divisão Operacional do Sul da Direção de Serviços Antifraude Aduaneira. As três irregularidades são: incorreto registo contabilístico das existências (combustíveis), não cumprimento dos pressupostos de venda de gasóleo colorido e marcado e diferença nas quantidades entre o faturado e o registado nos terminais POS/TPA. Na sequência da reclamação, foi indeferido o pedido de anulação ao ato de liquidação da dívida aduaneira deduzido na reclamação graciosa apresentada. Foi efetuado o pedido de impugnação judicial do processo, que se encontra em apreciação no Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa.

A Docapesca efetuou em 2016, o pagamento do montante reclamado, ao abrigo do programa PERES, não abdicando de prosseguir com o pedido de impugnação judicial junto do Tribunal Tributário de Lisboa.

## 18. Ativos e passivos financeiros

### Cientes e outros créditos a receber

A antiguidade do saldo da rubrica “Clientes”, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, é detalhada conforme segue:

	2025			2024		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não vencido	1 044 642,99	-	1 044 642,99	1 081 745,45	-	1 081 745,45
Vencido:						
0-90 dias	1 076 689,33	(1 108,72)	1 075 580,61	523 169,87	-	523 169,87
90-180 dias	336 045,32	(41 014,18)	295 031,14	318 033,13	-	318 033,13
180-360 dias	457 697,83	(16 817,23)	440 880,60	737 493,87	(529,39)	736 964,48
> 360 dias	3 395 164,85	(2 769 522,47)	625 642,38	3 602 246,92	(2 787 302,79)	814 944,13
	<b>6 310 240,32</b>	<b>(2 828 462,60)</b>	<b>3 481 777,72</b>	<b>6 262 689,24</b>	<b>(2 787 832,18)</b>	<b>3 474 857,06</b>

O montante relativo a “Clientes” – não vencido está acrescido em 1.942,56 euros, correspondentes a cheques em carteira à data de 31 de dezembro de 2024 e depositados no dia útil seguinte (Nota 5).

As dívidas de clientes com mais de 360 dias que não foram objeto de perda por imparidade correspondem à faturação de clientes que ainda se encontram a pagar as dívidas integradas do IPTM (anteriores a junho de 2014), assim como às dívidas de clientes com acordo de pagamento em cumprimento, e ainda ao conjunto da faturação de pequeno montante dirigida a um número significativo de clientes que se encontra em análise por diversas reclamações, não se tendo dado ainda início à sua cobrança. Entende-se, contudo, que estes montantes serão realizados no decurso dos próximos exercícios, pelo que não foi registada qualquer perda por imparidade

Apesar de não ter sido ainda integrado na contabilidade da Docapesca todo o conjunto de faturação em aberto produzida pelo IPTM (através da aplicação informática SIGPOR), verificou-se por parte de vários clientes o pagamento à Docapesca de montantes não faturados pela Docapesca.

Assim, foi já integrado o montante total de 2.117.961,95 euros, correspondente aos recebimentos até 31 de dezembro de 2025.

Os saldos refletem ainda operações de *Write Off* nas contas de alguns clientes, iniciada em 2021, que resulta das recomendações emitidas pela Inspeção Geral de Finanças no decurso de uma ação inspetiva.

De acordo com as recomendações contidas no relatório final da IGF n.º 96/2021, nomeadamente a que se relaciona com o ponto 2.6 do referido relatório (“Desencadear mecanismos que evitem ou diminuam as situações de acumulação de dívidas de clientes e possibilitem a recuperação dos respetivos valores”), a Docapesca propôs-se executar um procedimento de revisão exaustiva dos créditos registados como de cobrança não provável, de clientes e outros devedores, sobre os quais se encontram registadas imparidades de igual montante.

No decurso desta análise, que incide sobre créditos duvidosos registados e mantidos desde a década de 80, procedeu-se à classificação dos créditos em:

- Créditos sem qualquer possibilidade de ação futura porque:
  - a) Já não existe informação relevante em processo físico e se perdeu o ficheiro informático por destruição inadvertida dos ficheiros em servidor;
  - b) O cliente / devedor não é reconhecível por falta de informação relativa a morada e identificação fiscal
  - c) O cliente / devedor tem a sua atividade encerrada por dissolução
- Créditos que foram objeto de reclamação judicial, mas que se encontram já encerrados por não terem sido encontrados bens para penhora:
  - a) Clientes / devedores que têm a sua atividade encerrada por dissolução

- b) Clientes / devedores que mantêm a atividade, pelo menos a nível fiscal, evidenciada pelo Portal da Autoridade Tributária e pelo Ministério da Justiça
- Créditos que merecem análise adicional porque:
- Existem processos físicos com reclamações dos clientes / devedores
  - Há indícios de que o cliente / devedor pretende a manutenção da sua atividade, assegurando o registo como ativo no Portal da Autoridade Tributária

Neste contexto, foram tomados em devida conta os clientes / devedores, divididos pelos seguintes critérios:

- 1.º critério – Dívida transferida para duvidoso entre os anos de 1996 e 2005
- 2.º critério – Dívida transferida para duvidoso entre os anos de 2006 e 2012
- 3.º critério – Dívida transferida para duvidoso entre os anos de 2013 e 2021

Foram anuladas as dívidas consideradas como duvidosas de 513 clientes e devedores, no montante de 5.292.045,65 euros (2.926.816,21 euros de créditos sobre clientes e 2.365.229,44 euros de créditos sobre devedores), sendo o valor de 2024 de 87.118,76 euros, conforme o quadro seguinte:

	Devedores Contas 27881 e 27902	Clientes Contas 213 e 2192	Total	Data de lançamento	Número de processos
1.º critério - 1996 a 2005	1 767 994,39	660 665,24	2 428 659,63	30/12/2021	191
2.º critério - 2006 a 2012	412 424,16	1 403 144,75	1 815 568,91	30/03/2022	140
3.º critério - 2013 a 2021	111 100,08	658 095,16	769 195,24	30/06/2022	116
3.º critério - 2013 a 2021	-	191 503,11	191 503,11	30/09/2022	64
3.º critério - 2013 a 2021	73 710,81	13 407,95	87 118,76	30/12/2024	2
	2 365 229,44	2 926 816,21	5 292 045,65		513

.Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os “Outros créditos a receber” da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2025			2024		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
<b>Correntes:</b>						
<b>Outros devedores</b>						
Compradores - guias	7 822 737,93	-	7 822 737,93	8 311 020,18	-	8 311 020,18
Devedores duvidosos	449 453,75	(449 453,75)	-	443 656,13	(443 656,13)	-
Devedores diversos	862 218,34	(10 000,00)	852 218,34	1 043 443,27	(10 000,00)	1 033 443,27
Subsídios à Exploração a receber (nota 14)	-	-	-	-	-	-
Outros	80 218,55	-	80 218,55	118 910,77	-	118 910,77
	9 214 628,57	(459 453,75)	8 755 174,82	9 917 030,35	(453 656,13)	9 463 374,22
<b>Acréscimos de proventos</b>						
Outros	257 666,34	-	257 666,34	173 416,16	-	173 416,16
	257 666,34	-	257 666,34	173 416,16	-	173 416,16
	9 472 294,91	(459 453,75)	9 012 841,16	10 090 446,51	(453 656,13)	9 636 790,38

Ao montante relativo a “Compradores – Guias” foram acrescidos 102.644,85 euros, correspondentes a cheques em carteira à data de 31 de dezembro de 2025, depositados no dia útil seguinte (Nota 5).

A antiguidade do saldo da rubrica “Compradores - Guias” e “Devedores Duvidosos”, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, é detalhada conforme segue:

	2025			2024		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não vencido	3 108 654,82	-	3 108 654,82	796 780,96	-	796 780,96
Vencido:						
0-90 dias	3 554 310,98	(5 797,62)	3 548 513,36	5 362 964,77	-	5 362 964,77
90-180 dias	395 660,85	-	395 660,85	672 164,89	-	672 164,89
180-360 dias	192 260,10	-	192 260,10	999 786,88	(398,21)	999 388,67
> 360 dias	1 021 304,93	(443 656,13)	577 648,80	922 978,81	(443 257,92)	479 720,89
	<u>8 272 191,68</u>	<u>(449 453,75)</u>	<u>7 822 737,93</u>	<u>8 754 676,31</u>	<u>(443 656,13)</u>	<u>8 311 020,18</u>

Para além do processo de *Write Off* já referido, foi reconhecida, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, uma perda em imparidades líquidas de reversões (dívidas recebidas ou anuladas) no montante de 58.487,51 euros (ganho de 633.269,03 euros em 2024), os quais se encontram registadas na rubrica de “Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões” conforme quadro seguinte:

	2025		
	Aumentos	Reversões	Saldo
Clientes	298 982,03	(248 229,88)	50 752,15
Outros devedores	7 735,36	-	7 735,36
	<u>306 717,39</u>	<u>(248 229,88)</u>	<u>58 487,51</u>

	2024		
	Aumentos	Reversões	Saldo
Clientes	92 783,60	(725 307,59)	(632 523,99)
Outros devedores	8 902,91	(9 647,95)	(745,04)
	<u>101 686,51</u>	<u>(734 955,54)</u>	<u>(633 269,03)</u>

As dívidas de clientes e de compradores de pescado estão parcialmente acauteladas através de garantias prestadas a favor da Docapesca e de Cauções em Numerário. Em 31 de dezembro de 2025, estavam na posse da Docapesca 502 Garantias Bancárias, no valor de 13.435.391,02 euros e Cauções em Numerário no valor total de 2.985.026,79 euros.

	2025	2024
Garantias bancárias	13 435 391,02	12 731 243,09
Cauções em numerário	2 985 026,79	2 784 173,05
	<u>16 420 417,81</u>	<u>15 515 416,14</u>

Existem também, prestadas por fornecedores, garantias destinadas a dar cobertura, quer a adiantamentos com adjudicações, quer à execução das obras efetuadas, distribuídas do seguinte modo:

	2025		2024	
	Docapesca	Ex-IPTM	Docapesca	Ex-IPTM
Garantias bancárias	1 856 266,11	326 093,17	2 008 930,52	326 093,17
Garantias prestadas por soc. garantia mútua	45 418,49	-	48 135,89	-
Seguros de caução	428 212,12	53 687,36	368 775,43	53 687,36
Depósitos bancários para retenção garantias	604 141,65	97 112,96	554 599,58	97 112,96
Retenção para reforço de garantia				
Fornecedores correntes	-	-	-	-
Fornecedores de investimento	287 034,11	-	362 705,44	-
	<u>3 221 072,48</u>	<u>476 893,49</u>	<u>3 343 146,86</u>	<u>476 893,49</u>

### Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 são detalhados conforme se segue:

	Entidade financiadora	2025			2024		
		Montante utilizado			Montante utilizado		
		Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente
Outros empréstimos obtidos:							
Descoberto bancário	Banco BPI	3 250 000,00	-	-	3 250 000,00	-	-
		<u>3 250 000,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3 250 000,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Durante o exercício de 2022, procedeu-se a uma consulta ao mercado, procurando melhores condições para financiamento de curto prazo através de crédito bancário por descoberto em conta corrente, resultante das recomendações emitidas pelo IGCP, uma vez que as condições existentes à data se traduziam em custos superiores face à média dos custos das operações de financiamento praticadas para as entidades do Setor Empresarial do Estado.

Assim, em outubro de 2022, procedeu-se à revogação do contrato com o BCP e contratou-se o BPI, que apresentou as melhores condições para a concessão de um empréstimo de curto prazo, indo de encontro ao pretendido pelo IGCP.

De referir que, durante o ano de 2023, a Docapesca recorreu ao descoberto bancário em DO, contratualizado com o Banco BPI, sempre que necessário, para fazer face aos pagamentos relativos aos investimentos em curso, em antecipação ao recebimento dos subsídios associados aos mesmos, nomeadamente entre os meses de julho e setembro, e durante o mês de dezembro, com devolução no próprio mês.

Em 2024, houve também utilização, mas com total reposição antes do final do exercício.

De referir ainda que, durante o ano de 2025, a Docapesca não recorreu ao descoberto bancário em DO, contratualizado com o Banco BPI.

## Fornecedores e outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a rubrica de “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

	2025	2024
Fornecedores, conta corrente:		
Não vencido	712 739,18	834 073,23
0-90 dias	232 722,95	111 435,09
90-180 dias	7 733,94	13 102,21
180-210 dias	512,81	3 638,81
> 210 dias	-	-
	<u>953 708,88</u>	<u>962 249,34</u>
Fornecedores por retenções	86 512,29	38 619,90
Fornecedores, fat. em recepção e conferência	953,60	953,60
	<u>1 041 174,77</u>	<u>1 001 822,84</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a rubrica de “Outras dívidas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	2025	2024
<b>Outras dívidas a pagar (não corrente):</b>	<b>2 410 708,32</b>	<b>2 840 450,69</b>
Ajustamentos a subsídios	2 410 708,32	2 840 450,69
<b>Outras dívidas a pagar (corrente):</b>	<b>11 591 865,00</b>	<b>13 811 836,39</b>
Cativações a armadores	2 255 614,38	3 522 481,07
Cauções	3 055 438,43	2 849 689,51
Armadores - marés	897 652,60	1 762 362,64
Reserva pessoal dos armadores	1 275 231,28	1 364 253,73
Armadores - Segurança Social	5 038,79	5 038,79
Fornecedores de imobilizado	1 195 718,67	1 308 259,07
IFAP - Subsídios processados em excesso	181 567,06	181 567,06
Outros	356 702,42	372 825,67
Acréscimos de gastos		
- Férias a liquidar	1 701 072,82	1 714 090,12
- Água	97 986,23	92 614,89
- Electricidade	80 428,81	181 163,01
- Vigilância e Segurança	15 079,00	28 993,86
- Limpeza	34 509,83	53 875,11
- Serviços dos Postos de Venda	66 380,43	109 717,37
- Descontos em Serviços da Lota	553,46	14 286,23
- Imposto Municipal sobre Imóveis	39 767,12	37 140,54
- Transporte de Pescado	-	22 658,52
- Assinalamento marítimo	101 981,60	60 849,80
- Diversos	231 142,07	129 969,40

Os montantes referentes a reserva pessoal dos armadores e pagamento de marés têm exigibilidade imediata.

## 19. Benefícios dos empregados

A Empresa assumiu o compromisso de conceder, aos empregados, prestações pecuniárias, para os seguintes benefícios:

- Pensões de reforma por velhice ou invalidez;
- Prémio de reforma por velhice ou invalidez;
- Subsídio de morte;
- Pensão de sobrevivência.

O plano de benefícios definidos da Docapesca está dividido em duas partes, havendo um fundo constituído, gerido por uma entidade gestora de fundos de pensões, para a cobertura parcial dos complementos de pensão de reforma por velhice ou invalidez, estando as restantes responsabilidades a cargo da própria Empresa.

Breve descrição do plano de benefício definidos:

#### Pensões de reforma

Elegibilidade: todos os trabalhadores da Empresa admitidos até 30 de junho de 2001.

Idade normal de reforma: 66 anos para os homens e para as mulheres.

Número de pagamentos: 13 vezes ao ano.

A Docapesca revogou a disposição que atribuía o 14.º mês aos beneficiários dos complementos de pensão, com efeito a partir do ano de 2012. Em 2011, a Empresa suspendeu o pagamento do 14.º mês.

Salário pensionável líquido: último salário mensal recebido no ativo, excluindo as remunerações de carácter variável, líquido de TSU e IRS.

#### Pensão de reforma por velhice ou invalidez

$$PD = B \times SPL - PSS - PF$$

$$\text{Max PD} = \text{SPB} - \text{PSS}$$

Em que:

- PD = pensão de reforma mensal DOCAPESCA
- SPL = salário pensionável líquido
- PSS = pensão mensal a cargo da Segurança Social
- PF = pensão a cargo do Fundo de Pensões
- SPB = salário pensionável bruto
- B = % benefício em função dos anos de serviço (tabela I)

Antiguidade	% de benefício
>= 30	100%
>= 25 e < 30	90%
>= 20 e < 25	80%
< 20	75%

Atualização das pensões: O valor da pensão é recalculado anualmente (para pensões cujo valor na data da reforma é superior a zero), tendo por base a pensão da Segurança Social e o salário líquido que o reformado receberia se estivesse no ativo. Com esta atualização não poderá ser excedido o salário pensionável bruto auferido à data da reforma.

#### Fundo de pensões da Docapesca

Uma parcela das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência é suportada pelo Fundo de Pensões da Docapesca, tendo por base o atual clausulado do Contrato Constitutivo.

Salário pensionável líquido: último salário mensal recebido no ativo, excluindo as remunerações de carácter variável, líquido de TSU e IRS.

#### Pensão de reforma por velhice ou invalidez

$$PF = B \times SPL - PSS$$

$$\text{Max PF} = 100 \text{ euros}$$

Em que: PF = pensão de reforma mensal a cargo do Fundo

SPL = Salário pensionável líquido

PSS = calculada de acordo com o regime em vigor em 1993

Sobre os quais incidiram as contribuições para a Segurança Social.

N = anos de serviço com descontos para a Segurança Social

B = % benefício em função dos anos de serviço (Tabela I)

Número de pagamentos: 13 vezes ao ano.

#### Prémio de reforma

Os trabalhadores que passem à reforma por velhice ou invalidez ao serviço da Docapesca têm direito a um prémio calculado da seguinte forma:

Número de anos de serviço (N)	Prémio de Velhice	Prémio de Invalidez
N < 20	1 x salário mensal	---
20 ≤ N < 25	2 x salário mensal	1 x salário mensal
25 ≤ N < 30	3 x salário mensal	1 x salário mensal
30 ≤ N < 35	6 x salário mensal	2 x salário mensal
N ≥ 35	6 x salário mensal	3 x salário mensal

Idade normal de reforma: 66 anos para as mulheres e para os homens.

Salário mensal: último salário líquido mensal recebido no ativo, excluindo remunerações de carácter variável (RIM).

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes aos prémios de reforma atribuíveis de 2011 a 2016.

#### Subsídio por morte

Em caso de morte do trabalhador no ativo, ou na situação de reformado, a Docapesca pagará aos seus herdeiros o seguinte valor:

Morte no ativo	3 x salário mensal
Morte na reforma	3 x complemento mensal

O subsídio será atribuído pela seguinte ordem de prioridades a:

- Cônjuge sobrevivente, não separado judicialmente de pessoas e bens;
- Pessoa que viva com o trabalhador em situação análoga à de cônjuge, nos termos do artigo 2020.º do Código Civil;
- Filhos ou equiparados com direito ao Abono de Família.

Salário mensal: último salário líquido mensal recebido no ativo, excluindo remunerações de carácter variável (RIM).

Complemento mensal: último complemento de reforma mensal recebido pelo falecido, pago pela Empresa ou pelo Fundo.

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes aos subsídios por morte atribuíveis de 2011 a 2016.

#### Pensões de sobrevivência

Em caso de morte do trabalhador no ativo, a Docapesca pagará uma pensão de sobrevivência aos filhos do trabalhador, nas seguintes condições:

- Filhos menores
- Filhos até atingirem os 20 anos de idade

O valor da pensão de sobrevivência será indexado ao salário mínimo da Empresa e será distribuído da seguinte forma:

Número de filhos	Benefício
1 filho	35% x salário mínimo da empresa
2 filhos	55% x salário mínimo da empresa
3 ou mais filhos	75% x salário mínimo da empresa

Número de pagamentos: 12 vezes ao ano.

Atualização das pensões: de acordo com a revisão anual da tabela salarial.

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes às pensões de sobrevivência atribuíveis de 2011 a 2016.

#### Plano de pensões

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada em 31 de dezembro de 2025 pelo BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA. O valor presente da obrigação de benefícios definidos e o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes, no pressuposto “Cenário de financiamento”:

	2025	2024
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de desconto	2,58%	3,27%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes, no pressuposto “Cenário contabilístico”:

	2025	2024
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de desconto	3,02%	2,80%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica “Gastos com o pessoal”:

	2025	2024
Custo dos serviços correntes	6 487,00	6 066,00
Custo de juros	44 735,00	53 341,00
Rendimento esperado do Fundo	(4 874,00)	(6 210,00)
Acerto mensalidade dezembro	-	(8 500,68)
Total de gastos	46 348,00	44 696,32

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 foram reconhecidas, respetivamente, as perdas atuarias de 274.610,32 euros e de 42.010,00, em Capital Próprio.

O montante da responsabilidade associada aos planos de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2025 é detalhado conforme se segue:

	Ativos	Reformados	Total
N.º de colaboradores	503	122	625
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	6 334	177 108	183 442
Justo valor dos ativos do fundo			155 028
Deficit do fundo			28 414
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo	1 025 171	547 502	1 572 673
Responsabilidade líquida de planos de benefícios definidos			1 601 087

Os movimentos no valor presente da obrigação de benefícios definidos – fora do fundo – nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 são descritos conforme se segue:

	2025	2024
Saldo inicial - obrigação de benefícios definidos	1 478 940,00	1 633 552,00
Custo dos serviços correntes	6 436,00	5 980,00
Custo de juros	40 028,00	46 778,00
Alterações no plano	-	-
(Ganhos)/perdas actuarias	195 199,00	(102 482,00)
Benefícios previstos	(111 614,00)	(129 014,00)
Alteração da taxa de desconto	(36 317,00)	24 126,00
Saldo final - obrigação de benefícios definidos	1 572 673,00	1 478 940,00

Os movimentos no justo valor dos ativos do plano nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 são descritos a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial - justo valor dos activos do fundo	192 824	233 689
Retorno real dos activos do fundo	(2 407)	2 695
Contribuições para o fundo	-	-
Benefícios pagos	(35 389)	(43 560)
Saldo final - justo valor dos activos do fundo	155 028	192 824

O retorno real dos ativos do fundo foi negativo em 2.407,00 euros em 31 de dezembro de 2025 (positivo em 2,695,00 euros em 2024).

O mínimo de financiamento exigido pelo ISP, calculado de acordo com a Norma n.º 8/2021-R., de 16 de novembro, encontra-se assegurado em 95,1 %, com referência a 31 de dezembro de 2025.

Desta forma, as responsabilidades encontram-se quase completamente financiadas.

Não foi efetuada qualquer contribuição para o fundo no exercício de 2025.

A informação relativa à contabilização dos benefícios a cargo da Empresa e do fundo de pensões da Empresa, em conformidade com o disposto na NCRF 28, é detalhada conforme se segue:

Período terminado em	Sem fundo	Com fundo	Sem fundo	Com fundo
	31-12-2025	31-12-2025	31-12-2024	31-12-2024
<b>A. Alterações nas responsabilidades</b>				
Responsabilidades no início do período	1 478 940	186 860	1 633 552	245 566
Custo dos serviços correntes	6 436	51	5 980	86
Custo dos juros	40 028	4 707	46 778	6 563
(Ganhos) / perdas atuariais	195 199	81 046	(102 482)	(17 323)
Benefícios previstos	(111 614)	(37 590)	(129 014)	(49 364)
Alterações no plano	-	-	-	-
Alteração da taxa de desconto	(36 317)	(51 633)	24 126	1 332
Responsabilidades no final do período	<u>1 572 673</u>	<u>183 442</u>	<u>1 478 940</u>	<u>186 859</u>
<b>B. Alterações no Fundo</b>				
Valor do fundo no início do período	-	192 824	-	233 689
Rendimento esperado	-	4 874	-	6 210
Ganho/ (perda) de rendimento	-	(7 281)	-	(3 515)
Contribuições da empresa	201 350	-	267 659	-
Benefícios pagos	(201 350)	(35 389)	(267 659)	(43 560)
Valor do fundo no final do ano	<u>-</u>	<u>155 028</u>	<u>-</u>	<u>192 824</u>
<b>C. Valores reconhecidos no balanço</b>				
<i>Valores do Balanço</i>				
Responsabilidades	1 572 673	183 442	1 478 940	186 859
Fundo	-	155 028	-	192 824
Valor líquido das responsabilidades	<u>1 572 673</u>	<u>28 414</u>	<u>1 478 940</u>	<u>(5 965)</u>

Período terminado em	Sem fundo	Com fundo	Sem fundo	Com fundo
	31-12-2025	31-12-2025	31-12-2024	31-12-2024
<b>D. Custo com pensões</b>				
<i>Valores reconhecidos na demonstração de resultados</i>				
Custo dos serviços correntes	6.436	51	5.980	86
Custo dos juros	40.028	(167)	46.778	6.563
Rendimento esperado do fundo	-	-	-	(6.210)
Amortização dos (ganhos)/ perdas	-	-	-	-
Cortes do plano ((ganhos)/ perdas reconhecidos)	-	-	-	-
Valor total reconhecido nos resultados	46.464	(116)	52.758	439
<i>Rendimento efetivo</i>				
Rendimento do fundo		(2.407)		2.695
Rendimento de reembolsos		-		-
OCI: Reconhecimento imediato de ganhos e Perdas no Balanço				
(Ganhos) / Perdas por reconhecer de exercícios anteriores	-	-	-	-
(Ganhos) / Perdas do exercício	248.618	34.493	60.290	(18.280)
(Ganho) / Perda atuarial	158.883	29.413	(78.356)	(15.991)
(Ganho) / Perda de rendimento	-	7.281	-	3.515
(Ganho) / Perda de benefícios	89.736	(2.201)	138.646	(5.804)
(Ganhos) / Perdas	248.618	34.493	60.290	(18.280)
<b>E. Principais pressupostos</b>				
<i>Na determinação das responsabilidades</i>				
Taxa de desconto	3,02%	3,02%	2,80%	2,80%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
<i>Na determinação dos custos</i>				
Taxa de desconto	2,80%	2,80%	2,97%	2,97%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
<b>F. Activos do Fundo</b>				
Ações		11,30%	Ações	10,50%
Obrigações Governos		44,10%	Obr. T. Fixa	54,10%
Obrigações Empresas		33,20%	Obr. T. Var.	29,90%
Imobiliário		0,50%	Imobiliário	0,60%
Alternativos		1,80%		1,40%
Retorno Absoluto			Ret. Absoluto	0,00%
Liquidez		9,60%	Liquidez	3,60%
<b>G. Histórico de (ganhos) / perdas</b>				
Diferença entre o rendimento esperado e efectivo				
a. Em valor		7.281		3.515
b. Em percentagem dos ativos	n.a.	4,70%	n.a.	1,80%
Diferença entre as responsabilidades esperadas e efetivas				
a. Em valor	158.883	29.413	(78.356)	(15.991)
b. Em percentagem das responsabilidades	10,1%	16,00%	7,0%	1,80%
<b>H. Reconciliação balanço</b>				
Activo / (Passivo) no início do período	(1.478.940)	5.964	(1.633.552)	(11.877)
Ganhos / (Perdas) reconhecidos	(248.618)	(34.493)	(60.290)	18.280
Custo com pensões	(46.464)	116	(52.758)	(439)
Contribuições da empresa	-	-	-	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	201.350	-	267.659	-
Activo / (passivo) reconhecido no final do período	(1.572.671)	(28.414)	(1.478.940)	5.964
(1)+(2)+(3)-(4)-(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11)				

**Nota: Foi cumprida a obrigação contida nos artigos 20.º e 25.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro, mediante o envio mensal à CGA do ficheiro contendo a indicação dos montantes dos complementos de pensão abonados pela Docapesca aos seus beneficiários. Esta obrigação foi cumprida através do BPI Pensões.**

### Nota referente ao PEC 2010 - 2013

O PEC 2010-2013 previa que os planos existentes que não se configurassem como sendo de “contribuição definida” fossem fechados à admissão de novos beneficiários. O Plano da Docapesca, não sendo de “contribuição definida”, encontra-se fechado a novas admissões desde 30 de junho de 2001.

O PEC 2010-2013 previa que se procedesse à sua adaptação (passagem de “benefício definido” para “contribuição definida”) mediante negociação, sem prejuízo do respeito pelos direitos adquiridos. A Docapesca procedeu a uma reformulação do seu plano de “benefícios definidos” em 2003, tendo reduzido consideravelmente o âmbito dos benefícios mediante a introdução do salário líquido de IRS e TSU em substituição do anterior referencial (salário ilíquido).

A constituição de um novo plano de pensões, aberto aos novos colaboradores, não está equacionada.

A Docapesca procedeu à revogação da atribuição do 14.º mês a todos os pensionistas com efeitos a partir de 2012. Esta alteração ao plano correspondeu a um ganho atuarial no ano de 2012 no montante de 360.546 euros.

A Docapesca procedeu à suspensão do pagamento do prémio de reforma e do subsídio por morte a todos os trabalhadores que se reformaram ou faleceram desde 2011, bem como das pensões de sobrevivência atribuíveis. Estes pagamentos foram retomados em 2017.

## 20. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2025	2024
<b>Diferimentos ativos</b>		
Seguros diversos	126 358,36	91 837,38
Seguros de acidentes de trabalho	-	27 428,84
Dragagem de Aveiro	-	-
Manutenção de licenças (Software)	45 577,99	40 334,82
Renda do Edifício da Sede	24 629,76	24 090,10
Diversos custos diferidos	6 397,90	6 210,67
	<u>202 964,01</u>	<u>189 901,81</u>
<b>Diferimentos passivos</b>		
Débito juros a receber	-	1 581,37
Ced.Explor. Entrepósito Frigorífico Peniche	11 250,00	11 250,00
Outros	-	-
	<u>11 250,00</u>	<u>12 831,37</u>

## 21. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
IRC - Imposto Estimado	-	285 682,64	-	328 324,86
Imposto Estimado Derrama Municipal	-	21 426,20	-	23 451,78
Imposto Estimado Derrama Estadual	-	-	-	1 903,55
Pagamento adicional por conta	-	-	-	-
Pagamento por conta	-	(286 134,00)	-	(150 063,00)
Tributação autónoma a pagar	-	27 563,47	-	29 229,49
Retenção na Fonte - rendimentos capitais e prediais	661,13	-	111,13	-
Impostos sobre o rendimento	-	101 812,30	-	109 397,05
Imposto sobre o valor acrescentado	-	1 401 963,14	-	2 248 439,45
Contribuições para a Segurança Social	-	288 603,68	-	266 419,34
Outros Impostos	-	-	-	-
	<u>661,13</u>	<u>1 840 917,43</u>	<u>111,13</u>	<u>2 857 102,52</u>

A responsabilidade efetiva relativa a IRC a pagar (excluindo tributação autónoma) é o que resulta dos montantes de IRC e Derramas (307.108,84 euros), deduzido dos montantes de pagamentos antecipados (286.134,00 euros), cifrando-se, em termos líquidos, em pagamento.

Imposto sobre o valor acrescentado: Inclui o IVA liquidado pelos compradores de pescado em lota que é entregue pela Docapesca ao Estado em substituição dos armadores (Decreto-Lei n.º 122/88, de 20 de abril).

## 22. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 é detalhada conforme segue:

	2025	2024
Electricidade	1 213 413,85	1 133 795,46
Limpeza, higiene e conforto	2 250 526,45	2 168 048,97
Conservação e reparação	1 053 333,94	925 701,04
Vigilância e segurança	1 468 280,52	1 469 597,74
Serviços de mão-de-obra externa	-	7 173,58
Água	416 123,26	323 144,32
Trabalhos especializados	717 586,16	890 164,74
Comunicações	131 223,04	133 641,94
Honorários	17 919,94	37 362,22
Rendas e alugueres	401 002,61	354 750,17
Serviços postos vendagem	931 956,02	1 063 242,09
Participação em Feiras	410 257,44	240 598,69
Seguros	305 378,20	429 078,08
Contencioso e Notariado	54 092,88	57 066,26
Publicidade	60 966,58	234 144,79
Outros	458 537,19	468 651,75
	<u>9 890 598,08</u>	<u>9 936 161,84</u>

Os fornecimentos de energia elétrica e de água contratados pela Empresa, destinam-se em parte ao consumo na prestação de serviços e fabrico de gelo e, na parte restante, ao consumo nas instalações cedidas aos clientes, conforme abaixo:

	2025	2024
Energia elétrica faturada pelos fornecedores	2 497 128,85	2 668 455,59
Fornecimentos e Serviços Externos	1 213 413,85	1 133 795,46
Consumida nas instalações cedidas a terceiros	1 283 715,00	1 534 660,13
Água faturada pelos fornecedores	757 600,05	694 740,64
Fornecimentos e Serviços Externos	416 123,26	323 144,32
Imputada a custo de produção do gelo	75 069,93	65 451,78
Consumida nas instalações cedidas a terceiros	266 406,86	306 144,54

O consumo de energia e água registado nas instalações cedidas a terceiros foi faturado pela Docapesca aos utentes (Nota 25).

### 23. Gastos com o pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 é detalhada conforme quadro seguinte:

	2025	2024
Remunerações dos órgãos sociais (nota 7)	366 597,92	300 139,96
Remunerações do pessoal	11 112 398,00	10 760 316,01
Benefícios pós-emprego		
Benefícios definidos (Nota 19)	46 348,00	44 696,32
Indemnizações	-	100 000,00
Encargos sobre remunerações	2 549 059,72	2 453 992,55
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	110 937,07	106 925,94
Gastos de ação social	382 056,16	322 659,50
Gastos com formação	37 789,79	70 747,42
Outros	125 923,74	83 901,26
	14 731 110,40	14 243 378,96

O número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa, incluindo os contratados e cedidos por acordo de cedência de interesse público, nos anos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi de 498 e 504 trabalhadores, respetivamente.

### 24. Depreciações

A decomposição da rubrica de “Gastos / Reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 é conforme se segue:

	2025	2024
Ativos fixos tangíveis (Nota 8)	5 046 455,77	4 794 302,93
Ativos Intangíveis (Nota 9)	73 060,51	161 408,45
	<u>5 119 516,28</u>	<u>4 955 711,38</u>

## 25. Outros rendimentos

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 é conforme segue:

	2025	2024
Rendimentos suplementares:		
Outros rendimentos suplementares (Nota 22)		
- Energia elétrica	692 003,23	678 908,02
- Água	278 807,24	349 039,54
- Cedência de exploração	46 076,56	44 952,80
- Inscrições em feiras	63 673,01	2 200,00
- Outros	109 450,79	127 616,07
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Ganhos em ativos fixos tangíveis	123 479,94	164 151,34
Ganhos em inventários	4 906,76	1 388,09
Subsídios do Governo ao investimento (Nota 15)	1 460 088,29	1 818 859,23
Reembolso de custos	22 489,13	37 348,81
Outros	73 835,22	111 123,18
	<u>2 874 810,17</u>	<u>3 335 587,08</u>

O montante registado na rubrica de “Outros rendimentos suplementares” está essencialmente relacionado com rendimentos provenientes da faturação de energia elétrica, água potável e salgada dos consumos efetuados pelos clientes nas instalações, cedência de exploração de atividades e serviços de abastecimento de combustíveis. O gasto com energia elétrica e água potável faturada é deduzido ao respetivo rendimento (Nota 22).

A rubrica “Cedência de exploração” respeita aos entrepostos frigoríficos de Matosinhos e de Peniche que se encontram cedidos para exploração, desde 2010 e outubro de 2012, respetivamente.

## 26. Outros gastos

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 é conforme segue:

	2025	2024
Impostos e taxas	108 147,56	134 094,92
Cedência de exploração	33 557,86	31 007,46
Concessões de portos de pesca	1 302 860,15	1 240 598,77
Perdas em ativos fixos tangíveis	133 490,73	90 607,72
Perdas em inventários	4 209,65	4 622,66
Comissões bancárias TPA	90 623,82	83 011,47
Outros	87 711,78	174 369,17
	<u>1 760 601,55</u>	<u>1 758 312,17</u>

As rubricas “Gastos com cedências de exploração” e “Concessões dos portos de pesca” incluem, principalmente:

- O cálculo de 0,7% sobre o valor do pescado transacionado em lota no porto de pesca de Matosinhos (APDL), de 0,6% no porto de pesca de Sesimbra (APSS), de 0,5% nos portos de pesca de Setúbal (APSS) e de Sines (APS) e de 0,55% no porto de pesca de Viana do Castelo, no montante de 538.290,71 euros (485.729,19 euros em 2024);
- O cálculo de 30% sobre o valor faturado a título de licenças de ocupação dos armazéns no porto de pesca de Sesimbra (APSS), no montante de 145.608,73 euros (148.995,70 euros em 2024);
- O valor de 25.983,70 euros referente à cedência de exploração das fábricas de gelo de Aveiro e Figueira da Foz (20.503,16 euros em 2024);
- O valor de 385.944,95 euros relativo ao novo contrato de concessão celebrado com a APA (377.784,84 euros em 2024);
- O valor de 233.015,76 euros relativo ao novo contrato de concessão celebrado com a APFF (228.089,04 euros em 2024);
- O cálculo de 50% sobre as licenças de ocupação de Viana do Castelo, no valor de 7.574,16 euros (7.574,16 euros em 2024).

## 27. Instrumentos de capital próprio

**Capital subscrito:** Em 31 de dezembro de 2025 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 1.805.680 ações no valor nominal de 5,00 euros. O capital social é detido a 100% pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

**Aumento de Capital:** Considerando o artigo sétimo e o ponto 144 do anexo I (mapa de alterações e transferências orçamentais) da Lei do Orçamento de Estado para 2021, do qual resulta a transferência de verbas do Ministério das Finanças para a Docapesca, no montante de 500.000,00 euros, destinada à construção do porto de pesca da Trafaria, e na sequência da Deliberação Social Unânime por Escrito de 17 de junho de 2021, o Conselho de Administração deliberou dar cumprimento à vontade expressa do acionista Estado, assumindo a transferência o caráter de aumento do capital social da Docapesca, no montante referido, correspondendo de 100.000 ações,

no valor de 5,00 euros cada, subscritas e realizadas pelo Estado em numerário, a utilizar especificamente para o financiamento do investimento indicado.

Reserva Legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 10% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital, o que já se verifica. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. A reserva legal ascende, pois, a 1.805.680,00 euros em 31 de dezembro de 2024 (valor igual em 31 de dezembro de 2024).

Outras variações no capital próprio: Esta rubrica, em 31 de dezembro de 2025, corresponde ao valor dos subsídios não reembolsáveis ao investimento (líquida de ajustamentos), ainda não reconhecidos em resultados (Nota 15), no valor de 9.348.844,45 euros, bem como ao efeito da integração parcial de saldos do ex-IPTM (Nota 28), no valor (negativo) de 152.831,45 euros e das perdas atuariais relativas ao fundo de Pensões (Nota 19), no valor de 303.675,32 euros.

#### Transferência de competências

Conforme já referido na nota 1.3, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, a Docapesca sucedeu ao IPTM, I.P. na titularidade de todos os direitos, obrigações e posições jurídicas, independentemente da sua fonte e natureza, que se encontravam afetos ao exercício das funções transferidas, e foi também transmitida para a Docapesca a universalidade dos bens e a titularidade dos direitos patrimoniais e contratuais, mobiliários e imobiliários, que integravam a esfera jurídica do IPTM, I.P.

Na sequência do processo de descentralização, foram desencadeados processos negociais com os municípios, com vista à transferência de ativos e competências na área de jurisdição da Docapesca, o que foi concretizado em 2023 nos casos dos processos relativos aos municípios de Faro, Peniche, Olhão, Lagos, Tavira, Portimão e Cascais (este último sem áreas a transferir).

Com a assinatura, no final de maio de 2023, dos Protocolos referentes a estes municípios, a Docapesca procedeu contabilisticamente ao abate dos ativos fixos tangíveis respetivos, com referência a 1 de junho de 2023.

Importa referir que esta operação não corresponde a um abate efetivo dos bens nem à descontinuação dos serviços prestados, antes se limitando a uma alteração de titularidade, sem produção de quaisquer outros efeitos na natureza do serviço prestado pela Docapesca, cuja continuidade passa a ser assegurada pelos próprios municípios, após reconhecimento da transferência.

O impacto líquido resultante do abate contabilístico dos bens ainda não totalmente depreciados foi de 1.058.503,27 euros (correspondente a abate de bens com o valor líquido de 2.112.738,02, atenuado pelo abate dos subsídios ao investimento no montante líquido de 1.054.235,75), que a Docapesca optou por classificar em “Outras variações no capital próprio”, por ser essa rubrica a que

concentra o resumo de todas as operações decorrentes do impacto contabilístico na Docapesca da extinção do IPTM, I.P.

Em resumo, o valor do impacto, por município é conforme segue:

	Aquisição dos Bens			Subsídios ao Investimento		
	Valor	Depreciado	Líquido	Valor	Depreciado	Líquido
Faro	678 587,13	387 944,65	290 642,48	-	-	-
Olhão	175 313,64	123 017,58	52 296,06	-	-	-
Alvor	200 839,76	61 151,73	139 688,03	4 633,59	4 633,59	-
Tavira	2 008 844,29	380 677,29	1 628 167,00	1 271 117,56	216 882,81	1 054 234,75
Lagos	3 500,00	1 555,55	1 944,45	-	-	-
	<b>3 067 084,82</b>	<b>954 346,80</b>	<b>2 112 738,02</b>	<b>1 275 751,15</b>	<b>221 516,40</b>	<b>1 054 234,75</b>

Este impacto, registado em 2023, não se repetiu em 2025, mas existem ainda processos em curso, que poderão vir a produzir impactos do mesmo tipo nos próximos exercícios.

## 28. Integração dos Saldos do ex-IPTM

	Saldo	Movimento	Saldo
	31-12-2024	do ano	31-12-2025
Integração de Clientes	2 066 461,88	51 500,07	2 117 961,95
Património	2 561,00	-	2 561,00
Processos - AT	(10 734,90)	-	(10 734,90)
Responsabilidades associadas a património	(60 563,47)	-	(60 563,47)
Outras responsabilidades	(722 396,47)	-	(722 396,47)
Subsídios descontados pelo IFAP	(421 156,29)	-	(421 156,29)
	<b>854 171,75</b>	<b>51 500,07</b>	<b>905 671,82</b>
Transferência de competências	<b>(1 058 503,27)</b>	-	<b>(1 058 503,27)</b>
	<b>(204 331,52)</b>	<b>51 500,07</b>	<b>(152 831,45)</b>

Entre 2015 e 2025 foi apenas possível integrar parcialmente os saldos de clientes do ex-IPTM (ver nota 18), que originaram um ativo no montante de 2.117.961.95 euros.

As responsabilidades incluem:

- O montante de 290.000,00 euros, no âmbito de um processo judicial movido contra o ex-IPTM pela construtora San Jose; esta responsabilidade foi integrada no ano de 2015 por contrapartida de “outras dívidas a pagar”. Em 2017, o montante foi considerado como Provisão;
- O montante de 180.024,18 euros relativo à integração do processo da Fingelo em 2016;
- O montante de 238.042,83 euros relativo a um desembolso potencial no âmbito de um processo movido contra o ex-IPTM pelas empresas Lena – Engenharia e construções, S.A. e Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A., originado por trabalhos em

infraestruturas, alegadamente executados e não pagos pelo ex-IPTM, no porto de pesca de Peniche.

### 29. Resultado por ação

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 foi determinado de acordo com o apresentado no quadro seguinte:

	2025	2024
<b>Resultados:</b>		
Resultado líquido do período	989 911,74	1 264 729,62
<b>Número de ações</b>		
Número médio ponderado de ações em circulação	1 805 680	1 805 680
<b>Resultado por ação básico</b>	<b>0,5482</b>	<b>0,7004</b>

### 30. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

	2025	2024
Repsol	160 000,00 (a)	160 000,00
APA	100 000,00 (b)	100 000,00
APFF	100 000,00 (b)	100 000,00
Autoridade Tributária	109 152,26	109 152,26
Restantes Garantias Prestadas	41 672,67	41 672,67
<b>Total</b>	<b>510 824,93</b>	<b>510 824,93</b>

- Uma garantia bancária, de 50.000 euros, destinada a cobrir o fornecimento de combustível para o posto de abastecimento do porto de pesca de Matosinhos, explorado pela Docapesca, em nome da Repsol e duas garantias bancárias, uma de 100.000 euros e outra de 10.000 euros, também em nome da Repsol, para igual destino.
- Garantias bancárias prestadas no âmbito da assinatura de novos contratos de concessão com a APA e com a APFF.

### 31. Responsabilidade contingentes

Tipo (1)	Descrição (2)	R&C 2024 (3)	Nota (4)	Quantificável (5)	Probabilidade de ocorrência (6)	Montante (7)	Horizonte temporal (8)	Observações (9)
Garantias	Garantias bancárias prestadas a terceiros	Sim	Nota 30	Sim	Havendo cumprimento, a probabilidade é nula	510 824,93	n. a.	Destinam-se a caucionar fornecimentos (160.000,00), cumprimento de contratos (200.000,00), Processo AT (€ 109.152,26) e diversos (41.672,67)

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



# 4

## INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA DA DOCAPESCA

## 1. Introdução

A Docapesca iniciou o seu percurso no domínio do relato de sustentabilidade em 2010, com a publicação do primeiro Relatório, no qual apresentou o seu desempenho económico, ambiental e social, tendo por base as normas internacionais da Global Reporting Initiative (GRI). Desde então, a empresa tem vindo a partilhar de forma sistemática esta informação com as suas Partes Interessadas (PI), reforçando o seu compromisso com a transparência e a prestação de contas.

No âmbito da consolidação desta abordagem, foi desenvolvido, entre 2020/2021, um processo estruturado de identificação dos tópicos materiais da empresa. Deste exercício resultaram 17 temas de sustentabilidade considerados mais relevantes para as suas PI, refletindo os principais impactos económicos, ambientais e sociais da organização. O processo teve como propósito avaliar a importância relativa de cada tema e identificar matérias emergentes, permitindo direcionar a gestão e o relato para os aspetos considerados mais significativos. Para o efeito, foram consultados doze grupos de PI, através de diferentes metodologias e momentos de interação — workshops, focus groups, entrevistas e inquéritos online — assegurando a participação de partes interessadas internas e externas.

Os resultados obtidos permitiram que o relatório de sustentabilidade referente ao período de 2017/2020 refletisse de forma consistente os 17 tópicos materiais identificados, reforçando o papel da empresa na cadeia de valor do pescado e consolidando a afirmação da Docapesca como marca de referência no setor. Em paralelo, foi promovida uma melhoria da componente gráfica e estrutural do documento, tornando-o mais acessível e apelativo às diversas PI, bem como integrando conteúdos que contribuem para o reforço da literacia relativamente à atividade desenvolvida pela empresa.

Quanto à periodicidade, o relatório de sustentabilidade foi inicialmente publicado com carácter bienal, tendo registado um intervalo mais alargado em 2017, passando o ciclo seguinte a abranger o período de 2017/2020. Nos quatro ciclos subsequentes, correspondentes aos exercícios de 2021 a 2024, a empresa optou por uma publicação anual, integrando um capítulo autónomo no Relatório e Contas, em alinhamento com os requisitos do acionista.

Com a publicação da Corporate Sustainability Reporting Directive – CSRD (Diretiva (UE) 2022/2464), a 14 de dezembro de 2022, foi estabelecido um novo quadro europeu para o relato de sustentabilidade, impondo a determinadas categorias de empresas a divulgação de informação detalhada e padronizada, de acordo com as normas europeias de relato de sustentabilidade (ESRS).

Atendendo à sua dimensão, cerca de 500 trabalhadores, a Docapesca enquadra-se na categoria de grande empresa, pelo que, nos termos inicialmente previstos, estaria sujeita aos requisitos da CSRD para exercícios financeiros com início em ou após 1 de janeiro de 2025, com a publicação do primeiro relatório em conformidade com as ESRS em 2026.

Contudo, na sequência do pacote legislativo europeu “Omnibus”, foi adotada a Diretiva (UE) 2025/794, que veio adiar a aplicação de determinados requisitos de relato previstos na CSRD. Para a categoria em que a Docapesca se insere, a obrigatoriedade foi diferida para exercícios financeiros com início em ou após 1 de janeiro de 2027, correspondendo ao primeiro reporte em 2028. Acresce que se encontra em curso uma revisão que poderá restringir a obrigação de reporte às empresas com mais de 1.000 trabalhadores, podendo a Docapesca vir a ficar excluída do modelo completo de reporte previsto na CSRD, sendo eventualmente abrangida por um regime simplificado.

Não obstante este contexto de incerteza quanto à obrigatoriedade formal de reporte, a Docapesca decidiu, no presente Relato de Sustentabilidade, iniciar um processo de transição progressiva para o alinhamento com a CSRD. Assim, mantendo o referencial GRI como base, foi promovida a correspondência entre a informação reportada e os requisitos da CSRD, tendo igualmente sido acrescentado e desenvolvido o tema das Alterações Climáticas como novo tema material, em linha com as exigências do ESRS E1, e mantida a sua integração num capítulo autónomo no Relatório e Contas.

A Docapesca reforça assim a abordagem estruturada da empresa nesta matéria, consolidando o seu compromisso com a transparência, a comparabilidade e a melhoria contínua do seu desempenho em sustentabilidade. Paralelamente, foi atualizada a referência às Normas GRI, passando o presente documento a refletir a versão GRI 2021.

Os tópicos materiais estruturam o conteúdo apresentado, encontrando-se em anexo o índice de conteúdos GRI, onde são identificadas as normas e indicadores a que se dá resposta, com remissão para as secções correspondentes do documento (ou para outros recursos externos), incluindo o detalhe da informação prestada sempre que aplicável, bem como a correspondência efetuada com os requisitos relevantes da CSRD.

A Docapesca assume como principais objetivos em matéria de Sustentabilidade para 2026, e aproveitando o impulso introduzido por este novo enquadramento regulamentar, o reforçar a qualidade, a consistência e a robustez dos dados e da informação reportada, bem como, atualizar e aprofundar o trabalho já desenvolvido, alinhando-o de forma progressiva com os objetivos, princípios e dinâmica subjacentes a esta nova regulamentação europeia.

Como tem sido prática, e dada a extensão dos conteúdos do presente documento, foi opção excluir a utilização de linguagem inclusiva, prescindido das referências de desagregação por género. Porque estamos comprometidos com a promoção da igualdade de género, conforme espelhado nos conteúdos do ponto 4. a) Gestão do Talento, consideramos que esta opção em nada prejudica o nosso posicionamento face a esta matéria, nem as nossas políticas e práticas.



## 2. Docapesca, um negócio responsável

### a) Compromisso com a sustentabilidade

[ESRS 2 SBM-1; ESRS 2 BP-2]

Enquanto empresa responsável e empenhada em contribuir para o desenvolvimento sustentável, a Docapesca tem assumido o seu comprometimento na persecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mantendo e reiterando a sua participação nos compromissos voluntários assumidos por Portugal, por meio da implementação dos seguintes projetos:

- ❖ “A Pesca por um Mar Sem Lixo”, tendo por objetivo a expansão do projeto, até 2030, a todos os portos de pesca de Portugal Continental, para concretização da meta 14.1. Compromisso apresentado na Conferência das Nações Unidas sobre o Oceano (Nova Iorque, junho 2017) e na Conferência Our Ocean 2017 (Malta, outubro de 2017).
- ❖ Aumentar a consciencialização relativa ao consumo sustentável através das campanhas de valorização do pescado, até 2030, visando a meta 14.4. Compromisso apresentado na Conferência Our Ocean 2018 (Bali, outubro de 2018).

Adicionalmente, a Docapesca integra desde este ano os grupos de trabalho sobre o acompanhamento do Plano de Ação Nacional para o Lixo Marinho 2028 (PALM2028), e do Plano de Ação para Combate à Acidificação do Oceano (PACAO).

Neste contexto foram identificados um conjunto de treze ODS aos quais a empresa dá resposta, que resultam dos compromissos identificados, como também das atribuições e [estratégia da empresa](#), da análise de materialidade e da forma como cria valor sustentável para as suas PI, identificando-se destes três ODS para os quais a empresa contribui, de forma mais direta e impactante: ODS 14 - Proteger a vida marinha; ODS 12 - Produção e consumo sustentáveis; ODS 8 - Trabalho digno e crescimento económico. A Docapesca contribui ainda para um conjunto adicional de nove ODS, considerados de “suporte” – 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 16 e 17 – com destaque para o ODS 17 - Parcerias para a implementação dos objetivos, uma vez que o estabelecimento de parcerias é parte integrante da atuação da Docapesca e um aspeto transversal para a concretização de vários objetivos.

De referir que em 2021, e no seguimento da publicação do [“Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 – Portugal contra o Racismo”](#) (publicado em Resolução do Conselho de Ministros, de 28 de julho de 2021), a Docapesca deu continuidade ao o seu compromisso de lutar contra as desigualdades, contribuindo para a promoção da igualdade e da não discriminação (ver caixa de destaque).

**SOMOS TODOS PESCA – CAMPANHA CONTRA O RACISMO**

Integrado no “Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 – Portugal contra o Racismo”, a Docapesca deu continuidade em 2024 a um conjunto de iniciativas de sensibilização para a temática, dirigidas ao setor da pesca e para os seus trabalhadores.

Neste âmbito a Docapesca divulgou um novo vídeo promocional desta campanha, que abordou o papel da mulher do setor da pesca.

A empresa realizou ainda ações de sensibilização subordinadas à temática “Princípios de Igualdade e Não Discriminação”, num total de 3 ações e-learning, sessões síncronas.



<https://www.instagram.com/reels/DRHPw7hD2W4/>

b) **Ética, transparência e credibilidade**  
[ESRS S1-1; ESRS S2-1; ESRS G1-1; G1-3]

A boa reputação e credibilidade da Docapesca, um dos seus maiores ativos, dependem da atuação dos seus órgãos de governação e colaboradores, tanto internamente quanto na interação com outras entidades. Como empresa de missão pública, a Docapesca segue as Práticas de Bom Governo do Setor Empresarial do Estado.

A Docapesca possui um conjunto de instrumentos que formalizam e operacionalizam a gestão da ética na empresa e que moldam a sua cultura empresarial. A este nível assumem especial importância os [Valores](#), os [Princípios](#) e as [Práticas de Bom Governo](#) da empresa.

Na Docapesca, o cumprimento do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (DL n.º 109-E/2021, de 09 de Dezembro) encontra-se consubstanciado no Programa de Cumprimento Normativo (PCN), que inclui, para além do Responsável pelo Cumprimento Normativo (designado por deliberação do Conselho de Administração em 28/12/2022), o [Código de Conduta e Ética](#), o [Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas](#), o programa de formação anual, o [canal de denúncia](#) interno destinado à comunicação segura de ilicitudes e à proteção do denunciante, coadjuvado pelos preexistentes canais de comunicação de irregularidades e de reclamações, os quais constituem mecanismos de prevenção, deteção e sancionamento de ilicitudes praticadas contra ou através da entidade.

O Código de Conduta e Ética, aprovado em julho de 2022 pelo Conselho de Administração, é revisto pela Comissão de Ética a cada três anos, ou sempre que se opere alteração nas atribuições ou na estrutura orgânica ou societária da entidade. O código reúne as linhas de orientação em matéria de conduta profissional aplicáveis a todos os trabalhadores, colaboradores, titulares dos órgãos sociais e todos os que prestam serviço a título permanente ou ocasional na Docapesca, incluindo os trabalhadores que celebraram um acordo de cedência de interesse público com a empresa.

Neste âmbito, destaca-se o reforço das exigências relativas ao conflito de interesses e ao regime de acumulação de funções e, de acordo com o previsto no Código de Conduta e Ética, os trabalhadores estão abrangidos pela entrega anual da “Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesse” no âmbito das suas funções, e por listar as situações de eventual ou potencial conflito de

interesses. Os trabalhadores que pretendam exercer qualquer atividade profissional externa, em acumulação, estão obrigados a requer a sua autorização prévia.

Em 2025, a implementação e divulgação dos mecanismos de cumprimento do Código de Conduta e de Ética foram acompanhados pelo Responsável pelo Cumprimento Normativo, em estreita colaboração com a Comissão de Ética da Docapesca (órgão consultivo constituído por deliberação do Conselho de Administração em 08/07/2022). Em 2025 foram recebidas 9 denúncias anónimas, das quais 3 foram consideradas insubstanciadas e 6 encontram-se a análise.

Neste âmbito, a Docapesca dispõe de procedimentos internos para o tratamento das denúncias recebidas, em cumprimento da diretiva “Whistleblowing” da União Europeia (Diretiva (UE) 2019/1937, de 23 de outubro, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do Direito da União Europeia), transposta pela publicação da Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro.

No âmbito dos princípios da igualdade e não discriminação, a empresa tem instituído o ["Plano para a Igualdade e Não Discriminação"](#) e ações específicas, direcionados para todos os seus trabalhadores. Este plano foi revisto em 2025 (ver capítulo ## do presente Relatório e Contas).

Ao nível da contratação pública, uma das atividades que apresenta potenciais riscos de corrupção, estão instituídos controlos para as atividades desenvolvidas na Docapesca. Existem diversos graus de validação da informação e é promovida a formação dos trabalhadores neste âmbito (ver “Compras sustentáveis e gestão de fornecedores”).

O controlo dos riscos é reforçado também através de assessorias jurídicas instituídas interna e externamente, conforme a especialidade.

Entre os mecanismos existentes para a prevenção de riscos, refira-se também:

- O Estatuto do Gestor Público pelo qual o Conselho de Administração da Docapesca se encontra abrangido;
- O Órgão de Fiscalização da Docapesca, composto pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas, é a quem compete diligenciar no sentido de cumprir o disposto nos estatutos da Docapesca, para além das atribuições constantes da lei.
- A supervisão e o controlo externo a que a Docapesca está sujeita, realizados por várias entidades e organismos, nos termos legalmente previstos para as empresas do Setor Empresarial do Estado, como por ex., a Entidade do Tesouro e Finanças (ETF), a Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização (UTAM), a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), a Inspeção-Geral de Finanças (IGF), o Tribunal de Contas, a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT).

Em 2025, foram realizadas avaliações de riscos de corrupção e não foram identificados incidentes confirmados de corrupção.

Para promover uma cultura de prevenção de riscos e conduta ética, em 2025, foram ministradas: 2 ações de formação de Regime Geral de Prevenção da Corrupção que totalizaram 3 horas que

contaram com a presença de um total de 19 trabalhadores, 1 ação de formação em Igualdade e Não Discriminação de 3 horas, contando com a presença 12 trabalhadores, e uma ação em Gestão de Contrato, com uma duração de 4 horas e 12 participantes.

A [Política de Proteção de Dados](#) da empresa, dá a conhecer aos clientes/utilizadores e outros operadores as regras gerais de tratamento de dados pessoais, no âmbito da entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Por forma a promover a transparência e a prestação de contas, a Docapesca publica regularmente, no *site*, informação relevante para as suas partes interessadas. Nestas incluem-se:

- Informações sobre a gestão da empresa – [práticas de bom governo](#) e [execução orçamental](#);
- Desempenho de [sustentabilidade](#), através da publicação do relatório de sustentabilidade;
- Tarifários de bens e serviços e regulamento de exploração das lotas;
- Editais e avisos.

Para identificação de preocupações e atos referentes a comportamentos antiéticos ou ilícitos e que ponham em causa a integridade da Docapesca, a empresa definiu uma [Política de Comunicação de Irregularidades](#) e canal de comunicação próprio para o efeito, gerido pelo Gabinete de Auditoria Interna. A comunicação de irregularidades pode ser feita por qualquer parte interessada relacionada com a Docapesca, interna ou externa, estando disponível um endereço de e-mail ([comunicar\\_irregularidade@docapesca.pt](mailto:comunicar_irregularidade@docapesca.pt)) específicos para o efeito. Alternativamente, a comunicação pode ser enviada por correio postal. A política e procedimentos existentes asseguram os princípios da confidencialidade, anonimato (se solicitado) e não retaliação. Em 2025 não foram recebidas denúncias de irregularidades.

### 3. Os nossos mares

#### a) [Preservação dos recursos e ecossistemas marinhos](#) [ESRS E4; ESRS E3]

Assumindo-se como um dos temas de maior relevância para a Docapesca, para o setor das pescas e das comunidades que dependem destes recursos, a preservação dos recursos e ecossistemas marinhos é considerada essencial para a sustentabilidade das suas atividades, atuais e futuras, e do próprio planeta.

No âmbito das suas atribuições, a empresa desempenha um papel relevante, de *pivot*, estando na *interface* entre várias partes interessadas. Desenvolve um conjunto de atividades relevantes neste âmbito e às quais foi dada continuidade em 2025:

- Informação sobre as quotas, TAC – Totais admissíveis de capturas, épocas de defeso e períodos de interdição da utilização de artes de pesca;
- Controlo das espécies vendidas em lota (tamanhos mínimos de referência para conservação (TMRC), grau de frescura e sua etiquetagem);
- Recusa / interdição de venda de espécies em lota mediante controlo realizado, quotas, TAC, TMRC e épocas de defeso;

- Disponibilização de observadores de pesca, a bordo das frotas comerciais portuguesas, que exerçam atividade de pesca nas Zonas NAFO - Zona de Regulamentação da Organização das Pescarias do Noroeste do Atlântico, CEEAF - Comité das Pescas do Atlântico Centro-Este e nas armações licenciadas para o Atum Rabilho (ver “Direção Comercial e Marketing”);
- Publicação de estatísticas de pescado (ver “Departamento de Estatística”), essencial para a definição das espécies sujeitas a limitações de captura e para a determinação anual das quotas de pesca. Neste âmbito presta apoio aos armadores, aos pescadores, às organizações de produtores (ao fornecer a informação estatística do pescado dos seus aderentes) e a diversas entidades oficiais com competência na área de regulação e fiscalização;
- Participação em grupos de trabalho para monitorização dos *stocks* de pescado e a preservação dos recursos – tais como a Comissão de Acompanhamento da Sardinha e Comissão das Denominações Comerciais para os produtos da pesca e da aquicultura;
- Participação em projetos de investigação (ver “Inovação, investigação e desenvolvimento”);
- Campanhas de sensibilização e valorização do pescado (ver “Maximização do valor do pescado” e “Comunicação e sensibilização do consumidor”), nomeadamente de promoção de espécies abundantes/comuns na nossa costa, com alto valor nutricional e pouco conhecidas/valorizadas pelo consumidor final (ex.: cavala), visando o seu consumo e protegendo as que se encontram mais afetadas;
- Prevenção e remoção do lixo marinho (ver “Lixo marinho”);
- Realização e participação em eventos, nacionais e internacionais, que visam a promoção da sustentabilidade dos oceanos.

Entre os projetos em que participa para preservação dos recursos e ecossistemas marinhos, destaca-se o Projeto LIFE Águeda (ver caixa de destaque).

#### EM DESTAQUE

##### POSTO MÓVEL DE REGISTO DE PEIXES MIGRATÓRIOS NO ÂMBITO DO PROJETO LIFE ÁGUEDA

O [projeto LIFE ÁGUEDA - Ações de conservação e gestão para peixes migradores na bacia hidrográfica do Vouga](#) (LIFE16 ENV/PT/000411), teve o seu término em julho de 2025.

O veículo Posto Móvel de Registo com as funções de “[Lota Móvel](#)” permite que a lota se desloque ao pescador e que seja efetuado o registo do número de indivíduos capturados e respetivo peso, na área de intervenção direta do projeto, onde não existam infraestruturas físicas da Docapesca. Possibilita ainda a colocação do selo de origem “Peixe do Vouga”, em associação ao CCL – Comprovativo de Compra em Lota, permitindo diferenciar o pescado capturado pelos pescadores aderentes.

Este é um projeto piloto de diferenciação e valorização de pescado fresco proveniente de pescarias sustentáveis e tem como objetivo a valorização de espécies anádromas (nascidas no rio e com parte do seu ciclo de vida no mar, regressando ao rio para se reproduzir) com valor comercial, como o sável e a lampreia-marinha das bacias do Vouga e do Mondego.

<https://www.facebook.com/LIFE.AGUEDA/posts/pfbid0f7MXWgisZeCnfBFBo4y18Mxxa5ssud3oBbpVgYAifPg9aGugM9fCFEWofifsg9BgI>

b) Lixo marinho

[ESRS E2-1; ESRS E2-2; ESRS E5-5]

Um dos projetos “bandeira” da Docapesca é “A Pesca por um Mar Sem Lixo”, através do qual se promove a redução dos resíduos marinhos, apoiando a adoção de boas práticas ambientais por parte dos profissionais da pesca e a valorização e reciclagem dos resíduos recolhidos no mar. Em 2025 o projeto continuou a sua trajetória de crescimento, chegando a novos portos e o aumentando a sua presença nas embarcações de pesca nacionais.

Para recolher dados sobre o progresso do projeto e esclarecer dúvidas junto de pescadores e armadores, a Docapesca assegura ainda ações de monitorização nos locais onde está implementado o projeto, tendo sido realizadas 10 ações de monitorização em 2025.

Para a implementação deste projeto, as parcerias são essenciais, tendo o número de entidades parceiras crescido também em 2025. Para que o trabalho meritório dos pescadores nesta temática não fique conhecido apenas pela Docapesca e parceiros, a Docapesca participa em eventos de divulgação do projeto “A Pesca por um Mar Sem Lixo” e partilha de conhecimento sobre o tema, entre eles, escolas.

A Docapesca disponibiliza, nas áreas portuárias sob sua gestão e jurisdição, infraestruturas para a deposição de artes de pesca abandonadas e outras tipologias de lixo marinho, assegurando o seu encaminhamento para destino final e procurando, sempre que possível, soluções que promovam a sua valorização e a economia circular (ver “Promoção da economia circular”).

EM DESTAQUE

**A PESCA POR UM MAR SEM LIXO**

[“A Pesca por Um Mar Sem Lixo”](#) é um projeto que promove a recolha seletiva dos resíduos gerados a bordo e capturados nas artes de pesca e em simultâneo disponibiliza infraestruturas adequadas para a sua receção em terra e posterior valorização.

Este projeto, coordenado pela Docapesca, une organizações de produtores, armadores e pescadores, bem como entidades públicas e privadas dos portos, visando a melhoria das condições ambientais da Zona costeira portuguesa. Atualmente envolve um total de 61 entidades parceiras e está implementado em 31 comunidades piscatórias, envolvendo 4.210 pescadores de 1.019 embarcações. Este projeto tem como objetivo abranger todos os portos de pesca do continente português. Em 2025, o projeto estendeu-se a Angeiras, Alvor e Angeiras.

Até ao momento foram recolhidos 6.061 m<sup>3</sup> de embalagens e 8.353 m<sup>3</sup> de resíduos indiferenciados.

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=834413132570521&set=pb.100080055243560.-2207520000&type=3>

c) Maximização do valor do pescado

[ESRS S4-1]

A Docapesca, através das atividades que desenvolve, pretende contribuir para o aumento do rendimento da frota de pesca portuguesa ao longo de toda a cadeia de valor e para o equilíbrio da balança comercial do pescado, através do aumento das exportações e da preferência, no consumo doméstico, por espécies portuguesas. Para tal definiu como objetivo estratégico promover a valorização do pescado e os circuitos de proximidade, suportada através de:

- Realização de campanhas de valorização do pescado e respetivas ações de promoção e sensibilização, direcionadas para a divulgação das espécies abundantes, pouco valorizadas e de alto valor nutricional;
- Estabelecimento de parcerias através do reforço do papel das organizações de produtores, e de organismos científicos;

Outro dos objetivos estratégicos da empresa assenta na garantia da segurança alimentar na cadeia de pescado, através da aposta crescente na certificação das lotas, como importante fator para a atratividade da primeira venda em lota e contributo para a valorização do pescado (ver “Segurança alimentar e certificações”).

Visando a maximização do valor do pescado, refira-se como principais iniciativas promovidas pela Docapesca em 2025:

- A Missão Comercial ao Japão, com a presença de 12 empresas portuguesas na Expo Osaka e em Tóquio.
- A [Expo Fish Portugal](#), o maior espaço de promoção de pescado português e das atividades ligadas ao Mar (ver caixa de destaque);
- O projeto CCL – Comprovativo de Compra em Lota, criado em 2012, é o “chapéu” de várias iniciativas desenvolvidas pela empresa na última década no âmbito da valorização do pescado transacionado em lota.

#### EM DESTAQUE

##### **MISSÃO COMERCIAL OSAKA/TÓQUIO: MAIOR MISSÃO PORTUGUESA NA EXPO OSAKA**

Portugal marcou presença no Japão com a maior missão empresarial de sempre dedicada ao setor do pescado, liderada pela Docapesca, em articulação com associações setoriais e empresas portuguesas de conservas, pescado fresco e congelado e aquacultura.

A missão contou com a participação das empresas portuguesas – Conservas Portugal Norte, Briosa, Cofisa, Freitasmar, A Poveira, Ramirez, Sociedade Conserveira Açoriana, Luis Silvério & Filhos, Ilhapeixe, Aquabaía, Aquaínsua e Docapesca – e das associações ALIF, APA, ANICP - e permitiu a realização de mais de 60 reuniões bilaterais de negócio, com mais de 25 instituições e empresas japonesas, assim como bloggers e influencers gastronómicos.

A iniciativa, integrada no programa da Expo 2025 Osaka e em atividades paralelas em Tóquio, promoveu a valorização do pescado português e a internacionalização das empresas nacionais, com destaque para os dias dedicados ao mar, no Pavilhão de Portugal, sob o mote “Oceano, Diálogo Azul”.

<https://www.facebook.com/Docapesca/posts/pfbid0374NtURpqzcoGuHJJPRESjDiiYx7H1XeVLZQHTRT3GsFjhd1M2Me>

**EXPO FISH PORTUGAL: MAIOR EVENTO INTERNACIONAL VIRTUAL DEDICADO AO PESCADO PORTUGUÊS**

Em 2025, teve lugar a 5.ª edição da [Expo Fish Portugal](#), o maior espaço de promoção de pescado português e das atividades ligadas ao Mar, promovida pela Docapesca, com o patrocínio institucional do Ministério da Agricultura e Mar.

Este evento decorreu nos dias 9 e 10 de dezembro no Museu Marítimo de Ílhavo, reunindo especialistas, empresas e entidades públicas em torno do tema “Pescado com Valor: Cooperação para Competir”. O principal objetivo desta feira é contribuir para a internacionalização e promoção das atividades ligadas ao setor da pesca e da comercialização do pescado. Nos dias da feira, a plataforma online da Expo Fish Portugal esteve aberta às empresas do setor, organizações de produtores e associações setoriais para divulgação e comercialização dos seus produtos. Para além da vertente comercial, em paralelo decorreu uma conferência com diferentes painéis de discussão com personalidades e entidades dos principais mercados internacionais de destino do pescado português, onde foram partilhadas experiências e conhecimentos.

Nesta edição, foram também galardoados três projetos de inovação na área alimentar do mar no contexto do Prémio Inovação Expo Fish Portugal, num universo de 33 candidaturas. Refira-se que ao longo do ano, foi realizado um conjunto de apresentações presenciais em várias universidades e institutos politécnicos para promover o prémio Expo Fish, à semelhança dos anos anteriores, e que este é já um prémio de referência entre as instituições de ensino e centros de investigação.

<https://www.facebook.com/Docapesca/posts/pfbid02eepG2DRUYC7fu4n5245q9QBZRdy7omT5eRA17CKCzjvEyVFTjHjbDvKjFMUX4REN!>

**CCL: CAMPANHAS DE PROMOÇÃO DO PESCADO**

O [Comprovativo de Compra em Lota \(CCL\)](#) é uma etiqueta que disponibiliza ao consumidor final a informação necessária para uma compra consciente e responsável. Através da identificação e diferenciação do pescado transacionado nas lotas do continente português, tem como objetivo contribuir para a sua valorização, qualitativa e quantitativa e, conseqüentemente, para a sustentabilidade e rentabilidade do setor da pesca em Portugal.

As ações no âmbito da etiqueta CCL pretendem valorizar o trabalho dos nossos pescadores e comerciantes, mas também promover um consumo mais diversificado, dando a conhecer espécies menos comuns, mas igualmente saborosas, contribuindo assim para a sustentabilidade dos recursos e salientando a importância do pescado para a economia nacional.

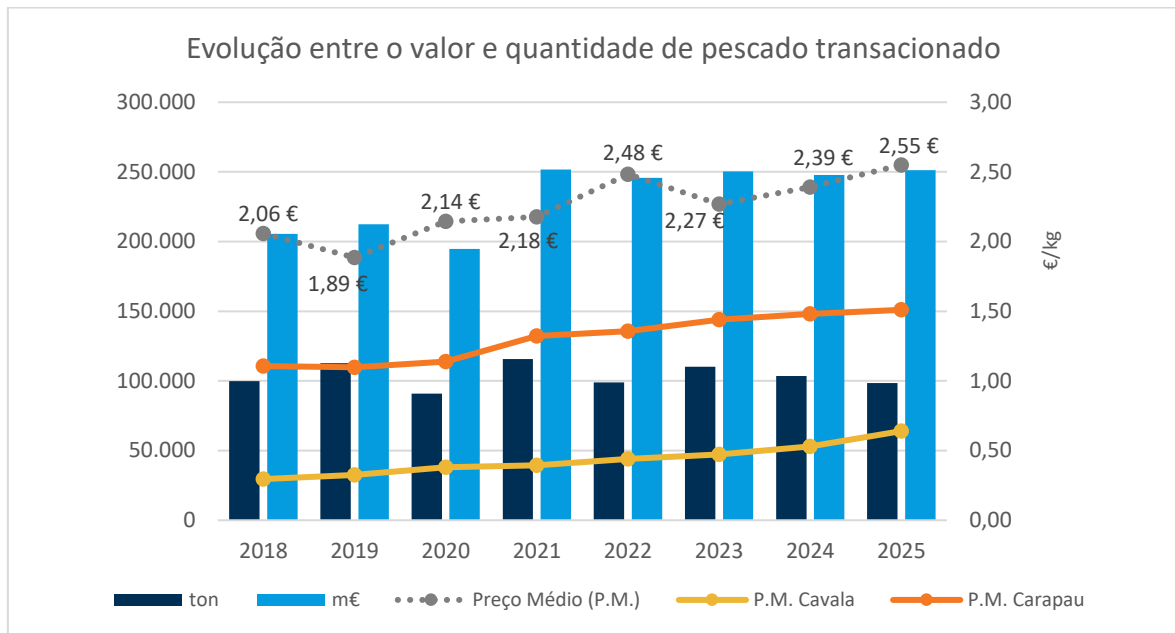
Em 2025, a Docapesca manteve a presença em vários eventos gastronómicos, em articulação com as autarquias, na promoção do produto local, capturado pela frota portuguesa.



<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=791185896893245&set=pb.100080055243560.-2207520000&type=3>

No que diz respeito à promoção de espécies abundantes, de alto valor nutricional e de baixo valor comercial, a Docapesca realiza um conjunto de ações de comunicação nos pontos de venda / distribuição, em eventos e junto dos consumidores finais (ver “Comunicação e sensibilização do consumidor”). Entre as iniciativas desenvolvidas, destacam-se as Campanha da Cavala e do Carapau e, mais recentemente, a campanha de promoção do consumo de Pescado Fresco Português “Nada Melhor”, como as grandes iniciativas realizadas nos últimos anos pela empresa.

O conjunto de iniciativas realizado pela Docapesca tem contribuído para a valorização do pescado transacionado em lota: existe uma tendência de crescimento do valor global das vendas em lota e dos preços médios das duas espécies-alvo das campanhas da cavala e do carapau, que contribuíram para o aumento da popularidade destas espécies junto do consumidor e do rendimento dos pescadores.



À semelhança de 2024, em 2025 continuou-se a registar uma ligeira diminuição das quantidades de pescado transacionadas na primeira venda, agora 98 529 toneladas. Mas, contrariamente ao que sucedeu em 2024, observámos um aumento da valorização do pescado, com o valor médio de 2,55€/kg, o preço médio máximo registado, desde que existem registos estatísticos sistematizados (ano 2002), o que se refletiu no valor transacionado. Assim, apesar de a quantidade de pescado ter diminuído, o valor transacionado subiu para 251, 3 milhões de euros.

A Cavala e o Carapau continuam a sua trajetória de valorização, continuando estas espécies a atingir os seus preços médios mais elevados desde que há registos sistematizados.

#### d) Atratividade da primeira venda em lota [ESRS S3-1; ESRS S3-4; ESRS S4-1]

A principal atribuição da Docapesca é a prestação do serviço público da primeira venda de pescado fresco em lota. A empresa tem apostado numa prestação de serviços de excelência e no estabelecimento de um diálogo aberto junto aos armadores e seus representantes, acreditando-se que estes são importantes fatores para dissuadir a venda ilegal de pescado.

A preocupação em tornar a primeira venda de pescado em lota atrativa concretiza-se através de:

- Iniciativas de valorização do pescado (apresentadas no ponto anterior);
- Modernização dos estabelecimentos e investimento em elevados padrões de qualidade e segurança das suas infraestruturas (ver “Manutenção e modernização dos estabelecimentos” e “Segurança alimentar e infraestruturas”);
- Investimento no seu capital humano (ver “Gestão do talento”).

A venda de pescado em lota, proporcionada pela empresa, garante um conjunto de condições e benefícios, tais como:

- Transparência, fiabilidade e rapidez na transação efetuada do produto, dado que a mesma é realizada através de leilão holandês com recurso a um programa eletrónico;
- Cumprimento dos requisitos aplicáveis em matéria de segurança alimentar e a aposta na certificação das lotas, assim como a sua correta classificação e valorização (espécie, frescura, tamanho, entre outros);
- Pagamentos de “marés” (valor pela venda do pescado em lota pago aos pescadores), apostando num prazo médio de pagamento curto, e na efetivação dos respetivos descontos, nomeadamente para a segurança social (ver “Interação com a comunidade”).

Desta forma, os armadores são incentivados a efetuar a venda de pescado nas instalações da Docapesca, em detrimento de uma venda fora dos parâmetros legais.

Neste âmbito, destaque-se ainda aquela que tem sido a aposta da empresa na inovação e na modernização que se encontram em desenvolvimento e implementação, pelo que a atualização do *software* de primeira venda de pescado nas lotas é um objetivo da empresa (ver “Inovação, investigação e desenvolvimento”), bem como as iniciativas desenvolvidas pela Docapesca no âmbito da promoção do CCL e das espécies de pescado nacional.

A implementação destes projetos contribui para uma maior fiabilidade e valorização do pescado transacionado em lota, verificando-se o crescimento do valor global das vendas e do preço médio do pescado.

Por forma a garantir a qualidade do pescado e a prevenção da “fuga à lota”, a Docapesca tem vindo a estreitar a relação com as Unidades de Controlo Costeiro da Guarda Nacional Republicana, a Direção-Geral da Marinha, a Direção-Geral da Alimentação e Veterinária e a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.

#### e) Comunicação e sensibilização do consumidor [ESRS S4-1]

A melhoria da informação e sensibilização junto dos consumidores finais é fundamental, para que estes possam tomar escolhas mais informadas e conscientes, contribuindo para a sustentabilidade dos recursos marinhos e para a valorização do pescado nacional.

Com o objetivo de estabelecer uma aproximação ao consumidor final, divulgar a imagem do pescado das lotas portuguesas, em associação ao CCL – Comprovativo de Compra em Lota, ou de produção aquícola nacional, as ações desenvolvidas visam contribuir para:

- Uma maior consciência ambiental na compra e consumo do pescado, salientando aspetos de segurança alimentar, de rastreabilidade e de sustentabilidade dos recursos;
- Um aumento do rendimento da frota de pesca portuguesa, através da valorização do pescado, bem como ao longo de toda a fileira;
- Hábitos de alimentação mais saudáveis, em particular, junto das camadas mais jovens;

- Melhorar o conhecimento de crianças e jovens sobre a pesca, o pescado e o mar.

Para a realização das ações de promoção do pescado, a Docapesca tem apostado no estabelecimento de parcerias com autarquias locais, produtores e associações do setor, escolas de hotelaria e turismo, e outras entidades.

A empresa tem apostado em diversas campanhas de comunicação e sensibilização do consumidor. no âmbito do projeto CCL, destacando-se como as mais significativas: as campanhas de promoção da Cavala e do Carapau e a campanha de promoção do consumo de Pescado Fresco Português “Nada Melhor”; juntamente com a plataforma eletrónica “[A Lota em Casa](#)”, lançada em 2020.

A Docapesca marca presença regular em diversos eventos ligados ao mar (como congressos, feiras gastronómicas, feiras do setor alimentar e outras). Realiza degustações, *showcookings*, aulas de culinária e diversas iniciativas que visam a promoção de pescado fresco nacional vendido em lota.

No que respeita ao público escolar, a Docapesca possui uma oferta sob a rúbrica *Docapesca Sessions* que inclui palestras (adaptadas às respetivas faixas etárias) e o acompanhamento de visitas de estudo a lotas. Esta oferta educativa está também disponível no programa “Escola Azul”, um programa promovido pela Direção-Geral de Política do Mar que reúne várias escolas e parceiros em todo o país. Este programa tem como missão promover a Literacia do Oceano na comunidade escolar e criar gerações mais responsáveis e participativas, que contribuam para a sustentabilidade do Oceano.

#### EM DESTAQUE

##### **DOCAPESCA SESSIONS – PROMOÇÃO DA LITERACIA DOS OCEANOS**

Docapesca desenvolve ações regulares em escolas que visam a sensibilização da comunidade educativa para o consumo sustentável de pescado, desde o ensino básico até ao ensino secundário. Nestas sessões abordam-se os hábitos de consumo dos alunos, as artes de pesca, o circuito do pescado, a sustentabilidade e como fazer escolhas de consumo mais sustentáveis. Em 2025, foram realizadas 28 palestras, que alcançaram um total de 1105 alunos e as lotas foram visitadas por cerca de 3688 pessoas, divididas por 177 visitas.

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=897740879571079&set=pb.100080055243560.-2207520000&type=3>

#### f) Inovação, investigação e desenvolvimento

[ESRS E2-2; ESRS E3-1; ESRS E3-2; ESRS E4-3; ESRS E5-1; ESRS E5-2]

A Docapesca opera num setor tradicional, cuja melhoria do desempenho, juntamente com a proteção dos recursos e ecossistemas marinhos, passam pela capacidade de se reinventar e pelo desenvolvimento / modernização de processos e implementação de novas tecnologias.

Deste modo, o investimento em processos de inovação, investigação e desenvolvimento é essencial para promover a economia do mar e para alavancar o seu potencial de crescimento, tornando-a mais competitiva, atrativa e sustentável. A empresa desenvolve duas linhas de ação principais:

- Desenvolvimento sustentável e inovação, visando a valorização do pescado e promoção da sustentabilidade ambiental;

- Promoção da desmaterialização de procedimentos e ganhos de eficiência.

No primeiro caso, a Docapesca aposta no desenvolvimento de iniciativas inovadoras no âmbito dos seus programas “bandeira”, nomeadamente do CCL e da “A Pesca por um Mar Sem Lixo”. Paralelamente participa em projetos científicos no âmbito da preservação dos recursos e ecossistemas marinhos, valorização do pescado e do setor.

Neste âmbito destaca-se também a continuidade da participação da Docapesca na [Smart Ocean](#), infraestrutura tecnológica de acolhimento empresarial em Peniche, focada na economia do mar e nos novos *Blue Hubs* em processo de criação.

Em 2025, manteve-se a colaboração com o consórcio “Pacto da Bioeconomia Azul”, que, entre outros objetivos, visa a criação de produtos têxteis com recurso a redes de pesca descartadas.

#### DESTAQUE

##### PACTO DA BIOECONOMIA AZUL

Reunindo as mais variadas indústrias nacionais, o [Pacto da Bioeconomia Azul](#) prevê desenvolver novos produtos, processos e serviços resultantes da incorporação total ou parcial de bens da bioeconomia azul em novas ou já existentes cadeias de valor.

No âmbito do Vertical Têxteis, a Docapesca desempenha um papel vital no cumprimento dos objetivos do projeto, através da recolha das redes descartadas que depois são reaproveitadas para dar origem a fibras, malhas e tecidos ambientalmente sustentáveis.

<https://inovamar.pt/pt/o-pacto-da-bioeconomia-azul>

No que diz respeito à aposta na digitalização e desmaterialização de procedimentos, em 2025 foram desenvolvidos os seguintes projetos de modernização interna:

- Processamento inteligente de faturas no software Filedoc, com base em código QR;
- Desenvolvimento e implementação de aplicação para suporte ao Plano de Pesagem do pescado do Cerco (aplicação para registo de pesagens por amostragem, das espécies vendidas em lota como venda de Cerco).

No que concerne à primeira venda de pescado e à melhoria contínua deste processo, será procurado no mercado uma solução que substitua o *software* atual.

No apoio ao setor, a plataforma [PERaia](#), foi alvo atualizações. Esta aplicação móvel tem o objetivo científico de identificar e estudar a distribuição da espécie Raia Curva no território português e destina-se a todas as embarcações aderentes ao projeto que façam capturas da espécie raia-curva na sua operação.

Para 2026, iremos continuar com o objetivo de desmaterialização e otimização de processos, assim está previsto:

- Entrada em funcionamento da Plataforma Dominial (portal de comunicação para pedidos de licenciamento, sistematiza, centraliza e facilita o acesso aos serviços da empresa, encurtando prazos de resposta relativos aos processos, evitando deslocamentos dos utentes, aumentando a rastreabilidade dos processos e otimizando a gestão dos recursos humanos da empresa);
- Integração da plataforma Filedoc com a plataforma eSPAP FE-AP, garantindo a receção automática e segura de fatura eletrónica diretamente no Filedoc.

Para mais informações ver “Direção de Modernização Administrativa e Sistemas de Informação”.

#### 4. As nossas pessoas e comunidades

##### a) Gestão do talento

[ESRS S1-1; ESRS S1-2; ESRS S1-6; ESRS S1-9; ESRS S1-12]

O número total de trabalhadores encontra-se numa tendência decrescente, registando a Docapesca, em 2025, um total de 468 trabalhadores, distribuídos de Norte a Sul, no litoral de Portugal Continental. Apresenta um capital humano estável, mantendo-se 97% dos trabalhadores com contrato sem termo e cerca de 99% estão em regime de tempo integral.

Reconhecendo a importância da formação profissional, a empresa encara-a como uma ferramenta estratégica de gestão, estruturante para o aperfeiçoamento das práticas laborais existentes e também como forma de capacitar e motivar os seus trabalhadores. Deste modo, elabora um Plano Plurianual de formação, apostando na realização de ações de formação profissional internas e externas. Adicionalmente, tem previsto, no seu Acordo de Empresa, o subsídio de apoio ao estudo para todos os trabalhadores que frequentem com aproveitamento o ensino superior, em área relevante para a empresa.

Remete-se para a Tabela GRI (indicadores 102-8, 401-1, 404-1, 404-3) e capítulo “Direção de Recursos Humanos” para mais informações sobre as práticas contratuais, progressão na carreira e valorização do capital humano.

A empresa tem assumido o compromisso de introduzir mudanças para promover e incorporar uma cultura de diversidade e inclusão num setor de atividade que é histórica, cultural e predominantemente representado por pessoas do género masculino. Reconhece explicitamente

que a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres é um direito elementar, pelo que devem ser implementadas políticas transversais e positivas que permitam que esse direito seja uma realidade. Está comprometida em promover uma mudança na cultura da empresa, integrando a igualdade nos seus atos de gestão e em reduzir e prevenir desequilíbrios neste âmbito.

O compromisso com a promoção da igualdade e não discriminação surge expresso no [Plano para a Igualdade e Não Discriminação](#), assim como referido no [Código de Conduta](#) e na [Carta de Princípios da Docapesca](#).

A estrutura do quadro de pessoal da empresa mantém-se semelhante a 2024, sendo composta maioritariamente por pessoas do género masculino, com o género feminino a representar 25% da força de trabalho. Esta composição prende-se com a história do setor, estrutura operativa e à exigência física de muitas das funções executadas.

Acresce ainda a dificuldade de encontrar mulheres no mercado de trabalho para o preenchimento de vagas para determinadas categorias profissionais, pelo que algumas são ocupadas maioritariamente ou exclusivamente por homens, como é caso das categorias de operadores de exploração, operadores venda e operadores técnicos e de manutenção. Apesar desta tendência, na Docapesca existe uma efetiva igualdade de tratamento entre homens e mulheres, relativamente ao critério de admissões.

A percentagem de mulheres é mais expressiva nas funções administrativas, de técnico e técnico superiores. De referir ainda que cerca de 47% de cargos dirigentes de 1.ª e 2.ª linha são ocupados por mulheres.

No que diz respeito à Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, a Docapesca tem vindo a implementar medidas para cumprir a meta da quota mínima por género de 33,3%, estabelecida pelo regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do Setor Empresarial do Estado. Sendo que esta já era prática comum antes da publicação da referida lei. Desde setembro de 2025, o Conselho de Administração é composto por duas mulheres como vogais.

Remete-se para o capítulo “Remunerações”, “a) Órgãos sociais” para informações adicionais.

A Docapesca elabora trienalmente um [Relatório de Remunerações por Género](#) para monitorizar o processo de remunerações pagas a mulheres e homens face ao género, tendo como objetivo a prevenção de diferenças injustificadas no âmbito de qualquer remuneração.

A Docapesca assegura a atribuição de remuneração igual a mulheres e homens assente numa política remuneratória transparente, não existindo qualquer diferença na sua atribuição. Para trabalho igual, remuneração igual. As remunerações praticadas na Docapesca baseiam-se no Acordo de Empresa em vigor, e as eventuais diferenças salariais, que possam ser verificadas, entre homens e mulheres, resultam essencialmente da antiguidade dos trabalhadores na empresa.

No âmbito do cumprimento do sistema de quotas de emprego aplicável a pessoas com deficiência, estabelecido pela Lei n.º 4/2019, de 31 de maio, a Docapesca regista, em 2025, um total de seis trabalhadores com grau de incapacidade igual ou superior a 60%.

De salientar que para o estabelecimento de uma relação de proximidade e promoção de um diálogo aberto com os trabalhadores, contribuem os mecanismos de envolvimento existentes (ver indicador GRI 102-43) e a comunicação interna. A Docapesca disponibiliza vários canais de comunicação e consulta aos trabalhadores no âmbito da segurança e saúde do trabalho. Ainda de referir a *intranet* da empresa, tem-se revelado como uma ferramenta essencial para a promoção de uma comunicação interna mais eficaz e eficiente.

Através do Clube Docapesca (clube de funcionários), como tem sido a prática, todos os natais os filhos dos funcionários recebem um presente (adaptado à faixa etária). Em 2025 foram entregues 244 presentes. Os benefícios incluídos no âmbito do Acordo de Empresa constituem *per se* também forte incentivo à motivação dos trabalhadores, contribuindo para a atração e retenção de talento.

#### b) Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores

[ESRS S1-1; ESRS1-11; ESRS S1-13; ESRS S1-14]

A melhoria das condições de segurança e a prevenção de acidentes nos espaços geridos pela Docapesca, juntamente com a promoção do bem-estar físico, mental e social dos trabalhadores, são uma prioridade para a empresa.

A Docapesca possui uma Política de Segurança e Saúde no Trabalho (SST). Nesta reconhece-se que a SST é uma responsabilidade partilhada e comum a todos. Todos os trabalhadores e utilizadores dos espaços, sob a responsabilidade da Docapesca, devem, no desempenho das suas atividades diárias, adotar comportamentos que visem salvaguardar a sua segurança física e a de terceiros, bem como identificar situações de melhoria, quer de processos de trabalho, quer da segurança das infraestruturas. Com a definição e implementação da política, visa-se o desenvolvimento de uma cultura de segurança e saúde efetiva, que mantenha a confiança dos trabalhadores, dos clientes, dos fornecedores e do público em geral, tendo a Docapesca tem implementado o seu Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SGSST).

Tendo em vista a melhoria das condições e acessos para trabalhadores e visitantes com deficiência, em 2025 foram realizados os seguintes ajustamentos:

- Portas largas o suficiente para cadeiras de rodas;
- Casas de banho adaptadas;
- Pisos antiderrapantes.

Para 2026, prevê-se que as medidas de ajustamento referidas sejam implementadas em mais espaços da empresa.

No que diz respeito aos acidentes de trabalho, a Docapesca continua a prosseguir o objetivo de querer atingir a máxima de “zero acidentes”. Assumem-se como principais riscos profissionais, decorrentes das atividades desenvolvidas na empresa, os riscos de carácter físico, relacionados com as condições estruturais, máquinas e equipamentos, e os riscos de carácter ergonómico, decorrentes do manuseamento manual de cargas, ritmo elevado de trabalho, monotonias, repetibilidade de tarefas e posturas inadequadas de trabalho.

#### Acidentes de trabalho

	2023	2024	2025
N.º acidentes de trabalho	39	40	29
Horas trabalhadas	854 910	852 791	917 421
Tx. frequência de acidentes de trabalho	46	46,9	32

No ano de 2025 registou-se uma diminuição dos acidentes de trabalho, sendo que estes acidentes ocorrem, predominantemente, no espaço da lota e resultam de quedas ao mesmo nível e do incorreto manuseamento manual de cargas, originando lesões de tipo entorses e luxações nos pés, mãos e costas. De referir, que muitos dos acidentes não se traduzem em incapacidade para o trabalho e que a grande maioria são de baixa gravidade. Foram, ainda, registadas duas doenças profissionais.

A Docapesca trabalha continuamente na compreensão das causas dos acidentes, na melhoria das condições de trabalho e segurança/requalificação dos espaços, na proteção (através da disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI)) e capacitação dos trabalhadores. Todos os anos a empresa ministra ações de formação no âmbito da SST, cujos conteúdos estão devidamente adaptadas às atividades da empresa.

Assim, estas ações são essenciais para reforçar as competências dos trabalhadores no âmbito do desempenho das suas funções, prevenir as práticas inseguras e a ocorrência de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Formação em SST	2023	2024	2025
N.º de ações de formação	54	68	37
N.º de horas de formação	1 262	268	154
N.º de participantes	384	578	272

Ao nível da promoção da saúde e paralelamente aos serviços de medicina no trabalho, legalmente definidos e disponibilizados a todos os trabalhadores, a empresa também proporciona um seguro de saúde aos trabalhadores do seu quadro efetivo (ver promoção do bem-estar dos trabalhadores).

O bem-estar dos trabalhadores foi sempre um aspeto relevante para a Docapesca, tanto do ponto de vista da conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar, como da valorização pessoal e profissional e promoção de um bom ambiente de trabalho. Ao diminuir as situações de

conflito entre o trabalho e a vida familiar e pessoal e promover a sua conciliação, está-se a contribuir para aumentar o nível da satisfação dos trabalhadores, melhorar o seu desempenho profissional e a produtividade. Neste âmbito destacam-se um conjunto de benefícios previstos no âmbito do Acordo de Empresa:

- A prática de horário flexível (incluindo a abertura para o teletrabalho) para prestar apoio familiar, devidamente fundamentado, sem perda de direitos ou remuneração adquiridos;
- Um seguro de saúde, para promover o acesso aos cuidados de saúde, quer aos trabalhadores, quer aos seus familiares;
- Um complemento de subsídio de doença e de acidentes de trabalho;
- Um subsídio de estudo para desenvolver as habilitações literárias;
- Quatro dias de dispensa por ano (remunerados e sem apresentação de justificação);
- O pagamento de dias de ausência ao trabalho por assistência à família;
- O patrocínio de atividades desportivas, nomeadamente, corridas para promover a participação ativa dos trabalhadores;
- A celebração de protocolos com cadeias de ginásios;
- Subsídio de casamento, no valor de 500 euros, por colaborador e ainda o direito a 10 dias úteis de férias para gozo de lua-de-mel;
- Adiantamento por conta da remuneração, correspondente ao máximo de 15% da remuneração anual do colaborador, para fazer face a despesas inesperadas e inadiáveis (ex. cirurgias, substituição/manutenção de veículo pessoal, pagamento de propinas da escola dos filhos, entre outros).

A Docapesca promove ainda ações de reforço da literacia no âmbito da alimentação saudável, associada ao consumo de pescado. Canaliza essencialmente estas informações através das redes sociais, associadas às campanhas externas que realiza no âmbito da comunicação e sensibilização ao consumidor.

#### c) Interação com a comunidade

[ESRS S3-1; ESRS S3-2; ESRS S3-3]

A Docapesca estabelece um estreito relacionamento com as comunidades locais das zonas costeiras, de norte a sul do continente português, em especial com as comunidades piscatórias e com aquelas que operam no mesmo setor e que se situam geograficamente próximas. Dá um importante contributo para o desenvolvimento das zonas envolventes, para a sua sustentabilidade económica e social, não só ao nível dos operadores comerciais envolvidos nesta área de negócio como das próprias comunidades.

A este nível, a Docapesca: (1) garante o pagamento diário/semanal à produção no menor prazo possível; apoia as comunidades locais e o setor da pesca, através (2) dos projetos de valorização do pescado, dos portos de abrigo e grande diversidade de serviços prestados e (3) de ações de responsabilidade social.

Como parte das suas atribuições, a empresa procede à retenção de receitas públicas e à prestação de serviços institucionais, retendo – e entregando posteriormente à Autoridade Tributária e à Segurança Social – o IVA devido pelos comerciantes na compra de pescado e cativando, mediante descontos efetuados ao valor das vendas das embarcações de pesca local e costeira, as contribuições dos armadores/pescadores para a Segurança Social.

Consciente da importância de um pagamento atempado aos armadores e do seu impacto na remuneração dos respetivos trabalhadores, e como parte de uma atuação socialmente responsável, é preocupação da Docapesca que a efetivação do pagamento aos produtores se dê em menor tempo do que aquele definido pela Portaria n.º 9/89, de 4 de janeiro. O prazo de pagamento legalmente instituído é o 3.º dia, no entanto, a Docapesca apresenta um prazo médio inferior, tendo sido de um dia, em 2025 (ver tabela), uma redução face aos anos anteriores.

Prazo médio de pagamento aos armadores (em dias úteis)

	2023	2024	2025
Prazo médio de pagamento	1,55	2,19	1,08

Esta atuação fomenta, junto dos agentes do setor, uma atividade potenciadora do trabalho digno e um crescimento económico sustentável, dando cumprimento às obrigações legais e visando a proteção social e fiscal dos produtores.

No âmbito da interação com as comunidades locais, em 2025, deu-se continuidade ao programa CCL Social (ver caixa de destaque). Destaca-se ainda o investimento da Docapesca na organização da 4.ª edição do Congresso da Pequena Pesca, que teve lugar em Matosinhos e que juntou as associações da pesca artesanal de todo o país, membros da academia e diversos *stakeholders* num único local (ver caixa de destaque).

#### EM DESTAQUE

##### CCL SOCIAL: DOAÇÃO DE PESCADO A FAMÍLIAS CARENCIADAS

O projeto CCL Social insere-se na vertente social da campanha de promoção do pescado nacional – CCL - Comprovativo de Compra em Lota (Cap. 3.c) Maximização do Valor do Pescado). Através desta medida, incluiu-se o pescado nos programas de apoio locais a famílias carenciadas, reforçando o apoio social em várias comunidades e as relações de proximidade com as autarquias locais. O pescado doado é adquirido pela Docapesca aos armadores das várias lotas abrangidas, beneficiando também os pescadores ao escoar o seu próprio pescado.

Em 2025, os donativos ascenderam a 9,1 toneladas de pescado. Desde o início de maio de 2020, foram entregues mais de 82 toneladas de pescado adquirido pela Docapesca aos armadores.

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=879490788062755&set=pb.100080055243560.-2207520000&type=3>

#### DESTAQUE

##### CONGRESSO PEQUENA PESCA – MATOSINHOS

A Docapesca, com o alto patrocínio do Ministério da Agricultura e Mar, em parceria com Câmara Municipal de Matosinhos e com o apoio da Associação Natureza Portugal/WWF, promoveu a 4.ª edição do Congresso da Pequena Pesca, que decorreu no dia 15 de novembro em Matosinhos.

A iniciativa reuniu organizações de produtores, associações de armadores, autoridades, organizações não-governamentais, universidades e centros de investigação.

Neste Congresso foram abordados temas da atualidade do setor das pescas destacando-se as perspetivas de acesso a financiamento, segurança marítima, inovação e o papel dos jovens pescadores e a renovação geracional.



<https://www.facebook.com/Docapesca/posts/pfbid02TXGuhUpknSW72bKWJm4F4YQFcmfv1xCaM7njyuoZDWiWdqadazHYDqLcehqmsrevl>

## 5. As nossas operações

### a) Manutenção e modernização dos estabelecimentos

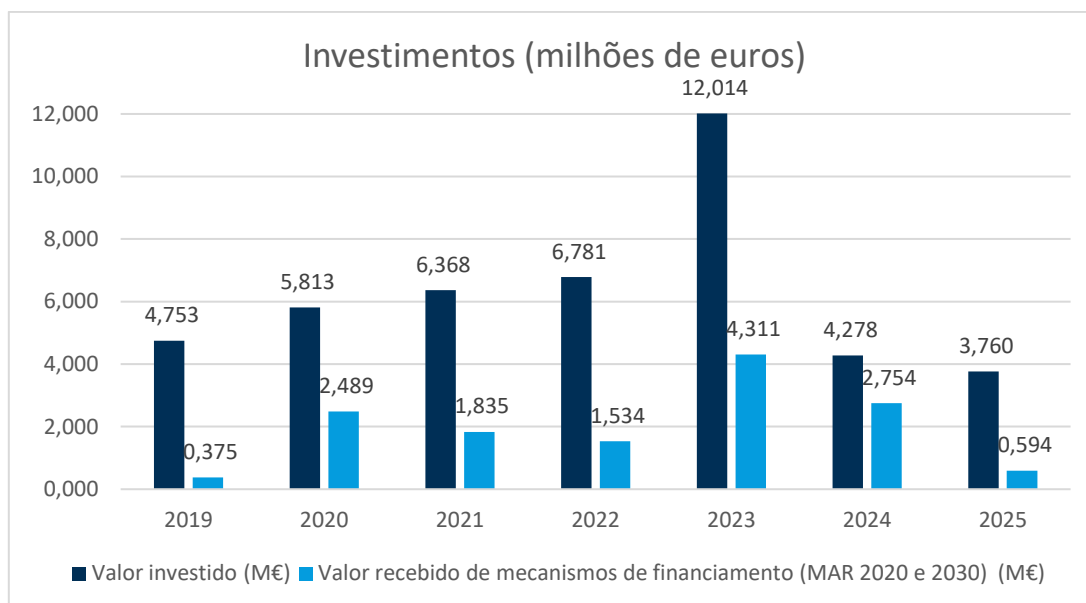
[ESRS 2 SBM-1; ESRS S1-3]

A Docapesca reconhece que a manutenção e modernização de equipamentos e infraestruturas associados às lotas, portos de pesca e áreas portuárias, é essencial para garantir a segurança de pessoas e bens e as boas condições da primeira venda de pescado.

O plano de modernização e beneficiação da Docapesca visa melhorar os serviços prestados, nomeadamente as condições higio-sanitárias e o comportamento energético e ambiental, assegurar as condições operacionais e garantir a qualidade e a segurança. A política de investimentos da Docapesca, com vista à requalificação dos estabelecimentos de primeira venda e áreas adjacentes, necessárias ao funcionamento da empresa, bem como das infraestruturas conexas, traduz-se em benefícios, económicos, sociais e ambientais, diretos e indiretos, para as comunidades onde as lotas e portos estão inseridos. Anualmente são identificadas as ações a estabelecer com vista à reabilitação/requalificação de infraestruturas e à modernização e/ou construção de novas (ver “DIMA - Direção de Infraestruturas e Modernização de Ativos” e “DSM - Direção de Segurança e Manutenção”).

O ano de 2025, encontra-se em linha com o ano anterior, com um investimento perto dos quatro milhões de euros.

Estes investimentos são executados com recurso aos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais e aos subsídios recebidos. No sentido de melhor potenciar o orçamento disponível para investimento, a Docapesca tem recorrido aos mecanismos de financiamento disponíveis, com maior incidência no Programa Operacional MAR2030, aos quais tem apresentado diversas candidaturas.



De referir ainda que decorrem atividades regulares de manutenção preventiva e corretiva das infraestruturas e equipamentos dos portos de pesca e áreas dominiais sob responsabilidade da Docapesca. Para relato das anomalias e identificação de necessidades de intervenção curativa/corretiva, foi implementada uma ferramenta informática de gestão de pedidos de assistência técnica (portal de *Helpdesk*).

Neste âmbito, destacam-se as atividades desenvolvidas em 2025 na otimização dos processos relacionados com o estabelecimento e acompanhamento de contratos de serviços de manutenção, de projetos, empreitadas e fiscalizações e com o desenvolvimento, e na implementação e monitorização do PIC – Plano de Investimentos Correntes e PIE – Plano de Investimentos Específicos e a implementação de um sistema de indicadores de desempenho dos equipamentos críticos e da atividade de manutenção.

#### b) Segurança alimentar e certificações

[ESRS S1-13; ESRS S2-13; ESRS S4-1; ESRS S4-2; ESRS S4-3; ESRS S4-4]

Na Docapesca, a segurança alimentar constitui um dos valores da empresa. No sentido de melhorar o nosso sistema de gestão, foram implementadas as normas ISO 22000, ISO 9001 e ISO 14001, assegurando uma abordagem integrada, coerente e alinhada com as melhores práticas internacionais. A ISO 22000 estabelece os requisitos para um sistema de gestão da segurança alimentar, garantindo o controlo sistemático dos perigos ao longo de toda a cadeia produtiva, tendo sido a primeira certificação obtida (em 2017). A ISO 9001 define os princípios de um sistema de gestão da qualidade, com foco na satisfação do cliente, na melhoria contínua e na consistência dos processos. A ISO 14001 enquadra o sistema de gestão ambiental, promovendo a identificação, controlo e redução dos impactes ambientais das atividades da organização, bem como o cumprimento das obrigações legais aplicáveis. Em 2025 foi certificada a lota de Sines pela ISO

22000, pela ISO 9001 foi certificada a Sede e a lota de Peniche. Assim, neste momento, estão certificados 16 locais pelo referencial ISO 22000, 1 pelo referencial 14001 e 2 pela ISO 9001.



Os princípios do HACCP - *Hazard Analysis and Critical Control Points* são assegurados pela totalidade das lotas com NCV - Número de Controlo Veterinário, mesmo que não estejam ainda certificadas. É objetivo alargar, progressivamente, a certificação às restantes lotas, e assegurar, simultaneamente, a manutenção da certificação das já certificadas. A empresa visa igualmente manter o NCV em todos os estabelecimentos que já o detêm, pretendendo que os postos de venda que requalificados obtenham também NCV.

Para além das auditorias internas e externas no âmbito da certificação, a Docapesca é sujeita regularmente a vistorias pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), controlos de verificação pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), e visitas de outras entidades reguladoras e fiscalizadoras, por forma a verificar a conformidade com os requisitos aplicáveis.

#### EM DESTAQUE

##### **REFORÇO DO NÚMERO DE LOTAS COM CERTIFICAÇÃO EM SEGURANÇA ALIMENTAR**

Em 2025, reafirmando o compromisso com a sustentabilidade, a Docapesca teve a sua primeira lota com a certificação do Sistema de Gestão Ambiental, de acordo com a norma ISO 14001, ao Porto de Pesca de Peniche. Esta certificação é atribuída pela APCER, entidade independente e devidamente acreditada para o efeito.

Esta certificação reflete a prioridade da Docapesca na responsabilidade ambiental, consolidando os procedimentos associados à gestão sustentável dos portos de pesca sob sua gestão.

De forma independente e imparcial, atesta-se o empenho da empresa na redução do impacto ambiental das suas atividades, no cumprimento rigoroso da legislação aplicável e na melhoria contínua das práticas ambientais.

<https://www.facebook.com/Docapesca/posts/pfbid0xLrNU2embRnvaC6fNLuis8zv4Q6z5uyP83hsD DJfuTsTsnjdKKyAocd5ZruNaV5qj>

No sentido de integrar as áreas da qualidade, ambiente e segurança alimentar, foi publicada uma nova política, a [Política da Qualidade, Ambiente e segurança Alimentar](#), em substituição das políticas já existentes. A introdução de boas práticas nos seus estabelecimentos, incluindo as fábricas de gelo, ações de modernização e requalificação das instalações, a Docapesca assegura o cumprimento dos requisitos legais, regulamentares e códigos de boas práticas em matéria de ambiente e segurança alimentar.

A maior parte das suas instalações estão dotadas de Planos de Higiene e Segurança Alimentar, baseados nos princípios do HACCP, apostando em pré-requisitos como a capacitação do pessoal, qualidade das águas e do gelo, higienizações, manutenções, cadeias de frio, controlos de pragas e subprodutos. A Docapesca tem reforçado a formação e sensibilização na área da segurança alimentar, assegurando que os trabalhadores se mantêm conscientes das suas responsabilidades neste âmbito e que as ações formativas são de índole prática e adaptadas, o mais possível, à realidade de cada local.

Em 2025 deu-se continuidade à capacitação dos trabalhadores em matérias de segurança alimentar, tendo-se dado início a formações nas áreas de qualidade (ISO 9001) e ambiente (ISO 14001). ao abrigo das alterações efetuadas ao procedimento de gestão do processo formativo, para além das ações de formação certificadas, sendo partes destas formações de pequena duração e ministradas por trabalhadores da empresa, registadas através de formulário próprio e contabilizadas.

Norma/ formação	Indicador	2023	2024	2025
ISO 9001 – Qualidade	N.º de horas de formação			172
	N.º de participantes			182
ISO 14001 – Ambiente	N.º de horas de formação			48
	N.º de participantes			82
ISO 22000 – Seg. Alimentar	N.º de horas de formação	284	242	359
	N.º de participantes	1004	483	648

A Docapesca assume ainda o papel de envolver os pescadores, armadores e comerciantes no cumprimento dos requisitos de segurança alimentar, contribuindo para uma maior valorização do pescado, desde a captura até ao desembarque em lota e posterior comercialização. Destaca-se, em 2021, a publicação do [“Código Nacional de Boas Práticas para Embarcações de Pesca”](#), do qual se mantém a realização de ações de capacitação junto dos pescadores, duas na Póvoa de Varzim em 2025, com a participação total de 64 pescadores. A Docapesca publica regularmente, nas redes sociais, informação útil sobre as espécies de pescado da costa portuguesa. Disponibiliza também [fichas técnicas de produto](#) relativas às espécies transacionadas em lota e promove ações de informação e sensibilização dirigidas a vários intervenientes da cadeia de valor do pescado, como pescadores, armadores e comerciantes. A rastreabilidade e a melhoria da informação ao consumidor são também apostas da Docapesca.

Para 2026, prevê-se a implementação da ISO 14001 no Porto de Pesca da Nazaré e da ISO 22000 na lota de Lagos.

c) Energia e mobilidade  
 [ESRS E1-5; ESRS E1-6]

A energia consumida pela Docapesca encontra-se fundamentalmente relacionada com os consumos de: (1) energia elétrica – associada à iluminação pública dos Portos de Pesca e dos seus edifícios; ao funcionamento de instalações e equipamentos, como câmaras frigoríficas, fábricas de gelo, máquinas de lavagem de caixas para o acondicionamento de pescado; e aos equipamentos informáticos; (2) combustíveis – relacionados com a frota automóvel da empresa, distribuída pelas várias unidades orgânicas da sede e delegações, e com os geradores de emergência (com menor expressão).

A energia elétrica assume-se como a principal fonte de energia da Docapesca, representando cerca de 87% do total do consumo de energia. Entre os combustíveis fósseis, o consumo de gasóleo assume maior expressão (cerca de 96% do total de combustíveis).

De uma forma geral, as variações dos consumos de energia elétrica registados no período considerado, encontram-se diretamente associadas às atividades da primeira venda de pescado e produção de gelo, isto é, à variação da venda de pescado em lota, bem como à gestão das infraestruturas portuárias e, conseqüentemente, das atividades conexas que se desenvolvem nestas infraestruturas, sendo que, no ano de 2025, se verificou uma pequena diminuição no total da energia consumida. Relativamente à produção e consumo de energia fotovoltaica, a mesma registou uma diminuição, devido a uma avaria no sistema localizado em Lagos, no início do ano 2025. Assim, tendo sido resolvida esta situação e tendo dado início a produção do sistema de Peniche em 2026, estima-se que no ano de 2026 exista um aumento no consumo desta fonte renovável.

Consumo de energia

	2023		2024		2025	
	GJ	MWh	GJ	MWh	GJ	MWh
Gasóleo	1 543	429	1 496	416	1 456	404
Gasolina	72	20	83	23	63	18
Eletricidade	26 505	7363	25 180	6 994	23 954	6 654
Solar fotovoltaico	2 248	624	2 618	727	2 076	577
<b>Total de energia consumida</b>	<b>30 368</b>	<b>8436</b>	<b>29 378</b>	<b>8 160</b>	<b>27 548</b>	<b>7 653</b>

Nota 1: Os consumos de eletricidade são referentes aos portos de pesca: Póvoa de Varzim, Viana do Castelo, Matosinhos, Aveiro, Figueira da Foz, Nazaré, Peniche, Sesimbra, Setúbal, Sines, Sagres, Olhão, Lagos, Rio Arade, Albufeira, Quarteira, Vila Real de Santo António.

Nota 2: Não inclui a eletricidade das instalações cedidas a terceiros e cujo valor é faturado pela Docapesca aos seus utentes.

Emissões de gases com efeito de estufa associadas ao consumo de eletricidade (ton CO<sub>2</sub>)

2023	2024	2025
------	------	------

Emissões indiretas – âmbito 2

1 484

1 410

1 341

Nota 1: as emissões de âmbito 1 foram calculadas com base nos consumos de combustível da frota da empresa. Ver Tabela GRI, indicador 305-1, para mais informações.

Nota 2: as emissões de âmbito 2 foram calculadas com base no método baseado na localização (*location-based approach*). Ver Tabela GRI, indicador 305-2, para mais informações.

No contexto económico, a empresa efetua anualmente concursos públicos para o fornecimento de energia elétrica, no sentido de se obterem tarifas mais vantajosas.

Associada à descarbonização da frota encontra-se a redução gradual dos consumos de gasolina e gasóleo, que registaram em 2025, novamente, uma pequena diminuição nos seus consumos, passando de 1 579 GJ, registados em 2024, para 1 519 GJ, registados em 2025.

A redução destes consumos, embora pouco expressiva, está relacionada com uma gestão mais eficiente da frota, nomeadamente através da coordenação de viagens entre equipas, observando-se uma tendência emergente, ainda que de reduzida expressão, para uma maior consciencialização em matéria de mobilidade, refletida na opção pelo transporte público em deslocações de serviço.

Este subcapítulo pode ser lido em ligação com o [subcapítulo g\) Alterações Climáticas](#).

d) Gestão de água e efluentes

[ESRS E2-2; ESRS E3-1; ESRS E3-4]

A Docapesca, à semelhança, do que sucede com o recurso energia, reconhece a importância de salvaguardar o recurso água e da necessidade de um uso otimizado, evitando o seu desperdício e reduzindo o seu consumo. É consumidora, na sua maioria, de água doce fornecida pela rede pública, e, em menor quantidade, de água salgada captada e tratada pela empresa.

O consumo de água doce está associado fundamentalmente às seguintes atividades: manutenção das condições de higiene e limpeza das áreas portuárias e das suas infraestruturas; produção de gelo efetuada nas fábricas de gelo; lavagem e higienização das caixas de acondicionamento de pescado, efetuada a quente por máquinas de lavagem de caixas, com recurso a detergentes adequados à área alimentar e não nocivos para o ambiente; higiene pessoal dos trabalhadores, através da utilização de balneários e sanitários. A água salgada é utilizada em alguns locais para a lavagem dos pavimentos da área de exploração da lota. Adicionalmente, a Docapesca capta, armazena e efetua o tratamento da água salgada que é fornecida aos armadores para utilização na descarga do pescado. A qualidade desta água é garantida através da sua monitorização e do seu tratamento, equivalente ao da água para consumo humano, consistindo na utilização de produtos químicos de qualidade adequada, nomeadamente o hipoclorito de sódio. Os consumos de água doce encontram-se relacionados com a dimensão dos portos de pesca e das suas infraestruturas e ao volume das atividades aí desenvolvidas, associadas à primeira venda de pescado, nomeadamente a produção de gelo. O consumo de água registado nas instalações cedidas a terceiros é faturado pela Docapesca aos utentes. Os consumos de água doce da empresa têm sofrido algumas oscilações, registando-se um aumento gradual dos consumos sendo que em 2024 foi registado uma diminuição e em 2025 verificou-se um pequeno aumento das quantidades consumidas. Estes valores estão, fundamentalmente, relacionados com a atividade comercial desenvolvida nos portos de pesca e lotas, nomeadamente com a laboração das fábricas de gelo, contando-se também, nestes consumos, com as perdas nos sistemas de distribuição.

Consumo de água (m<sup>3</sup>)

	2023	2024	2025
Água adquirida a terceiros (entidades gestoras municipais)	439 840	411 146	424 449

Nota 1: Os consumos de água são referentes aos portos de pesca: Póvoa de Varzim, Viana do Castelo, Matosinhos, Aveiro, Figueira da Foz, Nazaré, Peniche, Sesimbra, Setúbal, Sines, Sagres, Olhão, Lagos, Rio Arade, Quarteira, Vila Real de Santo António.

Nota 2: Não inclui a água das instalações cedidas a terceiros e cujo valor é faturado pela Docapesca aos seus utentes.

A Docapesca tem implementado ações para monitorizar e otimizar a utilização deste recurso, através do reforço do número de contadores de água e controlo dos fornecimentos/consumos, procurando reduzir os impactes, quer do seu consumo, quer da descarga de efluentes.

De salientar que a Docapesca aposta, no âmbito dos projetos de modernização e requalificação das suas infraestruturas, na renovação das redes de água e esgotos, na instalação de novas captações e beneficiação dos sistemas de tratamento e armazenamento de água salgada.

e) Promoção da economia circular

[ESRS E5-1; ESRS E5-2; ESRS E5-4; ESRS E5-5]

A Docapesca está comprometida em garantir uma gestão eficiente dos recursos e resíduos, privilegiando a sua redução, valorização e a procura de soluções que promovam a economia circular.

As suas ações neste âmbito refletem-se não só nas práticas de gestão de resíduos, como a montante, no âmbito do consumo das matérias-primas. É preocupação da Docapesca melhorar continuamente os seus requisitos de compra, por forma a integrar critérios ambientais neste âmbito.

A tipologia e quantidade de matérias-primas usadas pela Docapesca refletem a dependência dos recursos naturais e os impactes que estas têm na sua disponibilidade. No exercício da atividade da empresa destacam-se como principais matérias-primas:

- O plástico predominantemente associado às caixas para acondicionar o pescado;
- O algodão e materiais sintéticos usados no vestuário de trabalho da empresa (manutenção, fábricas de gelo, exploração), sendo que a empresa tem apostado na aquisição da prestação de serviços de aluguer operacional e higienização do vestuário de trabalho para os trabalhadores da 1.ª venda de pescado;
- O papel associado às atividades administrativas, sendo que o foco na desmaterialização dos procedimentos tem resultado na redução do seu consumo e na produção desta tipologia de resíduos.

Destaca-se, no caso das caixas de plástico para acondicionamento de plástico, que a Docapesca privilegia a utilização de matérias recicladas, sempre que legalmente e operacionalmente possível. Neste caso, a utilização de materiais reciclados está restrita às caixas utilizadas para evitar o contacto com o solo das restantes caixas de acondicionamento direto do pescado (as quais têm de ser produzidas em matéria-prima virgem, dado o contacto direto com o produto alimentar). Em 2025, foram adquiridas, do total de caixas PEAD para pescado, 6,15% de caixas em material reciclado. Em 2025 registou-se um aumento da aquisição de caixas de pescado, em material virgem, mas uma ligeira diminuição nas caixas em material reciclado, sendo esta aquisição necessária para a substituição das caixas desgastadas pela sua utilização como também necessárias à gestão da utilização destes equipamentos.

Consumo de materiais não renováveis e reciclados (toneladas) – caixas de plástico

	2023	2024	2025
PEAD reciclado (caixas azuis)	7,7	5,6	4,9
Total de PEAD	99,3	58,4	75,0
Percentagem de materiais reciclados	7,80%	9,59%	6,15

Nota: PEAD - Polietileno de alta densidade

Decorrente das atividades nas lotas, nomeadamente da escolha do pescado que não entra no circuito comercial e de produtos da pesca que não tenham sido comercializados no leilão, são gerados subprodutos de origem animal não destinados ao consumo humano (SPOA). Estes são enquadrados na categoria M3, que, de acordo com a legislação comunitária, correspondem aos subprodutos próprios para consumo humano, mas que, por motivos comerciais não têm esse destino, e, como tal, são encaminhados pela empresa para a indústria da farinha animal. Os SPOA contaminados com substâncias perigosas, com sinais de doença transmissível ou da mistura de categorias (enquadrados nas categorias M1 e M2), ocorrem pontualmente, e são encaminhados para incineração.

No que diz respeito à gestão de resíduos, esta incide sobre os resíduos produzidos nas áreas portuárias sob a gestão e jurisdição da Docapesca. Decorrem das atividades desenvolvidas nestas áreas, do lixo marinho produzido nas embarcações e retirado do mar (ver “Lixo marinho”), e dos resíduos decorrentes da atividade da primeira venda de pescado desenvolvida nas lotas.

Em 2025, produziram-se 1 906,52 toneladas de resíduos, 10% dos quais, resíduos perigosos. Do total de resíduos gerados, 84,49% foram encaminhados para eliminação e 15,51% para valorização.

Resíduos não perigosos (toneladas)	2023	2024	2025
Embalagens de plástico <sup>(1)</sup>	42,71	37,73	55,005
Redes de pesca (plástico) <sup>(2)</sup>	29,7	29,8	27,145
Madeira <sup>(3)</sup>	77,3	77,5	121
Embalagens de papel e cartão <sup>(4)</sup>	17,9	8,4	13,02
Resíduos indiferenciados <sup>(5; 6)</sup>	2 093,80	2 144,44	1 690,35
<b>Total</b>	<b>2 261,41</b>	<b>2 297,87</b>	<b>1 906,52</b>

Códigos da Lista Europeia de Resíduos (LER):

<sup>(1)</sup> LER 150102; <sup>(2)</sup> LER 020104; <sup>(3)</sup> LER 150103; <sup>(4)</sup> LER 150101; <sup>(5)</sup> LER 200301; <sup>(6)</sup> LER 020199

Resíduos não perigosos (toneladas)	2023	2024	2025
Embalagens de plástico <sup>(1)</sup>	42,7	37,7	55,0
Redes de pesca (plástico) <sup>(2)</sup>	29,7	29,8	27,1
Madeira <sup>(3)</sup>	77,3	77,5	121,0
Embalagens de papel e cartão <sup>(4)</sup>	17,9	8,4	13,0
Resíduos indiferenciados <sup>(5; 6)</sup>	2 093,8	2 144,4	1 690,4
<b>Total</b>	<b>2 261,4</b>	<b>2 297,9</b>	<b>1 906,5</b>

Códigos da Lista Europeia de Resíduos (LER):

<sup>(1)</sup> LER 150102; <sup>(2)</sup> LER 020104; <sup>(3)</sup> LER 150103; <sup>(4)</sup> LER 150101; <sup>(5)</sup> LER 200301; <sup>(6)</sup> LER 020199

Resíduos perigosos (toneladas)	2023	2024	2025
Óleos usados <sup>(1)</sup>	154,6	179,6	191,5
Absorventes e filtros de óleo <sup>(2)</sup>	2,00	0,6	0,5
Embalagens contaminadas <sup>(3)</sup>	9,4	9,8	3,8
Equipamentos fora de uso <sup>(4)</sup>			0,8
<b>Total</b>	<b>166,4</b>	<b>190,4</b>	<b>196,6</b>

Códigos da Lista Europeia de Resíduos (LER):

<sup>(1)</sup> LER 130208\*; <sup>(2)</sup> LER 150202\* e LER 160107\*; <sup>(3)</sup> LER 150110\*; <sup>(4)</sup> LER 160211\* e LER 160213\*

Os resíduos que assumem maior relevância, tanto pela sua tipologia como pela sua quantidade, são os decorrentes das áreas portuárias, encontrando-se a sua gestão diretamente associada à manutenção das condições de limpeza e salubridade dos portos de pesca. Esta gestão encontra-se incorporada nas prestações dos serviços de limpeza, higienização e gestão de resíduos, contratadas. Neste âmbito tem-se investido igualmente na melhoria contínua destas prestações de serviços, através da introdução de ajustes e alterações nos conteúdos contratados, nomeadamente ao nível do armazenamento, triagem e encaminhamento dos resíduos, no sentido da sua melhor e mais eficiente gestão, privilegiando-se, sempre que possível, as operações de valorização (ex. reciclagem). Adicionalmente, os prestadores de serviço na área dos resíduos, no decurso das suas atividades, vão sensibilizando os utilizadores dos espaços para o correto acondicionamento e separação dos resíduos.

No que diz respeito aos resíduos associados à exploração dos edifícios das lotas e dos serviços centrais, estes representam uma pequena parcela da quantidade total produzida pela empresa, sendo essencialmente compostos por embalagens de plástico (associadas à primeira venda de pescado) e papel (associado às atividades administrativas), respetivamente.

No âmbito da promoção da economia circular importa referir:

- O encaminhamento dos resíduos das caixas de pescado como matéria-prima para o fabrico de equipamentos similares;
- O encaminhamento de EPS (caixas de esferovite) para valorização. Estas usualmente não eram recicladas (devido à presença de escamas e odores), mas através do projeto desenvolvido pela empresa [BEWI](#), ao qual a Docapesca se associou, passou-se a assegurar um melhor destino.
- A abertura para participação em grupos de trabalho, adesão a outras iniciativas e estabelecimento de parcerias que visem a melhoria da deposição, armazenamento e encaminhamento de resíduos, o aumento das quantidades valorizadas, e a promoção da circularidade dos materiais e da economia azul.

f) Compras sustentáveis e gestão de fornecedores  
[ESRS 2 SBM-1]

A Docapesca conta atualmente com 1 400 fornecedores e prestadores de serviços, que representam cerca de 20,72 milhões de euros em compras, dos quais 80% são referentes a fornecedores e os restantes 20% referentes a fornecedores de investimento.

De entre a cadeia de fornecedores da empresa, os 20 principais são maioritariamente nacionais (90%), grande parte com cobertura em várias regiões do país.

Os fornecedores da Docapesca encontram-se divididos em dois grandes grupos:

- Fornecedores correntes, que se referem à prestação de bens e serviços para o funcionamento diário da empresa – ex. o fornecimento de água e energia, a limpeza e gestão de resíduos das áreas portuárias, vigilância e segurança destes espaços, limpezas interiores de edifícios, aquisições de equipamentos e empreitadas reabilitação e construção;
- Fornecedores de investimento, referentes às prestações no âmbito de empreitadas de reabilitação e construção, equipamentos, viaturas, entre outros.

A empresa está consciente do contributo que as suas práticas de compras têm para a distribuição de valor económico, impactando direta e indiretamente, em milhares de empresas e de trabalhadores. A Docapesca promove uma relação de abertura e proximidade com os seus fornecedores, considerando muito importante, neste relacionamento, que o prazo médio de pagamento a fornecedores seja tão curto quanto possível, cumprindo os prazos estabelecidos no “Programa Pagar a Tempo e Horas” ( $\leq$  a 40 dias).

Prazo médio de pagamento a fornecedores (dias de calendário)

	2023	2024	2025
Pagamento a fornecedores	39	47	35

Em 2025, o prazo médio de pagamento a fornecedores voltou a estar dentro do objetivo, apresentando o valor médio mais baixo desde 2020 (que foi de 32 dias).

Para além do esforço no cumprimento do prazo médio de pagamento, a Docapesca considera como aspetos importantes nas suas contratações o reequilíbrio financeiro dos seus fornecedores, considerando a possibilidade de atualizações contratuais ao nível da remuneração mínima garantida e taxa de inflação.

De referir que para as principais atividades contratadas, nomeadamente a vigilância e as limpezas interiores, a Docapesca nas suas contratações considera as atualizações salariais que decorrem de convenções coletivas de trabalho, estabelecidas para os seus setores de atividade. Esta é uma forma de se promover o direito dos trabalhadores e o trabalho digno.

Como empresa do Setor Empresarial do Estado, toda a contratação efetuada pela Docapesca encontra-se vinculada ao cumprimento das regras da contratação pública previstas no CCP - Código dos Contratos Públicos. Ao abrigo destas regras, a empresa promove uma contratação baseada

nos princípios da concorrência e transparência, e assegura o cumprimento das obrigações contratuais inerentes, criando uma imagem de credibilidade e confiança junto dos seus fornecedores.

O investimento da Docapesca, nesta matéria, vai no sentido de:

- Tornar mais simples e céleres os procedimentos de contratação;
- Estabelecer cadernos de encargos com mais especificidades, que garantam o cumprimento dos requisitos ambientais, de higiene e segurança no trabalho e na qualidade e segurança alimentar;
- Fazer cumprir os princípios normativos da contratação pública.

Ao nível da contratação pública, a Docapesca tem vindo a investir na melhoria do processo de contratação e gestão contratual, nomeadamente através de mecanismos de controlo interno da boa execução dos contratos de bens e serviços, bem como da incorporação no processo de contratação de alterações que visam a atualização e a melhoria dos conteúdos das peças do procedimento, nomeadamente ao nível da inclusão das alterações legislativas no âmbito do Código de Contratação Pública, bem como decorrente da prática procedimental. Neste seguimento, encontra-se prevista a criação de um Núcleo de Contratação Pública, afeto à Direção Jurídica, em 2026.

Após a entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2023, de 25 outubro, em 2024 a empresa fez a inclusão dos critérios ecológicos aplicáveis à celebração de contratos em algumas das contratações de serviços e bens efetuadas (das quais destacamos as empreitadas, limpezas exteriores e interiores de edifícios, aquisição de veículos, aquisição de equipamento informático, etc.). Em 2025, a aplicação dos critérios ecológicos tornou-se generalizada nas contratações da empresa.

Neste âmbito, encontra-se em fase inicial de implementação o novo *software* de gestão de processos de contratação pública.

Para 2026, está previsto entrar em atividade o Núcleo de Contratação Pública, afeto à Direção Jurídica.

#### g) Alterações climáticas [ESRS1]

Num contexto de incerteza quanto à evolução das obrigações de reporte (ver Capítulo Introdução), a Docapesca deu início à transição para a *Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD)*, integrando e desenvolvendo o tema das Alterações Climáticas como novo tópico material, em linha com as exigências do ESRS E1. Neste âmbito, a presente secção, articulada com a secção “Energia e Mobilidade”, enquadra a resposta aos requisitos aplicáveis das normas europeias de relato de sustentabilidade.



### Plano de transição para a atenuação das alterações climáticas [E1-1]

Os compromissos climáticos da Docapesca estão enquadrados no Vetor 2 – Sustentabilidade do Setor Alimentar do Mar, do Plano Estratégico 2023-2025, aprovado pelo Conselho de Administração. Este vetor prioriza a transformação dos portos de pesca em portos sustentáveis, promovendo eficiência energética, redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e reforço da resiliência das infraestruturas.

### Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios [ESRS 2 SBM-3]

No reporte de sustentabilidade de 2025, o tema das Alterações Climáticas foi integrado como tópico material, atendendo à natureza da atividade da Docapesca e à localização maioritariamente costeira das suas infraestruturas, que a expõem particularmente a riscos climáticos, sobretudo de natureza física — como tempestades, subida do nível do mar, cheias e ondas de calor — com potenciais impactos na integridade dos ativos, na continuidade operacional e na estrutura de custos, destacando-se o episódio do furacão Leslie, em 2018.

Foram igualmente identificados riscos de transição associados à evolução do enquadramento regulatório, às expectativas dos stakeholders e à transição para uma economia de baixo carbono, incluindo aumento de custos energéticos e necessidades acrescidas de investimento em infraestruturas mais resilientes e sustentáveis.

### Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais relacionados com o clima [ESRS 2 IRO-1; E1-9]

Foi realizada uma avaliação de riscos físicos (agudos e crónicos) e de transição, considerando os horizontes temporais definidos pela CSRD (curto, médio e longo prazo). A análise teve por base os cenários climáticos do 6.º Relatório do IPCC, tendo sido adotado o cenário SSP1-2.6, compatível com os objetivos do Acordo de Paris, para testar a robustez dos processos de identificação e avaliação de riscos, mantendo-se o acompanhamento de cenários mais severos.

Em 2025, a avaliação abrangeu 16 lotas e respetivas infraestruturas portuárias, com recurso a ferramentas de modelação climática. Os resultados indicam risco de inundação entre baixo e médio no curto prazo, potencial exposição crescente à subida do nível do mar no médio e longo prazo, risco médio a elevado de escassez de água e vulnerabilidade a eventos climáticos extremos, já evidenciada por ocorrências passadas.

Foram igualmente identificados riscos associados ao aumento da temperatura e à possível alteração da composição das espécies de pescado, com impactos operacionais e de mercado, bem como riscos reputacionais ligados à transição energética. Paralelamente, a transição energética é encarada como oportunidade estratégica de inovação, eficiência e redução de emissões, sendo a empresa acompanhada por entidades científicas para monitorizar impactos nos ecossistemas marinhos.

Políticas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas [E1-2]

A sustentabilidade é algo transversal na empresa, pelo que as suas políticas e princípios ambientais encontram-se em diversos documentos orientadores como o Plano Estratégico 23-25, o Código de Conduta e Ética, e a Política da Qualidade, Ambiente e Segurança Alimentar. Estes documentos estão disponíveis no *website* da empresa e acessíveis aos colaboradores também através da *intranet*.

<p><b>Plano Estratégico 23-25</b></p>	<p>O Plano Estratégico da Docapesca 2023-2025 define o rumo da empresa para reforçar o seu papel enquanto entidade pública central do setor alimentar do mar, apostando numa atuação mais sustentável, moderna e eficiente. O plano assenta em quatro vetores estratégicos — relação com a comunidade, sustentabilidade do setor alimentar do mar, valorização e diversificação da atividade e eficiência organizacional — e concretiza-se através de 11 objetivos estratégicos, com metas e indicadores mensuráveis. Destaca-se a prioridade dada à transição energética e à sustentabilidade ambiental dos portos de pesca, num contexto de forte envolvimento das comunidades, inovação, certificação de processos e alinhamento com critérios ESG, garantindo a sustentabilidade do setor, da empresa e do serviço público prestado.</p>
<p><b>Código de Conduta e Ética</b></p>	<p>Este Código reúne um conjunto de valores que norteiam a atividade da empresa, incorporando o desenvolvimento sustentável como um dos princípios a observar por todos os trabalhadores e colaboradores da empresa, articulando o compromisso com a proteção do ambiente e a adoção de práticas que minimizem impactos negativos no desempenho das suas funções, no contexto da sua missão de serviço público e gestão sustentável dos portos e atividades relacionadas com a pesca.</p>
<p><b>Política da Qualidade, Ambiente e Segurança Alimentar</b></p>	<p>Documento que reúne 8 princípios orientadores, onde a modernização de infraestruturas e desenvolvimento tecnológico das atividades (essenciais na atenuação e adaptação às alterações climáticas), assim como questões ligadas ao ambiente e à sua proteção estão incluídos.</p>

Ações, recursos e metas relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas [E1-3; E1-4]

A Docapesca tem apostado, desde 2020, na produção de energia renovável, nomeadamente através da instalação de parques solares fotovoltaicos, em portos de pesca, em sistema UPAC (Unidade de Produção de Autoconsumo), contando, em 2025, com um total de seis instalação de Parques Solares Fotovoltaicos em sistema UPAC, localizados nos Portos de Pesca de Vila Real de Santo António, Nazaré, Portimão, Olhão, Lagos e Sines. O sistema UPAC previsto para entrar em funcionamento em 2025, iniciou a sua atividade em 2026, devido a um atraso na execução da empreitada. Com estes parques, pretende-se reduzir emissões de CO<sub>2</sub> através de produção própria de energia renovável.

**NOVO SISTEMA UPAC NO PORTO DE PESCA DE PENICHE PARA 2025**

Com o objetivo de aumentar a produção de energia renovável para autoconsumo, a Docapesca continuará a investir na instalação de novos Parques Solares Fotovoltaico em sistema UPAC (Unidade de Produção de Autoconsumo), estando previsto uma nova instalação no [Porto de Pesca de Peniche](#) a entrar em funcionamento em junho de 2025.

A sua instalação deu-se ao abrigo do Decreto-Lei n.º 162/2019, de 25 de outubro.

No âmbito das obras de modernização e requalificação das infraestruturas e da elaboração de projetos de instalações e equipamentos elétricos, a Docapesca tem investido na manutenção dos sistemas de gestão técnica centralizada, que permitem obter a monitorização dos consumos de energia elétrica das lotas e das unidades de alimentação ininterrupta de energia (UPS). Estas ações permitem otimizar uso de energia e reduzir desperdício.

Associado ao abate de viaturas da frota, a Docapesca tem investido na aquisição de veículos híbridos e elétricos, contando a empresa, atualmente com uma frota automóvel constituída por quatro viaturas elétricas e três híbridos, contribuindo para a redução de emissões associadas ao transporte.

Consumo energético e combinação de energia – ver [Cap. 5 c\) Energia e mobilidade](#)

[E1-5]

Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE – ver [Cap. 5 c\) Energia e mobilidade](#)

[E1-6]



5

**PERFORMANCE DA  
DOCAPESCA**

## 1. Direção Jurídica (DJ)

A Direção de Apoio Jurídico visa assegurar o suporte jurídico legal e colaborar com todas as unidades orgânicas da empresa.

Esta direção tem como atribuições a responsabilidade pela instrução e acompanhamento de procedimentos concursais, processos contraordenacionais e judiciais, bem como pela instrução de processos disciplinares e de inquérito/averiguações, colaborando ainda na elaboração e análise de diversa documentação recebida e preparada pela empresa.

Relativamente às competências que lhe estão atribuídas no âmbito do apoio aos processos relativos à emissão de licenças de ocupação de áreas sob jurisdição da empresa ou de áreas em que a empresa é concessionária, esta Direção fez o acompanhamento dos pedidos de utilização privativa que lhe foram encaminhados pelas diversas unidades orgânicas, e promoveu, quando devidas, as consultas às entidades territorialmente competentes, tendo emitido cerca de duzentas e sessenta e sete títulos de licença, referentes a utilizações dominiais nas áreas de jurisdição da Docapesca.

Também elaborou e promoveu a publicação de trinta Editais referentes à atribuição de parcelas do Domínio Público Marítimo (licenças e concessões).

Foi também elaborada, por esta Direção, uma minuta de contrato de concessão, bem como de alguns protocolos celebrados entre a Docapesca e entidades públicas e privadas.

Relativamente à competência da empresa no que diz respeito ao licenciamento de obras é de referir que esta Direção promoveu a consulta às entidades com interesse na questão e emitiu cinco licenças de obras.

Para além disso, no âmbito da contratação pública, deu-se continuidade ao assegurar das seguintes tarefas:

- Prestação dos esclarecimentos solicitados pelas várias Unidades Orgânicas;
- Prestação do apoio técnico-jurídico a todas as unidades orgânicas da empresa, no cumprimento do Código dos Contratos Públicos, necessário à prossecução dos procedimentos de “contratos de empreitada, de concessão de obras públicas, de concessão de serviços públicos, de locação ou aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços ou ainda em procedimentos destinados à atribuição de licenças ou alvarás”;
- Participações no júri dos procedimentos;
- Participação na fase de execução do contrato, nomeadamente, trabalhos, serviços e bens complementares e incumprimento dos contratos;
- Prestação de todo o apoio jurídico solicitado;
- Procura de soluções mediante dificuldades na fase procedimental e de execução do contrato (designadamente reclamações administrativas e impugnações judiciais).



Relativamente ao contencioso jurídico:

- Acompanhou os processos judiciais em que foram visados atos praticados pela ou contra a Docapesca, quer através da elaboração de peças processuais, quer na participação em várias diligências processuais, nomeadamente, audiências de julgamento.
- Acompanhou os processos de contraordenação;
- Emitiu pareceres e demais instrumentos jurídicos.
- Instruiu processos de inquérito e de averiguações que foram determinados pelo Conselho de Administração;
- Analisou reclamações e exposições formuladas pelos utentes e funcionários e elaborou/colaborou na elaboração das respetivas respostas;
- Procedeu à análise de Protocolos, Contratos e Acordos estabelecidos com entidades, nos quais a Docapesca é parte outorgante;
- Colaborou na elaboração e análise da diversa documentação recebida e produzida pela empresa.
- Foram ainda efetuados por esta Direção alguns atos registais e notariais, nomeadamente, registos comerciais, elaboração e autenticação de procurações, reconhecimentos de assinatura e certificação de fotocópias.

## 2. Direção de Recursos Humanos (DRH)

A Direção de Recursos Humanos é uma unidade orgânica nuclear que reporta diretamente ao Conselho de Administração, à qual incumbe assegurar a operacionalização dos recursos humanos; desenvolver capacidades para a conceção de estratégias integradas (psicossociais, culturais, operacionais, funcionais, técnicas e económico-financeiras) de gestão e desenvolvimento de recursos humanos a nível organizacional e social; promover competências de análise e definição de políticas de recursos humanos ao nível organizacional, além das questões contratuais e de direito de trabalho, Segurança e Saúde no Trabalho (SST), gestão da carteira de seguros no âmbito dos recursos humanos, formação profissional, certificação, avaliação de desempenho e requalificação profissionais.

### Evolução do quadro de pessoal

No quadro de uma política de otimização dos recursos humanos da empresa, o número total de trabalhadores do quadro da Docapesca registou em 31/12/2025 468 trabalhadores, uma redução de 0,8% face ao ano anterior. Destes, 416 pertencem ao quadro efetivo da empresa, 38 em regime de contrato de Acordo de Cedência de Interesse Público (ACIP), e 14 com contrato e trabalho a termo.

Os ACIP resultam de 58 trabalhadores proveniente do ex-IPTM, admitidos em 2014, cuja integração decorre da publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, sendo que, apenas, 33 integram atualmente a Docapesca. Os restantes 5 referem-se a acordos de cedência de interesse público celebrados para reforço de algumas áreas de atividade deficitárias.

O saldo acumulado registado, durante o ano em análise, reflete a seguinte movimentação:

Quadro de Pessoal	Anos		Variação	
	2024	2025	Núm.	%
N.º Trabalhadores em 31 de Dezembro	472	468	-4	-0,8%
<b>Entradas:</b>				
Readmissões	0	0	0	-
Admissões (Com Termo)	69	56	-13	-19%
Admissões (Efetivos)	25	15	-10	-40%
Acordo de Cedência de Interesse Público	0	0	0	-
<b>Total Entradas</b>	<b>94</b>	<b>71</b>	<b>-23</b>	<b>-24%</b>
<b>Saídas</b>				
Rescisões Mútuo Acordo	3	3	0	0%
Reformas Velhice	22	10	-12	-55%
Reformas Invalidez	1	0	-1	-100%
Reformas Velhice Antecipada	0	1	1	100%
Rescisões por Iniciativa Própria	18	15	-3	-17%
Despedimentos Justa Causa	0	0	0	-
Abandono do trabalho	1	1	0	0%
Falecimentos	1	0	-1	-100%
Rescisões Contratos a Termo	61	45	-16	-26%
<b>Total Saídas</b>	<b>107</b>	<b>75</b>	<b>-32</b>	<b>30,0%</b>

As saídas registadas, em 2025, resultam essencialmente de rescisões de contratos de trabalho a termo, de reformas por velhice e rescisões de contratos por iniciativa própria. Por seu lado, as entradas de trabalhadores para o quadro efetivo da empresa, no decurso do ano em análise, resultam do cumprimento do Decreto-Lei de Execução Orçamental n.º 13-A/2025, de 10 de março, cujas admissões apenas ocorreram por saída de trabalhadores com vínculo efetivo à empresa.

No computo, em 2025, conjugando entradas e saídas de trabalhadores, a empresa registou uma redução de pessoal de 0,8%, equivalente a menos 4 trabalhadores, podendo desta forma continuar a garantir a boa prestação de serviço público de primeira venda do pescado. Todavia, sazonalmente, nos períodos de maior número de registos de transações de pescado em lota, a empresa recorre à contratação de trabalhadores a termo.

Refira-se que, na dimensão os recursos humanos, foi plenamente superado um dos grandes objetivos da empresa – eliminar a precariedade laboral, sustentada em contratos de utilização de trabalho temporário destinados a substituições de curta duração (baixas médicas e férias), mantendo a sustentabilidade da empresa.

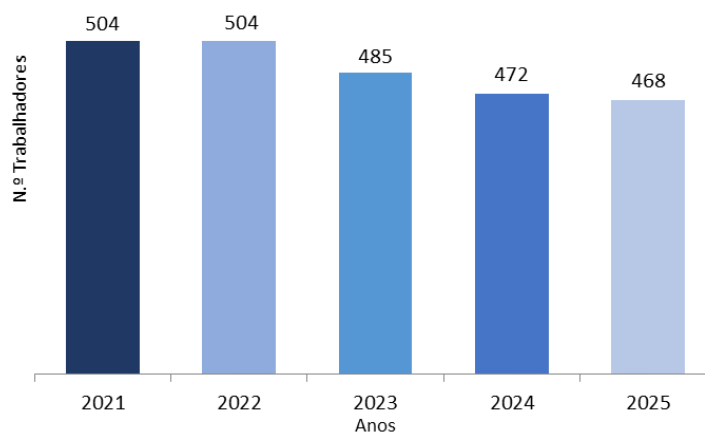
#### Distribuição de trabalhadores por tipo de contrato e unidade orgânica

O número de trabalhadores, independentemente do tipo de vínculo contratual em vigor, em 31 de dezembro de 2025, totalizava 468, apresentado a seguinte distribuição geográfica por Unidade Orgânica:

N.º DE TRABALHADORES POR UNIDADE ORGÂNICA – 31/dezembro/2025					
Unidades Orgânicas		N.º Trab. Efetivos	N.º Trab. Contratados	Acordo de Cedência de Interesse Pública	
SERVIÇOS CENTRAIS	Direções e Gabinetes	Conselho de Administração	2		
		Gabinete de Assessoria Técnica	4		
		Gabinete de Auditoria Interna	1		1
		Gabinete de Planeamento e Controlo Orçamental	3		
		Gabinete de Estatística	3	1	
		Gabinete de Novos Mercados e Inovação	2		
		Direção de Qualidade, Certificação e Segurança Alimentar	5		
		Direção Comercial Comunicação e Marketing	10	1	
		Direção de Sistemas de Informação	5		1
		Direção de Recursos Humanos (*)	8		
		Direção de Segurança e Manutenção	5		1
		Direção Jurídica	5		1
		Direção de Infraestruturas e Modernização de Ativos	8	1	
		Direção Financeira	9		
Total Sede		70	3	4	

N.º DE TRABALHADORES POR UNIDADE ORGÂNICA – 31/dezembro/2025					
DIREÇÕES DE PORTOS E LOTAS	Norte e Matosinhos	Viana do Castelo	8		
		Póvoa de Varzim	6		3
		Matosinhos	44		
	Centro Norte	Aveiro	30	1	
		Figueira da Foz	23	1	2
	Centro	Nazaré	18		6
		Peniche	44	2	12
		Cascais	4		
	Centro Sul	Sesimbra	33	1	
		Setúbal	16	1	
		Carrasqueira	1		
		Sines	17		
	Algarve	Sagres	9		2
		Lagos	7		
		Portimão	22	1	1
		Albufeira	1		
		Quarteira	15		2
		Olhão	26	2	4
		Santa Luzia	5		1
		Vila Real de Santo António	16	2	1
Total Direções Portos e Lotas			345	11	34
Sub-Total			415	14	38
Requisitados à Docapesca (*)			1		
Licenças sem Vencimento (**)					
<b>TOTAL</b>			<b>416</b>	<b>14</b>	<b>38</b>

Evolução do Quadro de Pessoal – 2021 / 2025



De acordo com o gráfico acima, no final do ano de 2025, o número total de trabalhadores registou uma redução de 0,8%, quando comparado com o ano anterior e cerca de 7% relativamente a 2021 com um ajustamento de menos 36 trabalhadores.

Refira-se que, sem a integração dos atuais 33 trabalhadores provenientes do ex-IPTM e os 5 trabalhadores contratados em regime de ACIP para reforço do quadro de pessoal, o número total de trabalhadores do quadro da Docapesca contabilizaria apenas 430 trabalhadores.

A antiguidade média na empresa dos trabalhadores efetivos, em 2025, manteve-se relativamente a 2024, nos 12 anos, em virtude da saída de trabalhadores por motivo de reforma por idade e com maior antiguidade, por admissão, por substituição, de novos trabalhadores.

No que se refere à idade média dos trabalhadores mantém-se a tendência de baixar, e começa a situar-se, no ano em análise, em 46 anos. De salientar, ainda, que apenas 37% do quadro de pessoal tem idade igual ou inferior a 40 anos.

### Valorização dos recursos humanos

Enquanto vetor de valorização profissional e pessoal, a formação profissional tem vindo a assumir um papel primordial na atividade da empresa, dado que, é através desta que se conseguem desenvolver as competências transversais e específicas de cada categoria profissional, permitindo o reforço de aquisição de conhecimentos, e capacidades necessárias para um melhor desempenho de cada função.

O Plano de Formação Profissional, em 2025, continuou a incidir nas ações de formação *e-learning* (com exceção das áreas formativas de SST e HSA) por representarem um menor custo para a empresa e por permitirem a participação de trabalhadores de diferentes instalações, sem necessidade de deslocações.

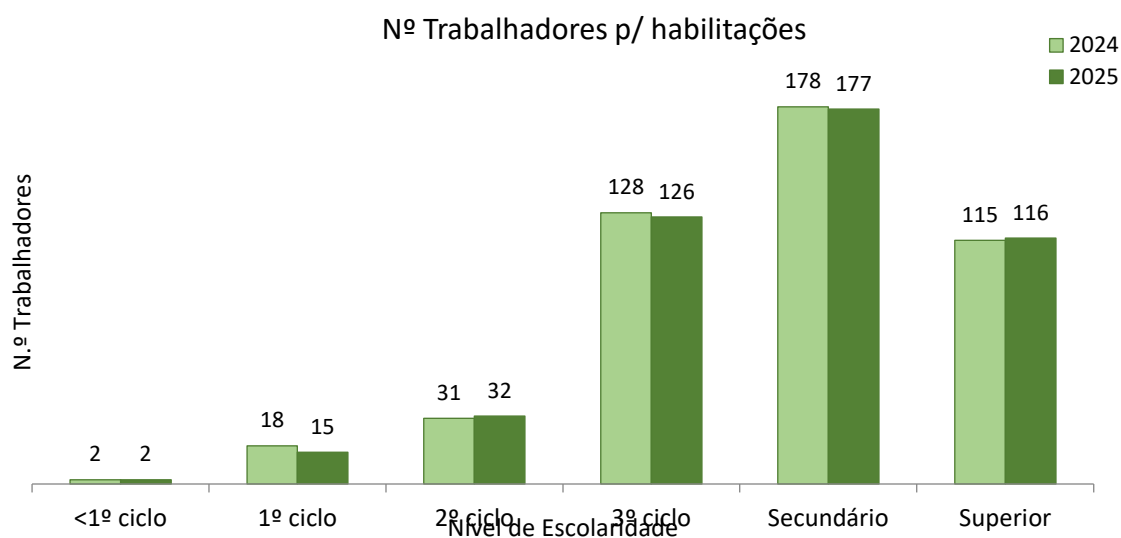
Todas as ações de formação foram devidamente ajustadas à realidade e às necessidades da empresa, tendo a sua eficácia sido avaliada de acordo com o procedimento interno em vigor. Esta avaliação permite aferir a qualidade e o impacto das ações de formação na evolução do desempenho das funções pelos trabalhadores, bem como o respetivo grau de satisfação.

Atendendo à atividade desenvolvida pela empresa, em 2025 foi atribuído particular enfoque às áreas formativas de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) e Higiene e Segurança Alimentar (HSA), bem como às áreas de Gestão, Línguas, Comportamental e Informática.

No período em análise, foram ministradas 207 ações de formação, incluindo ações de formação e ações internas de capacitação, registando-se um total de 1480 participações. As ações de formação realizadas durante o ano contabilizaram cerca de 838 horas de formação.

Os custos inerentes à realização das ações de formação, nomeadamente no que respeita à contratualização de fornecedores externos, ascenderam a 37.789,79 euros. Estes encargos resultaram, essencialmente, da realização de ações de formação direcionadas para áreas técnicas e específicas da atividade da empresa, consideradas necessárias ao seu adequado funcionamento e à melhoria contínua da prestação dos serviços, em cumprimento das obrigações legais aplicáveis.

### Habilitações académicas



A saída de trabalhadores menos qualificados para a reforma, bem como os requisitos para os atuais recrutamentos, que estabelecem preferencialmente como habilitações mínimas ao nível do 12º ano, têm contribuído para a melhoria deste parâmetro na empresa, sobretudo desde 2011. O número de trabalhadores que possuem, no presente, habilitações iguais ou inferiores ao 1.º Ciclo é de (0,4%), enquanto o n.º de trabalhadores com o Ensino Secundário e Superior representavam, no final de 2025, cerca de 63% do total do quadro.

No computo geral, a implementação de regras ao nível de habilitações como requisito para concretizar a admissão de trabalhadores para o quadro efetivo, tem vindo a contribuir para aumentar o nível e literacia na empresa.

## Evolução dos gastos com o pessoal (total da empresa)

Os gastos totais com pessoal registaram, em 2025, um ligeiro aumento (3,5%) face ao exercício anterior. Esta variação resultou, essencialmente, da reestruturação da tabela salarial da empresa, provocada pela redução dos níveis e escalões remuneratórios negociada com os sindicatos que representam os trabalhadores do quadro da empresa, do pagamento de créditos laborais relativos a cessações de contrato, da subida do prémio do seguro de saúde e do acréscimo de trabalho suplementar. Adicionalmente, verificaram-se contratações sazonais para fazer face às necessidades operacionais e garantir o cumprimento das obrigações de serviço público a que a empresa está legalmente sujeita.

A rubrica 'Remunerações Fixas' continua a ser a mais representativa, correspondendo a cerca de 45% (6.615.800 euros) do total dos gastos com pessoal, mantendo o peso relativo verificado em 2024. Globalmente, estes gastos apresentam uma tendência de crescimento, impulsionada pela reposição integral do Acordo de Empresa, pela restituição salarial e pela valorização das carreiras profissionais."

## Outros indicadores laborais

Em 2025, a empresa conseguiu uma vez mais manter um clima de estabilidade no âmbito das relações laborais, estabilidade essencial para poder dar continuidade ao crescimento das atividades no âmbito da sua intervenção e consequentemente manter a sua consolidação económico-financeira.

No cumprimento das orientações do Governo para o Sector Empresarial do Estado (SEE) designadamente sobre política salarial e admissões de trabalhadores para o quadro de pessoal efetivo, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado para o ano em análise, e no seguimento do praticado nos últimos anos, deu-se continuidade à política de gestão de ajustamento de recursos humanos e salarial, mantendo-se condicionada com forte orientação para a redução de custos operacionais.

Por forma a satisfazer as necessidades transitórias de recursos humanos, a empresa, procedeu à contratação a termo de trabalhadores pelo período estritamente necessário de forma a poder garantir todas as obrigações que legalmente lhe estão acometidas.

## Absentismo

A taxa de absentismo registada no ano em análise foi de 6,5%, menos 0,5% face ao ano transato. Este indicador deve-se essencialmente ao número de baixas médicas de longa duração, licença parental, sinistros e devido à obtenção de autodeclaração de doença até 3 (três) dias emitida de forma automática pelo Serviço Nacional de Saúde 24. Refira-se que, a elevada taxa de absentismo observada, deve-se não só à elevada média de idades dos trabalhadores da área operacional das

lotas, dado que, se encontram mais sujeitos à propensão de doenças devido ao adverso espaço físico de trabalho a que se encontram sujeitos no exercício da sua atividade, mas também, às alterações da legislação no âmbito da parentalidade.

### Segurança, higiene e saúde no trabalho

No âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) e, mais concretamente, no que respeita ao número de ocorrências de acidentes de trabalho, verificou-se em 2025 uma diminuição (de 40 para 29) face ao ano anterior. Dos 29 Acidentes de Trabalho verificados, 3 ainda se encontram de baixa e, 12 não deram origem a qualquer absentismo. A duração média das baixas provocadas por Acidentes de Trabalho de 17 dias. Representando aqui também uma diminuição face aos 23 dias registados no ano transato. De ressaltar que não se encontram contabilizados os dias de absentismo dos 3 acidentes ocorridos no último trimestre do ano e que ainda se encontram de baixa por sinistro.

Os acidentes ocorrem, predominantemente, no espaço da Lota e no itinerário resultando, na sua grande maioria, do incorreto manuseamento manual de cargas e de acidentes de viação, originando maioritariamente lesões nas costas.

Foi nos meses de setembro e outubro e, maioritariamente, às quintas-feiras que se registaram maior número de ocorrências.

Assumem-se como principais riscos profissionais decorrentes das atividades desenvolvidas na empresa, os riscos de carácter físico, relacionados com as condições estruturais, máquinas e equipamentos, e os riscos de carácter ergonómico, decorrentes do manuseamento manual de cargas, ritmo elevado de trabalho, monotonias, repetibilidade de tarefas e posturas inadequadas de trabalho.

A empresa continua a prosseguir o objetivo de querer atingir a máxima de “zero acidentes”, pautando a sua ação pelo reforço das ações de formação e informação no âmbito da SST, com especial enfoque nos riscos profissionais, Manuseamento Manual de Cargas e Exercícios de Alongamento, Prevenção de Acidentes de Trabalho. Em 2025 foi dado também relevo aos Riscos Psicossociais através de formações no âmbito dos Primeiros Socorros Psicológicos e de Saúde Laboral, Física e Mental. A par de tal foram também realizadas Avaliações de Riscos Profissionais de acordo com as tarefas desempenhadas e Avaliação dos Níveis de Iluminância nos diferentes postos de trabalho.

### 3. Direção de Infraestruturas e Modernização de Ativos (DIMA)

A Direção de Infraestruturas e Modernização de Ativos (DIMA), no âmbito das suas competências e áreas de especialidades e intervenções, tem como atribuições assegurar todo o apoio técnico e desenvolver as ações técnicas e administrativas necessárias para a elaboração de levantamentos, projetos, realização de concursos e gestão de empreitadas de obras da empresa, análise e pareceres a projetos externos bem como promover uma estreita articulação funcional e operacional com outras unidades orgânicas, no âmbito das suas funções.

#### Investimentos – 2025

O Plano de Investimentos Correntes (PIC) e de Investimentos Específicos (PIE) para 2025 foi elaborado com o envolvimento das Direções e Gabinetes da Sede, bem como do Conselho de Administração. Os Investimentos Correntes foram planeados pelas Direções da Sede e pelas Direções de Portos e Lotas (DPL), em conformidade com as condições previamente estabelecidas.

A responsabilidade pela execução do Plano de Investimentos Específicos cabe à Direção de Infraestruturas e Modernização de Ativos (DIMA), à qual compete assegurar que todas as ações previstas sejam implementadas de acordo com os prazos, os orçamentos e os critérios de qualidade definidos.

A DIMA atua em estreita articulação com as Direções e Gabinetes da Sede e com as DPL, garantindo que os projetos sejam desenvolvidos de forma eficiente, em alinhamento com as prioridades estratégicas e os constrangimentos orçamentais da Docapesca.

Compete ainda à DIMA acompanhar e monitorizar o progresso das iniciativas, reportar o grau de execução física e financeira e implementar medidas corretivas sempre que necessário, com vista ao cumprimento integral dos objetivos estabelecidos no plano.

Considerando o Plano de Investimentos Específicos, bem como a respetiva execução, verificou-se que:

- O grau de adjudicação, face ao total do plano de investimentos do PAO 2025, atingiu 85%.
- A execução financeira global, para o mesmo plano, situou-se nos 55%.

A taxa de execução do PIE é condicionada, essencialmente, por dois fatores: os limites orçamentais da Docapesca e o grau de maturidade das candidaturas de financiamento ao programa MAR2030.

## MAPA RESUMO DE INVESTIMENTOS – 2025

Projetos Específicos	Valor Adjudicações (2025)	Plano de Investimentos PAO 2025	Realização Financeira 2025	Grau das adjudicações (%)	Grau de execução financeira (%)
DPL Norte e Matosinhos	307.452 €	1.343.334 €	194.052 €	23%	14%
DPL Centro Norte	28.398 €	244.001 €	85.943 €	12%	35%
DPL Pesca Centro	113.940 €	606.205 €	712.636 €	19%	118%
DPL Centro Sul	864.250 €	588.760 €	314.003 €	147%	53%
DPL Algarve	2.547.915 €	1.849.100 €	1.386.752 €	138%	75%
Outros Projetos Específicos	374.363 €	354.036 €	25.625 €	106%	7%
<b>Total Investimentos Específicos</b>	<b>4.236.318 €</b>	<b>4.985.436 €</b>	<b>2.719.011 €</b>	<b>85%</b>	<b>55%</b>

#### 4. Direção de Sistemas de Informação (DSI)

Esta unidade orgânica tem como atribuições o estudo, conceção, desenvolvimento e promoção das tecnologias de informação, de comunicações, audiovisuais e de multimédia.

Apoia as atividades desenvolvidas pela Docapesca, na sede e nas direções de portos e lotas, através do planeamento, acompanhamento, manutenção de sistemas e formação dos trabalhadores no âmbito dos diversos sistemas de informação e recursos informáticos utilizados na empresa.

##### Investimentos 2025 e Orçamento de Exploração

O Plano de Investimentos para 2025, Corrente e Específico, à semelhança dos anos anteriores, foi executado com o envolvimento das Unidades Orgânicas da Sede e das Direções de Portos e Lotas.

As despesas com intervenções de conservação e reparação dos sistemas de informação foram executadas maioritariamente pela DSI, as quais foram realizadas através de meios próprios ou recorrendo à contratação pública de bens e/ou serviços.

##### Investimentos Correntes

Os Investimentos Correntes previstos e executados em 2025, da responsabilidade da DSI, totalizaram 83.749,06 euros, contemplando a renovação do parque informático das lotas, a modernização administrativa e o Core Business da empresa, garantindo a continuidade de negócio.

Foram renovados e ampliados diversos sistemas de hardware (servidores, computadores, impressoras, ecrãs e sensores) no sistema de primeira venda de pescado em lota, de norte a sul do país, com vista a mitigar as falhas no leilão eletrónico.

##### Investimentos Específicos

Os Investimentos Específicos executados em 2025 pela DSI totalizaram 50.329 euros, donde se destaca o investimento na remodelação do sistema de primeira venda da Lota de Sines e o Levantamento Topográfico para Validação do projeto SIG.

##### Orçamento de Exploração

Os valores totais das despesas relativas ao Orçamento de Exploração totalizaram 587.157,70 euros, donde se destaca a revisão, atualização e harmonização do software, em regime de licenciamento, utilizado na empresa.

Foi reforçada a segurança informática e foram implementadas medidas de desmaterialização documental.

## Atividades Desenvolvidas

Na parte que respeita às atividades desenvolvidas pela direção no decurso de 2025, apresentam-se de seguida as principais:

- Instalação e substituição de novos equipamentos em várias lotas (em curso);
- Atualização de servidores e switches;
- Instalação de novas Firewalls nas lotas;
- Modernização dos sistemas de virtualização;
- Apoio aos utilizadores, donde se destacam 1006 tickets de helpdesk;
- Foram modernizados os diversos equipamentos de suporte ao sistema de primeira venda, para reduzir a taxa de incidentes;
- Renegociação dos diversos contratos de IT com foco no aumento da eficiência e segurança;
- Implementação de procedimentos internos, no âmbito da norma ISO 9001.
- Desenvolvimento do sistema SIG;
- Desenvolvimento da nova Plataforma Dominial
- Desenvolvimentos de upgrade à plataforma PERaia;
- Desenvolvimentos e testes em Filedoc para o processamento de faturas;
- Upgrade do servidor de Filedoc, uma vez que o atual estava obsoleto (versão de 2008);
- Estabelecimento de conectividade entre Docapesca – AMA – eSPap.
- Correções ao sistema SAP RISE S4/HANA;
- Desenvolvimento de uma aplicação de conversão dos ficheiros de alterações do ICL para CSV, de modo a permitir ao GAI auditar as alterações à primeira venda de pescado;
- Análise e desenvolvimento de uma aplicação para suporte ao Plano de Pesagem, a implementar pela Docapesca, com base no método de Matosinhos e Peniche;

## 5. Direção de Qualidade, Certificação e Segurança Alimentar (DQA)

A Direção de Qualidade, Certificação e Segurança Alimentar tem como atribuições promover a implementação e a certificação de sistemas de Gestão de Qualidade e de Gestão Ambiental, no âmbito das normas ISO 9001 e ISO 14001, permitindo à empresa um melhor desempenho das suas atribuições, mais eficaz, eficiente e sustentável, baseado em procedimentos sólidos e transparentes. A Direção de Qualidade, Certificação e Segurança Alimentar, tem ainda como atribuições coordenar o Sistema de Gestão da Segurança Alimentar, garantindo o cumprimento da legislação comunitária e nacional, com vista à manutenção e atribuição do Número de Controlo Veterinário às lotas e atividades conexas, bem como o estudo, conceção, desenvolvimento, promoção e monitorização do modelo de certificação no âmbito da ISO 22000 para as lotas.

Durante o ano 2024, as atividades desenvolvidas pela DQA permitiram a manutenção do Número de controlo veterinário (NCV) de 26 lotas, a atribuição de NCV à lota de Cascais, a manutenção da certificação ISO 22000 a 16 lotas, a extensão da certificação ISO 22000 à lota de Sines, certificação ISO 14001 com o âmbito primeira venda e gestão de portos do Porto de Peniche e a certificação ISO 9001 com o âmbito primeira venda e gestão de portos na Sede e no Porto de Peniche.

As principais atividades desenvolvidas em 2025 foram as seguintes:

### Sistema de Gestão de Segurança Alimentar

- Realização do acompanhamento mensal do Sistema de Gestão da Segurança Alimentar, através de reuniões, visitas e verificações, nas lotas da Docapesca;
- Realizada uma Verificação Interna, em 26 lotas com Número de Controlo Veterinário (NCV), pelos trabalhadores do DQA, tendo sido verificado o cumprimento dos pré-requisitos definidos, as infraestruturas e equipamentos e a gestão do sistema de segurança alimentar em cada lota. Cada visita resultou num relatório e foram planeadas e acompanhadas as ações corretivas das constatações;
- Reunião da revisão pela gestão com CA, Diretores, Coordenadores, RESAS para debater os assuntos transversais falados nas reuniões individuais com cada DPL;
- Preparação, reunião e elaboração do relatório de revisão pela gestão com a avaliação do desempenho do SGSA e planeamento de ações para os desvios referentes ao ano 2024;
- Acompanhamento de auditorias internas, ao longo do 2º e 3º trimestre nas lotas certificadas e elaboração de planos de ação corretivas para as não conformidades identificadas;
- Acompanhamento das auditorias de manutenção da certificação, pela APCER - Associação Portuguesa de Certificação, às lotas já certificadas pelo referencial ISO 22000 (Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Aveiro, Figueira da Foz, Nazaré, Peniche, Sesimbra, Setúbal, Sines, Sagres, Rio Arade, Quarteira, Olhão e Vila Real de Santo António), bem como às unidades orgânicas dos serviços centrais com interveniência do

- SGSA, o que resultou na manutenção da certificação ISO 22000 nas lotas já certificadas;
- Acompanhamento da auditoria de extensão de certificação à lota de Sines, o que resultou na extensão da certificação ISO 22000 à referida lota;
  - Elaboração de plano de ações para resposta às não conformidades identificadas nas auditorias de certificação;
  - Elaboração do Manual de 1ª Venda.
  - Formação aos pescadores dos Código Nacional de Boas Práticas das Embarcações de Pesca.
  - Visita técnica internacional em Quimper (França) sobre projetos inovadores na área das pescas do Projeto FISHINN.
  - Planeamento de ações e respostas ao controlo de verificação PACE da Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV às lotas de Matosinhos (3), Figueira da Foz, Castelo do Neiva (3) e Viana do Castelo (2), Costa da Caparica, Peniche, Vila Praia de Âncora, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Setúbal e Sesimbra.
  - Preparação do sistema de gestão da segurança alimentar da lota de Sines, através de reuniões periódicas, ações de sensibilização e visitas técnicas, com vista à certificação pela norma ISO 22000
  - Preparação e acompanhamento de vistorias realizadas pela DGRM em colaboração com as entidades competentes para a manutenção do NCV, às lotas de Vila Real de Santo António, Fuzeta, Olhão, Quarteira, Albufeira, Lagos, Portimão, Sagres e Peniche.
  - Reuniões internas e externas para dar cumprimento aos requisitos legais para atribuição do Número de controlo Veterinário ao Mercado de segunda venda de Matosinhos.
  - Elaboração do Regulamento para o Mercado Grossista de Produtos da Pesca de Matosinhos.
  - Revisão e atualização a documentação de controlo de perigos (HACCP), nomeadamente o fluxograma, descrição de etapas e plano de controlo de perigos;
  - Avaliação da documentação operacional das lotas.

#### Atividades Sistemas de Gestão Ambiental (ISO 14001) e da Qualidade (ISO 9001):

- Auditoria de acompanhamento da Certificação da ISO 14001 no Porto de Peniche
- Auditoria de Concessão da ISO 9001 no Porto de Peniche e Sede.
- Auditorias internas da ISO 14001 ao Porto de Peniche.
- Avaliação da conformidade legal no que diz respeito ao Sistema de Gestão Ambiental
- Realização do acompanhamento mensal do Sistema de Gestão Ambiental na lota de Peniche, através de reuniões e visitas.
- Caracterização dos parceiros.
- Recolha e comunicação de reportes legais no âmbito ambiental à DGRM, Comissão Europeia e APA.

- Sensibilização dos parceiros em Boas Práticas Ambientais do Porto de Peniche.
- Resposta à DGRM da vistoria ambiental ao Porto de Setúbal realizada pelo IGAMAOT.
- Preparação e acompanhamento de auditorias ambientais da DGRM aos portos de Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Matosinhos, Peniche e Nazaré.
- Acompanhamento do Sistema de Gestão da Qualidade, através de reuniões, com os responsáveis e/ou interlocutores de cada processo.
- Auditorias internas da ISO 9001 a todos os processos.
- Coordenação da elaboração do plano de riscos de gestão, com identificação, caracterização, classificação de riscos, bem como das ações para a sua mitigação, com participação de todas as UO
- Reunião com os responsáveis dos processos para elaboração Monitorização do plano de riscos de gestão e medidas para os mitigar com os responsáveis de todos os processos.
- Gestão e monitorização dos indicadores Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente.
- Elaboração de procedimentos relativos à primeira venda de pescado e gestão de portos.
- Elaboração do relatório de revisão pela gestão do sistema de gestão da Qualidade e ambiente.
- Elaboração da Política da Qualidade, Ambiente e Segurança Alimentar.
- Elaboração do Manual da Qualidade e Ambiente.
- Criação, aprovação e divulgação da Equipa da Qualidade e Ambiente.

## 6. Direção Financeira (DF)

A Docapesca apresenta uma estrutura funcional de apoio à receção e venda em lota do pescado descarregado nos portos de pesca do continente, que se caracteriza pela exploração e manutenção de infraestruturas, implantadas em terrenos do domínio público, destinada a garantir o apoio às atividades da pesca. As lotas estão dimensionadas para garantir a descarga das embarcações, assumindo, por este motivo, custos fixos de exploração. Neste contexto, um aumento das quantidades descarregadas e vendidas, se enquadrado na capacidade instalada, não origina acréscimos de encargos. O contrário, por igual motivo, também não permite poupanças significativas.

Para dar cobertura a estes custos fixos e indispensáveis, ainda que objeto de esforço continuado na sua contenção, a Docapesca cobra taxas pelos serviços prestados, fixadas pelo Governo, em percentual sobre o valor do produto bruto do pescado vendido em lota. A rigidez deste modelo económico de exploração das lotas coloca em evidência o valor do pescado transacionado em lota como fator decisivo para a formação dos resultados de exploração.

Todavia, o valor do pescado transacionado em lota é dependente de fatores exógenos à Empresa, relacionados com condicionantes biológicas, climatéricas e comportamentais por parte da frota de pesca. Dentro da sua esfera de ação, a Empresa procura fomentar o incremento das quantidades de pescado descarregadas para venda, atendendo aos limites de capturas em vigor, e criar as melhores condições para a sua valorização através da promoção institucional de espécies de pescado de elevado valor nutricional, mas com reduzido preço formado em lota, assim como promove uma forte concorrência por parte dos compradores em lota.

No exercício de 2025, a atividade das embarcações de pesca registou uma diminuição em volume mantendo a tendência dos últimos anos. O preço médio do pescado registou o melhor valor de sempre, situando-se nos 2,55 €/kg, face ao valor de 2,39 €/kg registado em 2024, representando um acréscimo de 0,16€/kg.

A comparação do ano em análise com o ano transato revela um decréscimo significativo de 5 mil toneladas (menos 4,9%) nas quantidades apresentadas para venda em lota, provocando um aumento de 6,6% no preço médio de venda em lota, resultando num acréscimo global do valor do pescado transacionado em 3.504.382 euros.

Com a publicação e conseqüente entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, a Docapesca assumiu funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio sob a anterior jurisdição do IPTM, IP.

A Docapesca passou, assim, a assegurar a gestão portuária e dominial das áreas anteriormente afetadas ao IPTM, competindo-lhe, nomeadamente, garantir a segurança dos acessos marítimos às infraestruturas portuárias, o acesso em segurança de pessoas e bens às zonas portuárias e nas pontes-cais de apoio à pesca e transporte fluvial e potenciar a utilização das áreas e espaços

existentes na área de jurisdição portuária para os diferentes usos compatíveis com a missão da empresa.

Embora não tendo sido concluída a integração de saldos de clientes e fornecedores do IPTM, dado o processo de fecho e certificação das contas daquele Instituto não ter permitido a conclusão do processo sem intervenção por avaliação externa, a Docapesca garantiu o exercício das competências adquiridas e, em 2025, foram cobrados mais 51,5 mil euros de dívidas faturadas aos clientes em nome do IPTM, acrescendo este montante à situação líquida da Docapesca.

Em termos de resultados líquidos, as atividades da empresa em 2025 traduziram-se num ano positivo, com 990 mil euros de resultados líquidos, que assim reforça a estrutura dos seus capitais e permite a continuidade dos investimentos previstos para o futuro.

Ao nível dos Fluxos de Caixa, no ano de 2025, foram pagos investimentos no montante de 4,2 milhões de euros (5,5 milhões de euros em 2024). Para além do recebimento de 594 mil euros em subsídios não reembolsáveis (2,6 milhões de euros em 2024), foi determinante o reforço dos fluxos recebidos das atividades operacionais.

De referir que, durante o ano de 2025, a Docapesca não recorreu ao descoberto bancário em DO, contratualizado com o Banco BPI.

O balanço da Docapesca apresenta, em 31 de dezembro de 2025, capitais próprios positivos no montante de 29,98 milhões de euros, que comparam com os 29,65 milhões de euros de 2024 e os 28,05 milhões de euros de 2023, representando a consolidação da evolução positiva após a inversão gerada pelas alterações decorrentes da fusão por incorporação/integração do IPTM.

## 7. Direção de Segurança e Manutenção (DSM)

Como unidade orgânica nuclear, a DSM reporta diretamente ao Conselho de Administração, incumbindo a esta direção assegurar a manutenção preventiva e curativa/corretiva das infraestruturas e equipamentos das lotas, portos de pesca e áreas dominiais sob responsabilidade da Docapesca – Portos e Lotas, SA, para além de garantir e acompanhar a manutenção curativa e a mitigação dos riscos no âmbito dos equipamentos e ao nível da segurança de pessoas e bens.

### Investimentos 2025 – Descrição Geral

O Plano de Investimentos Específicos (PIE) foi executado com o envolvimento das UO da Sede.

O Plano de Investimento Correntes de 2025 foi executado pelas UO da sede e pelas DPL, dentro das condições estabelecidas na Comunicação de Serviço n.º DSM-01/2024, de 16 de julho.

As despesas relacionadas com as contas de conservação e reparação foram executadas maioritariamente pela DSM, apresentando-se neste relatório as intervenções da responsabilidade da DSM realizadas através de meios próprios e/ou recorrendo a fornecimentos e serviços externos (FSE).

### Investimentos Correntes

No Quadro I apresentam-se os valores totais de investimentos correntes executados em 2025 pela DSM.

Quadro I  
Mapa-resumo de Investimento Correntes da responsabilidade da DSM em 2025

DPL/SEDE	Realização Previsional	Realização Efetiva	Realização Efetiva em %
DPL Norte e Matosinhos	54.350 €	92.876 €	171%
DPL Centro Norte	69.500 €	96.319 €	139%
DPL Centro	128.269 €	77.986 €	61%
DPL Centro Sul	81.970 €	98.165 €	120%
DPL Algarve	89.271 €	108.547 €	122%
Sede	68.900 €	2.826 €	4%
<b>TOTAL</b>	<b>492.260 €</b>	<b>476.719 €</b>	<b>97%</b>

O Quadro I revela uma taxa de realização global de cerca de 97%, sendo que no que às DPL diz respeito essa taxa foi de 112%. Este valor, acima do previsto, resultou da utilização de verbas transferidas de ações que estavam previstas serem realizadas por outras UO.

De realçar que, na Sede, a DSM era responsável pela execução de um montante de 68.900 euros, tendo apenas sido executado 4% desse valor. Tal facto deveu-se à totalidade do restante valor previsto ter sido transferido para realização de investimentos nas DPL pela DSM.

## Orçamento de Exploração – Contas de conservação e reparação

Os valores das despesas relativas ao Orçamento de Exploração - contas de conservação e reparação, são os que se apresentam no Quadro II. Nesse quadro apresenta-se também informação sobre os valores limite previstos no PAO 2025 para cada DPL em 2025.

**Quadro II**  
 Mapa-resumo de despesas em OE – Contas de conservação e reparação

DPL/SEDE	Limite Previsto 2025	OE Cons. Rep. 2025
DPL Norte e Matosinhos	205.000 €	227.860 €
DPL Centro Norte	200.000 €	203.195 €
DPL Centro	122.500 €	115.561 €
DPL Centro Sul	142.500 €	161.254 €
DPL Algarve	225.000 €	211.133 €
Sede	40.000 €	34.935 €
<b>TOTAL</b>	<b>935.000 €</b>	<b>953.938 €</b>

Nos Quadros III e IV estão evidenciados os valores relativos aos contratos de manutenção preventiva e assistência técnica de instalações frigoríficas, tratamento de água das fábricas de gelo e água salgada de Matosinhos, Aveiro e Figueira da Foz, geradores de emergência, empilhadores e portões. Importa salientar que os valores dos quadros seguintes se encontram incluídos no mapa resumo das contas de conservação e reparação (Quadro II).

**Quadro III**  
 Mapa-resumo dos contratos de manutenção preventiva e assistência técnica de 2024 e 2025

Tipo de equipamento	Manutenção preventiva 2024	Manutenção preventiva 2025	Assistência técnica 2024	Assistência técnica 2025
Instalações de frio	22.837 €	19.378 €	83.030 €	35.113 €
Empilhadores	12.814 €	12.882 €	73.591 €	57.842 €
Tratamento de água	12.856 €	16.607 €	- €	413 €
Geradores de emergência	13.536 €	15.619 €	2.274 €	4.199 €
Portões	5.634 €	- €	8.267 €	42.782 €
<b>TOTAL</b>	<b>67.678 €</b>	<b>64.486 €</b>	<b>167.161 €</b>	<b>140.349 €</b>

Este Quadro revela um decréscimo nos custos de assistência técnica face a 2024.

Relativamente às instalações de frio, no Quadro IV apresentam-se os custos com os contratos de manutenção preventiva e assistência técnica das Lotas com equipamentos de produção e conservação de gelo de maior capacidade de produção e dimensões. Estão, ainda, incluídos os custos com a conservação das câmaras frigoríficas dessas lotas, uma vez que esses equipamentos fazem parte destes contratos.

## Quadro IV

Mapa-resumo contratos de manutenção preventiva e assistência técnica das instalações de frio

Lota	Manutenção preventiva 2024	Manutenção preventiva 2025	Assistência técnica 2024	Assistência técnica 2025
Matosinhos	8.824 €	3.576 €	7.852 €	30.896 €
Aveiro	8.912 €	- €	16.972 €	18.953 €
Figueira da Foz	13.122 €	8.974 €	21.328 €	17.772 €
Sines	- €	7.344 €	- €	31.664 €
<b>TOTAL</b>	<b>30.858 €</b>	<b>19.894 €</b>	<b>46.151 €</b>	<b>99.285 €</b>

## 8. Direção Comercial, de Comunicação e Marketing (DCM)

A Direção Comercial, Comunicação e Marketing, como unidade orgânica nuclear visa a análise do meio envolvente, a identificação das melhores vias para implementar as medidas estratégicas planeadas, numa vertente interna e externa, incentivando o desenvolvimento de sinergias e o potencial da inovação e orientação para o mercado, através da promoção e desenvolvimento da competitividade e valorização da empresa.

Esta direção garante o apoio técnico e operacional a todas as DPL, no âmbito da contratação de gelo para garantir a cadeia de frio, de higienização, gestão ambiental e de resíduos das instalações, de segurança e de vigilância dos portos e lotas, entre outras.

### Núcleo de Comunicação e Marketing

No âmbito da DCM – Núcleo de Comunicação e Marketing, desenvolveram-se um conjunto de projetos que visam o reforço da imagem e notoriedade da Docapesca junto dos seus públicos-alvo (produtores, compradores, trabalhadores, formadores de opinião, comunidade académica, comunicação social, etc.) e da opinião pública.

Estes projetos enquadram-se nos vetores estratégicos da empresa, estabelecidos no seu Plano Estratégico, nomeadamente: (1) relação com a comunidade; (2) sustentabilidade do setor alimentar do mar; (3) valorização e diversificação da atividade e (4) eficiência organizacional.

### Campanhas e projetos de valorização do pescado

Os principais objetivos passam por identificar e valorizar o pescado transacionado em lota, junto do consumidor final, através da etiqueta CCL e de um conjunto de ações integradas que potenciem o seu valor, contribuindo para o aumento da rentabilidade da frota, a retribuição justa do pescador e um consumo económico e mais responsável. Neste âmbito realizaram-se as seguintes ações:

### Participações em Feiras e Festivais Gastronómicos

A Docapesca teve participações no Festival do Ouriço (Ericeira), Março com Sabores do Mar (Esposende), ExperimentaRIA (Ílhavo), Património Enogastronómico (Montalegre), O Que Vem à Rede (Setúbal), Semana do Pescador (Vila do Conde), Semana da Sardinha (Setúbal), FACECO (Odemira), Feira de Santiago (Setúbal), Festival do Bacalhau (Ílhavo), FATACIL (Lagoa), Feira da Dieta Mediterrânica (Tavira) e Semana do Carapau (Setúbal).

### Participações Institucionais

Neste âmbito, a Docapesca esteve presente na BTL (Lisboa), Congresso de Nutrição e Alimentação (Braga), Dia do Pescador (Olhão), Sintra Ocean Film Fest e Blue Economy Career Fair (Figueira da Foz).

### Congresso da Pequena Pesca

A Docapesca organizou também a 4ª edição do Congresso da Pequena Pesca, que teve lugar em Matosinhos, inserido no programa de comemorações da Semana do Mar, promovida pelo Ministério da Agricultura e do Mar.

### CCL Social

Continua a decorrer o programa CCL Social, através do donativo de pescado às IPSS através das autarquias. Neste ano, os donativos ascenderam a 9,2 toneladas de pescado. Desde o início de maio de 2020, foram entregues mais de 81 toneladas de pescado adquirido pela Docapesca aos armadores.

### Docapesca School Sessions

Em 2025, foram impactadas perto de 5.000 pessoas com atividades promovidas pela Docapesca, desde o ensino pré-escolar até à comunidade sénior. Desenvolvemos 28 sessões em escolas e recebemos 177 visitas às instalações da Docapesca, de norte a sul do país.

### Redes Sociais

Em 2025, a página da Docapesca no Facebook registou 25.362 seguidores, mais 7% na comparação homóloga. No Instagram, a página tem atualmente 3.861 3262 seguidores (+18%) e no LinkedIn tem 3.328 seguidores (+45%).

### Internacionalização do setor

#### Missão Comercial ao Japão

Portugal marcou presença no Japão com a maior missão empresarial de sempre dedicada ao setor do pescado, liderada pela Docapesca – Portos e Lotas, S.A., em articulação com associações setoriais e empresas portuguesas de conservas, pescado fresco e congelado e aquacultura.

A missão contou com a participação das empresas portuguesas – Conservas Portugal Norte, Briosa, Cofisa, Freitasmar, A Poveira, Ramirez, Sociedade Conserveira Açoriana, Luis Silvério & Filhos, Ilhapeixe, Aquabaía, Aquaínsua e Docapesca – e das associações ALIF, APA, ANICP - e permitiu a realização de mais de 60 reuniões bilaterais de negócio, com mais de 25 instituições e empresas japonesas, assim como bloggers e influencers gastronómicos.

A iniciativa, integrada no programa da Expo 2025 Osaka e em atividades paralelas em Tóquio, promoveu a valorização do pescado português e a internacionalização das empresas nacionais, com destaque para os dias dedicados ao mar, no Pavilhão de Portugal, sob o mote “Oceano, Diálogo Azul”.

## EXPOFISH Portugal

A 5.<sup>a</sup> edição da Expo Fish Portugal realizou-se nos dias 9 e 10 de dezembro de 2025, em formato híbrido, integrando um programa presencial de conferências e Prémio Inovação com uma componente virtual dedicada à promoção institucional e à realização de reuniões B2B entre empresas portuguesas e visitantes internacionais.

O evento manteve o modelo adotado em edições anteriores, afirmando-se como uma plataforma para a promoção do setor das pescas, da economia azul e do pescado nacional, tendo contado com 43 expositores nacionais e 50 empresas internacionais.

Nesta edição, foram também galardoados três projetos de inovação na área alimentar do mar no contexto do Prémio Inovação Expo Fish Portugal, que registou 33 candidaturas.

### Promoção da Sustentabilidade Ambiental

#### Projeto “A Pesca por um Mar Sem Lixo”

Em 2025, o projeto foi implementado nos portos de Angeiras, Torreira e Alvor. O projeto está atualmente implementado em 31 portos, contando com 1019 embarcações aderentes, representando cerca de 4210 pescadores. Até ao momento, foram recolhidos 6061 m<sup>3</sup> de embalagens e 8353 m<sup>3</sup> de resíduos indiferenciados no âmbito do projeto.

À semelhança de anos anteriores, a Docapesca colaborou em ações de limpeza costeira ou subaquáticas, nomeadamente em Peniche, Sesimbra, Sines e Albufeira.

#### Life Águeda

O Programa “LIFE”, que a Docapesca integrou, através do projeto do Posto Móvel de Registo, terminou oficialmente no dia 31 de julho de 2025, tendo a Docapesca participado na Sessão Pública de encerramento do projeto no mês de junho.

### Implementação de Soluções de Economia Circular

Neste âmbito, a Docapesca integra vários projetos e consórcios tendo em vista contribuir para uma economia circular, reaproveitando resíduos dos portos e da pesca, como por exemplo o projeto Blue Bio Tech, em desenvolvimento no Sotavento Algarvio.

### Núcleo de Logística e Serviços Administrativos

O Núcleo de Logística e Serviços Administrativos, da Direção Comercial, Comunicação e Marketing, desenvolve as suas atividades centradas em dois grandes eixos: a Logística, que abarca a área da contratação pública de bens e serviços, aprovisionamento e gestão da frota automóvel, e os Serviços Administrativos, onde se encontram enquadrados todos os temas relacionados com a área de exploração, gestão da correspondência da empresa e o reporte de informação não financeira - sustentabilidade.

No âmbito das suas competências destacam-se as seguintes atividades, desenvolvidas no ano de 2025 e enquadradas nos seus dois eixos de atuação.

#### Contratação Pública

Os processos de contratação realizados pelo núcleo incidem sobre bens e serviços necessários ao normal e bom funcionamento das várias unidades orgânicas da empresa, destacando-se as limpezas interiores dos edifícios, as limpezas exteriores das áreas portuárias e a gestão de resíduos, os serviços de vigilância e segurança, controlo de pragas, as aquisições de viaturas, de equipamentos de estiva e vasilhame, de produtos químicos e de limpeza, material de economato, bem como, a contratação dos serviços de disponibilização de observadores de pesca.

#### Aquisição de equipamentos para as áreas exploração das lotas

No âmbito da aquisição de equipamentos, inscritos no Plano de Investimentos Correntes para 2025, foram realizados os processos anuais de contratação de vários equipamentos necessários para o desenvolvimento das atividades da primeira venda de pescado e a utilizar nas áreas de exploração das Lotas, dos quais se destacam:

- aquisição de caixas de 30 litros, em polietileno de alta densidade necessárias à realização da primeira venda de pescado;
- aquisição de equipamentos de estiva em plástico.

#### Gestão da frota automóvel

O controlo e gestão da frota automóvel da empresa garantida consiste, fundamentalmente, em atividades que passam ao nível das viaturas alocadas à sede da empresa, tanto pela garantia da sua operacionalidade e manutenção, como da gestão das requisições e das suas disponibilidades e, no âmbito nacional da frota automóvel, pela gestão de consumos de combustível e via verde, gestão esta apoiada por uma ferramenta de gestão de frotas.

No âmbito da renovação da frota automóvel da empresa, no ano em referência, foi efetuada a aquisição de três novos veículos ligeiros de passageiros, estando em processo o abate de três viaturas em fim de vida, referenciadas no âmbito desta gestão. As aquisições e abatimentos mencionados encontram-se devidamente contemplados nos totais supra referenciados.

#### Serviços administrativos

##### Contratos de Abastecimento Direto de Pescado

Durante o ano de 2025, todos os contratos celebrados ao abrigo do n.º 1, do artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 81/2005, e rececionados na Docapesca, enviados e homologados pela DGRM, foram sujeitos a registos informáticos em ficheiros, e, posteriormente, enviados para as respetivas Direções de Lotas e Portos de Pesca.

No período em referência registou-se um total de 2.407 contratos, verificando-se um decréscimo, de cerca de 16%, relativamente ao ano anterior.

### Contratos de Transferência de Pescado

Para dar cumprimento à legislação aplicável à circulação de mercadorias, a Docapesca, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81/2005, enquanto entidade responsável pela primeira venda de pescado, e numa estreita colaboração com o setor, substitui os armadores na elaboração das guias de transferência de pescado descarregado num determinado porto para ser vendido em local diferente do da descarga.

No ano de 2025 a Docapesca elaborou 15 novos contratos com Armadores/Pescadores, perfazendo um total de mais de 532 contratos já celebrados neste âmbito e que se encontram em vigor.

### Observadores de pesca

No âmbito da gestão e disponibilização de observadores de Pesca foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Zona NAFO  
No âmbito desta zona de pesca, foram efetuadas 17 solicitações para disponibilização de observadores de pesca, tendo a Docapesca conseguido corresponder a todas elas ao abrigo do contrato estabelecido com a Seaexpert.
- Zona CECAF  
No que concerne à contratação de observadores de pesca para a Zona CECAF, no período em referência, não foram registadas solicitações.
- Atum Rabilho  
A atividade nesta zona de pesca, e de acordo com o que tem vindo a ser prática nos últimos anos, começou a registar-se a partir do mês de abril, totalizando no ano de 2025, 35 solicitações de observadores.

### Outras atividades

Dentro das competências integradas no núcleo, encontra-se o desenvolvimento de outras atividades relacionadas com a área de exploração, das quais destacamos a informação às Direções de Portos e Lotas (DPL) das comunicações emitidas pela DGRM sobre limitações de captura, nomeadamente referentes à atividade da Ganchorra, Quotas de Pesca, Classificação de Bivalves, etc., bem como, a compilação da informação e análise de faturas anuladas proveniente das DPL e o controlo dos certificados da EU para as espécies constantes nos anexos da II CITES, em especial da espécie “Tintureira”.

### Reporte de Informação não Financeira

O relato de sustentabilidade visa dar cumprimento às recomendações da Direção-Geral do Tesouro e Finanças no que respeita ao relato da informação não financeira, nos termos dos artigos 66.º-B ou 508.º-G do CSC, e àquela que é a prática da empresa nesta matéria desde 2010.



No ano de 2025 foi compilada toda a informação não financeira da empresa, utilizando como referencial as Normas GRI, informação que integrou o correspondente Relatório e Contas da empresa.



## 9. Gabinete de Estatística (GE)

O Gabinete de Estatística da Docapesca, é uma unidade orgânica flexível que reporta diretamente ao Conselho de Administração, responsável pela disponibilização de informação estatística, estudos e análise integrada e comparada de indicadores estatísticos sobre a primeira venda em lota de todo o pescado descarregado nos portos de pesca do território continental.

O Gabinete de Estatística da Docapesca articula e coopera com outras entidades nacionais, designadamente no fornecimento de informação estatística relevante sobre o setor das pescas nacional e sobre a atividade náutica.

DPL	ANO 2024			ANO 2025		
	kg	euros	€/kg	kg	euros	€/kg
<b>NORTE E MATOSINHOS</b>	<b>22.219.329</b>	<b>41.566.258</b>	<b>1,87</b>	<b>26.593.865</b>	<b>54.499.167</b>	<b>2,05</b>
Viana do Castelo	1.857.405	4.874.777	2,62	2.162.842	6.421.589	2,97
Caminha	55.732	811.685	14,6	51.105	758.619	14,8
Esposende	86.965	482.222	5,55	80.351	430.267	5,35
V. Praia de Âncora	137.924	468.755	3,4	115.276	366.196	3,18
Castelo de Neiva	288.662	2.276.061	7,88	269.259	2.191.719	8,14
Apúlia/Fão	12.584	46.055	3,66	12.422	50.973	4,1
Póvoa de Varzim	489.550	2.575.085	5,26	452.150	2.743.520	6,07
Vila Chã	11.662	50.205	4,31	11.094	64.488	5,81
Vila do Conde	61.886	205.696	3,32	61.723	274.920	4,45
Matosinhos	19.158.844	29.472.846	1,54	23.336.105	40.965.104	1,76
Angeiras	22.573	168.230	7,45	12.133	102.749	8,47
Afurada	5.013	37.760	7,53	6.870	46.513	6,77
Aguda	3.893	37.066	9,52	4.247	35.321	8,32
Espinho	26.491	52.982	2	18.115	38.549	2,13
Valbom	145	6.833	47,1	173	8.640	49,94
<b>CENTRO NORTE</b>	<b>16.401.057</b>	<b>38.191.726</b>	<b>2,33</b>	<b>15.101.916</b>	<b>35.144.810</b>	<b>2,33</b>
Aveiro	5.503.396	16.024.104	2,91	5.757.533	16.174.538	2,81
Vagueira	4.822	7.570	1,57	5.951	13.584	2,28
Torreira	1.906.007	6.110.165	3,21	1.140.845	3.895.624	3,41
Mira	70.163	194.470	2,77	55.761	128.159	2,3
Furadouro	12.056	34.379	2,85	29.530	62.618	2,12
Cais do Bico	821.956	2.123.597	2,58	698.268	1.585.283	2,27
Figueira da Foz	8.082.657	13.697.441	1,69	7.414.028	13.285.004	1,79
<b>CENTRO</b>	<b>18.036.461</b>	<b>50.644.017</b>	<b>2,81</b>	<b>17.947.500</b>	<b>49.556.885</b>	<b>2,76</b>
Nazaré	3.323.712	10.886.657	3,28	2.860.076	9.068.867	3,17
Peniche	14.455.699	38.393.166	2,66	14.933.030	39.425.055	2,64
Foz do Arelho	144.585	666.178	4,61	65.084	488.338	7,50
Praia Vieira de Leiria	73.725	68.420	0,93	66.377	96.269	1,45
Cascais	38.740	629.596	16,25	22.933	478.356	20,86
<b>CENTRO SUL</b>	<b>31.425.631</b>	<b>58.391.353</b>	<b>1,86</b>	<b>25.319.294</b>	<b>52.778.679</b>	<b>2,08</b>
Sesimbra	22.780.830	33.164.057	1,46	16.948.789	27.529.680	1,62
Costa da Caparica	787.789	4.308.125	5,47	1.088.254	4.576.895	4,21
Trafaria	492.445	2.898.444	5,89	469.721	2.926.800	6,23
Fonte da Telha	1.010.809	1.028.975	1,02	1.279.278	1.230.658	0,96
Setúbal	1.695.377	6.844.612	4,04	1.333.731	6.753.232	5,06
Carrasqueira	34.410	216.269	6,29	25.562	162.307	6,35
Sines	4.556.783	9.358.673	2,05	4.130.578	9.129.146	2,21
V.N.Milfontes	28.411	242.020	8,52	13.393	206.418	15,41
Azenha do Mar	2.653	22.791	8,59	940	10.057	10,70
Zambujeira	36.124	307.387	8,51	29.048	253.486	8,73
<b>ALGARVE</b>	<b>15.515.774</b>	<b>58.997.498</b>	<b>3,8</b>	<b>13.566.445</b>	<b>59.299.918</b>	<b>4,37</b>
Lagos	426.723	1.964.261	4,60	411.234	2.013.817	4,90
Sagres	1.500.992	6.212.312	4,14	1.443.712	6.747.196	4,67
Portimão	4.388.417	10.022.706	2,28	4.645.007	10.672.725	2,30
Albufeira	171.311	1.428.197	8,34	126.606	1.192.592	9,42
Olhão	2.890.688	8.194.196	2,83	1.889.853	7.209.147	3,81
Fuzeta	311.446	2.305.978	7,40	330.562	3.218.213	9,74
Quarteira	4.518.681	9.135.243	2,02	3.291.472	8.043.251	2,44
Santa Luzia	184.110	1.626.083	8,83	136.379	1.423.268	10,44
V.R.S. António	1.123.406	18.108.522	16,12	1.291.620	18.779.709	14,54
<b>TOTAL</b>	<b>103.598.249</b>	<b>247.790.852</b>	<b>2,39</b>	<b>98.535.519</b>	<b>251.295.235</b>	<b>2,55</b>

No ano 2025, foram transacionadas, nas lotas do continente, 98.535 toneladas de pescado fresco, (menos 5 063 ton que em 2024). O valor total das vendas foi de 251.295 mil euros (mais 3.504 mil euros que no ano anterior). O preço médio foi de 2,55€/kg, com um acréscimo de 0,16 euros face a 2024.

No quadro Q – I, estão representadas as quantidades, os valores e os preços médios registados, nos anos de 2024 e 2025, em cada uma das DPL: Norte e Matosinhos, Centro Norte, Centro, Centro Sul e Algarve, assim como, os movimentos das lotas e postos de vendagem associados a cada uma das DPL atrás referidas.

**DPL Norte e Matosinhos**, no ano de 2025 foram vendidas 26 594 ton de pescado e o valor total foi de 54.499 mil euros a um preço médio de 2,05€/kg. Relativamente a 2024, foi registado acréscimos de 19,7% em volume, 31,1% em valor, e 9,5% no preço médio. Nesta DPL, as cinco espécies mais transacionadas, ordenadas por quantidades vendidas, foram Sardinha 15.300 ton, Biqueirão 5.673 ton, Polvo-vulgar 903 ton, Berbigão-vulgar 645 ton e Carapau 641 ton.

**DPL Centro Norte**, foram transacionadas 15.102 ton de pescado, o valor correspondente foi de 35.145 mil euros e o preço médio de 2,33/kg. Relativamente a 2024, o volume, o valor e o preço médio registaram quebras, respetivamente de 7,9%, 8,0% e 0,1%.

As cinco espécies mais transacionadas foram, Sardinha 4.524 ton, Biqueirão 3.051 ton, Carapau 2.001 ton, Berbigão-vulgar 1.982 ton, e Cavala 429 ton.

**DPL Centro**, foram transacionadas 17.948 ton, o valor de vendas foi de 49.557 mil euros e o preço médio de 2,76€/kg. Comparando com os dados do ano transato, registaram-se quebras no volume, no valor e no preço médio, respetivamente em 0,5%, 2,1% e 1,7%. As cinco espécies mais vendidas foram na seguinte ordem, Carapau 5.532 ton Sardinha 4.310 ton, Cavala 2.971 ton, Espadarte 599 ton e Pota-do-norte 424 ton.

**DPL Centro Sul**, o volume de pescado transacionado foi de 25.319 ton, o valor das vendas de 52.779 mil euros e o preço médio foi 2,08€/kg. Relativamente a 2024, a variação registada no volume foi negativa, em 19,4% e no valor igualmente negativa em 9,6%, o preço médio registou um acréscimo de 12,2%. As cinco espécies mais transacionadas foram, Cavala 8.608 ton, Sardinha 6.952 ton, Carapau 3 027 ton, Peixe-espada-preto 1.228 ton e amêijoa-japonesa 698 ton.

**DPL Algarve**, foram vendidas 13.566 ton de pescado, o valor correspondente foi de 59.300 mil euros e o preço médio de 4,37€/kg. Quando comparado com o ano de 2024, a evolução registada no volume, diminuiu em 12,6%, a evolução registada no valor das vendas, uma ligeira melhoria de 0,5%. Quanto ao preço médio, subiu 15,0%.

As cinco espécies mais vendidas no conjunto das lotas do Algarve foram, Sardinha 5.233 ton, Carapau 1.922 ton, Polvo-vulgar 1.379 ton, Cavala 1.082 ton e Gamba-branca 659 ton.

Gráfico 1 - Distribuição do Volume (ton) por DPL – 2024 e 2025

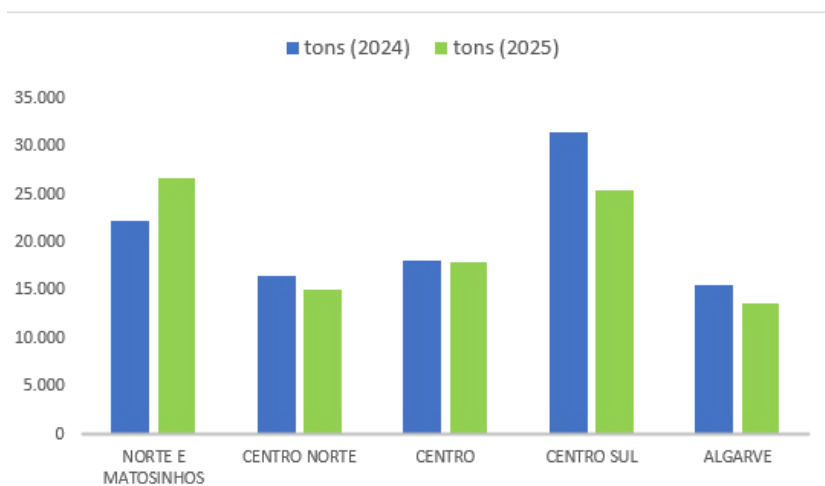


Gráfico 2 - Distribuição do Valor (mil €) por DPL 2024 e 2025

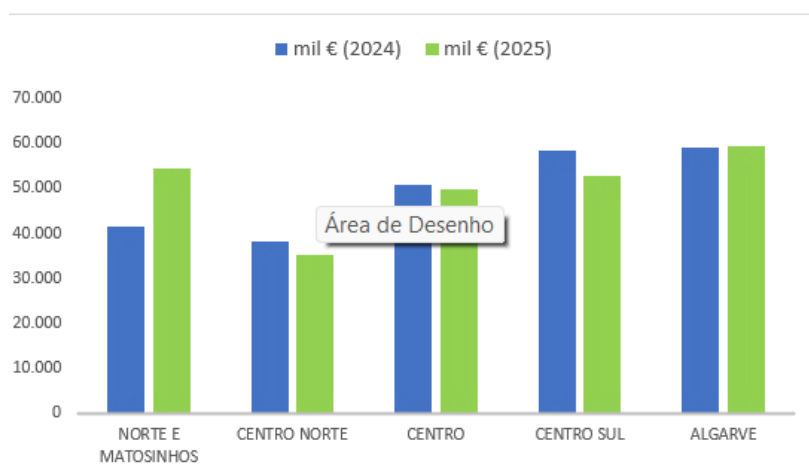
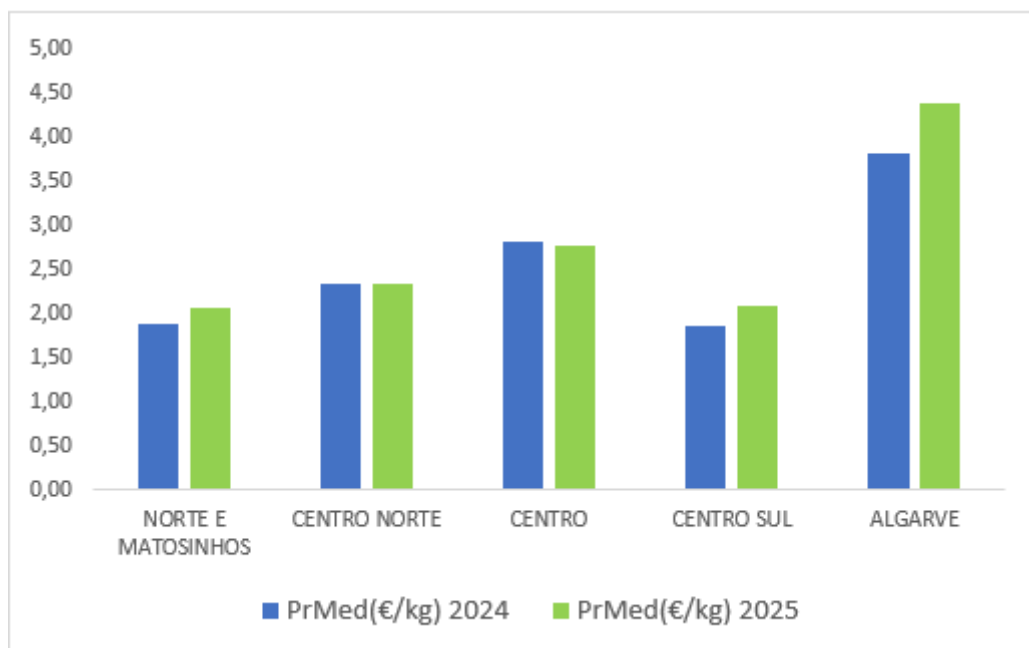


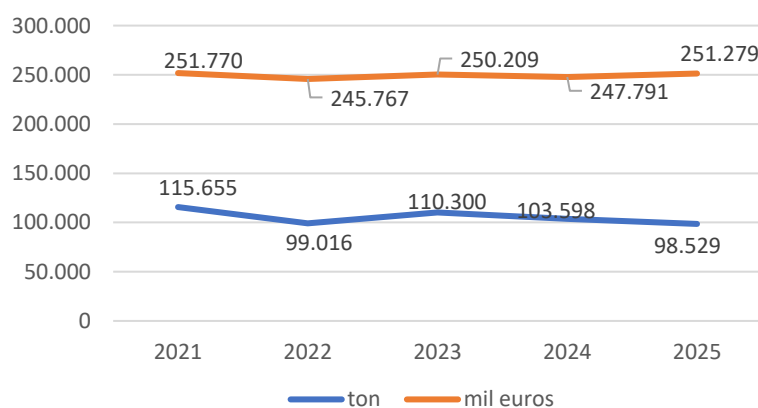
Gráfico 3 – Evolução Preços Médios (€/kg) por DPL 2024 e 2025



O quadro Q - II e o gráfico 4, ilustram a evolução do pescado transacionado no conjunto das lotas, nos últimos cinco anos, 2021 a 2025.

Q - II	Totais Pescado			Evolução (%) anoT/anoT-1			
	ton	mil euros	Pr Méd	% (ton)	% (mil euros)	% Pr Méd	
2021	115.655	251.770	2,18	27,3%	29,3%	1,5%	2021/2020
2022	99.016	245.767	2,48	-14,4%	-2,4%	14,0%	2022/2021
2023	110.300	250.209	2,27	11,4%	1,8%	-8,6%	2023/2022
2024	103.598	247.788	2,39	-6,1%	-1,0%	5,4%	2024/2023
2025	98.529	251.279	2,55	-4,9%	1,4%	6,6%	2025/2024
				-14,8%	-0,2%	17,2%	2025/2021

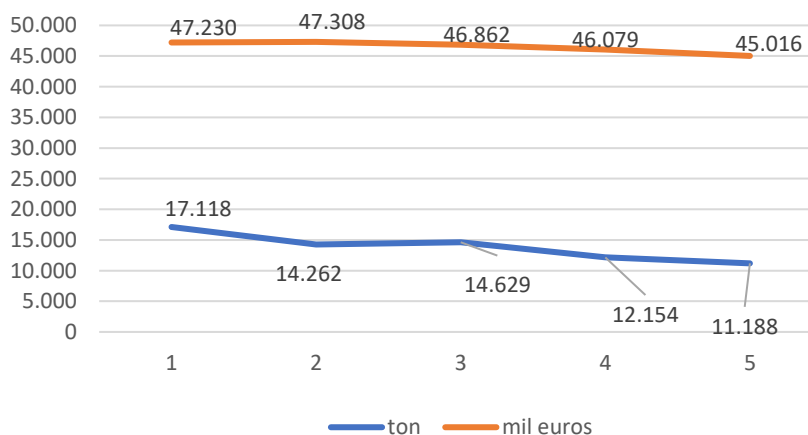
Gráfico 4 – Totais Pescado \_ quantidades e valores\_ Evolução 2021 a 2025



Os quadros Q - III a Q - V e os gráficos 5 a 7, ilustram a evolução dos movimentos do pescado transacionado no conjunto das lotas, nos últimos cinco anos, 2021 a 2025, distribuídos pelas artes de pesca Arrasto, Polivalentes e Cerco.

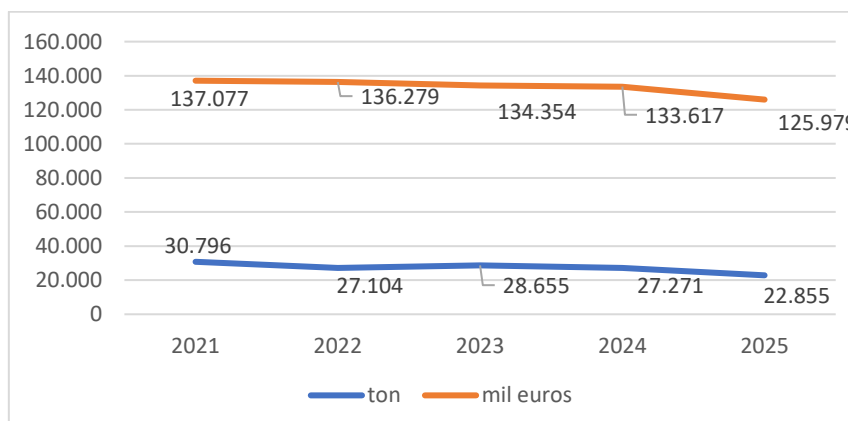
Q - III	Artes: Arrasto			Evolução (%) anoT/anoT-1			
	ton	mil euros	Pr Méd	% (ton)	% (mil euros)	% Pr Méd	
2021	17.118	47.230	2,76	0,4%	20,7%	20,3%	2021/2020
2022	14.262	47.308	3,32	-16,7%	0,2%	20,2%	2022/2021
2023	14.629	46.862	3,20	2,6%	-0,9%	-3,4%	2023/2022
2024	12.154	46.079	3,79	-16,9%	-1,7%	18,4%	2024/2023
2025	11.188	45.016	4,02	-7,9%	-2,3%	6,1%	2025/2024
				-34,6%	-4,7%	45,8%	2025/2021

Gráfico 5 – Arrasto - Evolução 2021 a 2025



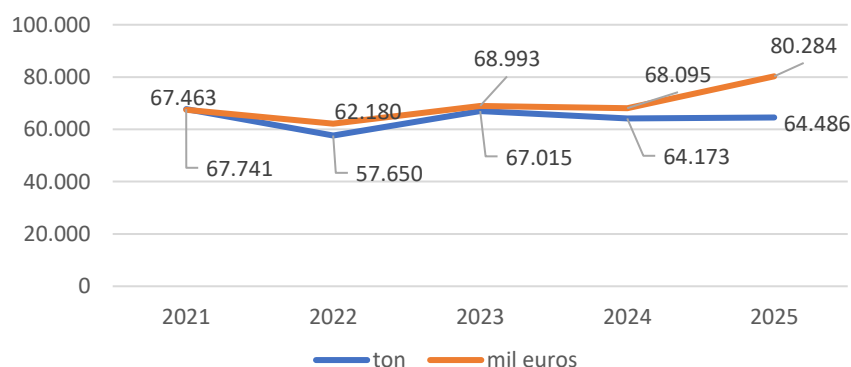
Q - IV	Artes: Polivalentes			Evolução (%) anoT/anoT-1			
	ton	mil euros	Pr Méd	% (ton)	% (mil euros)	% Pr Méd	
2021	30.796	137.077	4,45	9,9%	23,1%	12,0%	2021/2020
2022	27.104	136.279	5,03	-12,0%	-0,6%	13,0%	2022/2021
2023	28.655	134.354	4,69	5,7%	-1,4%	-6,8%	2023/2022
2024	27.271	133.614	4,90	-4,8%	-0,6%	4,5%	2024/2023
2025	22.855	125.979	5,51	0,5%	17,9%	17,3%	2025/2024
				-4,8%	19,0%	25,0%	2025/2021

Gráfico 6 – Polivalentes - Evolução 2021 a 2025



Q - V	Artes: Cerco			Evolução (%) anoT/anoT-1			
	ton	mil euros	Pr Méd	% (ton)	% (mil euros)	% Pr Méd	
2021	67.741	67.463	1,00	48,0%	52,4%	3,0%	2021/2020
2022	57.650	62.180	1,08	-14,9%	-7,8%	8,3%	2022/2021
2023	67.015	68.993	1,03	16,2%	11,0%	-4,5%	2023/2022
2024	64.173	68.095	1,06	-4,2%	-1,3%	3,1%	2024/2023
2025	64.486	80.284	1,24	0,5%	17,9%	17,3%	2025/2024
				-4,8%	19,0%	25,0%	2025/2021

Gráfico 7 – Cerco - Evolução 2021 a 2025



Os quadros Q – VI a Q - VIII, que a seguir se apresentam, ilustram a partição das vendas por artes de pesca, nos tipos de pesca - CONTRATO e LEILÃO e respetiva evolução percentual, nos anos 2024 e 2025.

Q – VI - VENDAS POR ARTES DE PESCA - CONTRATO & LEILÃO - ANO 2025

Tipo de venda /Arte Pesca	ARRASTO			POLIVALENTES			CERCO			TOTAL		
	ton	mil €	Pr. Méd	ton	mil €	Pr. Méd	ton	mil €	Pr. Méd	ton	mil €	Pr. Méd
CONTRATO	477	863	1,81	7 927	37 954	4,79	14 643	16 284	1,11	23 047	55 101	2,39
LEILÃO	10 711	44 153	4,12	14 928	88 025	5,9	49 842	64 000	1,28	75 482	196 179	2,6
<b>TOTAL</b>	<b>11 188</b>	<b>45 016</b>	<b>4,02</b>	<b>22 855</b>	<b>125 979</b>	<b>5,51</b>	<b>64 486</b>	<b>80 284</b>	<b>1,24</b>	<b>98 529</b>	<b>251 279</b>	<b>2,55</b>

Q – VII - VENDAS POR ARTES DE PESCA - CONTRATO & LEILÃO - ANO 2024

Tipo de venda /Arte Pesca	ARRASTO			POLIVALENTES			CERCO			TOTAL		
	ton	mil €	Pr. Méd	ton	mil €	Pr. Méd	ton	mil €	Pr. Méd	ton	mil €	Pr. Méd
CONTRATO	730	1 096	1,5	10 318	42 702	4,14	13 642	10 759	0,79	24 689	54 556	2,21
LEILÃO	11 424	44 983	3,94	16 953	90 913	5,36	50 531	57 337	1,13	78 909	193 232	2,45
<b>TOTAL</b>	<b>12 154</b>	<b>46 079</b>	<b>3,79</b>	<b>27 271</b>	<b>133 614</b>	<b>4,9</b>	<b>64 173</b>	<b>68 095</b>	<b>1,06</b>	<b>103 598</b>	<b>247 788</b>	<b>2,39</b>

Q – VIII - EVOL % VENDAS POR ARTES DE PESCA - CONTRATO & LEILÃO - 2025/2024

Tipo de venda /Arte Pesca	ARRASTO			POLIVALENTES			CERCO			TOTAL		
	ton	mil €	Pr.	ton	mil €	Pr.	ton	mil €	Pr.	ton	mil €	Pr.
			Méd			Méd			Méd			
CONTRATO	-34,7%	-21,3%	20,5%	-23,2%	-11,1%	15,7%	7,3%	51,4%	41,0%	-6,7%	1,0%	8,2%
LEILÃO	-6,2%	-1,8%	4,7%	-11,9%	-3,2%	10,0%	-1,4%	11,6%	13,2%	-4,3%	1,5%	6,1%
<b>TOTAL</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-2,3%</b>	<b>6,1%</b>	<b>-16,2%</b>	<b>-5,7%</b>	<b>12,5%</b>	<b>0,5%</b>	<b>17,9%</b>	<b>17,3%</b>	<b>-4,9%</b>	<b>1,4%</b>	<b>6,6%</b>

Tendo por base a informação que figura nos quadros Q-VI a Q-VIII e que ilustram a partição das vendas por artes de pesca, nos tipos canal de vendas: Contrato e Leilão, registados nos anos 2024 e 2025. Podem ainda observar-se as respetivas evoluções percentuais.

No quadro Q-IX, está registada a informação referente apenas a vendas por contrato, repartidas por artes de pesca: arrasto, polivalentes e cerco, bem como, o peso percentual de cada uma, nas vendas totais por contrato. Outro dado, é o número de espécies associadas a cada arte/contrato, em cada um dos anos, 2024 e 2025.

Q - IX	CONTRATOS * ARTES * Nº ESP 2024				CONTRATOS * ARTES * Nº ESP 2025			
	kg	euros	Pr. Méd	Nº Espécies	kg	euros	Pr. Méd	Nº Espécies
ARRASTO	729 657	1 096 094	1,50	27	476 632	862 786	1,81	25
POLIVALENTES	10 317 530	42 701 563	4,14	116	7 927 294	37 954 238	4,79	111
CERCO	13 642 138	10 758 507	0,79	14	14 643 414	16 283 636	1,11	9
Arrasto contratos / Totais contratos	2,96%	2,01%			2,07%	1,57%		
Polivalentes contratos / Totais contratos	41,79%	78,27%			34,40%	68,80%		
Cerco contratos / Totais contratos	55,26%	19,72%			63,54%	29,55%		

No ano de 2025, na arte de arrasto, sob contrato, foram vendidas 25 espécies distintas e em 2024, esse número foi de 27. As espécies mais vendidas, no ano de 2025, foram Verdinho (191ton), Carapau-negrão (87ton), Carapau (76ton), Pota-do-norte (30ton) e Areeiro (18ton).

Nas artes polivalentes, em 2025 foram vendidas 111 espécies e no ano anterior, um total de 115. As espécies com maiores volumes de vendas, foram: Berbigão-vulgar (2 439ton), Peixe-espada-preto (1 255ton), Polvo-vulgar (938ton), Amêijoia-branca (663ton), e Espadarte (614ton).

Na arte de cerco - canal de vendas contrato, foram vendidas, em 2025, 9 espécies e em 2024, foram 13. Nesta arte, as espécies mais vendidas em 2025, foram: Sardinha (12 532ton), Biqueirão (1 233ton), Cavala (706ton), Carapau (165ton), e Carapau-negrão (3ton).

Espécies predominantes 2025 – peso percentual - em volume e em valor

Gráfico 8 - 2025 - Espécies c/ Quantidades > = a 2,5% do Volume Total

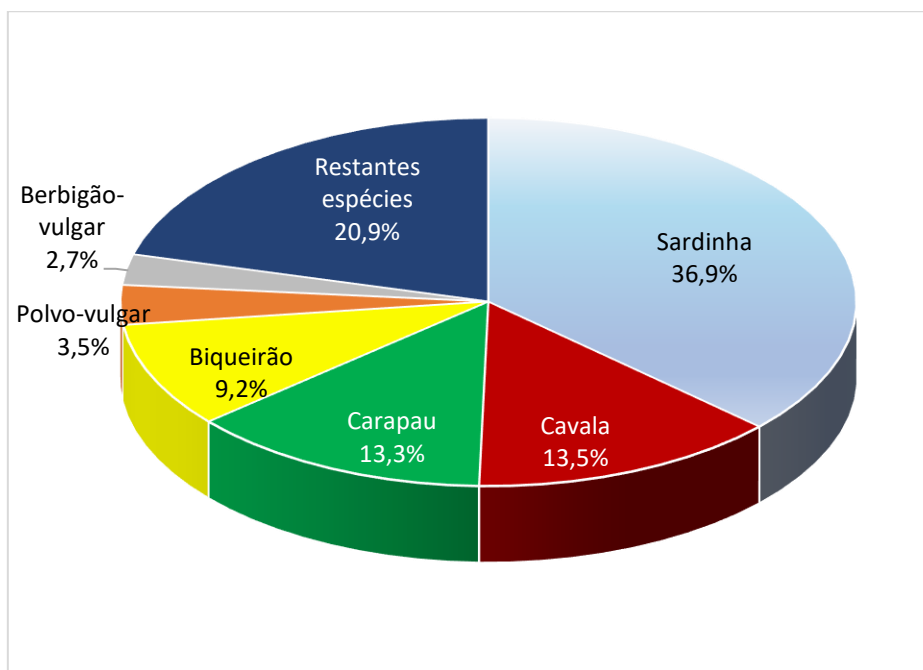
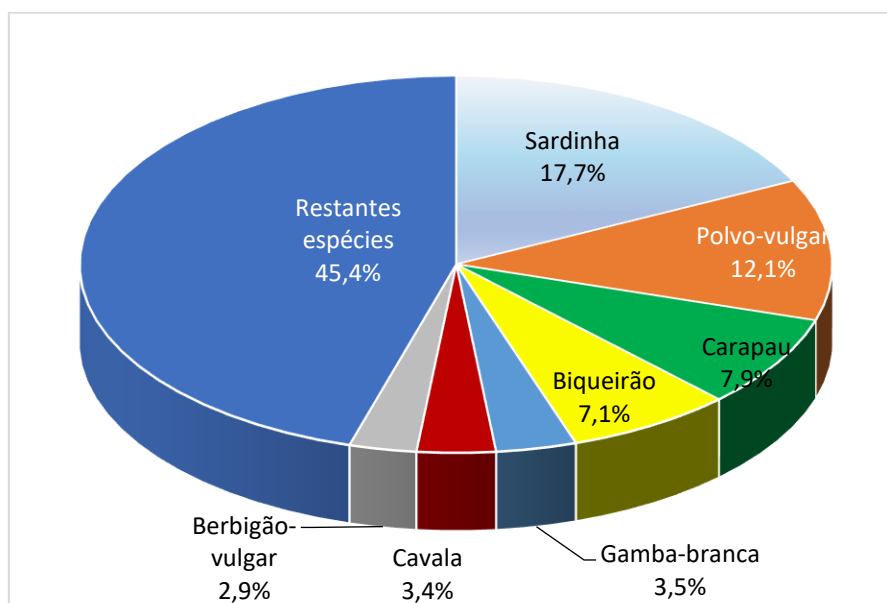


Gráfico 9 - 2025 - Espécies c/ valores de vendas > = a 2,5% do Valor Total



## 10. Gabinete de Auditoria Interna (GAI)

O Gabinete de Auditoria Interna é uma unidade orgânica flexível que reporta diretamente ao Conselho de Administração, que tem como objetivo auxiliar a organização a alcançar os seus objetivos, adotando uma abordagem sistemática e disciplinada para melhorar a eficácia, a eficiência, a confiança e integridade da informação e a qualidade dos serviços prestados, contribuir para a melhoria dos processos de governação, de gestão de risco e de controlo e, ainda, para a melhoria da conformidade legal e regulamentar.

O GAI, enquanto unidade orgânica com competências para assessorar o Conselho de Administração nos processos de avaliação e de controlo de riscos internos, desenvolveu um conjunto de atividades fundadas no seu plano de atividades, aprovado em 10 de abril de 2025, e nas solicitações pontuais do Conselho de Administração.

A principal função do GAI é a verificação do cumprimento dos procedimentos e regras estabelecidas pela administração, bem como a avaliação do processo de gestão. Esta atividade é norteada pelo Código de Ética, pelas Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna e pelas Práticas Recomendadas e tem como princípios basilares a integridade, a objetividade, a confidencialidade e a competência.

O Gabinete de Auditoria Interna deve contribuir para que a organização atinja os seus objetivos e melhore os seus processos de gestão de risco e controlo.

### Síntese das Atividades Realizadas

De supervisão geral do sistema de controlo interno:

1. Elaboração do Relatório de Avaliação Anual do Programa de Cumprimento Normativo da Docapesca que incluiu o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção, tal como determinado no Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabelece o regime geral de prevenção da corrupção, relativo ao cumprimento do ano de 2024 e do fecho do ciclo programático 2022-2024.
2. Preparação do processo de Revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção para o ciclo programático 2025-2027 e elaboração do respetivo plano, tal como estabelecido no mesmo regime geral de prevenção da corrupção.
3. Elaboração do Relatório Anual do Sistema de Controlo Interno relativo ao cumprimento do ano de 2024, no âmbito do cumprimento do estabelecido no regime geral de prevenção da corrupção.
4. Elaboração dos Relatórios de Avaliação Anual e de Avaliação Intercalar do Plano de Gestão de Riscos alinhado com o Plano Estratégico 2023-2025.
5. Elaboração do Relatório Anual das Reclamações recebidas no ano de 2024.

6. Enquanto membro representado na Comissão de Ética, acompanhamento da gestão do Canal de Denúncia interno, coadjuvado pelos preexistentes Canais de Comunicação de Irregularidades e de Reclamações, os quais constituem mecanismos de prevenção, deteção e sancionamento de ilicitudes praticadas contra ou através da entidade, no âmbito do regime geral de prevenção da corrupção e da Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que estabelece o regime geral de proteção de denunciadores de infrações<sup>1</sup>.
7. Revisão do procedimento interno de receção e resposta a reclamações dos utentes.
8. No âmbito da informação da prestação de contas às entidades externas, procedeu-se à preparação da informação a fornecer para o Relatório de Governo Societário, para o Revisor Oficial de Contas, para o Tribunal de Contas, para o Mecanismo Nacional Anticorrupção, para o Reporte da informação de Sustentabilidade referente à atuação da Docapesca no âmbito da ética e corrupção e a incluir no Relatório e Contas da empresa relativo ao exercício do ano de 2024, bem como o fornecimento de dados ao IGAMAOT.

De avaliação do sistema de controlo interno:

1. No âmbito das auditorias programadas, foram executadas as auditorias a seguir elencadas, as quais abrangeram várias lotas da totalidade das Direções de Portos e Lotas:
  - a) Auditoria aos Sistemas de Videovigilância.
  - b) Auditoria ao Controlo Administrativo dos Contratos de Abastecimento de Pescado.
  - c) Auditoria de Acompanhamento à Verificação da Ocupação de Espaços no Porto de Pesca da Figueira da Foz.
  - d) Auditoria às Caixas para o Acondicionamento do Pescado.
  - e) Auditoria de Acompanhamento aos Procedimentos de Autorização de Saída de Pescado Isento da Primeira Venda em Lota (retribuições em espécie).
2. Foram iniciadas novas auditorias, nomeadamente a Auditoria sobre a Alteração dos Lotes, a Auditoria sobre a Classificação do Pescado e a Auditoria sobre a Segurança dos Acessos ao Sistema da Primeira Venda, tendo sido transferidas para o plano anual de atividades de 2026, devido ao fornecimento atemporal dos dados pelas unidades orgânicas e à necessidade de cumprimento das obrigações legais de reporte por parte do GAI.
3. Por solicitação do CA, e da Responsável pelo Programa de Cumprimento Normativo, foram ainda desenvolvidas outras ações, como sejam a elaboração de pareceres e o apoio ao nível dos elementos a publicar na internet e intranet da empresa, como o cumprimento de obrigações legais no novo site da Docapesca, em particular ao nível da página da Transparência Administrativa, e ainda a preparação dos elementos a publicar na Plataforma RGPC do Mecanismo Nacional Anticorrupção, estabelecidos no regime geral de prevenção da corrupção.

---

<sup>1</sup> Transpondo a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União.

## 11. Gabinete de Planeamento e Controlo Orçamental (GPCO)

O Gabinete de Planeamento e Controlo Orçamental é uma unidade orgânica flexível que reporta diretamente ao Conselho de Administração, que prepara o plano de atividades e orçamento anual e plurianual, em colaboração com as Direções e Gabinetes acompanhando e assegurando a sua execução ao longo do ano e, em particular, controlando a execução dos rendimentos e gastos reais e verificando a sua adequação face ao previsto. Relata e explica desvios existentes, sugerindo eventuais medidas de correção.

O Gabinete de Planeamento e Controlo Orçamental produz informação para avaliar o desempenho da organização nas suas diversas vertentes: humana, financeira, operacional e comercial. Visa também assegurar a execução da estratégia através da comparação de resultados com os objetivos estratégicos delineados pelo Conselho de Administração. Prepara e disponibiliza indicadores de gestão que permitem fundamentar a tomada das decisões de gestão.

No âmbito das suas competências, no ano de 2025 o GPCO desenvolveu, entre outras, as atividades que de seguida se enumeram:

- Anuais:
  - Relatório de Gestão e Contas do Exercício 2024, em articulação com a Direção Financeira, contando ainda com a colaboração de diferentes unidades orgânicas;
  - Preparação de informação necessária para aprovação das contas do exercício de 2024, em articulação com o representante do acionista;
  - Relatório do Governo Societário 2024;
  - Orientações para o Plano de Atividades e Orçamento 2026 (PAO 2026) e o respetivo calendário para todas as unidades orgânicas da empresa;
  - Preparação e apresentação ao Conselho de Administração do PAO 2026 e posterior submissão na plataforma Sistema de Informação do Sector Empresarial do Estado (SISEE);
  - Entrega, no SISEE, do Plano de Atividades e Orçamento, que inclui o Plano de Investimentos, para o triénio 2026-2028;
- Trimestrais:
  - Relatórios de atividades referentes ao 4.º trimestre de 2024 e aos 1.º, 2.º e 3.º trimestres de 2025, com a colaboração de todas as unidades orgânicas;
  - Relatórios de execução orçamental referentes ao 4.º trimestre de 2024 e aos 1.º, 2.º e 3.º trimestres de 2025, mapas financeiros referentes aos mesmos trimestres e respetiva submissão dos mapas financeiros (SISEE);
- Mensais:
  - Elaboração dos relatórios de execução orçamental referentes aos meses de janeiro, fevereiro, abril, maio, julho, agosto, outubro e novembro de 2025;
  - Preparação dos mapas financeiros mensais nos formulários do SISEE e respetiva submissão;

- Conferência do pescado transacionado contabilizado no sistema de informação de gestão, através das taxas da 1.<sup>a</sup> venda (armador e comprador), face aos valores constantes na estatística de pescado, para deteção de eventuais incorreções;
- Outras atividades:
  - Preparação de informação solicitada pelo Conselho de Administração em diferentes âmbitos e apoio elaboração de ordens de serviço e de ofícios diversos para o acionista;
  - Colaboração com o Conselho Fiscal e com o Revisor Oficial de Contas;
  - Elaboração de novos procedimentos para inclusão no Manual de Procedimentos da Docapesca;
  - Avaliação de viabilidade dos projetos de investimento cuja execução representa um valor superior a 1% do valor do ativo corrente e não corrente (valor obtido a partir do balanço da Docapesca de 31 de dezembro de 2025);
  - Avaliação dos estudos económico-financeiros apresentados na sequência de pedido de atribuição de licença de utilização privativa na área de jurisdição da empresa;
  - Monitorização e recolha dos dados da execução das atividades realizadas pelas diferentes U.O. na plataforma ASANA;
  - Análise e validação dos pedidos de cabimento solicitados e emissão das declarações cujo pedido esteja conforme;
  - Acompanhamento e implementação do sistema de observação de preços ao longo da cadeia de valor;
  - Atualização dos dashboards com os principais indicadores de negócio - apresentados na ferramenta Power BI;
  - Acompanhamento e controlo das rubricas de conservação e reparação em conjugação com a DSM Acompanhamento e controlo das rubricas de conservação e reparação em conjugação com a DSM.
  - Análise das condições financeiras, e respetivo cumprimento, relativamente às concessões atribuídas pela Docapesca;
  - Recolha e tratamento de informação contabilística, com vista à preparação de um relatório sobre as taxas de primeira venda.
  - Recolha e tratamento de informação contabilística, com vista à preparação de um relatório sobre o processo de produção e compra de gelo, bem como a avaliação do negócio de venda do gelo.
  - Auditoria interna no âmbito da norma ISO 9001 e implementação de procedimentos internos;
  - Auditoria de certificação (fase 1) da norma ISO 9001;

## 12. Gabinete de Novos Mercados e Inovação (GNMI)

### Desenvolvimento de uma nova área comercial

O GNMI desenvolveu um conjunto de contactos para estabelecer parcerias com empresas que atuem nas áreas comercialmente relevantes para a fileira do pescado com o objetivo de comercializar, em associação, bens ou serviços.

### Primeira Venda

Reforçar a presença de mais compradores em lota e uma comunicação mais eficiente para a frota e compradores, nesse contexto têm sido desenvolvidas iniciativas para:

- Operacionalização do acordo entre a Docapesca e a Asociación de Empresarios Mayoristas de Pescados de Madrid – preparação do projeto piloto de comercialização de pescado, agregação da Propeixe e da Apropesca, enquanto representantes dos associados da AEMPM, no quadro do acordo de comercialização;
- Captação de compradores grossitas espanhóis – início dos contactos com a associação de grossitas de pescado do Mercabarna e início dos contatos com o mercado de Rungis (Paris);
- A desenvolver um mecanismo de informação sobre a os melhores momentos de venda (frota) e compra (comerciantes).
- Acordo com o AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal a mobilização de apoio financeiro para a realização de missões inversas. A AICEP mantém o compromisso de mobilização deste apoio para o ano de 2026.

### Aprofundamento do CCL e a sua comercialização:

- Operacionalização do acordo entre a Docapesca e a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) / desenho do novo sistema CCL restauração. O acordo entre a Docapesca e a AHRESP entrou em vigor em novembro de 2025.

### Candidatura a projetos extra Mar 2030

- Foram apresentadas duas candidaturas – Erasmus + (operação de gruas, mergulho), Interreg Atlântico (Economia circular / lixo passivo) em cooperação com Associação Ocean Watch / Peniche;
- Foi entregue a candidatura ao projeto Porto de Pesca Net Zero (Matosinhos / Sesimbra) no programa LIFE (23 de setembro), a candidatura envolveu em consórcio 13 participantes.
- Preparação para decisão da administração do projeto de consórcio para uma candidatura ao: HORIZON-MISS-2027-03-OCEAN-03: Green, circular and resilient harbours.

### Identificação de melhores práticas e partilha de conhecimento

- Protocolo com a Associação dos grossitas de pescado de Madrid/Mercamadrid, que tem como objetivo colaboração comercial/institucional e melhores práticas, o mesmo processo encontra-se um curso em relação à Associação de grossitas de pescado do Mercabarna;

- Protocolo com a Lotaçor para o aprofundamento das relações institucionais e técnicas;
- Protocolo com a Fundação Mirpuri para o desenvolvimento de substitutos do plástico por biopolímero aplicáveis ao setor;
- Tem sido feito um trabalho com a associação Fórum Oceano na identificação de potenciais parcerias para partilha de conhecimento e colaboração empresarial – encontra-se em estudo o desenvolvimento de um projeto para a gestão de créditos de carbono azul em Vila Real de Santo António;
- Foi desenvolvido um trabalho de colaboração com a associação Ocean Watch/Peniche para reforçar a ação da associação na reciclagem de plásticos em colaboração com a Docapesca e candidatura conjunta ao Interreg Atlântico com o propósito de aprofundar a sua ação de reciclagem de plásticos com origem na frota;
- Colaboração com a Promaior e a empresa Uptime para a introdução de dispositivos EPIRB pessoais;
- Colaboração com a Hefring Marine para a introdução de instrumentos de navegação/poupança;
- Encontra-se em preparação uma colaboração com a certificação Aquaculture Stewardship Council para reforçar o enquadramento da Docapesca na área da Aquicultura.

#### Expofish

- Desenvolvimento do modelo / tema / estrutura do evento Expofish 2025.
- A 5.ª edição da Expo Fish Portugal, decorreu no Museu Marítimo de Ílhavo, de 9 e 10 de dezembro

#### Expo Osaka

- Desenvolvimento do modelo de missão empresarial e subsequente apoio técnico.
- A Docapesca participou na Expo Osaka 2025, numa missão que une tradição, inovação e internacionalização. A Semana do Mar no Pavilhão de Portugal, organizada pela Docapesca, pelo Fórum Oceano e pela DGPM, decorreu de 17 a 22 de setembro.



# 6

## **RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS**







































# ANEXOS TABELA GRI

## Tabela GRI

<b>DECLARAÇÃO DE UTILIZAÇÃO</b>		Página
<p>Este relatório foi preparado de acordo com os Standards GRI 1: Fundamentos 2021 para o período de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.</p> <p>Cap. 1 Introdução</p>		
<b>CONTEÚDOS GERAIS</b>		
Referente à norma publicada em 2021.		
GRI 2: CONTEÚDOS GERAIS	StandardCS RD	
PERFIL ORGANIZACIONAL		
2.1 Detalhes da organização	---	
<p>Nome: Docapesca – Portos e Lotas, SA</p> <p><b>Tipo e natureza jurídica da propriedade</b></p> <p>A Docapesca – Portos e Lotas, SA é uma empresa do Setor Empresarial do Estado, tutelada pelo Ministério do Mar e pelo Ministério das Finanças.</p> <p>Localização da sua sede: Av. Brasília – Pedrouços 1400-038 Lisboa</p>		
2.2 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	[ESRS 2 BP-1]	
Este relatório incide sobre as atividades da Docapesca – Portos e Lotas, S.A.		
2.3 Período do relatório, frequência e pontos de contacto	---	
<p>O presente Relatório abrange o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025.</p> <p><b>Contactos para questões sobre o relatório</b></p> <p>Docapesca – Portos e Lotas, SA Av. Brasília – Pedrouços, 1400-038 Lisboa, Tel. 21 393 61 38 • Fax 21 393 61 01, email: <a href="mailto:area.sustentabilidade@docapesca.pt">area.sustentabilidade@docapesca.pt</a></p> <p>Cap. 1 Introdução</p>		
2.4 Reformulação de informações	[ESRS 2 BP-2]	
<p>Atualização dos valores de capitalização de 2023:</p> <p>Capitalização – Capital Próprio de 28 055 263 € para 28 055 264€;          Capitalização – Passivo de 22 456 607 € para 21 630 603 €.</p> <p>Atualização dos valores GRI 404-1.</p>		
2.5 Verificação externa	---	
A informação constante do relatório não foi sujeita a uma verificação externa por uma entidade independente.		---

## 2.6 Atividades, cadeias de valor e outras relações negociais

[ESRS 2  
SBM-1]

A Docapesca opera no território de Portugal continental, no litoral de Caminha a Vila Real de Santo António. Serve vários setores da economia: setor primário das pescas e o setor terciário; fornecimento do serviço público de primeira venda de pescado; fornecimento de serviços da cadeia de frio, incluindo venda de gelo, entrepostos frigoríficos concessionados a terceiros; mercados de segunda venda - retalho alimentar; prestação do serviço de fornecimento de dados estatísticos (universidades, centros de investigação, associações de pescadores, organizações de produtores, entre outros); cativações para a Segurança Social, para os sindicatos, entre outros; serviços associados à náutica de recreio, estaleiros navais, emissão de títulos de utilização, licenças.

A Docapesca conta com um conjunto diversificado de clientes, dos quais se destacam os armadores, os compradores de pescado do retalho alimentar e estabelecimentos do canal HORECA, as organizações de produtores, as empresas da indústria conserveira. Como beneficiários temos pescadores, armadores, sindicatos, mútuas e [Relatório de Sustentabilidade de 2017-2020](#), Cap. 2.2 O negócio Docapesca (pág. 13-14).

### Dimensão da organização

	2023	2024	2025
Número de Trabalhadores	485	472	468
Vendas Líquidas / Receitas Líquidas	29 932 240 €	29 043 305 €	30 094 704 €
Capitalização – Capital Próprio	28 055 264 €	29 649 705 €	29 981 576 €
Capitalização – Passivo	22 456 603 €	23 502 117 €	20 068 910 €

### Cadeia de fornecedores

Ponto 4 - Cap. 5 f) Compras sustentáveis e gestão de fornecedores

129

### Alterações significativas na organização ou na sua cadeia de fornecedores

No período de relato ocorreram várias alterações significativas com uma nova composição do Conselho de Administração da empresa. Ao nível do seu organigrama, em 2025 foram publicadas as seguintes alterações, que entram em vigor em 2026: a extinção dos Gabinetes de Novos Mercados e Inovação (funções integradas na Direção Comercial, Comunicação e Marketing) e de Assessoria Técnica e da Direção de Segurança e Manutenção (integrada na Direção de Infraestruturas e Modernização de Ativos, através do Núcleo de Obras Dominiais e Fiscalização). Ao nível dos núcleos foi também criado o Núcleo de Contratação Pública, integrado na Direção Jurídica. O Núcleo de Sistemas de Informação Geográfica transitou para a Direção de Infraestruturas e Modernização de Ativos.

## 2.7 Colaboradores

[ESRS 2  
SBM-1;  
ESRS S1-6]

Número total de trabalhadores por duração de contrato e por género		2023	2024	2025
Contrato sem termo	Homens	356	341	341
	Mulheres	115	109	113
	Subtotal	471	450	454
Contrato a termo certo	Homens	9	15	10
	Mulheres	5	7	4
	Subtotal	14	22	14
Total Trabalhadores		485	472	468

Número total de trabalhadores por duração de contrato e por região	2023	2024	2025
--	------	------	------

Contrato sem termo	Sede	79	75	70
	Norte	18	17	18
	Matosinhos	45	44	43
	Centro Norte	58	54	57
	Centro	85	83	86
	Centro Sul	67	66	67
	Algarve	119	111	113
	Subtotal	471	450	454
Contrato a termo certo	Sede	1	5	3
	Norte	1	3	0
	Matosinhos	2	1	0
	Centro Norte	0	4	2
	Centro	3	3	2
	Centro Sul	2	2	2
	Algarve	5	4	5
	Subtotal	14	22	14
<b>Total Trabalhadores</b>	<b>485</b>	<b>472</b>	<b>468</b>	

Notas: Os dados reportam-se ao número de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro de cada ano.

Número total de trabalhadores por tipo de contrato e por género		2023	2024	2025
Tempo integral	Homens	363	353	348
	Mulheres	120	116	117
	Subtotal	483	469	465
Tempo parcial	Homens	2	3	3
	Mulheres	0	0	0
	Subtotal	2	3	3
<b>Total Trabalhadores</b>	<b>485</b>	<b>472</b>	<b>468</b>	

## 2.8 Outros trabalhadores

[ESRS S1-7]

Excepto os trabalhadores provindos do Ex-IPTM e os trabalhadores em regime de Acordo por Cedência de Interesse Público e, portanto, com vínculo público, no ano de reporte não se registaram trabalhadores não colaboradores. Todos os restantes trabalhadores que contribuem com a organização possuem vínculo formal de emprego com a empresa Docapesca.

## GOVERNAÇÃO

### 2.9, 2.10 e 2.11 Estrutura de Governança e Gestão

[ESRS 2 GOV-1; ESRS G1-5]

Consultar informação referente ao [organigrama e órgãos sociais](#), assim como os [Estatutos da Docapesca](#) (Aviso n.º 9989/2018, 26 de julho de 2018, publicado na 2.ª série do Diário da República), disponível no [site](#) da empresa.

A Docapesca tem constituído, desde 2011, um Grupo de Trabalho para a Sustentabilidade (GTS). O GTS tem como atribuições a coordenação do processo de elaboração do relatório de sustentabilidade e o acompanhamento das ações desenvolvidas pela empresa neste âmbito. A implementação das ações de sustentabilidade, previstas no plano de atividades/investimentos e orçamento, é assegurado pelas Direções/Gabinetes com atribuições neste âmbito.

## ESTRATÉGIA

### 2.22 Declaração da Administração

[ESRS 2  
BP-2;  
ESRS 2  
SBM-1]

Ponto. 1

5

### 2.23 Compromissos relacionados com políticas

[ESRS G1-  
1; ESRS  
E1-2;  
ESRS S1-  
1; ESRS  
S2-1;  
ESRS S3-  
1; ESRS  
S4-1]

[Relatório de Sustentabilidade de 2017-2020](#), Cap. 3.1 Compromisso com a sustentabilidade (pág. 15-17), Cap. 4. Os nossos mares (pág. 26-34), Cap. 6. As nossas operações (61-78)

Ponto 4 - Cap. 2 b) Ética, transparência e credibilidade

Consultar também o [site da Docapesca](#), [Missão e Estratégia](#)

102

### 2.24 Incorporação de compromissos

[ESRS 2  
GOV-2;  
ESRS S1-  
4; ESRS  
S2-1;  
ESRS S2-  
4; ESRS  
S3-4;  
ESRS S4-  
4; ESRS  
G1-1]

As políticas e compromissos da Docapesca são divulgados através de canais internos e ações de sensibilização e formação, assegurando a sua compreensão e aplicação pelos trabalhadores e órgãos sociais. A implementação é acompanhada pelos órgãos de gestão e estruturas internas competentes.

### 2.25 Processos para remediar impactes negativos

[ESRS S3-  
1; ESRS  
S3-3;  
ESRS S3-  
4; ESRS  
S4-1;  
ESRS S4-  
3; ESRS  
S4-4]

No que diz respeito às reclamações e no âmbito das competências da empresa, existem dois tipos de reclamações formalmente distintas: (1) as reclamações de pescado, ao abrigo da prestação do serviço de primeira venda, apesar da empresa nunca ser detentora do pescado; e (2) as reclamações relativas aos serviços prestados pela empresa.

No que respeita ao pescado, são geridas como reclamações as situações que coloquem em causa a conformidade e segurança alimentar do produto, bem como as respeitantes às espécies, tamanho e grau de frescura. Todas as reclamações são registadas. No âmbito

da segurança alimentar são registadas, sendo analisada a causa da não conformidade, definidas as ações de correções consideradas necessárias, pelos responsáveis pela segurança alimentar. No caso de reclamações efetuadas que não coloquem em causa a segurança do produto, são geridas como ocorrências, sendo registadas no impresso de registo de ocorrências, documentando a decisão tomada pelo responsável. Se a reclamação estiver relacionada com a espécie, o tamanho ou o grau de frescura, é feito um registo da mesma, e é efetuada a respetiva avaliação. Caso se conclua que o comprador tem razão, e sempre com autorização superior, são efetuadas as devidas correções à fatura. eNo que se refere às reclamações efetuadas no âmbito dos restantes serviços prestados pela empresa, encontram-se disponíveis vários canais de reclamação: livro de reclamações eletrónico acessível a partir do *site* da empresa, um formulário e um email para comunicar irregularidades, também disponível a partir do *site* da Docapesca, livros de reclamações físicos disponíveis nos estabelecimentos da empresa. Salienta-se ainda que a empresa tem uma Política de Comunicação de Irregularidades que se encontra disponível para consulta no referido *site*.

[ESRS S1-3; ESRS S2-3; ESRS S3-3; ESRS S4-3; ESRS G1-1; ESRS G1-3]

## 2.26 Mecanismos para procurar aconselhamento e levantar questões

Cap. 2 b) Ética, transparência e credibilidade

Consultar também o *site* da Docapesca, [Práticas de Bom Governo](#) e [Canal de Comunicação de Irregularidades](#)

## 2.28 Participação em associações

A Docapesca participa nas seguintes associações:

Nome da entidade	Exerce funções nos Órgãos Sociais	Participa em projetos ou comissões
ADEPE		
Algarve STP		
Associação dos Portos de Portugal	X	
Associação Portuguesa de Portos de Recreio		
BBA		
ENA	X	X
Fórum Oceano	X	
Hub Azul do Algarve		X
IPAI		
Liga dos Amigos de Sesimbra		
PIANC		
PortugalFoods		
S2Aqua		
Smartocean		X

Adicionalmente a Docapesca participa na Fileira do Pescado e no *Portugal Sou Eu*.

## 2.29 Abordagem ao envolvimento das partes interessadas

A Docapesca identifica como grupos de partes interessadas:

- Tutela e acionista
- Clientes
- Trabalhadores
- Concedentes e fornecedores
- Associações representativas dos pescadores e da náutica de recreio
- Grupos de ação costeira
- Regulação e fiscalização
- Entidades públicas tuteladas pelo ministério do mar
- Entidades locais e regionais
- Comunidade
- Sindicatos

Parcerias/ investigação

[Consultar Relatório de Sustentabilidade de 2017-2020.](#)

Cap.3.4 Envolvimento das partes interessadas (pág. 21-22)

Como canais de comunicação transversais aos grupos de PI, refiram-se os e-mails, o [site](#) e as redes sociais da Docapesca ([Facebook](#), [Instagram](#) e [LinkedIn](#)), assim como o [canal de comunicação de irregularidades](#). A Docapesca está abrangida pela obrigatoriedade de apresentar [Livro de Reclamações](#).

De referir que participa ainda em várias associações ligadas ao setor e grupos de trabalho, como parte da sua estratégia de estreitamento de relações e atuação colaborativa.

Tutela e Acionista	Clientes	Trabalhadores	Concedentes E Forn
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões regulares</li> <li>• Assembleias-gerais (ordinária e extraordinária)</li> <li>• Relatório e Contas</li> <li>• Relatórios regulares de informação diversa</li> <li>• Respostas a solicitações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Balcões de atendimento</li> <li>• Reuniões</li> <li>• Inquéritos de satisfação do cliente</li> <li>• Reclamações e sugestões</li> <li>• Resposta a solicitações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Intranet (em desenvolvimento)</li> <li>• Consulta aos trabalhadores no âmbito da SST</li> <li>• Organização e participação em celebrações festivas e outras atividades relevantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões regular</li> <li>• Resposta a solici</li> </ul>
Ass. Represent. Pescadores e da Náutica De Recreio	Grupos de Ação Costeira	Regulação e Fiscalização	Entidades Públicas T Pelo Ministério Do M
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões regulares</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões regulares</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões regulares</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões regular</li> </ul>

- Participação em projetos comuns
- Disponibilização regular de informação
- Participação em projetos comuns
- Disponibilização regular de informação
- Presença esporádica para a realização de ações inspetivas
- Presença assídua nas lotas e nos Portos de Pesca
- Respostas a solicitações
- Participação em projetos comuns e grupos de trabalho
- Respostas a solicitações
- Disponibilização regular de informação

Entidades Locais e Regionais	Comunidade	Sindicatos	Parcerias/ Investigações
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões regulares</li> <li>• Realização de eventos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilização de informação</li> <li>• Realização de eventos</li> <li>• Participação em projetos pontuais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões regulares com o Conselho de Administração e com os trabalhadores, no âmbito dos seus direitos laborais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões regulares</li> <li>• Protocolos</li> <li>• Participação em projetos comuns e grupos de trabalho</li> </ul>

### 2.30 Acordos de negociação coletiva

[ESRS S1-8]

	2023	2024	2025
N.º total de trabalhadores abrangidos por acordos de negociação coletiva	440	433	430
N.º total de trabalhadores	485	472	468
Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de negociação coletiva (%)	91%	92%	92%

Notas: Os dados reportam-se ao número de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro de cada ano. Os restantes trabalhadores não abrangidos por negociação coletiva são funcionários públicos a exercer funções na Docapesca através de Acordo de Cedência de Interesse Público.

## GRI 3: TÓPICOS MATERIAIS

### 3.1 Processo de definição de temas materiais

[ESRS 2 BP-1; ESRS 2 IRO-1]

[Relatório de Sustentabilidade de 2017-2020](#), Cap.3.3 Os nossos tópicos materiais (pág. 19-20)

---

### 3.2 Lista de tópicos materiais

[ESRS 2 BP-2; ESRS 2 SBM-3]

A Docapesca identifica como tópicos materiais:

- Ética, transparência e credibilidade
- Preservação dos recursos e ecossistemas marinhos
- Lixo marinho
- Maximização do valor do pescado
- Atratividade da primeira venda em lota
- Comunicação e sensibilização do consumidor
- Inovação, investigação e desenvolvimento
- Gestão do talento
- Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores
- Interação com a comunidade
- Manutenção e modernização dos estabelecimentos
- Segurança alimentar e certificações
- Energia e mobilidade
- Gestão de água e efluentes

- Promoção da economia circular
- Compras sustentáveis e gestão de fornecedores
- Alterações climáticas

Relativamente ao último relato de sustentabilidade foi adicionado o tema “Alterações climáticas” aos tópicos materiais.

### 3.3 Gestão dos temas materiais

[ESRS 2  
BP-2;  
ESRS 2  
SBM-1;  
ESRS 2  
SBM-3]

[Os princípios de precaução da Docapesca incluem os seus tópicos materiais. Relatório de Sustentabilidade de 2017-2020](#), Cap. 3.1 Compromisso com a sustentabilidade (pág. 15-17), Cap. 4. Os nossos mares (pág. 26-34), Cap. 6. As nossas operações (61-78)

Cada tópico material apresenta, no início do respetivo subcapítulo deste documento e mais em detalhe no [Relatório de Sustentabilidade de 2017-2020](#), informação introdutória sobre a sua relevância para a Docapesca. [Relatório de Sustentabilidade de 2017-2020](#), Cap.3.3 Os nossos tópicos materiais (pág. 19-20)

Cada tópico material apresenta, no respetivo subcapítulo deste documento e mais em detalhe no [Relatório de Sustentabilidade de 2017-2020](#), informação sobre a estratégia, políticas e compromissos definidos, responsabilidades, entre outras informações relevantes, que refletem a forma de gestão da Docapesca. Adicionalmente, apresenta-se uma seleção de ações específicas, tais como projetos, programas e iniciativas, desenvolvidas pela Docapesca, como forma de ilustrar a concretização da sua gestão neste âmbito.

A Docapesca realiza a monitorização e avaliação regular dos indicadores associados a cada tópico e definidos no âmbito da sua estratégia. Para avaliar a eficácia da forma de gestão, conta também com os resultados de auditorias (internas e externas), de inspeções e de outras atividades de supervisão, assim como com a avaliação das ações empreendidas para tratar riscos e oportunidades e *feedback* dos *stakeholders*. De referir que a empresa está sujeita a supervisão e controlo externo por parte de várias entidades e organismos, nos termos legalmente previstos para as empresas do Setor Empresarial do Estado, como por ex., a Entidade do Tesouro e Finanças (ETF) a Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização da Direção-Geral de Recursos Naturais, segurança e Serviços Marítimos (DGRM), a Inspeção-Geral de Finanças (IGF), o Tribunal de Contas, a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT).

**CONTEÚDOS ESPECÍFICOS**
**DESEMPENHO ECONÓMICO**
**GRI 201: DESEMPENHO ECONÓMICO**

Referente à norma publicada em 2016

**201-1 Valor económico direto gerado e distribuído**
**[ESRS 2  
SBM-1]**

	2023	2024	2025
<b>I) Valor Económico Direto Gerado</b>	29 932 240 €	29 043 305 €	30 094 704 €
Receitas	29 932 240 €	29 043 305 €	30 094 704 €
<b>II) Valor Económico Direto Distribuído (Custos operacionais)</b>	36 766 982 €	29 026 111 €	28 795 779 €
Despesas com financiadores e acionistas	13 076 €	46 019 €	11 746 €
Despesas com o Estado e outras entidades públicas	392 920 €	522 770 €	416 982 €
Despesas com investimentos efetuados na comunidade	12 013 659 €	4 277 781 €	3 758 319 €
Despesas com pessoal	14 205 139 €	14 243 379 €	14 731 568 €
Despesas operacionais	10 142 188 €	9 936 162 €	9 877 165 €
<b>III) Valor Económico Acumulado (I-II)</b>	-6 834 742 €	17 194 €	1 298 925 €

De referir que a Docapesca recebeu apoio financeiro por parte do Governo, decorrente do Programa Operacional MAR 2030.

**201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas**
**[ESRS 2  
IRO-1;  
E1-9]**

Foi realizada uma avaliação de diferentes categorias de riscos físicos (agudos e crónicos) e de transição (nos quais se enquadram riscos políticos e jurídicos, tecnológicos, de mercado e reputacionais) segundo os horizontes temporais definidos pela diretiva CSRD:

- Curto prazo: período adotado pela empresa como relato das suas demonstrações financeiras, o que no caso da empresa Docapesca é de 1 ano;
- Médio prazo: a partir do final do curto prazo e até 5 anos;
- Longo prazo: mais de cinco anos.

O 6.º Relatório do IPCC<sup>2</sup> elenca um conjunto de cenários que são resultado da combinação fatores climáticos (*Representative Concentration Pathways*) e socioeconómicos (*Shared Socioeconomic Pathways*). Os cenários variam desde o mais otimista e conservador SSP1-1.9 (com o aumento da temperatura global inferior <1.5 °C até 20100) até ao mais pessimista e insustentável do ponto de vista da utilização dos recursos, SSP5-8.5 (>4 °C). As categorias de riscos (físicos e de transição) da empresa foram avaliadas de acordo com o cenário SSP1-2.6: aquecimento global abaixo de 2.0°C relativamente à temperatura de 1950-1900, implicando que as emissões líquidas de gases com efeito de estufa atinjam zero na segunda metade do século. O cenário SSP1 – 2.6 representa uma trajetória de desenvolvimento sustentável e baixas emissões compatível com os objetivos do Acordo de Paris, não sendo o cenário mais otimista. Este cenário foi utilizado para testar a robustez dos processos de identificação e avaliação. Cenários com maior aquecimento, como SSP2-4.5 ou SSP5-8.5, podem levar a diferentes níveis de risco e oportunidades, pelo que a empresa acompanhará a evolução de cenários climáticos relevantes. Para o ano 2025, a avaliação de impactos, riscos e oportunidades incluiu 16 lotas e respetivas instalações portuárias (Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Matosinhos, Aveiro, Figueira da Foz, Nazaré, Peniche, Sesimbra, Setúbal, Sines, Lagos, Sagres, Portimão, Olhão, Quarteira e Vila Real de Santo António), focando-se nos riscos com maior probabilidade tendo em conta as suas localizações costeiras

e maior relevância para a atividade da empresa. Para tal, e estando conscientes da incerteza da avaliação de impactos dos riscos climáticos, recorreu-se a ferramentas de modelação de cenários climáticos diversos.

Os cenários para avaliação de risco de inundação e escassez de água foram realizados com recurso à ferramenta *Water Risk Filter da WWF* (World Wide Fund for Nature). Os fenómenos de inundação, são um risco que varia entre o baixo e o médio nas instalações avaliadas e até ao horizonte de 2030 (SSP1-2.6), sendo um risco já no curto prazo.

A subida do nível médio do mar é também particularmente importante devido à operação da empresa e consequente localização. Os cenários para este risco foram realizados com recurso à ferramenta *Climate Central*. Através destes cenários foi possível averiguar que no médio e longo prazo, é possível que as localizações avaliadas se encontrem abaixo do nível anual de inundação, o que indica exposição a eventos de inundação pelo menos uma vez por ano, com potencial impacto nas infraestruturas, na continuidade das operações e na segurança das pessoas.

A escassez de água em Portugal continental é já uma realidade nas estações mais quentes, e tendo a atividade da empresa uma necessidade de utilização deste recurso para as suas operações, torna-se relevante avaliar este risco. Este varia entre médio e elevado para as instalações avaliadas.

O aumento da temperatura média mundial é já um dado adquirido, havendo um impacto para as operações da empresa, o grau desse aumento. O Acordo de Paris prevê que aumento da temperatura média mundial não deve exceder 1,5° C até ao final do século, contudo, esta previsão otimista de aumento é condicionada a uma variedade de medidas de sustentabilidade a nível global.

As instalações da Docapesca já sofreram o impacto de eventos climáticos extremos, pelo que este é um risco atual, além de ser previsível no longo prazo. Um exemplo da real vulnerabilidade das instalações na atualidade é o furacão Leslie que em 2018 provocou diversos danos nas instalações do Porto de Pesca da Figueira da Foz.

A transição energética é há muito uma prática na Docapesca e tem sido encarada como uma oportunidade de poupança e de inovação tecnológica, com cada vez mais produção de energia renovável para autoconsumo, assim como uma renovação da frota em opções elétricas ou híbridas.

O risco reputacional da transição energética é também um risco não despreciando, pois a ausência de uma estratégia clara de adaptação climática, respostas reativas a eventos extremos ou comunicação insuficiente sobre as medidas adotadas pode comprometer a confiança de *stakeholders* institucionais, comunidades costeiras, utilizadores das infraestruturas e entidades financiadoras.

A alteração da composição das espécies de pescado é uma possibilidade que impactará o mercado, mas primeiramente os ecossistemas. Não sabemos que espécies em concreto poderão vir a ocorrer nas nossas águas nem os seus impactos nos ecossistemas, tanto ao nível do habitat (alteração da composição física do mesmo) como ao nível da teia trófica (que espécies sofrerão competição ou predação), pelo que o aparecimento de uma nova espécie não é um impacto isolado, mas uma cadeia de eventos. Estar a par destas alterações nos ecossistemas da costa portuguesa é essencial para antecipar e prevenir consequências para o mercado do pescado selvagem. Por isso mesmo, a Docapesca mantém contacto próximo e permanente com universidades e centros de investigação, colaborando com diversos projetos e equipas de investigação.

Riscos e oportunidades	Horizonte temporal	Efeitos financeiros	Fase da cadeia de valor	Impactes
<b>Risco físico: Inundação (Risco agudo)</b>	Curto, médio e longo prazos	Capex, Opex, perda de receita, seguros, impacto no mercado	Instalações	Inundações costeiras, fluviais e pluviais podem provocar perda de produto em lota, danos em equipamentos e infraestruturas, o que leva a custos relacionados com essa perda de produto e com a reparação (e ou substituição) de equipamentos e infraestruturas. Estes eventos podem também colocar em risco a segurança das pessoas.

<b>Risco físico: Subida do nível médio do mar (Risco crónico)</b>	Médio e longo prazo	Capex, Opex, perda de receita, seguros, impacto no mercado	Instalações	A médio prazo, a perturbação da operação de portos de pesca devido à subida do nível das águas do mar pode resultar na perda de produto, danos em infraestruturas e equipamentos, e disrupção temporária do serviço. A longo prazo, poderão ser necessárias obras para salvaguarda de infraestruturas ou mesmo a realocização de infraestruturas.
<b>Risco físico: Escassez de água (Risco crónico)</b>	Médio e longo prazo	Capex, Opex	Instalações	A longo prazo a escassez de água pode resultar em dificuldades na operação no que respeita à limpeza dos estabelecimentos, ao abastecimento de água para as operações de descarga, fornecimento de água a comerciantes e produção de gelo para refrigeração do pescado descarregado.
<b>Risco físico: Aumento das temperaturas (Risco crónico)</b>	Longo prazo	Capex, Opex, impacto no mercado	Montante da cadeia de valor Instalações	Necessidade de aumento do consumo de gelo e/ou investimento por parte dos armadores em sistemas de refrigeração. Caso contrário, o pescado chega à lota com menor frescura. Aumento do consumo de gelo e/ou necessidade de investir em sistemas de refrigeração para manter o pescado fresco à temperatura adequada para a venda nas instalações. Tal levará a um maior consumo de energia e, por consequência, maior pegada energética.
<b>Risco físico: Eventos climáticos extremos (Risco agudo)</b>	Curto, médio e longo prazos	Capex, Opex, perda de receita, seguros, impacto no mercado	Montante da cadeia de valor Instalações	Eventos climáticos extremos de pluviosidade, vento ou ondas de calor podem resultar na perda de produto, danos em infraestruturas e equipamentos, disrupção temporária do serviço e colocar em risco a segurança das pessoas.

<b>Risco físico e oportunidade de mercado: Transição energética (Risco de mercado)</b>	Curto prazo	Capex, Opex, impacto no mercado	Instalações	O investimento em sistemas de produção de energia renovável para autoconsumo (como painéis fotovoltaicos nas coberturas das instalações e parques de estacionamento) reduz as emissões de GEE e o consumo de energia da rede (aumentando o consumo de energias renováveis, pois a rede não tem garantia de ser 100% renovável; e a exposição à variação dos preços da energia).
<b>Risco de transição (risco reputacional)</b>	Curto, médio e longo prazos	Opex, perda de receita, impacto no mercado	Instalações	Caso a Docapesca seja percecionada por parte dos <i>stakeholders</i> como não preparada para antecipar, gerir ou mitigar os impactos das alterações climáticas. Nomeadamente ao nível da adaptação das infraestruturas, da garantia da segurança das pessoas e da continuidade do serviço público.
<b>Risco físico: Alteração da composição das espécies de pescado (Risco crónico)</b>	Longo prazo	Opex, perda de receita, impacto no mercado	Montante da cadeia de valor	Devido ao aumento da temperatura do oceano, prevê-se uma migração das espécies atuais para latitudes mais elevadas e a chegada de espécies que costumam ocorrer em latitudes mais baixas, alterando a composição das espécies de pescado na costa portuguesa. Tal, pode levar à escassez de espécies habitualmente procuradas e resistência por parte do mercado em consumir as novas espécies disponíveis. A tentativa de fornecer as espécies habituais, mas cuja localização será mais a norte, poderá implicar maiores deslocações pelas embarcações de pesca no sentido de as capturar, aumentando os consumos energéticos e o tempo de estadia no mar.

Nota: Os cenários baseados nos SSP são designados por SSPx-y, em que “SSPx” corresponde ao *Shared Socioeconomic Pathway*, que descreve as principais tendências socioeconómicas subjacentes ao cenário, e “y” indica a intensidade do aquecimento esperado até 2100, medida através do forçamento radiativo (expresso em watts por metro quadrado (W/m<sup>2</sup>)).

## GRI 204: PRÁTICAS DE COMPRAS

Referente à norma publicada em 2016

### 204-1 Proporção de despesas com fornecedores locais

---

Ponto 4 - Cap. 5 f) Compras sustentáveis e gestão de fornecedores

129

	2023	2024	2025
Total de custos com fornecedores estrangeiros	35 550 €	82 766 €	86 285,61 €
Total de custos com fornecedores nacionais	28 963 088 €	20 582 695 €	20 635 570,28 €
Total de custos com fornecedores	28 998 638	20 665 460 €	20 721 855,89 €
<b>Percentagem de compras efetuadas a fornecedores nacionais</b>	99,9%	99,6%	99,6%

## GRI 205: COMBATE À CORRUPÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

### 205-2 Comunicação e formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção

[ESRS G1-3]

Ponto 4 - Cap. 2 b) Ética, transparência e credibilidade

102

### 205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas

[ESRS G1-4]

Ponto 4 - Cap. 2 b) Ética, transparência e credibilidade

102

	2023	2024	2025
N.º total de incidentes confirmados de corrupção	0	0	0
N.º total de incidentes confirmados nos quais trabalhadores foram demitidos ou disciplinados devido a corrupção	0	0	0
N.º total de incidentes confirmados nos quais contratos com parceiros de negócio foram terminados ou não renovados devido a violações provocadas por corrupção	0	0	0

## DESEMPENHO AMBIENTAL

### GRI 301: MATERIAIS

Referente à norma publicada em 2016

### 301-1 Consumo total de materiais usados por peso ou volume

[ESRS E5-4]

Ponto 4 - Cap. 5 e) Promoção da economia circular

125

Para o relato do presente indicador considerou-se as caixas para acondicionamento do pescado para a primeira venda, produzidas em polietileno de alta densidade (material não renovável), como sendo a tipologia de material mais representativa da atividade da Docapesca.

### 301-2 Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados

[ESRS E5-4]

Ponto 4 - Cap. 5 e) Promoção da economia circular

125

Para o relato do presente indicador considerou-se as caixas para acondicionamento do pescado para a primeira venda, produzidas em polietileno de alta densidade (material não renovável), como sendo a tipologia de material mais representativa da atividade da Docapesca.

No caso do material reciclado, este diz respeito apenas às caixas de pescado azul, que servem para evitar o contacto direto das restantes caixas (cor-de-laranja e brancas) com o solo. De referir que as caixas cor-de-laranja e brancas, por terem contacto direto com o produto alimentar, são produzidas com matéria-prima virgem.

## GRI 302: ENERGIA

Referente à norma publicada em 2016

### 302-1 Consumo de energia dentro da organização

[ESRS E1-5]

Ponto 4 - Cap. 5.c) Energia e mobilidade

A Docapesca efetua anualmente concursos públicos para o fornecimento de energia elétrica, no sentido de se obterem tarifas mais vantajosas, servindo o seu próprio consumo, mas também o dos seus concessionários/clientes, referentes às instalações cedidas a terceiros, e cujo valor é posteriormente faturado pela empresa. Os consumos de eletricidade reportados são referentes aos portos de pesca: Póvoa de Varzim, Viana do Castelo, Matosinhos, Aveiro, Figueira da Foz, Nazaré, Peniche, Sesimbra, Setúbal, Sines, Sagres, Olhão, Lagos, Rio Arade, Albufeira, Quarteira, Vila Real de Santo António. Para o cálculo da eletricidade consumida pela Docapesca, deduziu-se do total de eletricidade comprada o valor de eletricidade fornecido aos concessionários/clientes. Os consumos de gasóleo e gasolina são referentes à frota da empresa.

122

## GRI 303: ÁGUA E EFLUENTES

Referente à norma publicada em 2018

### 303-1 Interações com a água como um recurso partilhado

[ESRS E3-2]

Ponto 4 - Cap. 5. d) Gestão de água e efluentes

124

### 303-2 Gestão dos impactes relacionados com a descarga de água

---

Ponto 4 - Cap. 5. d) Gestão de água e efluentes

124

### 303-3 Captação de água

[ESRS E3-4]

Ponto 4 - Cap. 5. d) Gestão de água e efluentes

No texto do relatório, a referência a “consumo de água” diz respeito à captação de água, por uma questão de simplificação da linguagem. Neste caso os dados reportam-se exclusivamente a água adquirida a terceiros, i.e., às entidades gestoras municipais. A Docapesca não tem disponíveis dados referentes à água salgada captada, utilizada nalguns portos de pesca.

124

Captção de água por Direções de Portos e Lotas (DPL) (m <sup>3</sup> )	2023	2024	2025
Norte e Matosinhos	93 642	88 198	90 198
Centro Norte	86 980	83 863	86 863
Centro	103 022	84 812	84 812
Centro Sul	43 651	44 041	46 041
Algarve	112 543	110 232	116 585
<b>Total</b>	<b>346 196</b>	<b>411 146</b>	<b>424 499</b>

Nota: Os dados reportados dizem respeito aos portos de pesca de: Póvoa de Varzim, Viana do Castelo, Matosinhos, Aveiro, Figueira da Foz, Nazaré, Peniche, Sesimbra, Setúbal, Sines, Sagres, Olhão, Lagos, Portimão, Quarteira, Vila Real de Santo António. Incluem a água das instalações cedidas a terceiros e cujo valor é faturado pela Docapesca aos seus utentes.

## GRI 304: BIODIVERSIDADE

Referente à norma publicada em 2016

### 304-1 Instalações operacionais pertencentes, arrendadas, geridas, ou próximas de áreas protegidas, ou em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas

[ESRS E4-5]

Alguns dos portos de pesca da empresa encontram-se localizados em áreas protegidas e com relevância no âmbito da biodiversidade, destacando-se as áreas classificadas como Rede Nacional de Áreas Protegidas e Rede Natura 2000.

---

Estatuto de proteção

Instalação	Localização (Dentro / Adjacente)	Rede Nacional de Áreas Protegidas	Rede Natura 2000
Vila Praia de Âncora	Dentro		X
Viana do Castelo	Dentro		X
Esposende	Dentro	Parque Natural Litoral Norte	X
Vila do Conde	Adjacente	Paisagem Protegida Regional Litoral de Vila do Conde; Reserva Ornitológica do Mindelo	
Aveiro	Dentro		X
Mira	Dentro		X
Figueira da Foz	Adjacente		X
Nazaré	Adjacente		X
Peniche	Adjacente		X
Sesimbra	Dentro	Parque Natural da Arrábida	X
Setúbal	Adjacente	Parque Natural da Arrábida; Reserva Natural do Estuário do Sado	X
Vila Nova de Milfontes	Dentro	Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina	X
Sagres	Dentro	Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina	X
Lagos	Adjacente		X
Arade	Adjacente		X
Albufeira	Adjacente	Parque Natural Recife do Algarve – Pedra do Valado	
Olhão	Dentro	Parque Natural da Ria Formosa	X
Fuzeta	Dentro	Parque Natural da Ria Formosa	X
Vila Real de Santo António	Dentro	Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António	X

### 304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade

-

Ponto 4 - Cap. 3 a) Preservação dos recursos e ecossistemas marinhos

104

No que diz respeito às operações próprias da Docapesca, as suas infraestruturas estão localizada em zonas costeiras ou ribeirinhas. Como principais impactes ambientais refira-se a produção de resíduos e efluentes e, os impactes associados à circulação de veículos/embarcações e ao ruído gerado.

### 304-4 Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização

[ESRS E4-5]

Ponto 4 - Cap. 3 a) Preservação dos recursos e ecossistemas marinhos

104

A análise detalhada das espécies com estatuto de conservação presentes nas áreas de influência das unidades operacionais será aprofundada no próximo exercício, dada a natureza técnica e exaustiva do levantamento necessário.

### GRI 305: EMISSÕES

Referente à norma publicada em 2016.

### 305-2 Emissões indiretas (âmbito 2) de GEE

[ESRS E1-6]

Ponto 4 - Cap. 5 c) Energia e mobilidade

122

As emissões de âmbito 2, associados ao consumo de eletricidade da Docapesca, foram calculadas com base no método baseado na localização (*location-based approach*). Para tal recorreu-se aos fatores de emissão indicados pela Association of Issuing Bodies nos seus relatórios anuais, "European Residual Mixes - Results of the calculation of Residual Mixes" (2017 - Version 1.13, 2018-07-11; 2018 - Version 1.2, 2019-07-11; 2019 - Version 1.1, 2020-09-08; 2020 e 2021 - Version 1.0, 2021-05-31).

## GRI 306: RESÍDUOS

Referente à norma publicada em 2020

### 306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos

[ESRS E5-4]

Ponto 4 - Cap. 5 e) Promoção da economia circular

A gestão de resíduos da empresa é efetuada, na sua maioria, por operadores de gestão de resíduos contratados para o efeito, responsáveis também pela limpeza e higienização das áreas portuárias. Estão definidas cláusulas contratuais específicas, que devem ser seguidas pelas entidades envolvidas. São elaborados e enviados, pelos respetivos operadores de gestão de resíduos, relatórios mensais e, anualmente, os dados são validados no portal SILiAmb.

125

### 306-3 Resíduos gerados

[ESRS E5-5]

Ponto 4 - Cap. 5 e) Promoção da economia circular

Resíduos gerados (toneladas)		2023	2024	2025
Resíduos perigosos	Destinados para operações de valorização	166	190	196
	Destinados para operações de eliminação	0	0	0
	Total	166	190	196
Resíduos não perigosos	Destinados para operações de valorização	168	360	296
	Destinados para operações de eliminação	2093	1938	1611
	Total	2 261	2 298	1 907
<b>Total de resíduos gerados</b>		<b>2 427</b>	<b>2 488</b>	<b>2 103</b>

125

Nota: A compilação dos dados foi realizada com base no MIRR - Mapa Integrado de Registo de Resíduos, relato anual da produção de resíduos à Agência Portuguesa de Ambiente.

### 306-4 Resíduos destinados a operações de eliminação

[ESRS E5-5]

Ponto 4 - Cap. 5 e) Promoção da economia circular

Resíduos destinados a operações de eliminação (toneladas)		2023	2024	2025
Resíduos não perigosos	Código LER 200301 (mistura de resíduos); LER 020199 (resíduos sem outras especificações)	2 093	2 144	1611

125

Nota: A compilação dos dados foi realizada com base no MIRR - Mapa Integrado de Registo de Resíduos, relato anual da produção de resíduos à Agência Portuguesa de Ambiente.

**306-5 Resíduos destinados a operações de valorização**
**[ESRS  
E5-5]**

Ponto 4 - Cap. 5 e) Promoção da economia circular

125

Resíduos destinados a operações de valorização (toneladas)	2023	2024	2025
Resíduos perigosos			
Código LER 130208* (óleos usados)	155	180	191
Código LER 150202* (absorventes, filtros de óleo, etc.)	0,56	0,56	0,26
Código LER 160107* (filtros de óleo)	1,98	0,96	3,83
<b>Total de resíduos perigosos</b>	<b>157,54</b>	<b>181,52</b>	<b>195,1</b>
Resíduos não perigosos			
Código LER 200301 (mistura de resíduos)	0	206,51	79,6
Código LER 150101 (embalagem papel e cartão)	17,9	8,4	13
Código LER 150102 (embalagem plástico)	42,71	37,73	55,01
Código LER 150103 (madeira)	77,3	77,5	121
Código LER 020104 (plásticos - redes de pesca)	29,7	29,8	27,1
<b>Total de resíduos não perigosos</b>	<b>167,61</b>	<b>359,94</b>	<b>295,71</b>
<b>Total de resíduos destinados a operações de valorização</b>	<b>325,15</b>	<b>541,46</b>	<b>490,8</b>

Nota: A compilação dos dados foi realizada com base no MIRR - Mapa Integrado de Registo de Resíduos, relato anual da produção de resíduos à Agência Portuguesa de Ambiente.

**GRI 308: AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES**

Referente à norma publicada em 2016

**308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais**
**[ESRS G1-2]**

Ponto 4 - Cap. 5 f) Compras sustentáveis e gestão de fornecedores

129

	2023	2024	2025
Número de novos fornecedores	230	595	287
Número de novos fornecedores que foram sujeitos a processos de <i>due diligence</i> para impactes ambientais	0	0	0
Percentagem de novos fornecedores que foram sujeitos a processos de <i>due diligence</i> para impactes ambientais	0,0%	0,0%	0,0%

**DESEMPENHO SOCIAL**
**GRI 401: EMPREGO**

Referente à norma publicada em 2016

**401-1 Contratação de novos colaboradores e rotatividade dos colaboradores**
**[ESRS S1-6]**

Ponto 4 - Cap. 4 a) Gestão do talento

113

Entradas e Saídas, por localização, género e grupo etário		2025*					
		Entradas			Saídas		
		<30	30 a 50	>50	<30	30 a 50	>50
Sede	Homens	2	1	0	1	1	1
	Mulheres	0	1	0	0	1	1
	Subtotal	2	2	0	1	2	2
Norte	Homens	0	0	0	0	2	1
	Mulheres	0	0	0	0	0	0
	Subtotal	0	0	0	0	2	1
Matosinhos	Homens	1	5	0	1	5	2
	Mulheres	0	2	0	0	2	0
	Subtotal	1	7	0	1	7	2
Centro Norte	Homens	7	0	3	1	1	4
	Mulheres	2	1	1	0	1	1
	Subtotal	9	1	4	1	2	5
Centro	Homens	1	7	0	6	0	0
	Mulheres	1	1	0	1	8	1
	Subtotal	2	8	0	7	8	1
Centro Sul	Homens	7	2	2	5	1	5
	Mulheres	1	1	0	0	1	0
	Subtotal	8	3	2	5	2	5
Algarve	Homens	5	14	3	5	11	4
	Mulheres	0	0	0	0	0	1
	Subtotal	5	14	3	5	11	5
Total de Entradas e Saídas (por grupo etário)		27	35	9	20	34	21

		2025*	
Total de Entradas e Saídas (por género)	Homens	60	57
	Mulheres	11	18
Total de Entradas e Saídas (por localização)	Sede	4	5
	Norte	0	3
	Matosinhos	8	10
	Centro	14	8
	Centro Norte	10	16
	Centro Sul	13	12
Algarve		22	21
Total de Entradas e Saídas		71	75

\*Nota: As percentagens foram calculadas com base no n.º total de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro.

<b>401-2 Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial</b>	<b>[ESRS S1-11]</b>	115
Ponto 4 - Cap. 4 b) Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores Os benefícios mencionados são conferidos apenas aos trabalhadores do quadro (efetivos).		
<b>GRI 403: SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO</b>		
Referente à norma publicada em 2018		
<b>403-1 Sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho</b>	<b>[ESRS S1-1]</b>	115
Ponto 4 - Cap. 4 b) Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores A organização não tem um sistema de gestão de segurança e de saúde no trabalho (SGSST) implementado. No entanto este está a ser, paulatinamente, desenvolvido, havendo já uma intenção clara de desenhar a estrutura do mesmo e desenvolver todas as ações que o possam robustecer, tais como: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento de um Manual de Procedimentos, instruções de Trabalho e Registos de SST;</li> <li>• Desenvolvimento de exercícios de emergência nas lotas envolvendo as vertentes de SST, Alimentar e Ambiente;</li> <li>• Desenvolvimento de campanhas de sensibilização nomeadamente no Dia Internacional da SST, Semana Europeia da SST e Dia da Saúde Mental.</li> </ul>		
<b>403-2 Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes</b>	<b>[ESRS S1-3]</b>	115
Ponto 4 - Cap. 4 b) Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores A Docapesca contrata serviços externos de segurança no trabalho que realizam, anualmente, visitas a todas as instalações onde existam trabalhadores da empresa a desempenhar funções com o objetivo de realizar auditorias e avaliações de riscos, utilizando para esse fim uma <i>checklist</i> adaptada às reais necessidades da empresa. Decorrente deste processo, é elaborado um relatório de auditoria e avaliação de risco, que por sua vez é analisado por técnicos superiores de SST (Nível VI) da Direção de Recursos Humanos (DRH) e que, em conjunto com o fornecedor externo de serviços de SST, definem medidas de correção e minimização dos riscos identificados, respeitando a hierarquia de controlo de riscos. As unidades orgânicas são também envolvidas no processo de definição e implementação das ações relativas às não conformidades e oportunidades de melhoria identificadas. Localmente existem interlocutores de SST que apoiam essas atividades e que têm vindo a frequentar ações de formação sobre esta temática. A par das avaliações de Riscos aos Postos de Trabalho foram também realizadas avaliações de Riscos de Iluminância em todas as lotas.		

Os trabalhadores têm: 1) conhecimento dos principais riscos associados às suas funções; 2) formação em SST; 3) equipamentos de proteção individual disponíveis e adequados ao desempenho das suas funções; 4) consultas de medicina no trabalho.

As situações de perigo podem ser relatadas por qualquer trabalhador, através do envio de e-mail para a DRH. Este relato destina-se a fins de melhoria contínua e não para identificar os trabalhadores denunciadores, estando assegurado que não existem represálias aos trabalhadores por participarem na identificação das situações de perigo.

#### 403-3 Serviços de saúde no trabalho

[ESRS S1-1]

Ponto 4 - Cap. 4 b) Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores

115

#### 403-4 Envolvimento do colaborador na participação, consulta e comunicação sobre saúde e segurança no trabalho

---

Os trabalhadores da Docapesca são chamados a participar através da consulta anual aos trabalhadores bem como pela comunicação, através de email, de situações que considerarem relevantes.

#### 403-5 Formação dos colaboradores em saúde e segurança no trabalho

---

Ponto 4 - Cap. 4 b) Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores

115

#### 403-6 Promoção da saúde do colaborador

---

Ponto 4 - Cap. 4 b) Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores

115

#### 403-7 Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança no trabalho atribuíveis a relações comerciais

---

Não foram considerados relevantes os impactos atribuíveis a relações comerciais.

#### 403-9 Acidentes de trabalho

[ESRS S1-4; ESRS S1-14]

Ponto 4 - Cap. 4 b) Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores

A recolha de dados relativa a acidentes de trabalho é efetuada com base nas comunicações efetuadas à seguradora e à análise dos relatórios internos de acidentes de trabalho (de preenchimento obrigatório). Para o cálculo da taxa de frequência de acidentes de trabalho foi utilizado um fator de normalização do número de horas trabalhadas de 1.000.000.

115

#### 403-10 Doenças profissionais

[ESRS S1-4; ESRS S1-14]

Ponto 4 - Cap. 4 b) Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores

115

### GRI 404: CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

#### 404-1 Média anual de horas de formação anual por colaborador

[ESRS S1-13]

Ponto 4 - Cap. 4 a) Gestão do talento

113

Total de horas de formação, por categoria funcional e género		2023	2024	2025
Técnico Superior	Homens	1 520	785	916
	Mulheres	1 704	760	888
	Subtotal	3 224	1 545	1 804
Técnico	Homens	511	542	249
	Mulheres	334	241	193
	Subtotal	845	783	257
Administrativo	Homens	80	54	51

	Mulheres	550	234	168
	Subtotal	630	288	219
Operador de Exploração	Homens	2 205	2 643	1 851
	Mulheres	212	257	140
	Subtotal	2 417	2 900	1 991
Operador de Serviços de Apoio	Homens	68	86	78
	Mulheres	6	0	0
	Subtotal	74	86	78
Operador de Venda	Homens	545	735	427
	Mulheres	8	45	14
	Subtotal	553	780	441
Operador Técnico e de Manutenção	Homens	233	487	109
	Mulheres	15	34	1
	Subtotal	248	521	110
Total	Homens	5 162	5 332	3 681
	Mulheres	2 829	1 571	1 404
	Subtotal	7 991	6 903	5 085

Média de horas de formação, por categoria funcional e género		2023	2024	2025
Técnico Superior	Homens	32	17	20
	Mulheres	36	16	20
	Subtotal	68	33	40
Técnico	Homens	12	14	7
	Mulheres	18	13	10
	Subtotal	30	28	17
Administrativo	Homens	5	4	4
	Mulheres	17	8	5
	Subtotal	22	12	10
Operador de Exploração	Homens	15	16	11
	Mulheres	16	17	9
	Subtotal	31	33	20
Operador de Serviços de Apoio	Homens	5	7	7
	Mulheres	3	0	0
	Subtotal	8	7	7
Operador de Venda	Homens	8	12	8
	Mulheres	2	9	3
	Subtotal	10	21	11
Operador Técnico e de Manutenção	Homens	9	20	4
	Mulheres	15	34	1
	Subtotal	24	54	5
Total	Homens	87	90	62
	Mulheres	106	88	47

Subtotal	193	179	109
----------	-----	-----	-----

Nota 1: Os dados reportam-se ao número de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro de cada ano.

**404-2 Programas para desenvolvimento de competências e gestão do fim da carreira** [ESRS S1-1]

Ponto 4 - Cap. 4 a) Gestão do talento

113

**404-3 Percentagem de colaboradores que recebem regularmente análises de desempenho e desenvolvimento de carreira** [ESRS S1-13]

A Docapesca não teve, em 2025, um processo de avaliação de desempenho.

**GRI 405: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES**

Referente à norma publicada em 2016.

**405-1 Diversidade nos órgãos de governação e colaboradores** [ESRS S1-9]

Ponto 4 - Cap. 4 a) Gestão do talento

113

Percentagem de trabalhadores por categoria funcional e a sua distribuição por género	2023		2024		2025	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Técnico Superior	49%	51%	48%	52%	51%	59%
Técnico	67%	33%	68%	32%	63%	37%
Administrativo	30%	70%	26%	74%	28%	72%
Operador de Exploração	92%	8%	91%	9%	91%	9%
Operador de Serviços de Apoio	80%	20%	100%	0%	92%	8%
Operador de Venda	93%	7%	93%	7%	92%	8%
Operador Técnico e de Manutenção	100%	0%	100%	0%	96%	4%

Percentagem de trabalhadores por categoria funcional e a sua distribuição por idade	2023			2024			2025	
	<30	30 a 50	>50	<30	30 a 50	>50	<30	30 a 50
Técnico Superior	8%	65%	28%	3%	66%	30%	6%	57%
Técnico	2%	52%	47%	1%	49%	49%	2%	54%
Administrativo	7%	39%	55%	8%	42%	50%	5%	47%
Operador de Exploração	14%	55%	31%	15%	61%	23%	14%	64%
Operador de Serviços de Apoio	0%	60%	40%	0%	60%	40%	0%	23%
Operador de Venda	0%	71%	29%	0%	74%	26%	3%	77%
Operador Técnico e de Manutenção	6%	59%	35%	0%	56%	44%	0%	35%

Nota: Os dados reportam-se ao número de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro de cada ano.

**405-2 Rácio do salário e remuneração entre homens e mulheres**
**[ESRS S1-16]**

<b>Categoria</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>
Técnico Superior	0,96	0,97	0,93
Técnico	0,91	0,90	0,92
Administrativo	0,96	0,95	0,89
Operador de Exploração	0,97	1,01	1,02
Operador de Serviços de Apoio	1,01	-	0,84
Operador de Venda	0,96	0,99	0,94
Operador Técnico e de Manutenção	-	-	0,9

**GRI 413: COMUNIDADES LOCAIS**

Referente à norma publicada em 2016

**413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento**
**[ESRS S3-4]**

Ponto 4 - Cap. 4 c) Interação com a comunidade

117

**GRI 414: AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES**

Referente à norma publicada em 2016

**414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais**
**[ESRS G1-2]**

Ponto 4 - Cap. 5 f) Compras sustentáveis e gestão de fornecedores.

129

**GRI 416: SAÚDE E SEGURANÇA DO CONSUMIDOR**

Referente à norma publicada em 2016

**416-1 Avaliação dos impactos na saúde e segurança das principais categorias de produtos e serviços**

---

Ponto 4 - Cap. 5 b) Segurança alimentar e certificações

120

**416-2 Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços**
**[ESRS S4-4]**

Ponto 4 - Cap. 5 b) Segurança alimentar e certificações

120

	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>
N.º de não conformidades com regulamentos que originaram coimas por parte da entidade reguladora competente	0	0	0
N.º de não conformidades com regulamentos que originaram advertências por parte da entidade reguladora competente	0	0	0
N.º de não conformidades relativamente a códigos voluntários	4	4	4
N.º total de não conformidades com regulamentos e códigos voluntários	4	4	4

Nota 1: As não conformidades relativamente a códigos voluntários foram levantadas nos processos de certificação das lotas, de acordo com a NP EN ISO 22000:2018, e estão relacionadas fundamentalmente com controlo de fornecedores externos, programa de pré-requisitos (2) e rastreabilidade.